UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO



AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

PATRÍCIA FRANCISCA DE MATOS

Uberlândia/MG
2011



PATRÍCIA FRANCISCA DE MATOS

AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA/UFU
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M433t Matos, Patrícia Francisca de, 1979-
As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano [manuscrito] / Patrícia Francisca de Matos. - 2011.
355 f.: il.

Orientadora: Vera Lúcia Salazar Pessôa.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Goiás (Estado) - Teses. 2. Agribusiness - Goiás (Estado) - Teses. 3. Agroindústria - Goiás (Estado) – Teses. I. Pessôa, Vera Lúcia Salazar. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:631(817.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

PATRÍCIA FRANCISCA DE MATOS

AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

Profa Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (Orientadora) – (UFU)

Prof. Dr. Gláucio José Marafon (UERJ)

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – (UFG)

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - (UFU)

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti - (UFU)

Data: 2 / 03 de 2011

Resultado: Aprovada com louvor

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, ***Rosalvino Francisco de Matos*** e ***Maria da Paz de Matos***, que sempre cultivaram o sonho de "formar" seus seis filhos, objetivando que nosso futuro profissional fosse diferente do deles, que mais da metade de suas vidas morou no campo, labutando com hortaliças, pecuária de corte e leite para "criar" e estudar os filhos. A lida e o amor pela terra sempre perpetuou nos seus ensinamentos, pois além de transmitir seus saberes, era uma forma de preparar os filhos para ajudá-los. Quando se mudaram para cidade, levaram hábitos da vida do campo e o amor pela terra e pela sua pequena propriedade fortaleceu e pelo menos duas vezes por semana vai para lá para cuidar da casa, do gado, do pomar, de certa forma, fugir da rotina da vida da cidade.

AGRADECIMENTOS

Freitas (2002) diz que desenvolver uma tese é um ato criador que, além de conhecimentos, humildade e disponibilidade psicológica para modificar, experimentar e observar, requer paciência para transformar barro em tijolos e tijolos em casa. E foi assim que produziu esta tese, embora ela não se deve apenas ao meu esforço, mas também ao de muitas pessoas, que contribuíram de forma direta e indireta para a sua consecução.

Por isso, quero expressar meus agradecimentos. Primeiramente, a Deus por me permitir superar todas as dificuldades. Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e não mediram esforços para que eu estudasse.

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica), que me concedeu a bolsa de estudo no período de março de 2008 a março de 2010.

À professora Vera Lúcia Salazar Pessôa que, desde o mestrado, mais que orientadora, passou a ser amiga, uma segunda mãe para mim, que deseja meu sucesso e que sempre vibra com minhas conquistas. A ética profissional, o carinho e a orientação realizada com disciplina, dedicação e incentivo me fizera escolhê-la para me orientar, pela segunda vez, agora no doutorado. Esses anos de convivência, posso dizer que, foram momentos de muita aprendizagem, que, tenho certeza, não se encerra com a conclusão deste trabalho, pois ainda tenho muito a aprender com essa pessoa, que considero um exemplo de profissional da educação. Como não existem outras palavras com as quais posso expressar minha gratidão, digo simplesmente: obrigada!

Aos professores do Curso de Geografia da UFG-*Campus* Catalão, em especial à professora Helena Angélica, que me ensinou os primeiros passos como pesquisadora; ao Laurindo, à Carmem, à Estevane, ao Idelvone, ao Jose Henrique e ao Valdivino, pela disponibilidade para ajudar sempre. Ao Ronaldo, de professor a grande amigo, companheiro

de festas, de diálogos científicos e por dividir angústias e conquistas na trajetória do doutorado; ao Marcelo Mendonça, pelo compromisso com a formação cientifica, política e social de seus alunos, um professor que contribui e incentiva os alunos a vôos mais altos que a graduação. Obrigada por todo o aporte na minha trajetória acadêmica e profissional, especialmente, pelas valiosas sugestões no projeto e na qualificação de doutorado que ainda hoje "fervilham" em minha mente.

Ao professor Gláucio Marafon, pelo incentivo à continuidade das reflexões iniciadas no mestrado e pelas sugestões dadas na ocasião da qualificação para o doutorado.

Aos professores do IG-UFU, em especial à professora Beatriz Ribeiro Soares, pelas contribuições científicas, pelos incentivos na vida profissional e pela alegria transmitida.

Aos meus irmãos, com quem partilhei momentos difíceis e grandes alegrias: Weberson, Wenis, Wisley, Beatriz e Rosineyde. Essa conquista também é de vocês!! Aos meus oito adoráveis sobrinhos por terem me ensinado por meio de sua inocência e alegria, o verdadeiro sentido do amor, em especial a Bianca e ao Brener, por quem muitas vezes tive que interromper as leituras, a escrita, para fazer lanches, ensinar tarefas, ou separá-los das brigas entre si. Ao Leandro, sobrinho que nasceu na trajetória do doutorado, por quem tantas e tantas vezes deixava o trabalho da tese para brincar ou cuidar dele. Não era nenhum sacrifício, pois seu sorriso e sua alegria sempre me recompensavam.

Ao Divino pelo carinho, paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Ao Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás-Unidade Universitária de Pires do Rio onde iniciei o sonho de ser professora universitária, especialmente, a Maria Erlan, pela amizade e pelo apoio nos diversos momentos da pesquisa.

Aos professores do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-*Campus* do Pontal, em especial a Coordenadora do Curso, Gerusa Gonçalves Moura, por compreender as ausências na reta final deste trabalho.

Àо Fábio Macedo (Fabinho), ao Marcelo Venâncio, ao Jean Carlos, à Marise Vicente, Nágela Melo pelo incentivo, em momentos de insegurança, e pela amizade que sempre me foram ofertados.

Aos amigos de "*sempre e para sempre*": Cyntia, Mônica, Nadim, Rosana, Silvia, Rosane, Vânia, Otoniel, Suyane, Eduardo, Fledson e Bimael. Faço homenagem a vocês com a música de Renato Teixeira *Amizade sincera.* "Amizade sincera é um santo remédio, é um abrigo seguro.."

À Magda Valéria da Silva, mais que uma amiga, uma irmã sem laços sangüíneos, que está presente nos momentos alegres e difíceis não apenas da vida acadêmica, mas também da pessoal. Na trajetória do doutorado, dividi com ela obstáculos, desafios e incertezas da pesquisa. "Todos os fazedores de tese são cúmplices e comadres quando o assunto é tese, pois partilham do mesmo código e do mesmo delírio". (FREITAS, 2002, p. 89). À Claudia Lúcia, pela amizade, pela troca de experiência na prática da docência e na pesquisa e por compartilhar comigo momentos de superação na vida pessoal e profissional.

Ao Marcelo Chelloti e Joelma dos Santos pela acolhida em sua casa no período em que estava cursando disciplinas, momentos que aproveitávamos para compartilhar reflexões sobre a Geografia Agrária.

Ao Fábio, à Carla, ao Uanderson e a Kátia, meus ex-alunos do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás-Unidade Universitária de Pires do Rio, que contribuíram em vários momentos a realização de trabalhos de campo nos municípios de Orizona e de Ipameri.

Ao meu primo Flávio Francisco que Deus levou no ano de 2010, antes de ter "entrado" no Curso de Administração, com o qual sonhava e que planejava cursar.

Aos companheiros do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), em especial ao Murilo. As secretárias da Pós-Graduação, Dilza e Cynara, pela atenção.

Aos empresários rurais que concederam entrevistas e permitiram a realização de trabalho de campo em suas empresas rurais. Aos prefeitos, aos secretários municipais de agricultura, aos comerciantes ligados ao setor da agricultura, aos agrônomos e aos técnicos agrícolas dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Orizona, que disponibilizaram dados e/ou concederam entrevistas. Aos vinte cinco trabalhadores temporários que, sob o sol "escaldante" nas colheitas de cebola, cana-de-açúcar e feijão, nos município de Ipameri e de Catalão aceitaram conversar, tanto informal quanto formalmente sobre as suas condições de trabalho. Aos camponeses da Comunidade Cachoeira, no município de Orizona que nos receberam com tanta presteza para contar um pouco sobre as conseqüências do agronegócio naquele município, e especialmente a comunidade Cachoeira.

Agradeço também os responsáveis pela parte técnica: Ibrantina Maria dos Santos (Branca), que realizou a revisão gramatical; Cláudia Fonseca pela organização dos mapas, e Nadim e Mônica, pela formatação e imprensão da tese.

À todos que, de alguma forma, estiveram presentes, física ou espiritualmente, ao meu lado durante a pesquisa. Obrigada...!

E finalizo, pegando emprestado o poema de Fernando Pessoa:

*De tudo, ficaram três coisas**:***
A certeza de que estamos sempre começando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...
Portanto, devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro...

Tarde quente de verão de 2010.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo compreender as tramas sócio-espaciais do agronegócio no Sudeste Goiano. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, com revisão teórica, pesquisa de campo e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. O recorte temporal delimitado foi o período pós 1980, marcado pela territorialização da agricultura moderna, viabilizada pelo capital privado e por aparatos do Estado, e que contribuiu para a modernização do território. Porém, foram necessárias reflexões sobre períodos anteriores, pois a inserção inicial de modernização do território em Goiás, especificamente no Sudeste Goiano se deu pelo prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana que ligava o Sudeste do país ao Centro-Oeste, passando pelo estado de Goiás, nas cidades de Goiandira, Catalão, Ipameri e Pires do Rio nas primeiras décadas do século XX, alcançando Anápolis em meados dos anos 1930. A Estrada de Ferro promoveu em Goiás, especialmente no Sudeste Goiano transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Apesar do desenvolvimento econômico promissor do início do século XX, o Sudeste Goiano entrou em decadência por volta de 1940. A partir da década de 1970, mas, sobretudo, de 1980, a região Sudeste retomou o crescimento econômico e populacional. Um dos motivos para tal processo foi a consolidação da modernização da agricultura. A territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano metamorfoseou o espaço agrário de muitos municípios em conseqüência das "novas lógicas" que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência e da tecnologia, pela especialização produtiva, principalmente a produção de grãos, voltados para agroindústria e para mercado externo, pela territorialização de agroindústrias, enfim, novas formas de exploração da terra. Somam-se a isso, a concentração de terras, os impactos ambientais e a substituição de produtores tradicionais, em muitos casos camponeses, por empresários rurais. Assim, a territorialização do agronegócio promoveu, no Sudeste Goiano, novos usos do território pelas empresas rurais e pelas agroindústrias, criando novas territorialidades no campo e na cidade.

Palavras-chave: Cerrado. Modernização da agricultura. Agronegócio. Território. Sudeste Goiano.

ABSTRACT

The present thesis aims to understand the socio-spatial trams of the agribusiness in the Southeast of Goiás. To achieve the objectives proposed, the methodology used was qualitative approach with a theoretical review, field research and data collects in primary and secondary sources. The time frame defined the period after 1980, marked by the territorialization of the modern agriculture, made possible by the private capital and apparatus of the State, and that it contributed for the modernization of the territory. However, they had been necessary reflections on previous periods, therefore the initial insertion of modernization of the territory in Goiás, specifically in the Southeast of Goiás if it gave for the prolongation of the Railroad Mogiana linked the Southeast to the Midwest, through the states of Goiás, in the cities of Goiandira, Catalão, Ipameri and Pires do Rio, in the first decades of twentieth century, reaching Anápolis in middle of years 1930. The Railroad promoted in Goiás, especially in the Southeast of Goiás, economic, social, cultural and politics transformations. Although the promising economic development of the beginning of twentieth century, the Southeast of Goiás entered in decay around 1940. From the 1970's, but especially in 1980, the Southeaste region has taken over the economic and population growth. One of the reasons for the process was the consolidation of the modernization of agriculture. The territorialization of modern agriculture in Southeast of Goiás transformed the agrarian space of many municipalities as results of the "new logics" that if they had installed, marked by the intense use of science and the technology, by specialization, particularly the production of grains, aimed at agribusiness and foreign markets, by territorialization of agribusinesses, at last, new forms of exploration of the land. Added to this, the concentration of the land, the environmental impacts and the replacement of traditional producers, in many cases peasants, for agribusiness entrepreneurs. Thus, the territorialization of the agribusiness, promove in the Southeast of Goiás, new uses of the territory by rural enterprises and the agricultural industries, creating new territoriality in the field and in the city.

Keywords: Cerrado (Savannah). Modernization of agriculture. Agribusiness. Territory. Southeast of Goiás.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1- Catalão (GO): Dia de campo, realizado para divulgar a biotecnologia de sementes 47

Foto 2- Orizona (GO): estação ferroviária desativada..... 162

Foto 3- Catalão (GO): antiga estação Ferroviária, transformada em 2006 em museu 162

Foto 4- Ipameri (GO): lavoura de cana-de-açúcar da empresa Lasa Lago Azul..... 201

Foto 5- Campo Alegre de Goiás: lavoura de algodão da empresa Agrofava 201

Foto 6- Campo Alegre de Goiás: lavoura de café na empresa rural Agrofava..... 201

Foto 7- Campo Alegre de Goiás: Projeto PRODECER - vista parcial de lavoura de tomate em fase de colheita 202

Foto 8- Campo Alegre de Goiás: Projeto PRODECER - vista parcial da lavoura de cebola em fase de colheita 202

Foto 9- Chapada de Ipameri (GO): floresta de eucalipto 204

Foto 10- Chapada de Ipameri (GO): carvoarias de madeiras de eucalipto na Empresa Brasil Verde, 2007..... 204

Foto 11- Catalão (GO): antiga Ponte Carapina sobre o rio São Marcos 214
.

Foto 12- Catalão (GO): Ponte Carapina inaugurada em novembro de 2009, substitui a antiga ponte de mesmo nome sobre o Rio São Marcos que foi inundada pelo reservatório da Serra do Falcão..... 214

Foto 13- Catalão (GO): Rodovia GO - 301, pavimentada em 2006..... 214

Foto 14- Catalão (GO): Fábrica de Adubos Araguaia, instalada nesse município por meio de benefícios fiscais do governo do estado e financiamento do Programa PRODUZIR 217

Foto 15- Fazenda Maringá, Catalão (GO)**:** vista aérea (parcial) da sede (2002)..... 224

Foto 16- Chapada de Catalão (GO): lavoura de milho..... 225

Foto 17- Orizona (GO): local de ordenhar as vacas em uma empresa rural especializada na pecuária leiteira..... 237

Foto 18- Orizona (GO): rebanho de uma empresa rural especializada na pecuária leiteira.. 237

Foto 19- Pires do Rio (GO): vista parcial da Nutriza..... 247

Foto 20- Catalão (GO): indústria de adubos no Distrito Industrial 265

Foto 21- Catalão (GO): vista parcial de indústria de adubos 265

Foto 22- Campo Alegre de Goiás: exemplo de estabelecimentos de assessoria agronômica, 2009 268

Foto 23- Campo Alegre de Goiás: vista parcial do pátio de uma loja de representação e comércio de máquinas e implementos agrícolas, 2006 268

Foto 24- Ipameri (GO): empresa armazenamento e processamento de grãos 269

Foto 25- Campo Alegre (GO): vista parcial da colheita de cebola no Projeto PRODECER. 271

Foto 26- Ipameri (GO): corte da cana-de-açúcar realizada manualmente 271

Foto 27- Ipameri (GO): vista parcial de transporte (caminhonete) de trabalhadores 272

Foto 28- Catalão (GO): vista parcial do escritório de uma empresa rural do município de Campo Alegre de Goiás 276

Foto 29- Catalão (GO): Dia de Campo realizado para divulgar os resultados da produção e produtividade de uma empresa rural no ano de 2010 279

Foto 30- Fazenda São Cipriano na chapada de Catalão (GO): uma das paradas do *Rally* da soja realizado em fevereiro 279

Foto 31- Ipameri (GO): acampamento as margens da rodovia GO-213 296

Foto 32- Orizona (GO): uso do carro de boi para transportar madeira 298

Foto 33- Orizona (GO): equipamento de moer cana para produção de melado e rapadura .. 298

Foto 34- Campo Alegre de Goiás: vista parcial da Escola Municipal Luiz Fava 300

Foto 35- *PG Ville* 301

Foto 36- Catalão (GO): retirada da vegetação para formação do lago da barragem Serra do Facão 306

Foto 37- Ipameri (GO): hidrelétrica construída em 1986 no rio Castelhano- empresa rural Lago Azul 310

Foto 38- Chapada de Catalão (GO): represa construída próxima de veredas para abastecer dois pivôs 316

Foto 39- Chapada de Ipameri (GO): afogamento de vereda por conta do represamento 316

Foto 40- Rio São Bento- Catalão(GO): processo inicial de assoreamento..... 317

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1- Esquema metodológico da tese..... 45

Fluxograma 2- Universo de sujeitos entrevistados..... 50

Fluxograma 3- Fases e eventos da ocupação sócio-econômica de Goiás 136

Fluxograma 4- Cadeia produtiva da Nutriza 254

Fluxograma 5- As tramas do agronegócio no Sudeste Goiano 320

GRÁFICOS

Gráfico 1- Centro-Oeste: produção (t) de soja, milho, 1970 - 2008 (anos selecionados) 119

Gráfico 2- Centro-Oeste: produção (t) de arroz e feijão, 1970 - 2008 (anos selecionados).. 120

Gráfico 3- Produção de soja em 2008 nas regiões brasileiras (%) 121

Gráfico 4- Produção de milho em 2008 nas regiões brasileiras (%) 121

Gráfico 5- Goiás: Produção de cana-de-açúcar, 1970 - 2008 (anos selecionados) 126

Gráfico 6-Brasil: área milhões (ha) de cana-de-açúcar, 1975 - 2008 (anos selecionados) ... 127

Gráfico 7- Goiás: estrutura do produto interno bruto (PIB), por setores no período de 1985 a 2003 149

Gráfico 8- Região Centro-Oeste: participação do PIB por estado no ano de 2003..... 150

Gráfico 9-Goiás: evolução da produção de leite (litros) de 1980 a 2008 (anos selecionados) 171

Gráfico 10- Goiás: produção de grãos, segundo as regiões em 2008..... 176

Gráfico 11-Goiás: maiores municipios produtores de soja em 2008..... 177

Gráfico 12- Estado de Goiás: evolução das rodovias pavimentadas (Km) entre 1970 a 2006 182

Gráfico 13- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: número de tratores 1970 - 2006 (anos selecionados)..... 208

Gráfico 14- Centro-Oeste e Goiás: quantidade de tratores de1970 a 2006. (anos selecionados) 209

Gráfico 15 – Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri (GO): produção de arroz, 1975 - 2008 (anos selecionados)..... 228

Gráfico 16 – Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri (GO): produção (t) de feijão, 1975 - 2008 (anos selecionados) 229

Gráfico 17 - Orizona (GO: Estrutura fundiária (ha): número de estabelecimentos, 1970-1995/96 233

Gráfico 18 – Orizona (GO): produção (t) de soja e de milho, 1980- 2008 (anos selecionados) 242

Gráfico 19 – Orizona (GO): produção (t) de arroz e feijão, 1975-2008 (anos selecionados) 242

Gráfico 20 – Pires do Rio (GO): produção (t) de soja, milho e arroz, 1975 - 2008 (anos selecionados) 249

Gráfico 21- Pires do Rio: ICMS por setor de atividade, 2004 255

Gráfico 22- Catalão, Orizona, Ipameri e Campo Alegre de Goiás: população rural e urbana em 1980 (%) 273

Gráfico 23- Catalão, Orizona, Ipameri e Campo Alegre de Goiás: população rural e urbana em 2007 (%) 273

Gráfico 24- Catalão, Orizona, Ipameri e Campo Alegre de Goiás: população, 1980 – 2007 274

Gráfico 25 -Ipameri (GO): população entre 1940-2007 (anos selecionados) 277

Gráfico 26- Catalão (GO): ICMS por setor de atividade – 2004 281

Gráfico 27- Campo Alegre de Goiás: ICMS por setor de atividade – 2004 282

Gráfico 28- Ipameri (GO): ICMS por setor de atividade – 2004 282

Gráfico 29- Orizona (GO): ICMS por setor de atividade – 2004..... 283

IMAGEM

Imagem 1 – Pires do Rio (GO): vista parcial da rodovia G0-030 253

Imagem 2 – Chapada de Ipameri (GO): vista parcial de Tomazinopólis 301

MAPAS

Mapa 1- Sudeste Goiano: Estado de Goiás 22

Mapa 2- Estado de Goiás: mesorregiões e microrregiões 1996 40

Mapa 3- Goiás: regiões de planejamento da SEPLAN..... 41

Mapa 4- Brasil: áreas do POLOCENTRO 97

Mapa 5- Brasil: projetos do PRODECER I, II e III 100

Mapa 6 – Localização dos escritórios exportadores - Bunge (2007) 105

Mapa 7 - Brasil: bioma Cerrado 118

Mapa 8- Goiás: usinas de álcool e açúcar -2009 125

Mapa 9 - Rodovia BR153: estado de Goiás 145

Mapa 10- Estrada de Ferro em Goiás (principais estações ferroviárias)-Sudeste Goiano 153

Mapa 11- Brasil: produção de soja em 2008 178

Mapa 12- Estado de Goiás, Tocantins e Maranhão: ferrovia Norte-Sul-2010 184

Mapa 13 - Sudeste Goiano: produção de soja em 2008 198

Mapa 14 - Sudeste Goiano: produção de milho em 2008 199

Mapa 15- Sudeste Goiano: principais rodovias-2010 215

Mapa 16- Município de Campo Alegre de Goiás/GO: uso do solo-2010 220

Mapa 17- Município de Catalão/GO: uso do solo-2010..... 221

Mapa 18- Município de Ipameri/GO: uso do solo-2010 222

Mapa 19- Município de Orizona/GO: uso do solo-2010..... 231

Mapa 20- Município de Pires do Rio/GO: uso do solo-2010..... 248

Mapa 21- Localização de granjas da Nutriza em Pires do Rio, Urutaí, Ipameri, Orizona, Santa Cruz e Palmelo-2008 251

Mapa 22- Goiás: municípios com armazéns da Caramuru-2010 291

Mapa 23 - Sudeste Goiano: espacialização da Cargill, Carol e Caramuru-2010 293

Mapa 24- Retração da vegetação nativa no Brasil entre 1950 e 2000 305

Mapa 25- Inventário hidroenergético- bacias hidrográficas, Goiás 2006 308

Mapa 26- Sudeste Goiano: AHE'S em operação, em construção, em outorga e planejadas-2010 309

QUADROS

Quadro 1-Goiás: regionalização (1961-1989) 38

Quadro 2- Sujeitos da pesquisa 50

Quadro 3- Conseqüências da modernização agrícola brasileira 83

Quadro 4-Principais Programas do Banco do Brasil destinados ao agronegócio – 2009..... 216

Quadro 5 -Catalão (GO): vista parcial de empresas de demandas do agronegócio- 2010 267

Quadro 6- Atuação da Carol nos municípios do Sudeste Goiano- 2009 292

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Brasil: participação das regiões no crédito rural, 1960-1999/00 (anos selecionados) 93

Tabela 2- Projetos do PRODECER por estados 99

Tabela 3- Brasil: crédito rural concedido (US$ Milhões) no período de 1986 a 2000..... 103

Tabela 4- Brasil: previsão de investimento regional do PAC em infraestrutura 2007-2010 106

Tabela 5- Brasil: produção (t) de soja e milho, 1970 - 2008 (anos selecionados)..... 111

Tabela 6- Centro-Oeste: produção dos principais cultivos, 1970-2008 (anos selecionados) 119

Tabela 7- Produção (t) de cana-de-açúcar no Brasil e nas regiões, 1975-2008..... 128

Tabela 8- Goiás: municípios com maior produção agrícola, em 1920 155

Tabela 9- Goiás: municípios com maior rebanho pecuário em 1920 156

Tabela 10- Sudeste de Goiás**:** ano de criação, municípios de origem e área (Km) 159

Tabela 11- Região Sudeste de Goiás: arrecadação do ICMS, 2000-2008..... 167

Tabela 12- Sudeste de Goiás: produção de grãos em (mil toneladas), 2000, 2005, 2008 (anos selecionados)..... 169

Tabela 13- Sudeste de Goiás: quantidade de bovinos e produção de leite, 2005-2008 (anos selecionados)..... 170

Tabela 14- Ranking dos estados na exportação de carnes e derivados de bovinos – 2008 ... 172

Tabela 15- Sudeste de Goiás: PIB dos municípios por setores no ano de 2006..... 174

Tabela 16 - Goiás: Produto Interno Bruto por região 1999, 2003 e 2006 174

Tabela 17- Goiás: população rural e urbana,1970 - 2006 (anos selecionados) 179

Tabela 18- Goiás: consumidores e consumo de energia elétrica total e rural no período entre 1980 e 2008 (anos selecionados) 183

Tabela 19- Goiás, Centro-Oeste e Brasil: capacidade de armazenagem 1980 a 2008. (anos selecionados) 185

Tabela 20- Goiás: municípios que se destacam na silvicultura-2004..... 205

Tabela 21- Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: número de estabelecimentos que utilizam tratores - 2006 210

Tabela 22- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: imóveis cadastrados no INCRA, outubro de 2003 211

Tabela 23- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri e Orizona: número de estabelecimentos de lavoura temporária e de cultivo de soja 212

Tabela 24- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: uso da terra em 2010 219

Tabela 25- Catalão (GO): área plantada e produção de soja e milho, 1975 - 2008 (anos selecionados) 227

Tabela 26- Ipameri (GO): área plantada e produção de soja e milho, 1975-2008 (anos selecionados) 227

Tabela 27- Campo Alegre de Goiás: evolução da área plantada e da produção de soja e milho, 1975 - 2008 (anos selecionados) 228

Tabela 28- Orizona (GO) - Utilização das terras 1970-1995/96 (%) 235

Tabela 29- Orizona (GO): efetivo de bovinos e produção de leite 1975-2007 (anos selecionados) 235

Tabela 30- Nutriza: número de integrados, granjas e aves por município no ano de 2008 .. 250

Tabela 31- Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Orizona: estabelecimentos comerciais voltados para demanda do agronegócio, segundo atividade- 2009 264

Tabela 32- Brasil: as vinte maiores empresas do agronegócio no ano de 2007 288

Tabela 33- Brasil: área irrigada (ha) por regiões, 1960- 2006 313

Tabela 34- Métodos de irrigação nas Regiões brasileiras e nos estados da região Centro-Oeste (2003/4) 314

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

1 INICIANDO A PROSA: o caminho metodológico da pesquisa 32

1.1 "O começo do caminho," o "fio da meada": porque o Sudeste Goiano 32
1. 2 Entendendo o Sudeste Goiano 37
1.3 O caminho metodológico da pesquisa 44
1.4 Os sujeitos da Pesquisa 46
1.5 A pesquisa qualitativa: concepções teórico-metodológicas 51
1.6 A organização das informações 54
1.6.1 A coleta de dados em fontes secundárias 54
1.6.2 O trabalho de campo: uma ferramenta para observar e decifrar 56
1.6. 3 A técnica da observação em campo 60
1.6. 4 A entrevista: um recurso importante na construção da pesquisa 62
1.6.5 O uso de fotografias e mapas 64

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO: uma discussão para entender as metamorfoses no Sudeste Goiano **66**

2.1 O território: a *arena* do poder 66
2.2 A modernização da agricultura no Brasil e a ideologia do desenvolvimento 74
2.3 A modernização da agricultura como sinônimo de modernidade? 85
2.4 O papel do Estado na modernização do espaço agrário brasileiro 90
2.5 O agronegócio: o "novo" discurso do desenvolvimento 108
2.6 A apropriação do Cerrado pelo agronegócio: o discurso do desenvolvimento e da modernização 116

3 A ESTRADA DE FERRO: o anúncio das metamorfoses no Sudeste Goiano **135**

3.1 Goiás: da exploração do ouro a modernização do território 135

3.2 A chegada da ferrovia no Sudeste Goiano: o inicio da modernização do território 162
3.3 A Estrada de Ferro no Sudeste Goiano: da estagnação ao retorno da modernização do seu território 162
3.4 A modernização da agricultura em Goiás e as metamorfose no Sudeste Goiano 175
3.5 Sudeste Goiano: região transformada - territórios construídos e/ou em construção 187

4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO SUDESTE GOIANO: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio 191

4.1 Do Sul para o Cerrado: os atores do capital no processo de reestruturação produtiva do Sudeste Goiano 191
4.2 A modernização da agricultura e o "novo" uso da terra no Sudeste Goiano 197
4.3 Os territórios formados nas chapadas de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri: *arenas* do capital 212
4.4. Orizona: uma realidade diferente do agronegócio? 230
4.5 A integração agroindustrial no Sudeste Goiano: os territórios das agroindústrias 243

5 AS METAMORFOSES NO CAMPO E NAS CIDADES DO SUDESTE GOIANO 260

5.1 A territorialização do capital no espaço agrário do Sudeste Goiano: formação de cidades do agronegócio? 260
5.2 O uso do território do Sudeste Goiano pelas empresas do agronegócio: Cargill, Carol e Caramuru 287
5.3 O agronegócio no Sudeste Goiano: a disputa pelo uso dos territórios 294
5.4 Cerrado? Cadê? – o agronegócio e seus efeitos ambientais 303

CONSIDERAÇÕES FINAIS: arrematando a prosa - reflexões sobre as tramas do agronegócio no Sudeste Goiano 321

REFERÊNCIAS 332

APÊNDICE 1- Roteiro de entrevista semi-estruturada: representantes políticos (secretários da agricultura, prefeitos) 348

APÊNDICE 2- Roteiro de entrevista semi-estruturada: gerente ou proprietários de agroindústrias 349

APÊNDICE 3- Roteiro de entrevista semi-estruturada empresários rurais e /ou gerentes, agrônomos das empresas rurais 350

APÊNDICE 4- Roteiro de entrevista semi-estruturada: proprietários e/ou gerentes de comércios voltados para as atividades agrícolas 352

APÊNDICE 5- Roteiro de entrevista semi-estruturada: trabalhadores temporários e permanentes 353

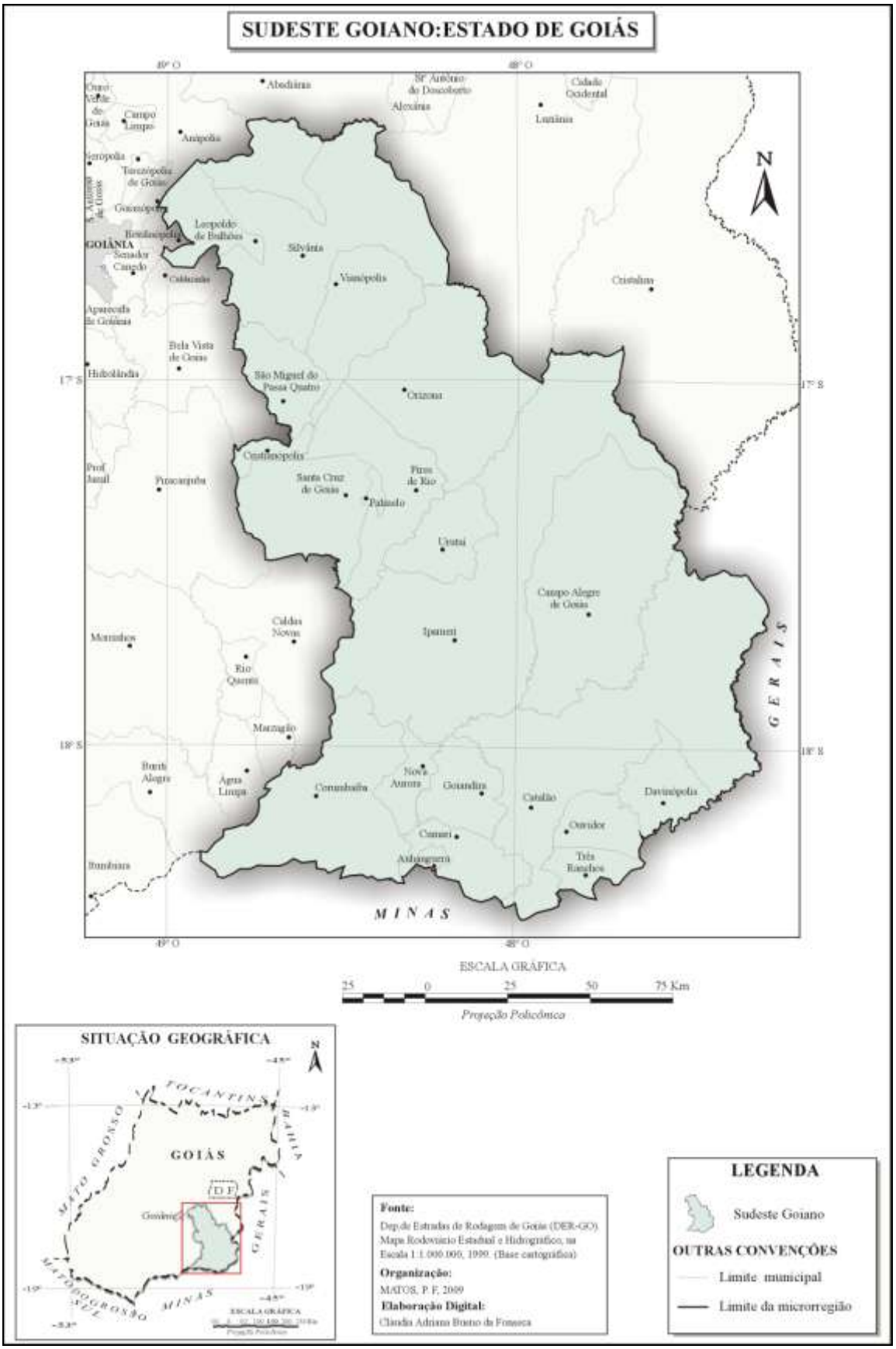
APÊNDICE 6- Roteiro para observação em trabalho de campo 355

INTRODUÇÃO

> *"O real não está na saída e nem na chegada, está na travessia."*
> *(Guimarães Rosa, 2006)*

A presente pesquisa, intitulada "As tramas do agronegócio nas 'terras' do Sudeste Goiano," objetiva realizar algumas reflexões sobre as metamorfoses sócio-espaciais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio no Sudeste Goiano. É necessário, portanto desvendar a lógica contraditória dos usos do território, assim como as novas territorialidades deles decorrentes. Para tal, há que se compreender como o agronegócio se apropria *do* e usa *no* o território, segundo a lógica de reprodução do capital.

A territorialização do capital no espaço agrário do Sudeste Goiano (Mapa 1) ocorreu na década de 1980, (re)estruturando as relações de produção em conseqüência das "novas lógicas" que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência, da tecnologia e da informação, e pela especialização produtiva, principalmente para a produção de grãos, como soja e milho. Em decorrência, transformações ambientais, sociais e espaciais também ocorreram e são visíveis, de forma material, na paisagem e/ou também não visíveis, mas constituídas e consubstanciadas nas relações sociais. Para analisar as transformações sócio-espaciais e ambientais além do que é visível, é necessário desvendar o que está camuflado (o que está por trás) dos dados quantitativos da produção, das inovações tecnológicas, das imensas lavouras e do próprio mito de que o agronegócio é mola propulsora para o desenvolvimento econômico, porque, entre outros atributos, ele moderniza o campo brasileiro. Mas, o que é modernização da agricultura afinal? É a relação dessa com o agronegócio.



Mapa 1- Sudeste Goiano: Estado de Goiás.

A modernização da agricultura foi propagada no Brasil desde a metade do século XX com o intuito de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas. Só foi possível no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o condutor, por meio de investimentos em pesquisas científicas, com a criação de órgãos como a EMBRAPA, programas e créditos agrícolas.

Para Graziano da Silva (1996), o termo modernização da agricultura é utilizado para designar a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, as modificações intensas da produção no campo e das relações capital x trabalho. Esse período é marcado pela dependência do mercado externo dos meios de produção. Assim, a consolidação efetiva da agricultura moderna ocorreu a partir de 1960, com a adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo (inovações agronômicas, físico-químicas, biológicas) e com a constituição dos complexos agroindustriais, o que gerou uma nova configuração socioeconômica e espacial para o campo brasileiro.

Com o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais, ocorre uma reorganização na produção agropecuária brasileira e um processo acelerado de integração de capitais. Esse processo, conforme Delgado (1985), deu-se a partir da centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, sobretudo, do Estado.

> [...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. (DELGADO, 1985, p. 35).

De acordo com Elias (2003, p.321),

> Podemos identificar uma terceira fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedade

> anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs.

Desse modo, a agricultura moderna, entendida como a incursão cada vez mais intensa das inovações tecnológicas e das metamorfoses da relação capital x trabalho, tem propagado no Brasil, notadamente no Cerrado, como um modelo que altera as condições econômicas, contribuindo para o aumento da produção agrícola do país. Os dados quantitativos e qualitativos da produção agrícola, como se essa produção pertencesse a todos, forjam uma falsa imagem das reais conseqüências que o agronegócio gera para os biomas, para os trabalhadores e a sociedade de um modo geral.

Assim, o uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador. Seguramente, as empresas rurais são a "vitrine" da agricultura moderna no Brasil.

A consolidação e a expansão da agricultura moderna no Brasil ocorreram em uma conjuntura da modernização do território. Por isso, pesquisadores, como Mendonça (2004) e Chaveiro (2008), defendem que a modernização da agricultura deve ser pensada a partir da modernização do território. Todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações, assim, a modernização da agricultura faz parte do processo de modernização do território. E para o capital, a modernização do território, ou melhor, a adequação dele para obtenção de fluxos[1] deve ser constante. Assim, o modelo modernizante

[1] Para Santos (2008, p. 86), "Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens.[....] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo."

da agricultura depende *da* e solicita, frequentemente, *a* modernização do território, visto que a produção é regida por uma economia globalizada, com racionalidade determinada pelo mercado.

> Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando a procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. (SANTOS, 2006, p. 274).

A modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho. Essa dinâmica é relacionada à modernização capitalista industrial e financeiro, descortinada nos anos de 1990, provocando metamorfoses no mundo do trabalho por meio do crescimento da terceirização, informalidade, diminuição de trabalhadores com carteira assinada, aumento das condições precárias do trabalho, entre outras. Essas metamorfoses no mundo do trabalho não se restringem apenas ao meio urbano; abrangeram também o campo, sendo mais visível nas empresas rurais.

Tendo como premissas dar um "ar" de modernidade às velhas formas de exploração do espaço agrário, começou a ser usado no Brasil, nas duas últimas décadas, o termo "agronegócio". A concepção deste termo difundida por vários países, veio a ser incorporada ao discurso e às análises de alguns estudiosos no Brasil, a partir da década de 1980 e associada ao termo Complexo Agroindustrial.

Os primeiros movimentos organizados e sistematizados em torno deste assunto surgiram nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, paralelamente à criação da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), à criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, da Universidade de São Paulo (PENSA/ USP)

(ARRUDA, 2007). Desde então, propagou-se o termo agronegócio no território brasileiro para caracterizar a racionalidade do processo produtivo capitalista no campo.

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos. O discurso ideológico do agronegócio é incorporado, aceito e apoiado pela mídia, por pesquisadores, por políticos e por muitos outros sujeitos da sociedade que utilizam justamente os dados quantitativos para defender o agronegócio. Por isso, faz-se necessário apreender que a apropriação do território por essa atividade produtiva visa, sobretudo, a reprodução do capital no campo brasileiro.

Assim, propõe-se discutir, na presente pesquisa, o conceito de território, sem perder de vista as reflexões sobre o espaço e a paisagem, considerando que as categorias de análise geográfica estão interligadas, com importantes interlocuções entre elas. É difícil fazer uma análise do território sem perceber a paisagem, o lugar, e o espaço. Logicamente, na pesquisa, uma ou duas categorias podem prevalecer e direcionar o trabalho com mais intensidade. "Sem nenhuma dúvida, as categorias sob um ângulo puramente nominal mudam de significação com a história, mas elas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente para a teorização." (SANTOS, 2003, p.147).

O território foi escolhido como a base da discussão por ser constituído a partir das relações de poder. O processo de territorialização do capital no espaço agrário, que gera a modernização da agricultura, altera não apenas o processo produtivo em decorrência da inserção de inovações tecnológicas, mas também as formas de apropriação, construção e usos

do território. Os usos são estabelecidos e planejados para se dar, cada vez mais, a ampliação dos lucros e, portanto, a reprodução e a expansão do capital.

A apropriação e o uso do território pelo agronegócio no Sudeste Goiano podem ser percebidos claramente na paisagem, ou seja, na paisagem é possível ver, identificar, observar e decifrar. Considera-se a paisagem, conforme as atribuições de Santos (2006), a materialização do espaço geográfico, uma unidade visível, que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural. "[...] a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. [...] cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas, objetos, providas de um conteúdo técnico - específico." (SANTOS, 2006, p. 103).

Na paisagem é possível perceber não apenas as formas visíveis, mas também os cheiros, os gostos, a textura e os sons, provenientes do processo produtivo do agronegócio no Sudeste Goiano. Sente-se o cheiro, ou melhor, o mau cheiro dos agrotóxicos, dos fertilizantes do processamento da cana-de-açúcar, de longe, ao invés dos cheiros dos frutos e das flores do Cerrado. Os sons das máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, pulverizadores) ao invés dos sons dos cantos dos pássaros, da sinfonia das folhas das árvores do Cerrado. Logicamente essa percepção é diferente de um sujeito para outro. Enquanto muitos não gostam do que vêem, dos cheiros que sentem e dos sons que se ouvem das atividades do agronegócio, outros apreciam e exaltam essa paisagem**.** De qualquer forma, aos olhos dos observadores, que não conseguem ver a (in)sustentabilidade social e ambiental do "mar de soja," ou, como prefere Ribeiro (2005) do "deserto de soja", da cana-de-açúcar e de outras monoculturas, essas são paisagens da prosperidade, da fartura, do progresso e do desenvolvimento para as áreas de Cerrado, enfim, da modernização.

Em Goiás o agronegócio é tido como uma das principais atividades de desenvolvimento[2] econômico do estado. Isso é reforçado em algumas porções do estado como no Sudoeste Goiano, tido como o "*el dorado.*" "O "mito Rio Verde" é um exemplo disso, quando tal município é anunciado, em mídia nacional, como sendo o lugar onde mais se gera riquezas e empregos no Brasil." (RIBEIRO, 2005, p.29).

O Sudoeste Goiano, o Sudeste e o Sul Goiano constituem as principais áreas de produção agrícola, notadamente, de grãos do estado de Goiás. No Sudeste Goiano, a territorialização do capital no processo produtivo não ocorreu de forma homogênea em todos os municípios. Territorializou-se de forma mais consolidada em Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona, Silvânia e Vianopólis. A territorialização da agricultura moderna nesses municípios está associada, principalmente, à topografia plana e à abundância dos recursos hídricos, que possibilitaram uma (re)organização produtiva.

Na implantação da agricultura moderna, os espaços prioritários para investimentos de capital no Cerrado foram as áreas de chapada[3] ou chapadões. Pela planura de seu relevo, as chapadas são ideais, principalmente para aquelas culturas nas quais se têm maior capacidade de mecanização como a soja e o milho. As chapadas também são dotadas de excelentes recursos hídricos, que possibilitam a irrigação de culturas no período seco (de maio a setembro). Assim, os fatores físicos foram muito importantes para a expansão da fronteira agrícola, pois, ao se apropriar, o capital não tem interesse apenas na terra, mas também no que ela contém de outros recursos naturais (água, relevo, clima) que podem proporcionar maior agregação de valor à produção.

Até o início dos anos 1970, as chapadas eram consideradas áreas impróprias para a produção agrícola, devido às condições físico-químicas do solo. Sendo assim, eram utilizadas

[2] No capitulo 2 será exposto que o agronegócio está mais centrado no crescimento econômico do que no desenvolvimento econômico, consideradas as diferenças de sentido entre eles, embora o termo desenvolvimento ainda seja utilizado por muitos como sinônimo de crescimento.

[3] De acordo com Guerra (1993), são grandes superfícies planas, ou levemente onduladas, por vezes horizontais, a mais de 600m de altitude, que ocorrem no Centro-Oeste brasileiro.

para a pecuária e para o extrativismo. Eram áreas pouco valorizadas se comparadas com as chamadas "terras de cultura", que possuíam um valor maior por serem propícias ao plantio de lavouras.

Com a modernização agrícola, as áreas de chapadas passaram a ser as terras mais valiosas do Cerrado. A inserção dos conteúdos técnico-científicos transformou esses espaços em grandes produtores de monoculturas. Com isso, as chapadas tornaram-se territórios *do* e *para* o capital. Em muitos municípios, as chapadas constituem "ilhas" de modernização, com a presença de muitos conteúdos da ciência em todo o processo produtivo. Nesses espaços se constitui, de fato, a industrialização da agricultura, em que as propriedades, geralmente de tamanho muito grande, em nada se parecem com as fazendas tradicionais, pois sua lógica de produção é inerente a uma indústria. Por isso, as denominações de "empresas rurais" e "empresários rurais", para seus proprietários. Estes são, comumente, moradores do meio urbano e não necessariamente residem em cidades próximas à propriedade. Assim, pode-se dizer que a terra tem um significado puramente comercial.

Ao contrário, o camponês tem um afeto *pela* e *para* terra, bem como uma identificação com o lugar, com as comunidades das "redondezas". Assim, o camponês é um "*homem do campo*"; já o empresário rural é um "*homem que vai ao campo*" com o intuito de gerar lucros e ampliar o seu capital. Da mesma forma, ocorre com a produção. O camponês pratica (agri)cultura em sentido amplo e o empresário rural, (agro)negócio (GONÇALVES, 2006). A contradição não ocorre apenas com as palavras, mas com os valores e ações.

Nesse início do século XXI, não somente os chapadões encontram-se capturados pelo capital. Outros espaços do Cerrado também são alvos da produção do agronegócio que não necessariamente precisa ser totalmente mecanizadas. É o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar que vem se espraiando para diversas áreas do Cerrado[4] para atender a demanda do

[4] De acordo com o Ministério da Agricultura, o relevo deve ter declividade entre 12 e 17%.

setor sulcroalcooleiro, que também tem feito dessa região território para sua consolidação. A expansão do agronegócio da cana-de-açúcar ocorre graças aos incentivos do governo e aos fatores físicos do Cerrado. Não há como descartar a importância dos elementos físicos para a expansão da territorialização do capital nas atividades agrícolas.

Além dos fatores físicos, há a influência dos fatores exógenos (ação do Estado e de empresas privadas) para efetivar a territorialização do capital nas atividades agrícolas do Sudeste Goiano. Inclui-se dentre os elementos, a localização muito próxima dos municípios a importantes centros consumidores como Goiânia (GO), Brasília (DF) e Uberlândia (MG). Além disso, o Sudeste Goiano é servido pela rodovia federal BR-050, uma importante via de circulação que liga Brasília a São Paulo. Essa rodovia possibilita a entrada de muitas empresas rurais nos municípios de Ipameri e de Campo Alegre de Goiás, facilitando com isso, o processo produtivo.

Com o objetivo de compreender a tecedura do agronegócio no Sudeste Goiano, sob o enfoque geográfico, no primeiro capítulo apresenta-se o caminho metodológico percorrido na pesquisa. No segundo capítulo, a preocupação é em analisar a territorialização da agricultura moderna no Brasil. Para isso, percorrem-se os meandros do processo de modernização da agricultura, compreendendo o papel do Estado, a modernização agrícola como sinônimo de modernidade, as relações de poder do agronegócio no território e por fim, a apropriação do Cerrado pelo agronegócio, analisando a forma como esse processo alterou os usos do território desse bioma.

No terceiro, faz-se uma caracterização do Sudeste Goiano, tendo como marco de análise a construção da estrada de ferro. Para entender o papel da Estrada de Ferro na economia de Goiás e de forma particular no Sudeste Goiano, fez-se necessário um resgate histórico do processo de ocupação econômica do território goiano.

No quarto capítulo, trata-se, particularmente, a territorialização do agronegócio no Sudeste goiano, abordando os novos usos do território consolidados. As reflexões sobre as metamorfoses no espaço urbano e rural decorrentes da expansão do agronegócio estão expostas no quinto capítulo. Por fim, tece-se em *finalizando a prosa*, considerações de forma mais enfática sobre as tramas sociais, espaciais e ambientais no Sudeste Goiano decorrentes do processo de territorialização da agricultura moderna.

1 INICIANDO A PROSA: o caminho metodológico da pesquisa

> *Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. Não se trata, pois, de apontar o que está certo ou errado. Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro. (OLIVEIRA, 2005).*

1.1 "O começo do caminho," "o fio da meada": por que o Sudeste Goiano?

Toda pesquisa é guiada por uma justificativa, pelo porquê da escolha do tema, assim como tem um recorte espacial e temporal, que estão sempre atrelados às concepções teóricas e ideológicas do pesquisador. No presente estudo, a escolha do Sudeste Goiano ocorreu depois de terminada a pesquisa de mestrado, que investigou a reorganização da estrutura produtiva no município de Catalão, no Sudeste Goiano, devido à modernização da agricultura, enfocando particularmente uma empresa rural que opera na produção de grãos. Após esse estudo e conhecendo um pouco mais outros municípios da "redondeza", surgiram inquietações sobre as territorialidades da agricultura moderna[5] desses outros municípios, como: a) quais fatores possibilitaram que a territorialização da agricultura moderna empresarial se consolidasse com mais intensidade em alguns municípios do Sudeste Goiano?; b) qual o papel que a agricultura moderna representa no Sudeste Goiano para a (re)estruturação produtiva e espacial?; c) como se dá o uso do território pela agricultura moderna no Sudeste Goiano?; d) a agricultura moderna no Sudeste Goiano causa/ou disputas pelo uso do território?; e) a territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano

[5] Nesta pesquisa todas as vezes que o termo agricultura moderna for utilizado vai estar se referindo a *agricultura moderna empresarial*.

configurou no espaço urbano, cidades do agronegócio? Essas inquietações levaram a esta pesquisa para o doutorado.

Mas, a escolha do Sudeste Goiano não é apenas ampliação da área de estudo em relação à pesquisa de mestrado, visa compreender a modernização da agricultura em uma região *político-administrativa* (que apresenta, em sua estrutura interna, diferentes configurações econômicas, sociais e políticas)[6] na qual se compreende que existem diferentes territórios. Entre esses territórios, estão aqueles do agronegócio, formados a partir da territorialização do capital, que levou à configuração de territorialidades inexistentes no Sudeste Goiano antes da década de 1980. Por isso, o recorte temporal para esta pesquisa é o período pós 1980, em que ocorre a expansão da agricultura moderna em bases empresariais no Cerrado goiano e, de forma particular, nos municípios do Sudeste de Goiás. Entretanto, não serão eliminadas análises de períodos antecedentes aos anos 1980, tendo em vista as metamorfoses ocorridas com a integração (construção da Estrada de Ferro) do Sudeste Goiano aos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que foi decisivo para a diferenciação dessa região em relação a outras do estado. Conforme assevera Santos (2008), a periodicização permite melhor definir conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço em conjunto. "É através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo que aprendemos o valor da cada coisa num dado momento." (SANTOS, 2008, p. 92).

Para desvendar e investigar os rebatimentos socioeconômicos e espaciais da agricultura moderna no Sudeste Goiano, do agronegócio, a pesquisa analisou as bases sobre as quais esse modelo da agricultura se assenta, compreendendo-o a partir da territorialização do

[6] A diferenciação sócio-espacial conforme Santos (2005) pode ser compreendida por meio da formação sócio-espacial, uma categoria capaz de guiar a análise da organização espacial de um dado espaço a partir da totalidade sócio-espacial. Para isso, conforme o autor é necessário à recorrida ao tempo histórico, pois as diferenças entre os lugares são os resultados do arranjo espacial dos modos de produção particulares. Na presente pesquisa optou-se por não analisar de forma especifica a formação sócio-espacial de cada município pesquisado, e sim, do Sudeste Goiano como um todo.

capital, o que cria territórios articulados por meio de redes, constructos de uma atividade econômica que produz sob os imperativos da globalização.[7]

> Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos, segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando a introdução, aprofundamento e difusão do processo de racionalização que se contagiam mutuamente, inserção de sistêmicos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (SANTOS, 2000, p. 89).

Para melhor compreender as transformações sócio-espaciais e econômicas no Sudeste Goiano, fez-se a opção por definir alguns municípios nos quais se faria a pesquisa de campo. Os municípios eleitos foram Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Orizona. A escolha foi feita a partir de alguns critérios considerados pertinentes para realização da pesquisa. O primeiro critério foi municipios com maior produção de grãos, em especial a soja, carro chefe da produção agrícola do Sudeste Goiano. Sendo assim, os municípios priorizados foram Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás. A opção por Campo Alegre de Goiás e Ipameri é justificada também pela existência do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado), que contribui para a expansão da agricultura moderna empresarial. Tendo a paisagem como primeiro elemento de leitura do real, constata-se que as áreas de chapadas desses municípios apresentam um modelo de produção que difere das demais áreas, um modelo pautado, sobretudo, na reprodução do capital. Nesse sentido, é uma paisagem, à primeira vista, regada

[7] Alguns autores, como François Chesnais e Giovanni Alves, a denominam de mundialização do capital. Santos (2000, p. 23, 24) mostra que " a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. [...] No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na historia , representado pela mais-valia globalizada".

de símbolos e signos de uma agricultura moderna. Mas, ao se observar com mais acuidade a paisagem, percebe-se que é também uma paisagem carregada de contradições sociais e impactos ambientais.

O município de Pires do Rio foi selecionado devido à presença de agroindústrias da cadeia grão-carne. Em Pires do Rio não há uma produção expressiva de grãos em relação aos outros municípios escolhidos, em virtude, sobretudo, das condições naturais do relevo, caracterizado por uma topografia ondulada, sem os chapadões. Mas, esse município, após os anos de 1990, sofreu uma reorganização produtiva devido à implantação de agroindústrias, principalmente a Nutriza, um complexo formado por fábricas de rações para aves, granjas de matrizes, incubatório e unidade de abate e de processamento de frangos. Foi estabelecida uma integração entre produtores e a empresa não apenas em Pires do Rio, mas também em alguns municípios adjacentes, como Urutaí, Santa Cruz e Orizona.

E, por fim, o município de Orizona foi selecionado por apresentar algumas características diferentes dos outros municípios do Sudeste Goiano. Por exemplo, é um município que, até 2007, teve população rural maior que a urbana. Esse aspecto, praticamente inexistente em Goiás, leva à reflexão sobre quais fatores o causaram. Certamente, esse fator por si só constituiria problema para produção de uma tese. Entretanto, o objetivo neste trabalho ora apresentado não é compreender especificamente essa característica de Orizona e, sim, analisar como o processo de modernização da agricultura afetou as relações de produção do município e consequentemente os usos do território.

Um outro fato que levou à escolha desse município são os diferenciais na produção de grãos (soja e milho). A produção de milho, significativa no município, é realizada em maior parte pelos pequenos proprietários para fazer a silagem para o gado. Orizona é a maior bacia leiteira do Sudeste de Goiás, e essa produção é oriunda em maior parte de pequenos produtores, que têm no leite uma forma de permanência no campo. Já a produção de soja é

realizada por produtores sulistas que possuem propriedades com tamanho em torno de 500 ha. Por ser um município com muitas áreas de relevo plano, tem-se a produção de soja em todo o município, porém, mais concentrado, na parte norte. Outro motivo que levou à escolha desse município é a atuação histórica de movimentos sociais rurais.

Apesar de algumas especificidades locais dos municípios escolhidos, a inserção da agricultura moderna empresarial em todos eles promoveu uma reorganização produtiva tanto no campo quanto na cidade. Assim, a especialização da produção agrícola e a organização do território em redes foram estabelecidas, pois, conforme atesta Santos (2008, p. 57), "quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área."

No Sudeste Goiano, a consolidação e a expansão da agricultura moderna, permeadas pelas inovações técnico-científicas, ocorreram após 1980 tanto efetuadas pelo capital quanto por privado e aparatos do Estado, redesenhando, portanto, o espaço agrário de muitos municípios e, conseqüentemente, alterando as relações de produção, substituindo culturas, concentrando terras e trocando produtores tradicionais camponeses, em muitos casos, por empresários rurais. Com isso, foi se construindo uma nova paisagem rural em vários municípios, principalmente nas áreas de chapadas, que foram "tomadas" pelas culturas de soja, milho, algodão, trigo. As fazendas, ou melhor, as empresas rurais (funcionam com ditames de empresas) são especializadas em duas ou três culturas. Esse quantitativo se deve à rotação de culturas e também se utiliza de culturas irrigadas para agregar valor à terra durante todo o ano.

Nas áreas de chapadas, toneladas de grãos são produzidas anualmente, gerando um intenso tráfego tanto no período de plantio quanto no período de escoamento da produção. A movimentação nas chapadas faz esquecer que essas áreas já foram espaços de pouca circulação, onde se criava apenas o gado, dada à insignificância dessas áreas até a década de

1970 para a atividade agrícola. Ao se percorrer as áreas de chapada, é difícil, ou quase impossível, se deparar com um camponês[8], alguém que se dedica à agricultura de subsistência com ou sem excedentes para o mercado local. Entretanto, as chapadas, a partir dos anos 1980 tornaram-se palco da territorialização do capital, portanto, *arena*[9] do capital.

1.2 Entendendo o Sudeste Goiano

O estado de Goiás com sua diversidade de relações sociais, culturais e econômicas, já sofreu diferentes formas de regionalização, sobretudo, as de interesses político-administrativos. Para Teixeira Neto (2002), no governo do Interventor Pedro Ludovico Teixeira[10] ocorreu uma primeira divisão do território goiano com o intuito de se instituir uma administração mais planejada. Já no governo Mauro Borges, em 1961, se implantou uma outra regionalização do estado, dividindo-o em 9 regiões. Posteriormente, no ano de 1969, o governo Otávio Lage acrescentou a esta regionalização mais 5 regiões, somando um total de 13. Em 1969, o IBGE dividiu o território atual de Goiás em 12 microrregiões "homogêneas"; essa regionalização permaneceu até 1989. Nesse mesmo ano, foi realizado pelo IBGE um novo projeto de regionalização do estado de Goiás, no qual, na designação das regiões, desapareceu a expressão "homogênea" e adotou-se a expressão "Microrregiões Geográficas." (Quadro1).

---

[8] Na Geografia e em outras Ciências Sociais há uma discussão polêmica entre o termo camponês e agricultor familiar. Nossa opção conceitual prioriza o termo camponês. No entanto, não é objetivo da pesquisa discutir as diferentes concepções teórico-metodológicas do conceito de camponês, nem tampouco de agricultor familiar.

[9] Arrais (2007) defende a tese e define a região como uma arena política. Para o autor, considerar a região como arena política é reconhecer no espaço regional, relações de poder desiguais e instáveis entre os diferentes atores sociais que ali atuam.

[10] Foi nomeado Interventor Federal em Goiás no período de 1930 a 1933 e eleito a governador em 1935, cargo que ocupou até 1937. De 1937 a 1945 foi nomeado Interventor Federal pela segunda vez, e foi eleito governador para o periodo de 1951 a 1954. No mandato de governador na década de 1930, Pedro Ludovico fez divisão do estado.

Ano / quantidade	Regionalização
1961 - 9 regiões	• **Nordeste** - ("Vão do Paraná", em torno das cidades de Cavalcante e de Campos Belos); • **Leste** -(referência o rio São Marcos e a cidade de Posse); • **Central** -(em torno de Uruaçu –Porangatu); • **Médio Araguaia** -(em torno da cidade de Goiás) • **Planalto** - (em torno da Anápolis, Luziânia e Formosa); • **Mato Grosso**- (referência o "Vale do São Patrício); • **Sudoeste** -(em torno de Rio Verde Jataí); • **Sul** -(em torno de Morrinhos, Goiatuba e Itumbiara); • **Estrada de Ferro** - (Pires do Rio como cidade mais central):
1967 - 13 regiões	• **Palma** -(parte do atual "Vão do Paraná"); • **Crixás-Açu** -(em torno das cidades de Crixás e Porangatu); • **Tocantinzinho**- (em torno de Niquelândia-Uruaçu); • **Leste** (em volta de Posse); • **Rio Vermelho** -(em torno da cidade de Goiás); • **"Mato Grosso" de Goiás** -(em torno do "Vale do São Patrício"); • **Planalto** -(em torno de Brasília); • **Alto Araguaia**- (em torno de Mineiros); • **Sudoeste** - (em torno de Rio Verde e Jataí); • **Meia Ponte** - (em torno de Piracanjuba e Pontalina); • **Estrada de Ferro** -(em torno de Pires do Rio e Catalão); • **Paranaíba** - (em torno de Goiatuba e Itumbiara).
1969 - 12 regiões	• **Serra Geral de Goiás** - (faziam parte os municípios goianos de Campos Belos e Monte Alegre de Goiás. Os outros – Arraias, Paranã, Taguatinga do Tocantins etc – situam-se no atual Estado do Tocantins); • **Alto Tocantins** -(em torno de Uruaçu e Porangatu); • **Chapada dos Veadeiros** -(em torno de Cavalcante); • **Vão do Paranã** -(em torno de Posse); • **Rio Vermelho** -(em torno da cidade de Goiás); • **"Mato Grosso" de Goiás**-(em torno do "Vale do São Patrício", Goiânia Anápolis, São Luiz de Montes Belos e Iporá); • **Planalto Goiano** - (em torno de Brasília); • **Alto Araguaia Goiano** -(em torno de Mineiros); • **Serra do Caiapó** - (em torno de Rio Verde e Jataí); • **Meia Ponte** - (em torno de Piracanjuba, Pontalina e Caldas Novas); • **Sudeste Goiano** - ("Estrada de Ferro", em torno de Pires do Rio e Catalão); • **Vertente Goiana do Paranaíba** -(em torno de Quirinópolis, Itumbiara e Goiatuba e Morrinhos).
1989-18 microrregiões Geográficas, agrupadas em 5 mesorregiões.	**I- NOROESTE GOIANO:** 1- Aragarças 2- Rio Vermelho 3- São Miguel do Araguaia **II – NORTE GOIANO:** 4 - Porangatu 5 - Chapada dos Veadeiros

Continua

	III – CENTRO GOIANO: 6 - Ceres 7 - Anápolis 8 - Goiânia 9 - Anicuns 10 – Iporá **IV – LESTE GOIANO:** 11 - Vão do Paraná 12 - Entorno de Brasília **V – SUL GOIANO:** 13 - Sudoeste de Goiás 14 - Quirinópolis 15 – Vale do Rio dos Bois 16 - Meia Ponte 17 – Pires do Rio 18 – Catalão

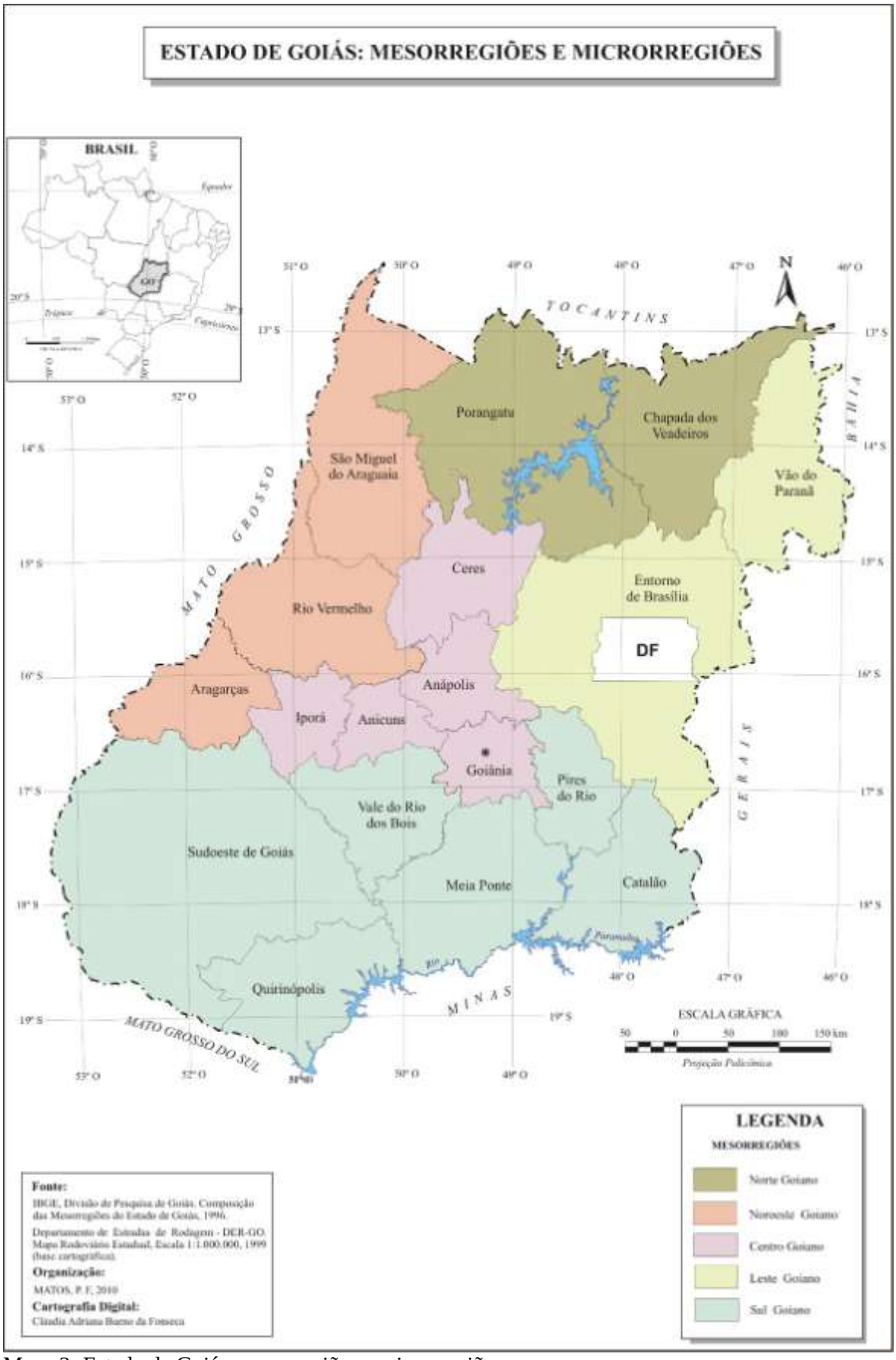
Quadro 1-Goiás: regionalização (1961-1989)
Fonte: Teixeira Neto, 2002.
Org.: MATOS, P. F., 2010.

Das 18 Microrregiões Geográficas, 11 levam o nome de municípios, 5 de elementos naturais (relevo e bacias hidrográficas), uma da sua localização geográfica e outra considera o processo de urbanização do entorno de Brasília. As 18 microrregiões foram agrupadas em 5 Mesorregiões. Assim, conforme o IBGE, o território goiano está regionalizado em micro e mesorregiões[11] (Mapa 2).

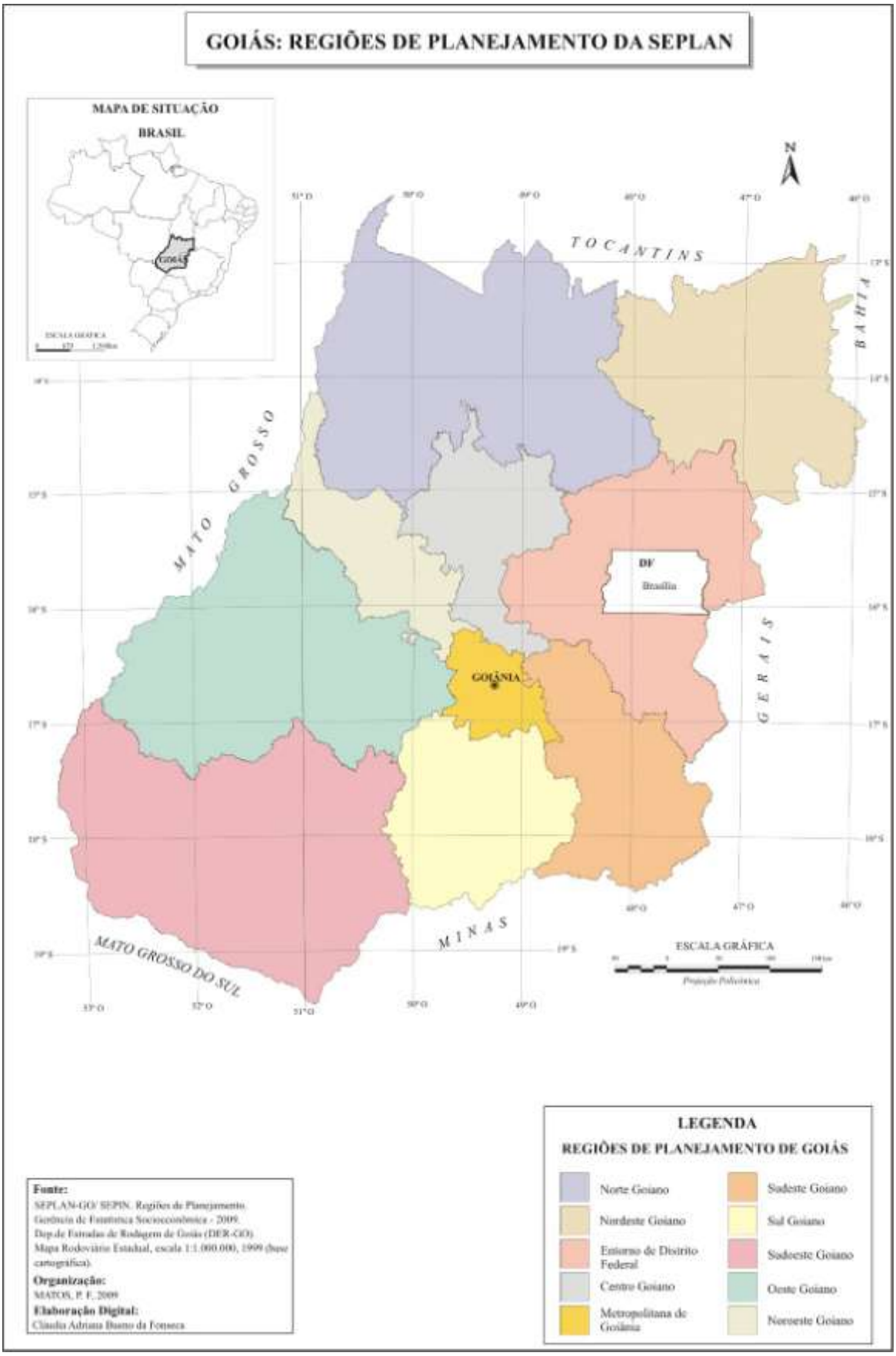
Não obstante, há outra forma de regionalização,[12] utilizada pela Secretária de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN), as chamadas Regiões de Planejamento (Mapa 3), somando um total de dez: Região do Entorno do Distrito Federal, Metropolitana, Norte, Nordeste, Noroeste, Sudeste, Sudoeste, Sul, Oeste e Centro Goiano.

[11] A Mesorregião Noroeste Goiano abrange as microrregiões de São Miguel do Araguaia, do Rio Vermelho e de Aragarças; a Norte Goiano, as microrregiões de Porangatu e da Chapada dos Veadeiros; a Centro Goiano , as microrregiões de Ceres, de Anápolis, de Iporá, Anicuns e de Goiânia; a Leste Goiano abrange as microrregiões do Vão do Paraná e do Entorno de Brasília; a Sul Goiano, abrange as microrregiões do Sudoeste de Goiás , do Vale do Rio dos Bois, da Meia Ponte, de Pires do Rio,de Catalão e de Quirinópolis.

[12] As Regiões de Planejamento do Governo do Estado e os critérios utilizados para se estabelecê-las são: a Região do Entorno do Distrito Federal que foi definida conforme o estabelecido na lei de criação da RIDE: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno; A GRANDE GOIÂNIA, que compreende 12 municípios, e sua Região de Desenvolvimento Integrado, composta por mais 8 municípios; as Regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano que foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições sócio-econômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais afim de minimizar os desequilíbrios regionais. As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para deslocamento à capital do estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.



Mapa 2- Estado de Goiás: mesorregiões e microrregiões



Mapa 3-Goiás: regiões de planejamento da SEPLAN.

Os critérios da SEPLAN utilizados para se fazer essa regionalização são as características da infraestrutura, as econômicas, as sociais e as espaciais. Essa regionalização obedece aos limites da divisão política e administrativa dos municipios do estado e as microrregiões do IBGE.

Nesta pesquisa, considera-se a regionalização[13] feita pela SEPLAN, na qual o Sudeste Goiano também é denominado de Região da Estrada de Ferro[14] é composto por municípios da Microrregião de Pires do Rio e da Microrregião de Catalão e um município da Microrregião de Goiânia.

As distintas regionalizações de Goiás, que obedecem a diferentes critérios, econômicos, ambientais, sociais ou políticos contribuem para fortalecer a identidade regional. Por exemplo, a região também conhecida como a Estrada do Boi, reforça a atividade econômica predominante, a pecuária. A região da Estrada de Ferro lembra o papel da ferrovia para as modificações sócio-espaciais no Sudeste Goiano. A Estrada de Ferro (será discutido no segundo capítulo) foi fundamental em todas as regionalizações descritas no quadro 1. O critério da ferrovia levou-se em consideração as cidades surgidas com a ferrovia, os municipios cortados por ela e também os municipios próximos. Essa regionalização é utilizada para formulação de políticas públicas, manifestações culturais, fortalecimento de poder político e também tem sido utilizada por pesquisadores de temas referentes ao aspecto cultural, movimentos sociais e questões econômicas e ambientais, entre outros.

Desse modo, o Sudeste Goiano, conforme regionalização da SEPLAN, é composto por 22 municipios, somando uma população total, em 2008 de 245. 520 habitantes sendo o município de Catalão o mais populoso, com 32% da população total dessa região. O Sudeste

[13] Há ainda uma outra forma de regionalização: o Programa Nacional do Turismo, realizado pelo Ministério do Turismo, dividiu o estado de Goiás em nove regiões turísticas: Agroecológica, Vale do Araguaia, Ouro, Águas, Biosfera de Goyaz, Negócios, Engenhos, Vale da Serra da Mesa, Nascente do Oeste.

[14] Na proposta de regionalização[14] feita por Gomes; Barbosa e Teixeira Neto (2004), esses autores consideram como Sudeste Goiano a Microrregião de Catalão e a de Pires do Rio.

Goiano ocupa uma área de 25.120,227 km², isto é, 7,39% da área total do estado, e é a quinta maior região do estado.

Em termos naturais, o Sudeste Goiano apresenta clima tropical semiúmido, com duas estações climáticas bem definidas: uma com altos índices pluviométricos, que se estende de outubro a abril, denominada regionalmente de "tempos das águas" e outra com baixos índices pluviométricos, denominada como "tempo da seca", que vai de maio a setembro. Nesse período, apesar de várias árvores do Cerrado estarem trocando a folhagem senescente por outra nova e irem ficando de cor amarron, dando a senssacão de que estão morrendo, muitas florescem como os ipês amarelos, branco e roxos, propiciando ao Cerrado uma beleza marcante e singular. No periodo chuvoso é a vez de apreciar muitos frutos do Cerrado como o pequi, a guariroba, além do verde de sua vegetação.

Quanto as condições fisicas, o relevo é caracterizado como ondulado, fortemente ondulado e plano. As intensas aréas planas, denominadas de chapadas, contribuiu para a territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano. Em relação aos solos predominam os denominados de latossolos vermelho-amarelo e vermelho-escuro. Estes, são os que melhor prestam às atividades agrícolas. Somando ao clima, relevo e solos, elementos primordiais para a expansão da agricultura moderna no Sudeste Goianao, destaca-se o grande potencial hidrico, com veredas[15], córregos e rios, em destaque, o rio Corumbá, Paranaíba e São Marcos.[16]

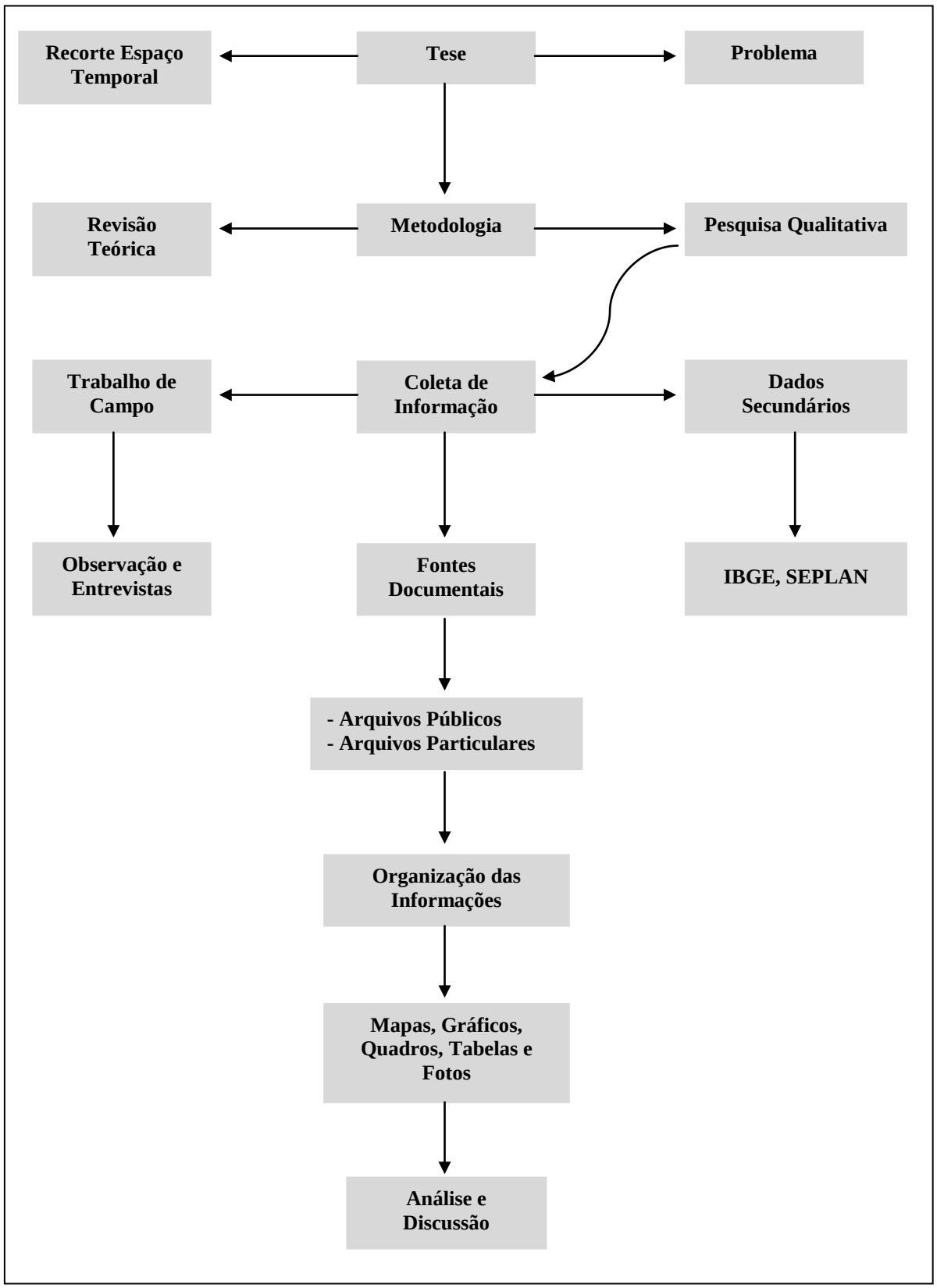
[15] Para Mendes (2004, p.22) "As Veredas se constituem em importante subsistema do Cerrado, possuindo, além do significado ecológico, um papel sócio-econômico e estético-paisagístico que lhe confere importância regional, principalmente quanto ao aspecto de constituírem refúgios fauno-florísticos, onde várias espécies da fauna e da flora são encontradas e dependem desse ambiente para sua sobrevivência. Além disso, constituem ambientes de nascedouros das fontes hídricas do Planalto Central Brasileiro, que alimentam os cursos d'água que formam a rede hídrica local e são utilizadas para os projetos de irrigação e dessedentação dos animais".

[16] Ver mapa no quinto capítulo.

1.3 O caminho metodológico da pesquisa

Para se atingir os objetivos de uma pesquisa vários são os caminhos que se pode percorrer. Cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e os objetivos da pesquisa. No presente trabalho, elegeu-se a pesquisa qualitativa, com revisão teórica, pesquisa de campo, e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Por meio, desses procedimentos, os dados foram organizados em mapas, tabelas, gráficos, quadros, com análises (Fluxograma 1) e discussões amparadas nas revisões teóricas. A teoria "[...] projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo em que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento." (D' INCAO, 1979, p. 18). Ainda conforme D' Incao (1979), a relação entre teoria e pesquisa, no processo de investigação, não se faz por meio de fases estanques, como ocorre na concepção verificacionista da ciência, cuja hipótese é deduzida da teoria e a pesquisa tem como objetivo testar a hipótese elaborada.

Na perspectiva metodológica adotada, apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos. Assim, ampara-se em autores que refletem sobre a questão do território para se compreender a territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, e, de forma específica, nas áreas de Cerrado como Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2002 e 2006), Santos e Silveira (2001) e Saquet (2007); toma-se por base teórica também autores que estudam o processo de modernização da agricultura em suas várias nuanças (ambientais, sociais, culturais, e econômicas) e que, de algum modo, possibilitam a compreensão das metamorfoses no espaço agrário brasileiro com a expansão do modo de produção capitalista, tais como: Brum (1987), Graziano da Silva (1981, 1996), Thomaz Júnior (2002), Elias (2006), Bernardes (1999, 2007), Oliveira (2006).Busca-se sustentação teórica também em estudos que se dedicaram a desvendar o Cerrado, principalmente quanto à modernização de seu território. Entre esses autores destacam-se Mendonça (2004), Almeida (2005), Ribeiro (2005), Chaveiro (2008).



Fluxograma 1- Esquema metodológico da tese
Org: MATOS, P. F., 2009.

E ainda foram analisadas pesquisas que retratam o Sudeste Goiano, sobretudo, aquelas que estudam o espaço agrário. A seleção de autores para a sustentação teórica da pesquisa foi amparada nas considerações de D'Incao (1979, p. 19), que afirma que

> A busca da teoria no processo de investigação resulta da crença que o cientista tem na existência de 'algo suscetível de ser definido como estrutura da coisa, coisa em si', isto é, da crença que o cientista tem, na possibilidade de conhecer mais profundamente a realidade percebida.

As palavras da autora levam à reflexão sobre a importância do método na realização de pesquisas, e, portanto, na produção do conhecimento, uma vez que os resultados de uma realidade estudada serão observados a partir da concepção filosófica do pesquisador.

1.4 Os sujeitos da pesquisa

A escolha dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos informantes não foi tarefa fácil. A dificuldade foi, sobretudo, de delimitar uma amostragem em cada município. Mas, logo, percebeu-se que, para compreender as metamorfoses sócio-espaciais, não era necessário um número exaustivo de informantes, mas, a escolha de sujeitos considerados "chave" que pudessem contribuir para o recolhimento de dados e, portanto, de informações para a efetivação da pesquisa.

As visitas realizadas a eventos de "Dia de Campo"[17] nos municípios pesquisados nos anos de 2007, 2008 e 2009, (Foto 1) serviram para observar e conversar com produtores, agrônomos, representantes comerciais de produtos voltados para as atividades agropecuárias. A partir dessas visitas, aos poucos foi se definindo o universo de sujeitos a serem qualificados como informantes da pesquisa. Muitos sujeitos que, inicialmente, pensava-se que poderiam ajudar com informações foram dispensados porque foram encontradas outras pessoas que

[17] O "Dia de Campo" é um evento promovido por produtores para divulgar sua produção e socializar informações entre produtores da região ou por lojas de insumos, equipamentos agrícolas para divulgar inovações tecnológicas. Esses eventos geralmente duram de um a três dias e acontece no período do plantio ou da colheita.

poderiam contribuir mais. Nos "Dia de Campo" foi possível também, por meio da observação direta e de conversas informais, obter informações importantes para pesquisa. Acredita-se que tais informações não teriam sido obtidas sem a participação nesses eventos, justamente porque muitas pessoas estão lá para fornecer informações. Ainda tinha-se, nos "Dia de Campo", certa liberdade para percorrer e conhecer as propriedades onde eles aconteciam. No ano de 2010, continuou-se a participação em "Dia de Campo" no município de Catalão, de Ipameri e de Campo Alegre de Goiás no intuito de realizar conversas informais com empresários rurais com os quais ainda não se havia conseguido fazer entrevistas.



Foto 1- Catalão (GO): Dia de campo, realizado para divulgar a biotecnologia de sementes. No detalhe campo de experimentação de milho e soja.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

Aos poucos, o universo de sujeitos[18] foi sendo definido, tendo sido obedecidos alguns critérios, em todos os municípios:

1- Secretários da agricultura ou prefeitos: por meio de entrevistas, foram recolhidas informações sobre os incentivos que os municípios dão para as empresas rurais e para a agricultura camponesa, a importância das empresas rurais para cada município e os efeitos ambientais, sociais e econômicos da produção em alta escala.

[18] Alguns nomes dos entrevistados foram mantidos com autorização dos mesmos.

2- Proprietários de lojas de produtos voltados para a agricultura (insumos, equipamentos) e de empresas de assistência técnica (agrônomos, técnicos agrícolas) para angariar dados sobre o perfil dos empresários rurais, tamanho das propriedades das áreas de chapada, infraestruturas dos municípios para atender as atividades agrícolas. Esses informantes também contribuíram para a escolha dos produtores a serem entrevistados, bem como das propriedades a serem visitadas. Essas informações foram obtidas por meio de entrevistas, conversas formais e informais (pessoalmente, por telefone e também via *e-mail*).

3- Gerentes de agroindústrias: por meio de entrevistas, foram coletados dados sobre produção, logística e importância econômica e social para o município.

4- Produtores: em cada município buscou-se entrevistar empresários rurais, considerando-se a produção, a infraestrutura e a unidade jurídica.

5- Trabalhadores permanentes e temporários: esses sujeitos, por meio de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, foram importantes para obter informações sobre as relações de trabalho nas propriedades visitadas. Essas entrevistas foram feitas nas propriedades e também nas cidades, aproveitando os dias de folga (sábado e/ou domingo) dos trabalhadores.

O próximo passo, após a escolha dos sujeitos, foi eleger a quantidade de entrevistas em cada categoria, ou seja, uma amostragem. Sobre amostragem, Turato (2003, p. 351) faz a seguinte afirmação:

> Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo é impossível, por razões práticas, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de aprender todos em seu trabalho. Como então só é viável conhecer parte do universo, seja em pesquisa quantitativa ou qualitativa, resta ao investigador recorrer ao que denominamos de amostra de sujeitos.

Na definição da amostragem observou-se alguns critérios estabelecidas por Minayo (2008, p. 197). São eles:

> a) investir em instrumentos que permitam a compreensão de diferenciações internas e de homogeneidades; b) assegurar que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contemplam o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar na pesquisa; c) privilegiar os sujeitos sociais que detém os atributos que o investigador pretende conhecer; d) definir claramente o grupo social mais relevante, ou seja, sobre o qual recai a pergunta central da pesquisa; e) dar atenção a todos os outros grupos que interagem com o do foco principal, buscando compreender o papel de cada em suas interações; f) trabalhar num processo de inclusão progressiva das descobertas em campo, confrontando-as com as teorias que demarcam o objeto; nunca desprezar informantes ímpares e não repetidas, cujo potencial explicativo acabam por ser importantes na descoberta da lógica interna do grupo; h) considerar um número suficiente de interlocutores para permitir a reincidência e complementaridade das informações; h) certificar-se de que o quadro empírico da pesquisa esteja mapeado e compreendido.

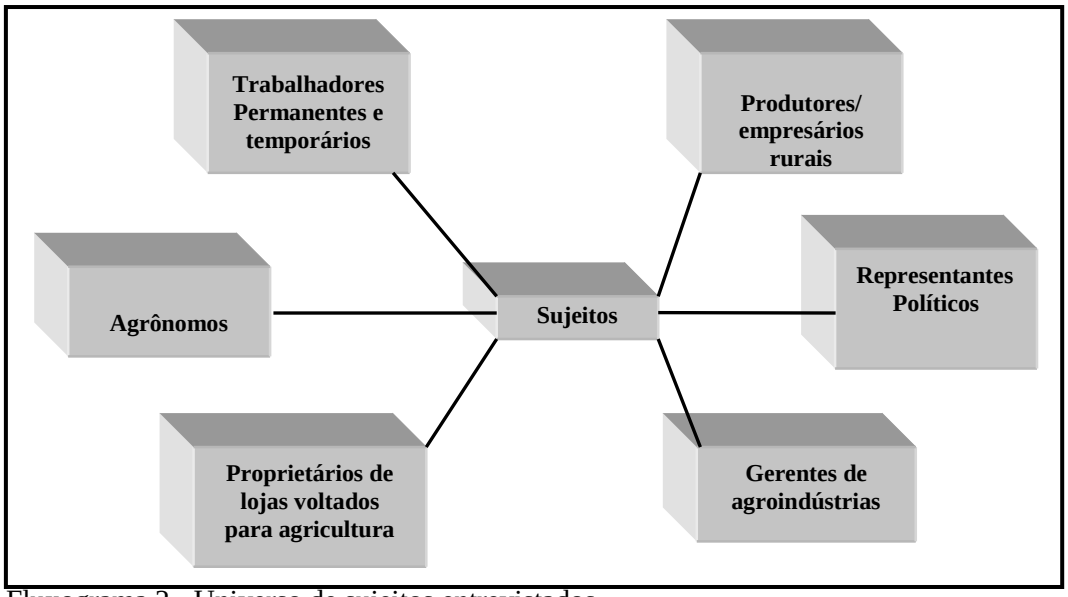
Para o estabelecimento do número de sujeitos também utilizou-se a proposta da amostragem por saturação de Turato (2003). Conforme esse autor, na amostragem por saturação, o pesquisador fecha o grupo quando, diante das informações já coletadas com um determinado número de sujeitos, observa-se que novas entrevistas somente adicionarão repetições de informações já coletadas.

A partir da delimitação dos sujeitos e da amostragem, em todos os municípios pesquisados, foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. As entrevistas estruturadas foram realizadas, de acordo com cinco roteiros diferentes (Apêndice 1, 2, 3, 4 e 5). Com o roteiro de número um, entrevistamos 28 sujeitos em Ipameri, Catalão, Campo Alegre e Catalão, empresários rurais ou gerentes das empresas rurais. Por meio do roteiro de número dois, direcionado para representantes políticos, foram realizadas 5 entrevistas, com dois prefeitos e três secretários da agricultura, dos municípios em estudo. O roteiro de número três foi direcionado para agrônomos e proprietários de empresas voltados para a agricultura de todos os municípios pesquisados. Nesse universo, foram entrevistados um total de 15 pessoas. Utilizando o roteiro número quatro, entrevistou-se o gerente do processo de integração da Nutriza em Pires do Rio, e o de controle e qualidade da Oderich, em Orizona. Com o roteiro de número cinco, foram feitas entrevistas com 25 trabalhadores permanentes e temporários de empresas rurais (Quadro 2).

Roteiro	Sujeitos da pesquisa	Números de entrevistados	Local
1	Empresários rurais, gerentes de empresas rurais	28	Campo Alegre de Goiás Catalão, Ipameri e Orizona
2	Prefeitos	2	Campo Alegre de Goiás e Orizona
	Secretário da Agricultura	3	Ipameri, Orizona, Pires do Rio
3	Agrônomos e proprietários de empresas no ramo do agronegócio	15	Campo Alegre de Goiás Catalão, Ipameri e Orizona
4	Gerente do processo de integração da Nutriza	1	Pires do Rio
	Gerente do controle de qualidade da Oderich	1	Orizona
5	Trabalhadores permanentes e temporários	25	Campo Alegre de Goiás Catalão, Ipameri e Orizona

Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa
Org.: MATOS, P.F., 2010.

Os sujeitos "chave" no processo de produção da pesquisa estão representados no fluxograma 2.



Fluxograma 2 - Universo de sujeitos entrevistados
Org.: MATOS, P. F., 2009.

1. 5 A pesquisa qualitativa: concepções teórico-metodológicas

Godoy (1995) mostra que os estudos qualitativos começaram a se difundir na investigação social a partir da segunda metade do século XIX em pesquisas da Antropologia e da Sociologia. A partir da metade do século XX, a abordagem qualitativa passou a ser a utilizada em estudos de outras ciências como a Geografia, Psicologia e Administração.

O fato de a pesquisa qualitativa, no campo das Ciências Sociais, ter assumido diferentes significados, dificulta a sua conceituação. Triviños (1991) afirma que as dificuldades para definir a pesquisa qualitativa centralizam-se na abrangência e na complexidade do conceito, na especificidade de sua ação e nos limites desse campo de investigação. Porém, o autor assevera que a dificuldade de definir a pesquisa qualitativa não significa que seja possível separar as suas características principais. "Por um lado, sua tendência definida, de natureza desreificadora dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano; e por outro, [...] a rejeição da neutralidade do saber científico." (TRIVIÑOS, 1991, p. 125).

Para Chizzotti (1991), as características principais da pesquisa qualitativa são o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, a imersão do pesquisador nas circunstâncias e no contexto da pesquisa, os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado e a aceitação de todos os fenômenos como importantes e preciosos.

Assim, na pesquisa qualitativa, parte-se do princípio de que há uma relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa estabelecida conforme o objeto de estudo e pautada nas orientações filosóficas que guiam as pesquisas qualitativas. As pesquisas qualitativas em geral fundamentam-se na fenomenologia e no marxismo. Para Chizzoti (1991) e Goldenberg (1999), os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa, de um modo geral, se opõem

ao modelo positivista de estudos de natureza social e cultural. E ainda se recusam a admitir que as ciências humanas e sociais devem-se conduzir pelo método experimental.

Minayo (2008, p. 57) conceitua a pesquisa qualitativa como sendo um método "[...] que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam".

Nessa perspectiva, Godoy (1995) enumera um conjunto de aspectos capazes de identificar uma pesquisa de natureza qualitativa: a) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) o caráter descritivo; c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; d) o enfoque indutivo na análise dos dados.

A princípio, pode parecer que fazer pesquisa qualitativa é mais fácil que fazer pesquisa quantitativa. Mas, ambas têm seu grau de dificuldade, e requerem do pesquisador a adoção de método e metodologia adequadas. O método é a forma como o pesquisador vê o mundo e a ciência, embasado em posturas filosóficas, e "como" utiliza o corpo de conceitos de uma ciência, na relação estabelecida com o objetivo de estudo. "O método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada, deixando claro o caráter social da atividade científica."(MORAES; COSTA, 1984, p. 32). A metodologia é o conjunto de técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa é ajustada e definida de acordo com os objetivos e com a delimitação da problemática da pesquisa.

> O exercício da problematização nos coloca frente a frente com a porta de entrada que nos dá acesso ao *real concreto*. É no aclaramento do universo de questões a serem trabalhadas teoricamente, que começaremos, então, a manusear os conceitos que nos levarão de volta para a compreensão do movimento do *real*. Assim, o ponto de partida é o método, o balizamento e rumo, necessários para nossa discussão, que tentando dar conta do *real concreto* (passa pela paisagem: conjunto de variáveis apresentadas pelo empírico), elabora em nível do pensamento uma leitura do movimento do concreto – o concreto em pensamento. Aí, sim, temos o nosso ponto de

> partida estabelecido para movimentarmos nossa discussão de eixo temático, seus sentidos e objetivos "delimitados" teoricamente. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 37, grifos do autor).

Na pesquisa qualitativa, a problematizarão, ou seja, a definição do problema é eixo fundamental e norteador da pesquisa. A formulação do problema é a base empírica e fomenta a busca de um corpo teórico que deve orientar e contextualizar o objeto de estudo no tempo e no espaço. A delimitação temporal e espacial é também muito importante no desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, visto que o recorte espacial refere-se "[..] aos limites do espaço a ser estudado e onde localiza-se o tema selecionado.[...] O recorte temporal, por sua vez, refere-se ao momento do tempo no qual situam-se nosso tema espacialmente recortado."(CORRÊA, 2003, p. 11-12).

É importante considerar que a escolha entre pesquisa quantitativa e qualitativa deve ser feita a partir dos objetivos que se deseja alcançar, isto é, com benefício da pesquisa e não do pesquisador. Desse modo, a abordagem qualitativa é propícia para estudos complexos que não exigem a quantificação. Normalmente, é adequada quando o contexto social ou cultural estiver presente como elemento norteador da pesquisa. A pesquisa quantitativa é mais apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis a partir de amostras. Por isso, utiliza-se a estatística para testar hipóteses e teorias científicas. As diferenças entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa são muitas. Porém, as diferenças não excluem a possibilidade de utilizá-las em combinação e/ou em integração.

A pesquisa qualitativa, por ter caráter necessariamente interpretativo para poder traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as suas análises. E ainda, conforme Triviños (1991) é possível que a partir das informações coletadas e analisadas, surja a necessidade de novas buscas de dados.

> Esta circunstância apresenta-se porque o pesquisador não inicia seu trabalho orientado por hipóteses levantadas *a priori*, cuidando de todas as

> alternativas possíveis, que precisam ser verificadas empiricamente, depois de seguir passo a passo o trabalho que, como as metas, têm sido previamente estabelecidas. As hipóteses colocadas podem ser deixadas de lado e surgir outras, no achado de novas informações, que solicitam encontrar outros caminhos. (TRIVIÑOS, 1991, p. 131, grifos do autor).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador considera os sujeitos estudados como um dos elementos do fazer científico, por isso, apóia-se em alguns instrumentos como entrevista, observação, análise do discurso e pesquisa-ação. Para atender os objetivos desta pesquisa, priorizou-se o uso da observação direta e indireta, de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas.

1.6 A organização das informações

1.6.1 A coleta de dados em fontes secundárias

Na abordagem qualitativa, tanto a coleta de dados quanto a sua análise devem ser feitas com rigor, para que os instrumentos utilizados proporcionem respostas à problemática levantada. Nesse sentido, de acordo com a problemática levantada, foi necessária a busca de dados em fontes primárias e secundárias. Os dados obtidos as fontes secundárias referem-se à produção agropecuária, à população, à estrutura fundiária, ao PIB (Produto Interno Bruto) e à produção irrigada, entre outros. Esses dados não são especificamente dos municípios do Sudeste Goiano; contemplam ora ou outra todo o estado de Goiás, a região Centro-Oeste e também o território brasileiro, haja vista a necessidade de interlocução do local com o regional e o nacional. Para coletar esses dados, recorreu-se às no *site* do IBGE e seus postos de atendimento nas cidades de Catalão e Pires do Rio, *site* da SEPLAN e do Ministério da Agricultura, da Integração, Planejamento e do Meio Ambiente.

No IBGE foram coletados dados concernentes à produção agrícola de 1970 a 2008. As informações do período 1970 a 1995 estão contidas nos Censos Agropecuários. De 2000

em diante, são referentes à Produção Agrícola Municipal (PAM[19]). Ainda no IBGE foram coletados dados referentes à população nos Censos Demográficos.

Na SEPLAN-Goiás foram obtidos dados sobre produção, população, infraestrutura (energia elétrica e rodovias) e economia do estado de Goiás. Essa fonte foi de extrema importância para a coleta de dados, uma vez que possui dados de todos os municípios, das microrregiões e messoregiões goianas. Os dados se referem à produção agropecuária, à energia elétrica, à pavimentação de rodovias, ao PIB e à população.

No Ministério da Agricultura, Integração e Meio Ambiente, foram coletados dados sobre a produção agrícola brasileira, a participação do agronegócio na economia, culturas irrigadas e infraestruturas, entre outros dados pertinentes à pesquisa.

Também foi utilizada a fonte documental. Buscou-se informações em arquivos públicos das prefeituras municipais de Catalão, de Campo Alegre de Goiás e de Ipameri para averiguar a abertura de empresas ligadas ao ramo da atividade agrícola. Os arquivos particulares de escritórios das propriedades rurais (empresas rurais) foram consultados para colher dados sobre a produção e os de empresas ligadas ao ramo da atividade agrícola para obter dados sobre produtores. Muitos dados foram coletados também nos *sites* de empresas, como da Carol, da Caramuru, da Cargill, da Oderich e da Nutriza.

No que tange aos dados de fonte primária, estes foram compilados por meio de observação direta e indireta e de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, tendo, o trabalho de campo como elemento norteador dessas escolhas.

[19] A pesquisa se desenvolve de janeiro a dezembro em âmbito nacional, abrangendo todas as unidades da federação. O mecanismo de coleta de dados prevê a realização de levantamentos sobre áreas plantada e colhida, produções esperada e obtida e produtividades prevista e obtida para os produtos de culturas temporárias e permanentes.

1.6.2 O trabalho de campo: uma ferramenta para observar e decifrar

A pesquisa de campo, ou trabalho a campo, é um procedimento que vem sendo utilizado pela Geografia ao longo de sua evolução do pensamento geográfico. Da sistematização da geografia enquanto ciência até meados do século XX, o trabalho de campo baseava-se na observação e na descrição dos fenômenos nas paisagens, resultando, portanto numa prática descritiva. Com o advento da geografia crítica, o trabalho de campo, além da observação, passa a incluir também a interpretação e a compreensão.

Além de ser utilizado na geografia, o trabalho de campo tem tradição de uso também na sociologia e na antropologia, constituindo-se como uma ferramenta importante para a realização de pesquisa e também para a prática de trabalhos pedagógicos. Na ciência geográfica, Suertegaray (2002) ressalta que a pesquisa de campo constitui um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação.

Para Thomaz Júnior (2006), o trabalho de campo é entendido como "laboratório geográfico." Assim, é um recurso importante e eficaz para desvendar a realidade empírica. Desvendar no sentido de interpretar os múltiplos significados de uma paisagem, pois, conforme apontam Alentejano e Rocha Leão (2006), o trabalho de campo não pode constituir-se apenas em um exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico num processo mediado pelos conceitos geográficos.

Na ciência geográfica quando se faz um estudo partindo-se de uma problemática ou da formulação de hipóteses sobre a realidade e/ou um fenômeno, a pesquisa a campo torna-se uma prática fundamental. No entanto, "a ida ao campo não significa, apenas, o movimento na direção do que pode ser descrito. Trata-se do movimento na direção do que necessita ser

interpretado e representado." (HISSA; OLIVEIRA, 2004, p. 38). A imersão[20] ao campo significa ir para observar, olhar, sentir, detectar, ver e analisar. As ações expressa por esses verbos permitem ao pesquisador a compreensão e até a transformação de uma realidade estudada.

Assim, a pesquisa de campo pode ser considerada como uma arte em que o pesquisador, por meio da observação e de instrumentos de coletas de dados, pode desvendar o que está atrás das aparências e esculpir uma interpretação do que está visível e também do que não está ao alcance dos olhos.[21] Para Hissa (2006, p. 184),

> Descobrir o que não está à mostra é não se contentar apenas com o que está evidente (considerando que a evidência possa, ela também, ser uma insinuação falsa, deslocadora). Descobrir o que não se põe aos olhos é construir a poesia do que está à mostra: é qualificar a invisibilidade do visível. É buscar a origem e a natureza do que se coloca disponível, e cobri-lo de palavras e significados.

É salutar dizer que, na pesquisa de campo, o que se observa e o que se compreende é produto de uma seleção orientada pela concepção e pela formação teórica do pesquisador, isto é, pela posição filosófica. Por isso, Suertegaray (2002) avalia o trabalho de campo sob a perspectiva do método, pois, por meio do método, há diferentes formas de leituras do mundo.

> No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos. No método neo-positivista o campo como realidade empírica é externo ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. [...] No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro-daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se

[20] Na pesquisa de campo, para se ir além das evidências paisagísticas, todos os sentidos do corpo humano devem ser colocados em ação: a audição, o tato, a visão e até mesmo o paladar. Apesar do olhar ser importante, não é apenas este que captura as informações a serem desvendadas e interpretadas.

[21] A geografia contemporânea tem se preocupado com a atividade de trabalho de campo tanto em pesquisas, quanto em ações pedagógicas, incorporando novas dimensões como o simbólico, o imaterial e o subjetivo, que podem ultrapassar o que está visível.

> colocar no lugar de. Negando o positivismo, este método não separa sujeito e objeto. (SUERTEGARAY, 2002, p. 94).

Posições filosóficas diferentes permitem que se veja um objeto a partir de vários olhares e, portanto, apresentam diferentes entendimentos. Assim, para a compreensão do real, o ponto de partida é a escolha clara do método. É através dele que se consegue realizar a leitura científica do mundo.

Nessa direção, Thomaz Júnior (2005, p. 37) salienta que também a maneira que se procede a problematização configura elemento importante para aproximação do real.

> Entendendo o concreto como sendo a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir que o pensamento é um ato de construção estreitamente relacionado com o processo de construção histórica - o *concreto* em pensamento. O movimento geral, particular-singular e singular –particular-geral, (a tríade/escalar categorial) é que nos permite chegar mais próximo do *real concreto*, munidos conceitualmente (concreto em pensamento), onde a cada movimento, o concreto em pensamento é ponto de partida para a "leitura" e compreensão do real concreto.

Kayser (2006) defende que a hipótese de trabalho é uma das primeiras armas a se utilizar no preparo da pesquisa de campo. Por isso, o pesquisador não pode, como afirma o autor, ir "verde" ao terreno, ou seja, ir despreparado teoricamente para o campo. Em relação à imersão a campo, corrobora-se com Kayser (2006), por considerar que de fato o pesquisador não deve iniciar a pesquisa de campo sem bases teóricas. Nessa perspectiva, Alentejano e Rocha Leão (2006) asseguram que fazer trabalho de campo configura um momento de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sem o qual, portanto, tornar-se-ia vazio de conteúdo e incapaz de desvendar a essência dos fenômenos geográficos.

Além da preparação teórica, Marcos (2006) ainda refere-se a outras preocupações importantes, como: Quais técnicas e instrumentos a serem utilizados? Em que momento pode ir a campo? Como "chegar" ao local? Como se aproximar das pessoas? Como conquistar a confiança delas? Como garantir a cientificidade exigida pela academia? Essas preocupações

devem ser levadas em consideração uma vez que a forma como planejamos a pesquisa de campo pode significar seu sucesso ou insucesso.

Sobre os recursos utilizados para auxiliar o olhar, a observação em campo, Suertegaray (2002) ressalta que esses instrumentos não podem ser os encaminhadores dos resultados; devem ser vistos como meios de realização de trabalho e não como fim. Na verdade, a sofisticação das tecnologias (máquinas, filmadoras e gravadores digitais, imagens de satélite e GPS, entre outros) tem viabilizado e facilitado as pesquisas de campo. Porém, o uso de recursos sofisticados não garante o bom resultado da pesquisa de campo se o pesquisador não tiver preparação teórico-metodológica.

Refletindo sobre a importância das técnicas no trabalho de campo, Venturi (2006) salienta que as técnicas exercem um papel importante no processo de produção científica, auxiliando na obtenção e sistematização de informações. Conforme o autor, as técnicas podem ser utilizadas em laboratório e em pesquisa de campo.

> Em termos gerais, as técnicas de laboratório exercem três papéis fundamentais no trabalho científico. Em primeiro lugar, elas podem auxiliar no preparo do trabalho de campo, isto é, no planejamento das ações baseado em um conhecimento prévio da área de estudo. Essas ações podem envolver providências como o estabelecimento de contatos com interlocutores, o levantamento cartográfico e bibliográfico, além de inúmeras outras, sempre atreladas aos objetivos do trabalho. Em segundo lugar, auxiliam também no tratamento das informações trazidas do campo. [...] Finalmente, o uso de técnicas de laboratório pode criar simulações de situações reais cujo controle é mais eficiente do que em campo, a exemplo de testes de porosidade e permeabilidade de solos ou simulações de balanço hídrico. Podemos acrescentar que o laboratório é o espaço de trabalho onde se podem promover estágios para o aprendizado do uso de determinadas técnicas e instrumentos. (VENTURI, 2006, p. 75).

As técnicas de laboratório, de fato, são importantes tanto para o preparo do trabalho de campo, quanto para auxiliar na sistematização dos dados. Porém, é importante ter o cuidado de não se iludir com a possibilidade de obtenção de dados em laboratório em detrimento da ida em campo. Por exemplo, o uso da imagem de satélite permite obter informações precisas da realidade, mas é necessário que o pesquisador vá à área de pesquisa,

para conferir os dados, uma vez que o trabalho de campo representa o contato direto e imediato do pesquisador com a realidade.

Destarte, considerando o trabalho de campo como uma etapa essencial da pesquisa, optou-se por fazer neste presente trabalho várias imersões a campo no decorrer do ano de 2007, 2008, 2009 e 2010 para tentar compreender as transformações sociais, espaciais e ambientais no Sudeste Goiano após os anos de 1980, em virtude do processo de modernização da agricultura.

1.6.3 A técnica da observação em campo

A observação constitui uma técnica muito valorizada e importante na coleta de dados de uma pesquisa em Ciências Sociais.A utilização dessa técnica permite ao pesquisador o contato e a proximidade com o objeto/fenômeno de estudo. No entanto, observar não significa simplesmente olhar (TRIVIÑOS, 1991). É preciso conseguir, absorver o que está além da aparência, ou seja, chegar à essência.

Alves - Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 164) destacam com muita propriedade algumas vantagens atribuídas à técnica da observação:

> a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite "checar", na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para "causar boa impressão"; c) permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem a vontade para discutir; d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial. (grifos do autor).

Assim, é importante, antes de iniciar o processo de observação, o planejamento das atividades, contemplando os seguintes elementos: a) o que deve ser observado; b) quais sujeitos serão observados; c) quando deve ser feita a observação; d) como serão os registros.

Em relação às formas de se fazer a observação, Quivy e Campenhoudt (1998) destacam a observação direta e a indireta. A observação direta é aquela em que o pesquisador procede diretamente ao recolhimento das informações. Na observação indireta, o pesquisador dirige-se ao sujeito para obter a informação desejada, por meio de entrevista ou questionário. Em uma mesma pesquisa, pode-se utilizar a observações direta e a indireta.

A observação pode ser ainda estruturada (assistemática) ou não estruturada (livre). Na primeira, os fenômenos/aspectos a serem observados são pré-determinados. Na segunda, os fatos a serem observados não são preestabelecidos, isto é, são livres. Esta é a forma da observação participante, na qual o "[...] pesquisador se torna parte da situação observada, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação." (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 166). A observação participante permite a integração do pesquisador ao grupo pesquisado; o pesquisador, assim, deixa de ser um observador externo e passa a fazer parte ativa dos pesquisados.

Desse modo, optou-se nesta pesquisa pela utilização da observação direta e da indireta de forma integrada. Para a observação direta, utilizou-se um roteiro elaborado previamente, contemplando os elementos a serem priorizados (Apêndice 6). Na observação direta, as concepções teórico-metodológicas influenciam diretamente no recolhimento das informações. É extremamente importante o trabalho de campo porque com ele pode-se em várias ocasiões confirmar ou não informações obtidas. Em várias imersões *in loco* constatou-se que muitas informações obtidas diretamente com produtores, ou gerentes das propriedades não correspondiam ao que foi constatado pessoalmente, permitindo assim, fazer uma comparação do que foi dito e do que foi visto. Na observação indireta, priorizou-se também a forma estruturada (assistemática), com roteiros de entrevista estruturados e semi-estruturados.

1.6.4 A entrevista: um recurso importante na construção da pesquisa

A entrevista é uma das técnicas mais empregadas nas pesquisas das Ciências Sociais, em virtude, sobretudo, de dois fatores: em primeiro lugar, porque os pesquisadores consideram que é uma técnica fácil de ser utilizada, em segundo, por ser uma técnica que permite a coleta de informações de forma mais interativa. Gil (1999) considera a entrevista como uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes (o entrevistador) busca coletar e a outra (entrevistado) fornecer informações.

Há diferentes formas de utilização da entrevista. Nas obras de Chizzotti (1991), Triviños (1991), Quivy e Campenhoudt (1998) e Gil (1999) são encontrados seis tipos: estruturadas, semi-estruturadas e não estruturadas, entrevistas focais, história oral e entrevista projetiva. A forma da entrevista deve estar em consonância com a problemática, os objetivos da pesquisa e também com viabilidade de ser realizada, uma vez que o bom resultado dessa técnica depende da forma como o pesquisador a conduz.

Nessa perspectiva, optou-se pela entrevista estruturada e pela semi-estruturada para uma parte da coleta de dados da pesquisa. As entrevistas estruturadas são caracterizadas pela elaboração prévia e criteriosa das perguntas. A lista de perguntas é chamada de formulário (GIL, 1999). Requer planejamento e operações específicas para o seu desenvolvimento.

As entrevistas semi-estruturadas constituem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Esse tipo de entrevista foi usado porque possibilita a obtenção de outras informações além das previstas. Uma pergunta pode dar a chance ao entrevistado de fornecer novas informações ou complementar informações já oferecidas; também a resposta de uma pergunta pode levar o entrevistador à indagação sobre outras informações.

As entrevistas, estruturadas, e não estruturadas realizadas[22] (90%) foram gravadas com autorização dos entrevistados tendo em vista que a captura das respostas do entrevistado ocorre com mais presteza. Algumas entrevistas foram realizadas por *e-mail*, em virtude da indisponibilidade de tempo dos entrevistados. Diversos sujeitos (gerentes de agroindústrias e empresas rurais), solicitaram que o roteiro das entrevistas fosse enviado, antecipadamente, por *e-mail*. Em muitos casos, só houve a confirmação das entrevistas depois de enviado o roteiro. Especialmente entre os gerentes de agroindústrias, pôde-ser perceber certo receio e desconfiança em conceder entrevistas. Também houve casos em que o entrevistado, depois de receber o roteiro por *e-mail*, assinalou as perguntas que não poderia responder. Com alguns empresários rurais, não foi diferente, talvez nem tanto pela desconfiança, mas, sim, pelo medo de mostrar como ocorre o processo produtivo de suas empresas rurais.

O receio, o medo e a insegurança de alguns sujeitos demonstram que, no processo produtivo, principalmente no que tange às questões ambientais e às relações de trabalho nas empresas rurais e agroindústrias, existem problemas muitos sérios que não podem ser vistos e nem descobertos. Essas empresas, de um modo geral, são muito "maquiadas" para esconderem atrás dessa "maquiagem" a imperfeição do sistema. Ao visitá-las, a primeira impressão que se tem é de um sistema produtivo que respeita as leis trabalhistas e, em alguns casos, até os ambientais. Todavia, ao se acurar na observação, percebe-se o contrário disso. Por exemplo, em uma empresa rural do município de Campo Alegre de Goiás, o alojamento mostrado é aquele destinado aos trabalhadores permanentes da propriedade (técnicos agrícolas, mecânicos, soldadores). De fato, é um lugar que apresenta as condições necessárias para se viver e alojar. Já o alojamento destinado aos trabalhadores temporários, principalmente os que fazem a colheita do café, não foi mostrado, pois, trata-se de um local

[22] 10% do total de entrevistados não permitiram gravar.

precário para alojar os trabalhadores. Inclusive, nessa mesma propriedade, foi encontrado trabalho escravo no ano de 2004.

Dessa forma, mesmo apresentando dificuldades em sua realização, a entrevista é uma forma eficiente para buscar informações, entendendo-se, conforme Alves Mazzotti e Gewandsznajder (2002), que não há metodologias "boas" ou "ruins" e, sim, metodologias adequadas e inadequadas.

1.6.5 O uso de fotografias e mapas

O uso de fotografias é muito comum na geografia como forma de contribuir para maior compreensão dos fenômenos investigados, assim como é também uma forma de ilustração e de documentação. A importância do uso de fotografias na Geografia pode ser ilustrada com as considerações de Justiniano (2005, p. 187):

> Em Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve se acompanhada de outras informações, com localizações geográficas, ângulo de visada, registro de hora e da data e relato do fato observado. Essas anotações serão importantes na composição dos trabalhos, na verificação de resultados e no acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo.

Assim, por esses motivos, durante os trabalhos de campo, foi utilizada a fotografia para registrar determinados fenômenos na paisagem, uma vez que o recurso fotográfico materializa no tempo e no espaço o fenômeno pesquisado (CHELOTTI, 2009). E ainda, conforme Martins (2010, p.65) "[...] a imagem fotográfica é ao seu tempo aparentemente único, que o fotógrafo imagina, isto é, constrói a sua imagem fotográfica, aquilo que quer dizer através da fotografia."

Em todos os trabalhos de campos realizados a câmera digital era uma espécie de "companheira que não poderia faltar". Em muitos momentos, a saída de campo foi apenas para o registro fotográfico e observação. No entanto, nem todas as fotografias utilizadas são apenas do período da pesquisa, mas são também do acervo da autora, de períodos anteriores. Também foram utilizadas fotografias aéreas concedidas por empresas rurais e agroindústrias.

Dessa forma, de aproximadamente, mil fotografias foram selecionadas apenas 50 para compor o trabalho final. A seleção dessas fotografias baseou-se na originalidade e na pertinência dos temas abordados.

Outro recurso utilizado foram os mapas, adotados para localização, espacialização e também mapeamento de dados, da área de pesquisa, de Goiás, do Cerrado e mapas com informações que abrangeu o território Brasileiro. Os mapas confeccionados especialmente para compor este trabalho foram elaborados a partir de cartas base do IBGE e outros assessoria públicos como a SEPLAN, Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO), dados de empresas privadas como a Caramuru, Carol, Cargill, Nutriza e também de imagens de satélite LANDSAT 5 TM.

Assim, a descrição teórico-metodológica exposta neste primeiro capítulo, intitulado "*Iniciando a prosa: o caminho metodológico da pesquisa*", retrata os passos, ou melhor, todo o caminho para chegar aos resultados da pesquisa que será apresentada nos capítulos que se seguem.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO: uma discussão para entender as metamorfoses no Sudeste Goiano

> *Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo que é sólido se desmancha no ar."* (BERMAN, 2001)

2.1 O território: a *arena* do poder

O espaço agrário brasileiro, nos últimos cinqüenta anos, tem passado por inúmeras metamorfoses, com significativos efeitos sobre suas funções e conteúdos. Essas mudanças estão atreladas ao projeto de modernização do território, mais especificamente à modernização da estrutura produtiva do campo, que se constituiu num processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões. Dessa forma, busca-se compreender o processo de modernização da agricultura a partir da leitura do território, da territorialização do capital na constituição de novas territorialidades, nas quais estão inscritos os conteúdos da agricultura moderna. Haesbaert (2005) mostra que todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando se refere especificamente a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

Como ponto de partida para a compreensão do território, apóia-se nos pressupostos de Raffestin (1993) que alerta que o conceito de território não deve ser confundido com o de

espaço. Território é uma produção a partir do espaço. “Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, [...] o ator ‘territorializa’ o espaço.” (p. 143). Desse modo, o território se configura em um espaço territorializado, apropriado, modificado pelas relações sociais e que revela o domínio, o poder, seja, de indivíduos, grupos e empresas, seja do Estado. O território constitui, portanto, uma *arena* do poder. Esse poder pode ter caráter econômico, político ou cultural, mas também pode apresentar concomitantemente todas essas qualidades.

> O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. (SAQUET, 2003, p. 24).

Referente às relações de poder, Raffestin (1993) considera a população, os recursos naturais e o território como trunfos essenciais ao poder. Esses elementos sempre estão simultaneamente sintonizados, visto que

> O território [...] é a cena do poder, e o lugar de todas as relações, mas sem população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

O território é composto conjuntamente por ações/relações e poder que se manifestam por indivíduos ou grupos, ou seja, a população, “[...] simplesmente porque ela está na origem de todo o poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Já os recursos naturais constituem materialidade, instrumentos de poder e também de conflitos. As relações conflituosas devido à disputa por recursos naturais renováveis e não renováveis sempre existiram no seio da humanidade, são tão antigas quanto à humanidade. Com o avanço das técnicas, sobretudo, no sistema capitalista, o homem passou a dominar e controlar cada vez mais a natureza, isto é, as inovações tecnológicas permitiram a intensificação da relação homem x natureza, fazendo dela uma mercadoria e, portanto, um instrumento do capital. A agregação de valores aos

recursos naturais, seja por indivíduos, por empresas ou pelo Estado, aumenta as relações de poder, materializado em todas as relações de produção que estejam presentes no espaço e no tempo.

De acordo com Haesbaert (2006), o entendimento do território deve-se considerar as seguintes concepções: a) Política: o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, nem sempre relacionado ao poder político do Estado; b) Cultural: prioriza a dimensão simbólica, na qual o território é visto como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo ou indivíduo em relação ao seu espaço vivido; c) Econômica: prioriza as relações econômicas, o território é visto como fonte de recursos no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; d) Natural: o território é abordado numa concepção que envolve as relações entre sociedade e natureza, sobretudo, no comportamento "natural" dos homens em relação ao seu ambiente físico.

A essas concepções, Haesbaert (2006, p.41) acrescenta que a leitura do território, deve partir de duas perspectivas teóricas (materialismo-idealismo e espaço - tempo).

> a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos "parcial" de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a "natural" a econômica, a política, ou a cultural); ii. a perspectiva "integradora" de território, na resposta a problemática que, "condensadas" através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas. (grifos nossos).
> b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como coisa ou objeto) e social-histórica (como relação): ii.sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está diretamente circunscrito a determinado (s) período (s), grupo (s) socia (is) e /ou espaço (s) geográfico (s).

A perspectiva, integradora, que possibilita compreender a complexidade do território em múltiplas escalas que podem ir do local ao global, aliada ao caráter relacional e à historicidade e geograficidade do território constitui o espaço híbrido. Para Haesbaert (2006),

"o espaço híbrido é a fusão entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e 'idealidade', que acontecem numa complexa interação espaço-tempo" (p. 79). No caso específico da territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, a visão integradora permite a compreensão dos territórios formados *para* e *pelo* capital.

Com as mudanças tecnológicas, no período técnico-científico-informacional, o território deve ser compreendido como uma rede. Tomando-se o território como rede há que se entender que controlar o espaço não significa apenas controlar áreas, mas, principalmente, estabelecer e controlar fluxos e fixos. Assim, "territorializar significa hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, *no* e *pelo* movimento." (HAESBAERT, 2006, p. 282). Saquet (2003, p. 26) acrescenta que

> a formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle do e no espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais.

Para Moreira (2006), o atributo da sociedade em rede é a mobilidade territorial. As relações em rede não são um fenômeno recente; ocorreram em cada momento histórico com formas e conteúdos diferentes, frutos da infraestrutura e/ou sistema de objetos técnicos do território. Conforme o referido autor, o sistema em rede se inicia no Renascimento, com o desenvolvimento de instrumentos (naus, caravelas, bússolas, astrolábios, mapas geográficos), tornando possíveis as grandes navegações, pelas quais o transporte de mercadorias e pessoas em grandes distâncias integrou a economia européia à economia de todos continentes e ampliou-se o conhecimento humano sobre a geografia da terra, tendo consubistanciado-se uma revolução comercial, a partir da unificação dos mercados europeu, asiático, africanos e americano.

Com o advento da Primeira Revolução Industrial reforçaram-se as redes de transporte, principalmente com o trem-de-ferro e o navio moderno, que viabilizaram uma circulação e uma comunicação mais rápida e eficientes entre os países e os continentes. Ao

longo dos anos, o desenvolvimento das redes de transportes foi evoluindo, gerando, por conseguinte, uma fluidez cada vez maior de mercadorias, capitais, costumes e informações.

No século XX, o sistema de redes passa a ser muito mais dinâmico, devido às inovações técnico-científicas nos meios de transportes (sistema hidroviário, rodoviário, ferroviário, aeroviário) e nos meios de comunicação (televisão, telefone, *internet)*, isto é, os fixos e fluxos que movimentam os territórios, são articulados pelas relações de uma sociedade em rede.

> Com a organização em rede, o espaço fica simultaneamente mais fluido, uma vez que, ao tornar livres a população e as coisas para o movimento territorial, a relação em rede elimina as barreiras, abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um para outro canto, amplificando ao infinito o que antes fizera com os cultivares. (MOREIRA, 2006, p.162).

A globalização acirrou a formação de territórios pela configuração de redes, como aponta Haesbaert (2006). Os territórios sempre carregaram a ideia de movimento e de integração. Todavia, é com a globalização que há maior interligação entre os lugares e as pessoas, devido a um novo sistema de circulação de capital, informações, ações, mercadorias e culturas, e outras relações que se dão no território. No entanto, a conecção entre os espaços não se dá de forma homogênea, visto que cada lugar recebe as cargas da ciência, tecnologia e informação de forma diferente[23].

As redes podem ser territorializadas e desterritorializadas[24] concomitantemente. Assim, têm a capacidade de incluir e excluir, produzir espaços muito globalizados ou pouco globalizados, em um processo paradoxal: de um lado, redes que conectam os capitalistas e aceleram a territorialização do capital nos lugares e, de outro, geram uma gama de indivíduos/grupos sem condições de acesso a essas redes, formando-se, assim, uma rede de exclusão que desterritorializa e marginaliza muitas pessoas (HAESBAERT, 2006).

---

[23] Santos (2006) afirma que não existe espaço global, mas espaço de globalização.
[24] Haesbaert (2006) analisa a desterritorialização sob três dimensões: econômica, política, simbólica e cultural. Essas três dimensões estão vinculadas às diferentes compreensões de território.

Nesse processo, há que se considerar também que tanto a territorialização quanto a desterritorialização não estão vinculadas somente ao aspecto material, podem estar vinculadas aos aspectos imateriais; do mesmo modo que o território pode não estar associado à propriedade, mas tão somente uso, à sua apropriação. Um morador de rua, por exemplo, que se abriga sob um viaduto considera aquele local sua casa e, portanto, seu território de domínio. Nesse caso, não tem uma demarcação material (muros, cercas), apenas o uso e as relações de domínio do indivíduo, que delimitou aquele espaço como sendo seu território. Raffestin (1993) afirma que o poder tem necessidade de delimitar, de criar fronteiras, de criar suas quadrículas, ainda que não visíveis.

Destarte, a leitura do território pode ser entendida pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Essas três concepções dinamizam o entendimento de que não há indivíduo, nem grupo social, sem território. Por isso, o (s) individuo (s) ao ser(em) desterritorializado(s), se reterritorializa(m). A desterritorialização e a reterritorializacão podem ser carregadas de lutas e conflitos, como ocorre entre o capital e o campesinato. "As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento." (FERNANDES, 2008, p. 280).

Haesbaert (2006) afirma que desterritorialização é uma espécie de "mito", incapaz de reconhecer a processualidade da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Para Haesbaert (2006) o conceito de território só pode ser devidamente aprendido a partir da concepção de multiterritorialidade.

> [...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade." (HAESBAERT, 2006, p. 344).

A concepção de multiterritorialidade amplia a ideia de uma sociedade formada por meio de redes que permitem interligar diferentes relações sociais. Porém, a conectividade não deve ser vista como a constituição de um território único, global, mas sim de "glocalização"[25], ou hibridismo, como afirma Haesbaert (2006), num sentido de demonstrar de que há um processo dialético entre o global e o local, pois muitos fatos locais não podem mais ser caracterizados apenas como locais ou apenas globais, mas pela amálgama dos dois.

A multiterritorialidade varia de acordo com as condições culturais, econômicas, sociais e políticas dos indivíduos. Assim, há desde territórios como "abrigo" (entre pessoas, cujos poucos recursos financeiros fazem com que a sobrevivência seja cotidiana, não lhes possibilitam viver vários territórios) até territórios no ciberespaço, cujo controle é feito por meio das tecnologias mais sofisticadas (HAESBAERT, 2006). Um exemplo desses territórios vinculados ao ciberespaço são os grandes empresários rurais, à distância (escritórios na cidade), podem controlar, por meio de computadores ligados à *internet,* suas propriedades rurais. As possibilidades de apropriação e dominação do território a distância são proporcionadas, principalmente, pelos avanços técnico-científicos, que dinamizam as territorialidades. O controle do território pode ser feito tanto fisicamente quanto virtualmente, de longe ou de perto. Com isso, a velocidade das informações representa, na contemporaneidade um trunfo das relações de poder.

Para Santos (2005), o estudo do território deve partir da análise do seu uso, considerando a temporalidade, pois em cada período histórico apresenta formas diferentes de uso, podendo estar visíveis ou não. "O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento

[25] "A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra.[...] A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização.[..] Cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente." (SANTOS, 2006, p. 338-339).

do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS, 2005, p.138).

Os territórios, da mesma forma que são constituídos, podem, num tempo curto ou longo, ser desconstituídos, dando espaço a outro tipo de território e, por conseguinte, a novas territorialidades**.** O processo de modernização da agricultura no Cerrado promoveu/e a desterritorialização de muitos camponeses e a territorialização de outros sujeitos (produtores capitalizados vindos do Sul e Sudeste do país), métodos de produção e lavouras. Associadas à territorialização do capital, novas relações sociais de produção e trabalho, políticas e econômicas foram estabelecidas no Cerrado, definindo novas territorialidades nos espaços que foram capturados pelos agentes do capital. Nesse sentido, Mendonça (2007) afirma que as leituras do território não devem ser homogeneizadoras; devem contemplar as especificidades e considerar que os territórios estão em constante disputa. E ainda, é preciso partir da compreensão de que os territórios são urdidos, tecidos, desenhados a partir das ações políticas, e entender que os territórios são tramados entre o capital e os trabalhadores. O território se constitui, portanto, na materialização concreta das contradições expressas pela relação capital x trabalho.

Nesse aspecto, faz-se importante compreender a força que o capital possui em relação ao controle de territórios e, ao mesmo tempo, o poder de desterritorializar. Da mesma forma que tem o poder de desterritorializar, também não está isento da desterritorialidade. A desterritorialização é entendida por Corrêa (1994) como a perda do território apropriado e vivido em virtude de distintos processos derivados de contradições capazes de desfazer o território. A construção de hidrelétricas, por exemplo, desterritorializa os proprietários de terra, da área destinada à hidrelétrica. Os sujeitos que são deterritorializados, se retorrializam em outros espaços, com resquícios do antigo território, ou em territórios totalmente novos, formando novas territorialidades.

Diante dessas reflexões e considerando que os territórios são configurados de diversos modos, em diferentes tempos e com diversos graus de intensidades, sob as relações de poder, entende-se que a territorialização do capital no Cerrado, constituiu/e território(s) do agronegócio, do transgênico, da produção para o mercado externo, em um processo contraditório, conflituoso e dialético.

2.2 A modernização da agricultura no Brasil e a ideologia do desenvolvimento

Com a expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro, o processo produtivo agropecuário foi sendo (re)estruturado, gerando uma nova realidade sócio-economica e espacial no campo e na cidade. É sabido que a consolidação da modernização da agricultura não seria possível se tivesse sido articulada *por* e *com* políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento agropecuário do país, como a implantação de infraestrutura, programas específicos e desenvolvimento de pesquisas.

Ao optar pelo modelo modernizante da agricultura, o Estado tinha convicções de que esse era um projeto que renderia a expansão da produção agrícola no país e do setor industrial, que fazia parte dos projetos governamentais para o Brasil desde 1930. O campo deveria compartilhar/integrar o crescimento industrial que estava em curso no país. Para isso, era essencial produzir mais culturas que gerassem o *superávit* da balança comercial, ou seja, modernizar, seguindo modelos que já tinham sido implantados em outros países, sobretudo, nos Estados Unidos.

Na visão governista o campo brasileiro estava "atrasado", produzindo de forma arcaica e sem nenhuma cultura de destaque para exportação, haja vista que, em outros momentos históricos, predominaram culturas voltadas para o mercado externo, como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Nessa perspectiva, o "atraso" do campo poderia ser superado, de acordo com a visão do governo, com a introdução de métodos mais modernos nas relações

de produção que promoveriam o aumento da produtividade da terra e do trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Esse anseio pelo desenvolvimento caracterizava a política brasileira e a política latino-americana.

Após a Segunda Guerra Mundial, diante do quadro econômico dos países da América Latina (considerados atrasados em relação a outros países do continente americano), foi instituída a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) com o objetivo de elaborar políticas para estimular o desenvolvimento econômico desses países. Para atingir o desenvolvimento econômico, as orientações cepalinas postulavam que a industrialização pela ação do Estado era o principal caminho. Entendia-se que a condição de subdesenvolvimento não era uma imutável, que não podia ser alterada. Para Gómez (2006), o desenvolvimento, além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social.

No Brasil, os projetos políticos voltados para o desenvolvimento econômico por meio de uma industrialização capitalista planejada originaram-se na década de 1930, tornando-se hegemônicos nos anos 1950. Para alcançar os objetivos de um desenvolvimento industrial acelerado e auto-sustentado, o Estado priorizou políticas públicas e investimentos maciços em programas de infraestrutura, energia, transportes e indústrias. Na agricultura, o desenvolvimento deveria estar em consonância com a modernização do território, por isso, o discurso do desenvolvimento estava embutido nas políticas públicas, inclusive naquelas direcionadas para o campo.

> Os planos desenvolvimentistas oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de "enquadrar" os agricultores no "modelo" de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. (ALMEIDA, 1997, p. 40).

No discurso oficial as políticas públicas agrícolas para modernizar os meios de produção no campo e, com isso, elevar o padrão de vida das populações que viviam no meio

rural, iriam dar a elas maiores possibilidades de consumo. Todavia, essas orientações tomaram outros rumos: a modernização do latifúndio e a expulsão de milhares de pessoas do campo para a cidade. Nesse sentido, Santos (1994) aponta que entre 1960 e 1980, o Brasil conheceu o maior êxodo rural de sua história. Um êxodo forçado. Milhares de pessoas foram "expulsas" do campo; não lhes restava outra opção senão migrarem para as cidades. Esse fato constitui um terrível processo de desterritorialização forçada pelo capital. No entanto, é necessário apreender que há uma relação dialética e contraditória entre o capital e o espaço agrário. Ao mesmo tempo em que se tem uma racionalidade única de produção, isto é, do capital, criam-se irracionalidades, sobretudo, por aqueles que são excluídos socialmente, que se contrapõem à racionalidade do capital. Ao invés de se submeterem à força de trabalho, às explorações dos capitalistas, muitos trabalhadores preferem lutar pela reconquista de um pedaço de terra, contrariando a lógica do sistema capitalista.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento do espaço agrário, na década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa, foram tomadas iniciativas baseadas no progresso técnico (maquinários, insumos) para o desenvolvimento rural que, em seguida, foram difundidas em vários países. A ideia de desenvolvimento rural se restringia à produção, isto é, o crescimento da produção agrícola era o principal indicador para mensurar o desenvolvimento econômico do campo de vários países que adotaram o pacote tecnológico da Revolução Verde. Esta, considerada como um fenômeno de desenvolvimento rural, caracteriza o processo inicial de modernização da agricultura no Brasil.

Conforme Brum (1988, p. 44),

> A chamada "Revolução Verde" foi um programa que tinha como objeto explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas as condições dos diferentes solos e climas e resistentes a doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à

> expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.

Gómez (2006, p. 185) refere-se à Revolução Verde da seguinte forma:

> O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres.

No Brasil, Guimarães (1981) e Prado Júnior (1981) compreendiam que era a concentração de terras que se configurava um obstáculo ao desenvolvimento do meio rural e, portanto, era necessária a Reforma Agrária. Guimarães (1981) ainda defendia a necessidade de eliminar do país as estruturas feudalistas, herdadas do sistema colonial. Para esse autor, a continuação dos restos do sistema feudal impediria que a Reforma Agrária tivesse conteúdo dinâmico e revolucionário. Essa tese foi rebatida por outros estudiosos, entre eles, Prado Júnior (1981) que desvinculava qualquer ligação da estrutura agrária com características feudais. Para ocorrer o desenvolvimento econômico e social do meio rural, era necessário oferecer aos trabalhadores melhoria das condições de trabalho e de produção e acesso à terra. Mas, ao contrário, as medidas tomadas pelo Estado visavam apenas "modernizar" o campo, a partir da aplicação de um pacote tecnológico, a Revolução Verde.

A modernização era vista como a forma de atingir o crescimento econômico e, por conseguinte, era apresentada como símbolo de progresso e de desenvolvimento. Considerando-se que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, Karp (1976) afirma

que o desenvolvimento da forma como deveria ser, ou seja, o desenvolvimento social, não ocorreu.

Com o conteúdo ideológico do progresso e do desenvolvimento, a modernização da agricultura faziam parte de quatro fatores ou noções, conforme mostra Almeida (1997, p. 39):

> [...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

A modernização da agricultura arquitetada pelo Estado, com intuito de dinamizar a produção agrícola do país, mesmo existindo diversas posições contra essa modernização, esta iniciou-se no Sul do Brasil nos anos 1950 e, velozmente, atingiu outras regiões. Em pouco mais de dez anos de investimentos do governo para modernizar o campo brasileiro, os resultados começaram a aparecer, sobretudo, a produção de *commodities*, como a soja. Esse grão tomou o espaço de diversas culturas tradicionais, devido à demanda internacional. O quantitativo, ou seja, o crescimento da produção das culturas incentivadas pelo governo foi rápido, mas concomitante a esse crescimento, desencadeou-se a discussão da qualificação do fenômeno da modernização da agrícola. A inserção de métodos e técnicas modernas não atingiu todos os produtores, todos os produtos e todos os espaços (PAIVA, 1971), de forma que ela pode ser caracterizada como um processo desigual e contraditório.

A modernização das atividades agropecuárias visava tão somente o binômio produção e produtividade, sem levar em conta todas as repercussões sociais e ambientais advindas, desse modelo. Também não foram levados em consideração os velhos problemas da estrutura fundiária do país, como a questão da concentração de terras, e, portanto, a implantação da reforma agrária não era projeto prioritário para o governo, embora em 1964,

tenha sido aprovado o Estatuto da Terra[26] para viabilizar a reforma agrária no país. Entretanto, ao invés de viabilizar a reforma agrária, o modelo optado para o desenvolvimento do campo brasileiro, via modernização do campo, reforçou a concentração de terras e substancialmente a exclusão social. Thomaz Júnior (2001) afirma que o Estado, ao promover a modernização da agricultura, o fez à base de exclusão social, deixando de lado a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis, até hoje, pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Para Brum (1988), a Revolução Verde nos países que haviam feito a Reforma Agrária obteve resultados um pouco mais positivos. Já nos países onde a Reforma Agrária não ocorreu, como o Brasil, os efeitos foram negativos tanto no âmbito econômico quanto social principalmente. Conforme Brum (1988), a modernização da agricultura foi induzida, provocada de fora para dentro do país, propiciando, dessa forma, a expansão das corporações transnacionais.

Para Graziano da Silva (1996), a modernização da agricultura no Brasil pode ser dividida em fases. A primeira se restringe à transformação da base técnica, induzida e estimulada pelo governo e empresas norte-americanas. A segunda fase caracteriza-se pela industrialização da produção rural com a implantação de indústrias de bens de produção e de alimentos. Na terceira fase, ocorre plena integração entre a agricultura e a indústria. E por último, ocorre a integração de capitais (industriais, bancários, agrários) sob o comando do capital financeiro. Com a constituição dos complexos agroindustriais, a agricultura passa a crescer não apenas em função do mercado externo, mas também para atender às demandas do mercado interno, mais especificamente os complexos agroindustriais. Portanto, a constituição

[26]"Criado pela Lei número 4.504, de 30/11/1964, o Estatuto da Terra foi uma resposta legal as pressões de diversos setores da sociedade por reforma agrária. As tensões sociais provocadas pelo alto grau de concentração de terras no espaço rural brasileiro foram muito grandes durante a década de 1950 e o inicio de 1960. Com o golpe militar de 1 de abril de 1964, os militares que tomaram o poder tiveram de lidar com esse problema herdado da conjuntura anterior. A solução encontrada pelo novo grupo no poder para o problema agrário se baseou em dois pontos: formulação de uma legislação que definisse as políticas agrícolas e agrária (Estatuto da Terra) e repressão aos movimentos organizados dos trabalhadores do campo." (MOTTA, 2005, p. 198).

dos CAIs representou a arrancada do processo de industrialização do campo e, por conseguinte, da reestruturação produtiva do capital no Brasil.

Para Delgado (1985), a modernização da agricultura, a industrialização agrícola e a constituição dos complexos agroindustriais são processos diferentes espacialmente e temporalmente. Dessa forma, é importante associar a modernização da agricultura à categoria espaço/tempo, pois esta não foi homogênea no tempo e no espaço. Por ter sido um processo conduzido pelo Estado, alguns espaços foram prioritários para investimentos do capital, transformando-se, em curto espaço de tempo, em territórios *para* e *do* capital. Ao comentar a importância da dimensão temporal na consideração do espaço, Santos (2005, p. 32) assegura que "a noção de espaço é inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal".

O desencadeamento do novo modelo de produção, baseado nos princípios da Revolução Verde, ou, como denomina Romeiro (1998), modelo euro-americano, teve como essência a articulação cada vez mais forte entre a indústria e a agricultura. Essa relação/dependência foi possível graças, sobretudo, a dois fatores: a agricultura passou a utilizar meios mais artificiais (insumos, máquinas, pesticidas), em detrimento dos naturais (adubação animal); e a população aderiu a uma alimentação mais artificial, procedente das agroindústrias, como os enlatados, processados e também a alimentos, até então, alheios aos hábitos alimentares dos brasileiros como os derivados da soja (óleo, margarina), do trigo (farinha), as carnes de frango de granja,[27] entre outros produtos. Os produtos alimentícios artificiais cada vez mais foram ganhando mercado, adeptos e consumidores, garantindo a reprodução do capital agroindustrial.

[27] Frangos criados em granjas à base de ração e que podem ser abatidos em cerca de 35 dias. Ao contrário, o frango criado solto, denominado de "caipira", leva em torno de 6 meses para ser abatido.

Graziano da Silva (1999) mostra que a principal modificação da agricultura brasileira no século XX foi a transição do chamado complexo rural para os complexos agroindustriais, isto é, a substituição da economia natural por atividades integradas à indústria. A dinâmica produtiva do complexo rural era caracterizada, sobretudo pela incipiente divisão do trabalho. "As fazendas, para produzir um determinado produto, tinham que produzir todos os bens, [...] e os meios de produção necessários." (p. 7). Já os complexos agroindustriais se caracterizam substancialmente pela integração da agricultura à indústria, configurado por intensas metamorfoses nas relações entre o homem e a natureza que se consubstanciam na modificação das relações sociais de produção e de trabalho, regidas exclusivamente pela lógica do capital. Nesse contexto, a ciência, a tecnologia e a informação são essenciais para a exploração da terra e do trabalho. Por isso, conforme Paiva (1971), a modernização da agricultura deve ser avaliada pelo grau de intensidade do capital.

Nessa direção, Graziano da Silva (1981) atesta que a modernização da agricultura patrocinada pelo Estado foi conservadora e dolorosa. Conservadora porque beneficiou produtores e áreas e dolorosa devido às contradições sociais geradas pela expansão do capital. À medida em que o capital foi ganhando intensidade, "conquistando" espaços, foi alterando o uso de territórios, principalmente no que se refere à territorialidade de novas culturas e agentes sociais. Relevante torna-se a afirmação de que as culturas incentivadas eram, tão somente, as de exportação e as de interesses das agroindústrias. Brum (1988) adverte que as políticas agrícolas foram carregadas de equívocos, devido ao fato de os incentivos serem direcionados às culturas exportáveis, sendo que o correto seria a produção de alimentos para os brasileiros. O autor ainda lembra que para o capital, "o principal objetivo de produzir alimentos não é para que sejam comidos, mas sim para gerar lucros" (1988, p. 137). A geração de lucros é o grande objetivo da produção capitalista, sendo que a produtividade do trabalho e da terra é contribuinte fundamental. Além disso, "a produção capitalista, esforça-se

para reduzir não somente o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, mas também o excesso de tempo para produção sobre o tempo de trabalho.”(MANN; DICKINSON, 1987, p. 16).

As pesquisas científicas privadas e estatais foram fundamentais também para diminuir o tempo de produção e para aumentar a produção e produtividade. Os ganhos mais relevantes na redução do tempo de produção foram na pecuária, na suinocultura e na avicultura. Mann e Dickinson (1987, p. 16) ressaltam que

> [..] existem certas esferas da produção agrícola onde constrangimentos naturais operam efetivamente no sentido de impedir qualquer redução significativa do tempo de produção. Consequentemente, o capital irá se afastar de tais áreas de produção precisamente porque o tempo de rotação, como o tempo de produção, é relativamente fixo.

Os avanços tecnológicos ocorridos nas atividades rurais, após a década de 1960, conforme Graziano da Silva (1999), são caracterizados pela incorporação do progresso técnico, cujo papel fundamental é o de fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e também para submeter o processo produtivo ao capital. Assim, as inovações tecnológicas permitem fortalecer a dominação do capital sobre o trabalho, com aumento das formas de apropriação da mais valia absoluta e relativa. Todavia, é importante considerar, conforme o autor supracitado, que a aplicação de tecnologias não é especificamente dirigida contra os trabalhadores, nem contra a natureza, está puramente a favor do capital.

O processo de modernização no espaço agrícola que possibilitou/a “artificializar” a terra corresponde a um aumento no uso de capital fixo, pois há necessidade de grandes investimentos em extensões de terras, em maquinários e de capital circulante para investir nas exigências científicas e técnicas. Para Aguiar (1986), os traços principais que caracterizam a modernização são justamente o aprofundamento das relações mercantis e a ampliação do uso das inovações técnicas. Com a modernização tecnológica da agricultura, consolidam-se as empresas rurais capitalistas. Com isso, a visão de latifúndio passa a ser coisa arcaica, do

passado, enquanto a empresa rural moderna é sinônimo de desenvolvimento do campo e também de modernidade. Da mesma forma, *surge* o "novo" personagem: o empresário rural. "Surgir", porque não houve a transformação do camponês no empresário, mas, a sua substituição; em muitos casos, pelo homem citadino (MENDONÇA, 2004). Nesse contexto, é preciso considerar que a modernização da agricultura constitui "[...] a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho." (MENDONÇA, 2004, p. 227).

A consolidação da agricultura moderna causou graves danos sociais e ambientais, evidentes, como a concentração de terra e renda, a precarização do trabalho, deslocamento da força produtiva do campo para as cidades e, também, destruição e contaminação do meio ambiente. Dessa forma, a modernização foi uma falsa imagem de progresso, um mito, produto do discurso de desenvolvimento rural. O quadro 3 sintetiza as principais conseqüências da modernização da agricultura no Brasil.

1- Centralização da produção	As empresas rurais passam a especializar sua produção em culturas de demanda internacional ou para as indústrias de processamento do mercado interno. A centralização também ocorre a nível de produtores, visto que a produção é "controlada" por um número muito reduzido.
2- Concentração de terras	Embora a modernização da agricultura não seja o fator principal do processo de concentração de terras no Brasil, fez aumentar a concentração de terras e conseqüentemente as desigualdades sócio-econômicas no campo.
3-Produção voltada para a exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno.	Historicamente no Brasil, é motivada a produção de monoculturas voltadas para o mercado externo. Após 1950, propagaram-se com mais acuidade os incentivos do Estado para o cultivo de lavouras voltadas para a exportação em detrimento da produção para o mercado interno.Desde então, algumas culturas se consolidaram no *ranque* da produção agrícola do país, como a soja, algodão, cana-de-açúcar, café e laranja.

Continua

4- Dependência da agricultura com a indústria	A inserção das inovações técnicas nas atividades agropecuárias conseguiu/e implantar uma nova organização social e técnica do trabalho, de modo a aumentar a produtividade, ampliar a produção e também encurtar o ciclo produtivo. As inovações tecnológicas fazem com que, cada vez mais, a produção se torne menos dependente da natureza, pois as técnicas passam a subordinar a natureza ao gosto do capital, (re)produzindo artificialmente várias condições necessárias à produção agrícola. As inovações físico-químicas, mecânicas, agronômicas, biológicas e da informática concorrem cada vez mais para a superação das barreiras impostas pelas condições naturais.
5- Novas relações campo-cidade	A modernização da agricultura não modificou apenas o espaço rural, mas também o espaço urbano. A modernização da agricultura tem acabado gradativamente com a separação entre a cidade e o campo, o rural e o urbano, unificando-os em uma unidade dialética, no processo produtivo, no processo de luta por melhores salários e preços para os produtos agrícolas e, principalmente, na luta pela Reforma Agrária.
6- Perda relativa da importância da produção local/regional	Nas áreas atingidas pela agricultura moderna, há uma reestruturação produtiva a partir de novos métodos de produção e novas culturas.Com isso, culturas da tradição local perdem importância no cenário da produção, uma vez que há substituição das culturas.
7-Implantação de complexos agroindustriais	A consolidação efetiva do processo de modernização do campo brasileiro ocorreu com a implantação dos complexos agroindustriais a montante e a jusante. O elo da agricultura com a indústria foi reforçado e os dois setores se tornam cada vez mais dependentes.
8- Precarização das relações de trabalho	Com as inovações tecnológicas alavancadas pela ciência e incorporadas ao processo produtivo agrícola, as relações de trabalho vêm sofrendo profundas modificações, com a diminuição da quantidade de trabalhadores, a especialização da mão-de-obra, a precarização das condições de trabalho, o que implica uma nova subordinação do trabalho ao capital.
9- Impactos ambientais	O modelo de implantação da agricultura moderna no Brasil não economizou/a os recursos naturais. O uso "descontrolado" dos recursos naturais por essa atividade tem comprometido a biodiversidade dos biomas brasileiros. Os impactos negativos mais notáveis são: desmatamento, compactação e erosão dos solos, eutrofização dos rios, poluição das águas e a extinção da flora e da fauna.

Quadro 3 – Conseqüências da modernização agrícola brasileira
Fonte: Adaptado de REBORATTI, C., 2007.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

Desse modo, as ações do Estado e do capital privado para modernizar o campo brasileiro, além do aumento da produção e da produtividade, promoveram conseqüências sociais e ambientais avassaladoras, ou seja, a modernização da agricultura gerou/a bônus econômico e ônus social e ambiental, conforme Ribeiro (2005).

2.3 A modernização da agricultura: sinônimo de modernidade?

Discutir modernidade é uma tarefa complexa e impregnada de ambigüidades. Nessa discussão colocam-se muitas divergências teóricas, pois tratar de modernidade é ao mesmo tempo, referir-se ao passado, ao presente e ao futuro. Porém, não se pretende elucidar as divergências teóricas sobre a modernidade, e, sim discutir sucintamente seu significado e sua relação com as metamorfoses ocorridas nas áreas de Cerrado, sob o signo da modernização da agricultura.

A modernidade pode ser entendida como o ideário que norteou o projeto de mundo moderno, iniciado ao longo da Idade Moderna e consolidado com a Revolução Industrial. Associando a modernidade, a história e a uma escala geográfica, Giddens (1991) assegura que modernidade refere-se a um estilo de vida, um ideário, ou uma organização social, que emergiu na Europa a partir de XVII[28] e, ulteriormente, espalhou-se por outras partes do mundo.

Para Martins (2000), o tema da modernidade está comprometido com o do progresso. O autor ainda ressalta que a modernidade não está apenas na coleção dos signos

[28] Após a segunda metade dos anos 1950, o mundo assistiu a aceleração do uso de tecnologias de comunicação, e de biotecnologias, o que levou mudanças paradigmáticas no modo de pensar a sociedade e suas instituições (Estado). Desse modo, começou a ser difundindo por muitos teóricos o termo pós-modernidade. A pós-modernidade, também denominada pós-industrial é explicada pela condição sócio-cultural do capitalismo contemporâneo.
.

do moderno que atravessam de diferentes modos a vida. “Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual.” (2000, p. 19).

Uma questão subjacente a modernidade é relacionar esse movimento com o processo de globalização, numa concepção de que esse movimento atinge todos os lugares e todas as pesssoas. Nesse sentido, Martins (2000) defende que a modernidade não é feita pelo encontro homogeneizador da diversidade do homem, como expõe a concepção da globalização.

> É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação do capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial a reprodução humana, mas, também fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS,2000, p. 20).

Assim, o progresso econômico, principalmente em meados do século XX, seria o que definia a idéia de modernidade no Brasil. O motor desse processo são as inovações tecnológicas nas relações de produção e trabalho, a urbanização, a tecnificação dos transportes, possibilitando a circulação de pessoas, mercadorias e informação, enfim, a formatação da sociedade em rede.

Fortuna (2006) salienta que, a partir dos anos 1950, a expressão modernização é empregada para designar alguns aspectos da modernidade: a formação de capital e a mobilização dos recursos materiais; o desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade do trabalho; imposição de poderes políticos, enquanto os aspectos libertários da modernidade, como a expansão dos direitos de participação política, a educação formal, as liberdades individuais são considerado, em segundo plano. Assim, do termo modernidade deriva a chamada teoria da modernização como modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico, cujo objetivo teoricamente é social, mas, na realidade, a preocupação-se centraliza apenas no crescimento econômico. Para Haesbaert (1997),

> Podemos identificar então pelo menos dois sentidos com que pode ser lida a modernização: um envolvido no caráter conservador e/ou autoritário do

> capitalismo, outro de natureza progressista ou mesmo revolucionária, na medida em que as mudanças sociais desencadeadas pela modernização poderiam levar a uma sociedade mais democrática e igualitária. Uma das razões que explica a contradição dessas diferentes leituras e ênfase geralmente dada à face técnico-econômica da modernização, em que os avanços tecnológicos poderiam ser úteis a toda a humanidade, dependendo da sua forma de apropriação e socialização. Outra razão, [...] prende-se ao fato de que a "modernidade" é tida muitas vezes como intrinsecamente ambivalente, crítica e heterogênea. (p. 108).

É comum se ouvir que "a modernidade chegou a *tal* lugar" em função, muitas vezes, da chegada de alguma atividade econômica, comprovando-se dessa forma, que o termo modernidade é comumente relacionado com à ideia de progresso e de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, Haesbaert (1997) expõe que a transformação social promovida pelos migrantes sulistas nos Cerrados nordestinos, no bojo da expansão capitalista, significa, para a maioria da população local, a chegada da "modernidade", termo que, nos últimos anos, tem sido utilizado como uma espécie de panacéia, ocultando a face perversa que acompanha esse processo.

Associar a difusão da modernização agrícola com a chegada da modernidade e do progresso não ocorre apenas no caso citado por Haesbaert (1997). Aconteceu e ainda acontece em outros lugares onde a modernização da agricultura se consolidou/a, como exemplo, as áreas do Cerrado goiano. Nessas áreas, a territorialização do capital nas atividades agrícolas modernizou o campo e contribuiu de forma efetiva para a integração de Goiás à econômica nacional. Até a década de 1960, a economia no estado de Goiás era voltada basicamente à atividade pastoril, e era considerada atrasada e desarticulada em relação à economia brasileira. Para Ribeiro (2005), a concepção do atraso, da rusticidade técnica foi prerrogativa para a elaboração do moderno: o atraso econômico só poderia ser superado por meio do conteúdo tecnológico moderno da Revolução Verde, com práticas agrícolas intensivas em tecnologias e em capital.

Mendonça (2004) também afirma que a necessidade de integração nacional como portadora do progresso apontada pelos governantes e elites econômicas era colocada para a

população como algo extremamente vantajoso. Assim, alguns eventos (conforme discutido no capítulo 2) contribuíram para a integração econômica de Goiás e para o fim do atraso econômico. A territorialização do capital no espaço agrário foi um desses fatores. Consideradas como ícone do moderno, as inovações agronômicas, físicas, químicas causaram estranheza para a população tradicional do Cerrado (por ver o seu ambiente sendo alterado por meio do avanço da fronteira agrícola) e, ao mesmo tempo, admiração, pois, de certo modo, essa população foi induzida a acreditar que o projeto da modernização agrícola iria proporcionar o progresso e, portanto, o desenvolvimento econômico do estado. Mas, esse desenvolvimento econômico proporcionado pela expansão do capital trouxe, em seu bojo, mecanismos e instrumentos indutores da desigualdade, cristalizada na especialização da produção, divisão do trabalho e na exclusão, demonstrando ser uma modernização conservadora.

Em Goiás, a opção de modernidade que se fez foi promovida por projetos governamentais para a ocupação econômica do estado: talvez o principal deles tenha sido a modernização da agricultura. Nessa opção, foi configurada a dicotomia entre o moderno e o tradicional, o velho e o novo. O moderno e o novo simbolizavam o desenvolvimento e o progresso, e o tradicional e o velho simbolizavam o atraso. Com isso, o camponês, com suas técnicas, consideradas pouco avançadas e sua produção em pequena escala, foi de certo modo, desvalorizado na condução das novas formas de produzir, baseadas na incursão da ciência, tecnologia e informação, ou seja, no capital.

A expansão do técnico-científico-informacional no Cerrado não atingiu igualmente todos os lugares, tendo, portanto, no espaço agrário do Cerrado o entrelaçamento do tradicional e o moderno, o que comprova que a expansão do capital promoveu continuidade e rupturas das formas de produção e nas relações sócio-culturais. A continuidade do que se considera tradicional, pode ser denominado como territórios de resistência, que é produção, é

cultura, devendo ser valorizado enquanto relação de produção, de vida e que também pode levar mudanças estruturais na sociedade.

No estado de Goiás, a modernização da agricultura, a partir da década de 1970, foi tida como um dos fenômenos que trouxe à modernidade. No entanto, é importante colocar que o grande passo no sentido da modernização do território foi à chegada da estrada de ferro nos municípios do Sudeste Goiano no inicio do século XX. Apesar de reordenar a economia do estado, foi na região Sudeste de Goiás que, efetivamente, os efeitos da penetração da ferrovia foram mais expressivos. Para a época, a estrada de ferro constituía um empreendimento moderno, capaz de metamorfosear a conjuntura econômica, social e cultural, dos lugares por onde passava. Nesse sentido, concorda-se com Santos (2008), que "é através do significado particular e específico, de cada segmento do tempo que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento" (p. 92). Posteriormente, à estrada de ferro, outras obras como as construções de Goiânia e Brasília, duas capitais planejadas, viabilizaram a modernização do território goiano. Cada uma em seu tempo provocou importantes mudanças na configuração territorial e espacial do Estado.

Harvey (1992) assinala que as concepções de tempo e de espaço são criadas necessariamente por meio de práticas e processos materiais que servem, à reprodução da vida social, e que cada forma de produção agrega práticas e conceitos de tempo e de espaço, e de divisões do trabalho. A divisão do trabalho na produção capitalista possui entre outras características, a reorganização do espaço e a mecanização do território é potencializada pela reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, Santos (2006), diz que o espaço, na contemporaneidade, é um sistema de objetos cada vez mais artificiais e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e, conseqüentemente, aos seus habitantes, proporcionando, dessa forma, a modificação das formas, funções e conteúdos.

Nas áreas de Cerrado, o projeto de modernidade imposto pelo Estado e pelo capital tem metamorfoseado o seu espaço tanto nas formas e conteúdos quantos nas funções, configurando-se, dessa forma, territórios do capital e para o capital. Por isso, corrobora-se com Haesbaert (1997) quando ele afirma que pode-se ler a modernidade por meio da dialética do trinômio T-D-R, (territorialização, desterritorialização e retorritorialização). Esses três elementos, de forma dialética, conduzem à compreensão da processualidade da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado. Uma processualidade que possibilita a emancipação econômica de uns e a exclusão de tantos outros, isto é, ao mesmo tempo em que amplia/cria territorialidades, provoca desterritorializações.

Assim, a partir do exposto, considera-se que a expressão "modernização" é mais apropriada para compreender as transformações no espaço agrário do Cerrado. A modernização do Cerrado, promovida pelo Estado e pelo capital, foi conduzida segundo os interesses do capital. No entanto, a contradição própria de todo processo capitalista, apresenta-se na permanência, na continuidade de elementos revalorizados como forma de resistência e de ações contra a virulência dessa modernização.

2.4 O papel do Estado na modernização do espaço agrário brasileiro

Desde os anos 1960, tem-se no Brasil uma reestruturação em sua base produtiva, com um novo padrão de produção viabilizada pela consolidação da modernização da agricultura. Esse processo foi subsidiado e financiado pelo Estado, por meio de políticas agrícolas, para modernizar algumas áreas do campo brasileiro para que elas produzissem culturas de demanda mundial e capazes de gerar divisas para a balança comercial.

As políticas públicas voltadas para a modernização do campo, de acordo com Delgado (2001), tinham alguns objetivos a serem alcançados, além do aumento da produção:

liberar mão-de-obra para o setor industrial; gerar oferta adequada de alimentos; suprir de matérias-primas as indústrias; aumentar as exportações agrícolas e transferir renda para o setor urbano. O projeto de modernização do campo brasileiro cumpriu as metas almejadas pelo Estado. Mas, desencadeou eventos/fatos de cunho social, não planejados, mas previsíveis, como a migração interna e o aumento das desigualdades sociais e regionais.

Recorrendo à trajetória da evolução da modernização da agricultura no território brasileiro, subentende-se que, para compreender a articulação das políticas públicas, é necessário dividir três períodos: o primeiro, de 1960 até início dos anos 1980, em que o Estado cumpriu o papel de indutor e financiador da agricultura moderna no país e, que, por isso, é caracterizado como uma fase de expressão máxima de apoio do Estado. Delgado (2001) sustenta que esse período constituiu-se na "idade de ouro" de desenvolvimento de uma agricultura capitalista e integrada ao setor industrial e urbano. O segundo período vai de 1980 a 1990 e é marcada pela diminuição das políticas agrícolas, isto é, pelo desmonte de um projeto estatal. E, o último, período pós 1990, em que ocorre a reestruturação das políticas agrícolas e a adesão às políticas neoliberais.

Em aproximadamente 20 anos, isto é, no período que se estende das décadas de 60 a 80, do século XX, o Estado[29] manteve uma política forte concessão de subsídios (crédito rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos, criação de programas) e implantacao de infraestrutura, como a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e a construção de armazéns para grãos, ou seja, o Estado promoveu a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária.

[29] Para Gonçalves Neto (1997) as primeiras formas de financiamento da agricultura brasileira estão atreladas à família, à vizinhança e aos capitalistas locais. Já no primeiro quartel do século XX, são formuladas as primeiras políticas agrícolas com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) em 1933, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREA) do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), em 1943.

O Sistema de Crédito Rural (SNCR) foi o principal instrumento utilizado para a consolidação da modernização da agropecuária. Tinha como prioridades financiar uma parcela do capital de giro à produção e estimular a formação de capital e a inserção de tecnologias modernas em todos os estágios da produção (COELHO, 2001). Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, essa política foi promotora de desigualdades, devido ao seu caráter seletivo. A seletividade ocorreu em dois aspectos: áreas e produtores. Esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores.

A leitura da tabela 1 comprova a concentração do crédito nas regiões Sul e Sudeste. De 1966 até 1970 somente essas duas regiões receberam 77,4% e, nos anos seguintes, o equivalente a aproximadamente 65% do crédito nacional. Em 1966, não houve sequer a participação da região Centro-Oeste. Já em 1970, esta região atingiu 6,5%, e foi aumentando a proporção até chegar a 32,9 % em 1988/89. Esse aumento está relacionado à implantação dos Programas do governo para a ocupação do Cerrado. Já as regiões Norte e Nordeste apresentaram em 1966, sua maior porcentagem: 23%. Nos anos seguintes, a proporção variou entre 10% e 16%.

Somam-se ao crédito rural farto, que favoreceu a capitalização do setor agrícola, a instituição da política agrícola de garantia de preços mínimos e o seguro agrícola. Ambas criavam um suporte operacional para o produtor. A primeira com a garantia à estabilização de preços, por eventualidades de intempéries naturais e variações dos preços de mercado. O seguro agrícola oferecia ao produtor o ressarcimento de quaisquer prejuízos nas lavouras. Em conformidade com outras políticas agrícolas, essas também foram carregadas de benefícios para certos tipos de lavouras e determinados produtores. Mais uma vez, a soja, os médios e grandes produtores são os favorecidos, o que demonstra que essa era uma política discriminatória.

Tabela 1-Brasil: participação das regiões no crédito rural-1960-1999/00 (anos selecionados)

ANOS	REGIÕES BRASILEIRAS (%)				BRASIL (%)
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte/ Nordeste	
1966	47,0	30,0	-	23,0	100,0
1970	45,6	31,8	6,5	16,1	100,0
1975	35,7	38,2	10,1	15,0	100,0
1980	34,1	35,8	10,5	19,6	100,0
1985/86	28,2	37,6	18,1	16,1	100,0
1988/89	21,1	34,5	32,9	11,3	100,0
1991/92	21,5	47,3	21,5	9,6	100,0
1994/95	26,6	38,9	21,1	13,3	100,0
1997/98	30,6	37,1	18,5	12,9	100,0
1999/00	28,7	42,1	18,4	10,8	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil apud COELHO, 2001, p. 25,36 e 45.
Org.: MATOS, P. F., 2008.

No alvorecer dos anos 1970, ampliaram-se os instrumentos do Estado para viabilizar a propagação da agricultura moderna. A criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1971, foi importante porque ela passou a coordenar e executar as pesquisas científicas para a agropecuária em todo o país. As pesquisas eram voltadas para o melhoramento da produção, na tentativa de corrigir as deficiências dos solos, prevenir doenças, aumentar o rendimento por hectares, atender as exigências do mercado quanto a variedade produzida, tamanho, sabor etc. Com sede em Brasília, a EMBRAPA atua por meio de onze unidades centrais, integrantes da sede, três unidades de serviço e trinta e sete unidades de pesquisa espalhadas por todo o Brasil. Na área de cooperação internacional, a EMBRAPA mantém 68 acordos bilaterais de cooperação técnica com 37 países e 64 instituições, mantendo ainda acordos multilaterais com 20 organizações internacionais, envolvendo, principalmente, a pesquisa em parceria (EMBRAPA, 2008).

Outras ações políticas também foram tomadas em prol da expansão do capitalismo no campo:

- regulamentação da primeira Lei de Sementes, em 1965, cujos objetivos eram o incentivo à produção e utilização de sementes melhoradas e a criação de instrumentos de proteção ao consumidor de sementes, que passaram a ser certificadas pelo Ministério da Agricultura (RAMOS, 2001),

- em 1966, a criação do FUNFERTIL (Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais) (RAMOS, 2001),

- estímulos aos projetos de irrigação, amparados com mais veemência a partir da década de 1970, por exemplo, com a criação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) (RAMOS, 2001),

- criação de programas específicos para beneficiar algumas atividades e regiões. Dentre esses programas, destacam-se: PROTERRA (1971)-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste; PROVALE (1972) - Programa Especial para o São Francisco; POLOAMAZÔNIA - Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia. Na região Centro-Oeste, destaca-se a criação do PROAGO (1973)-Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; do POLOCENTRO (1975) - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; e do PRODECER (1979) - Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (MATOS, 2005).

No caso do Cerrado, para consolidar a agricultura moderna, o Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como, eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas e construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Todos esses fatores possibilitaram a captura das áreas de Cerrado *na* e *para* a dinâmica da expansão capitalista de produção. Na verdade, as políticas agrícolas, conforme afirma Mendonça (2004), abrem caminho para o capital nas áreas de Cerrado.

O Estado, por intermédio de políticas planejadas para o espaço agrário brasileiro, centraliza e determina o direcionamento da expansão do capital. O direcionamento para as áreas do Cerrado ocorreu após a década de 1970, a partir das políticas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), com estratégias para ocupar economicamente e integrar essa região às demais regiões do Brasil. No entanto, as políticas públicas para a ocupação econômica e populacional dessas áreas tiveram os primeiros comandos nos anos 1930 com a Marcha para o Oeste, seguida pelos projetos de colonização e também pela construção de Brasília. Todos esses fatores, em especial a transferência da capital federal para o Planalto Central, metamorfosearam a configuração econômica e social da região Centro - Oeste do país. Essas metamorfoses foram ampliadas com a modernização da agricultura.

As políticas de desenvolvimento do PND, juntamente com as características topográficas, climáticas e hídricas do Cerrado, propiciaram a ocupação dessas terras pelo capital para a produção de monocultura de grãos, com destaque para a soja. Outro fator de grande envergadura foi sua posição geográfica, que lhe confere condições de fácil intercâmbio com todas as outras regiões do país, e o Estado já havia iniciado a construção de rodovias, ligando-a aos principais centros do país. Os investimentos na logística constituíram medida indispensável para o adequado movimento da produção.

Para propagar a agricultura moderna no Cerrado, alguns programas foram criados[30]. Os de maior destaque no âmbito da inserção de capital e tecnologia foram o POLOCENTRO e o PRODECER. O primeiro[31] foi criado em 1975 pelo Governo Federal. Visava a

[30] Além do POLOCENTRO e do PRODECER, outros programas de menor abrangência foram criados, tais como: PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados)-tinha como finalidade modernizar a agricultura regional; PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) – cujos objetivos eram o controle de enchentes, a regularização dos rios e a construção de estradas; POLOAMAZÔNIA (Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) – abrangia o Norte do Mato Grosso e Norte de Goiás (atual estado do Tocantins) e tinham como meta o desenvolvimento dessas áreas; GEOCONÔMICA (Programa de desenvolvimento da região geoconômica de Brasília) cuja finalidade era o desenvolvimento equilibrado das regiões que circundam a capital federal, reduzindo o poder de atração da capital sobre áreas vizinhas. (MATOS, 2005).

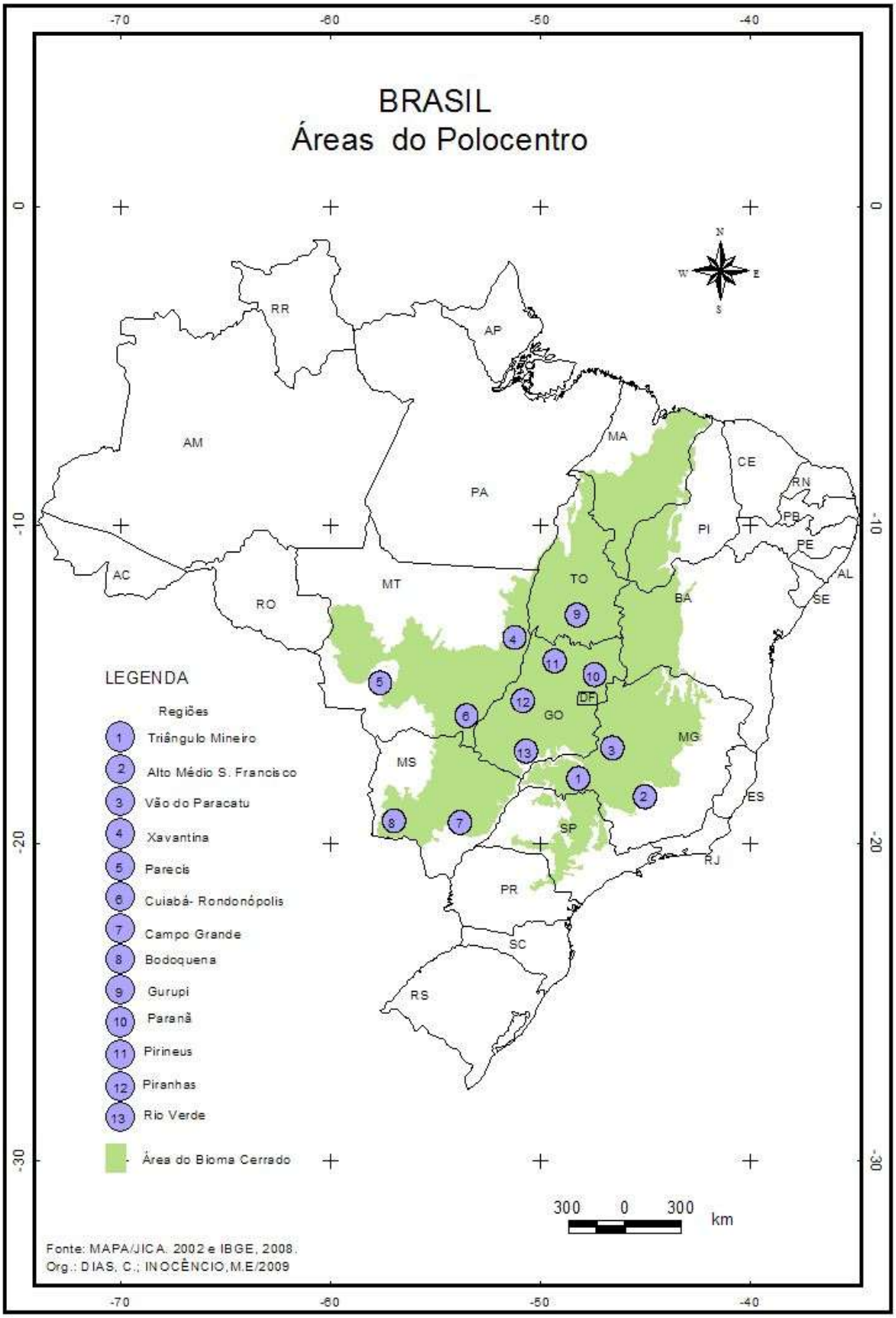
[31] Sobre o POLOCENTRO ver **Revista Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v. 15, n. 5 e 6, maio/jun/jul/ago. 1985.

incorporação das áreas de Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios. Para efetivar o programa, foram selecionadas áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Mapa 4). Todas as áreas escolhidas já possuíam alguma infraestrutura, estradas vicinais e eletrificação, proximidade com minas de calcário e potencial agrícola favorável, pré-requisitos básicos para suas escolhas. Com base nesses pré-requisitos, as áreas eram classificadas como "prioritárias" ou "secundárias." As áreas beneficiadas recebiam investimentos em fixos e fluxos.

Os recursos alocados pelo programa possibilitaram a expansão da agricultura empresarial no Cerrado. Estima-se que, em um período de cinco anos (1975-1980), o programa tenha sido responsável pela incorporação de, aproximadamente, 2,4 milhões de hectares à agricultura. Na região Centro-Oeste, o maior destaque do programa foi verificado em Goiás[32] com 42,3%, seguido por Mato Grosso do Sul, com 30,5%, e Mato Grosso, com 21,3% (SILVA, 1985).

O POLOCENTRO foi um dos condutores do processo de modernização da agricultura no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital. O POLOCENTRO aprovou 3.373 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação, num total de cerca de US$ 577 milhões até o ano de 1982, período no qual o programa esteve em vigor. Dos beneficiários, 81% operavam em propriedades com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa. As propriedades acima de 1.000 hectares representaram 39% do número total de projetos e absorveram 60% dos recursos totais do programa (ALHO; MARTINS, 1995). Esses dados demonstram que foram beneficiados, principalmente os proprietários de médios e grandes estabelecimentos, ou seja, refletem o caráter seletivo do programa.

[32] Nesse período o estado de Tocantins ainda não havia sido desmembrado de Goiás.



Mapa 4 - Brasil: áreas do POLOCENTRO

As condições vantajosas de crédito do POLOCENTRO estimularam produtores de outras regiões, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, a migrarem para o Cerrado. Esses produtores eram atraídos pelos benefícios que o programa oferecia e pela vantagem de o preço das terras no Cerrado ser, relativamente, baixo em relação aos preços do Centro-Sul do país.

Outro programa que se destacou na "exploração" das terras do Cerrado foi o PRODECER[33] que, criado em 1979 mediante acordo entre os governos brasileiro e japonês, visava promover o desenvolvimento agrícola dos Cerrados. O PRODECER, também conhecido como JICA (*Japan International Cooperation Agency*), funciona sob sistemas cooperativistas e é coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), do qual 51% das ações são controladas por capitalistas nacionais e 49% por japoneses.

Os projetos do PRODECER vêm se desenvolvendo em etapas. A primeira etapa, denominada PRODECER I, foi iniciada em 1980 em Minas Gerais, como projeto piloto, em uma área de cerca de 58.754 hectares por intermédio de programas de crédito baseados em cooperativas**.**Tendo como referências os resultados alcançados na primeira etapa, foi iniciada a partir de 1987, a segunda etapa, isto é, o PRODECER II. Nessa etapa, o programa avançou para a Bahia, instalando dois projetos, e para a região Centro-Oeste, implantando projetos em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, superando os 200.000 hectares de terra. Em Goiás, uma das regiões de implantação do PRODECER foi no Sudeste Goiano, nos municípios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri, denominada de projeto Paineiras. A terceira etapa, iniciada em 1994, teve como objetivo ampliar a fronteira agrícola para as regiões Norte e Nordeste, contemplando os estados do Tocantins e do Maranhão.

No montante, as três etapas do PRODECER ocuparam uma área aproximada de 350.000 hectares[34] de Cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato

[33] Para uma análise mais aprofundada sobre o PRODECER, ver Pessôa (1988) e Inocêncio (2010).
[34] Atingiram áreas dos seguintes municíp

Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins (Mapa 5), na qual promoveu o desenvolvimento de atividades agropecuárias, sob os parâmetros da agricultura moderna. Por meio dos dados da tabela 2, pode-se verificar a área (ha) e o número de programas em cada estado, bem como o valor investido pelo PRODECER.

Tabela 2– Projetos do PRODECER por estados

Estado	***Projetos***	***Área total (ha)***	***Investimento (US$ milhões)***	Observações
Minas Gerais	11 *	151.250	239	P-I;P-II / P; P-II /E.
Mato Grosso do Sul	1	22.000	26	P-II / E
Mato Grosso	2	35.320	50	P- II / P
Goiás	3	30.000	50	P-II /E
Bahia	2	31.430	67	P- II / P
Tocantins	1	40.000	69	P- III /P
Maranhão	1	40.000	69	P-III / P
Total	21	350.000	570	_____

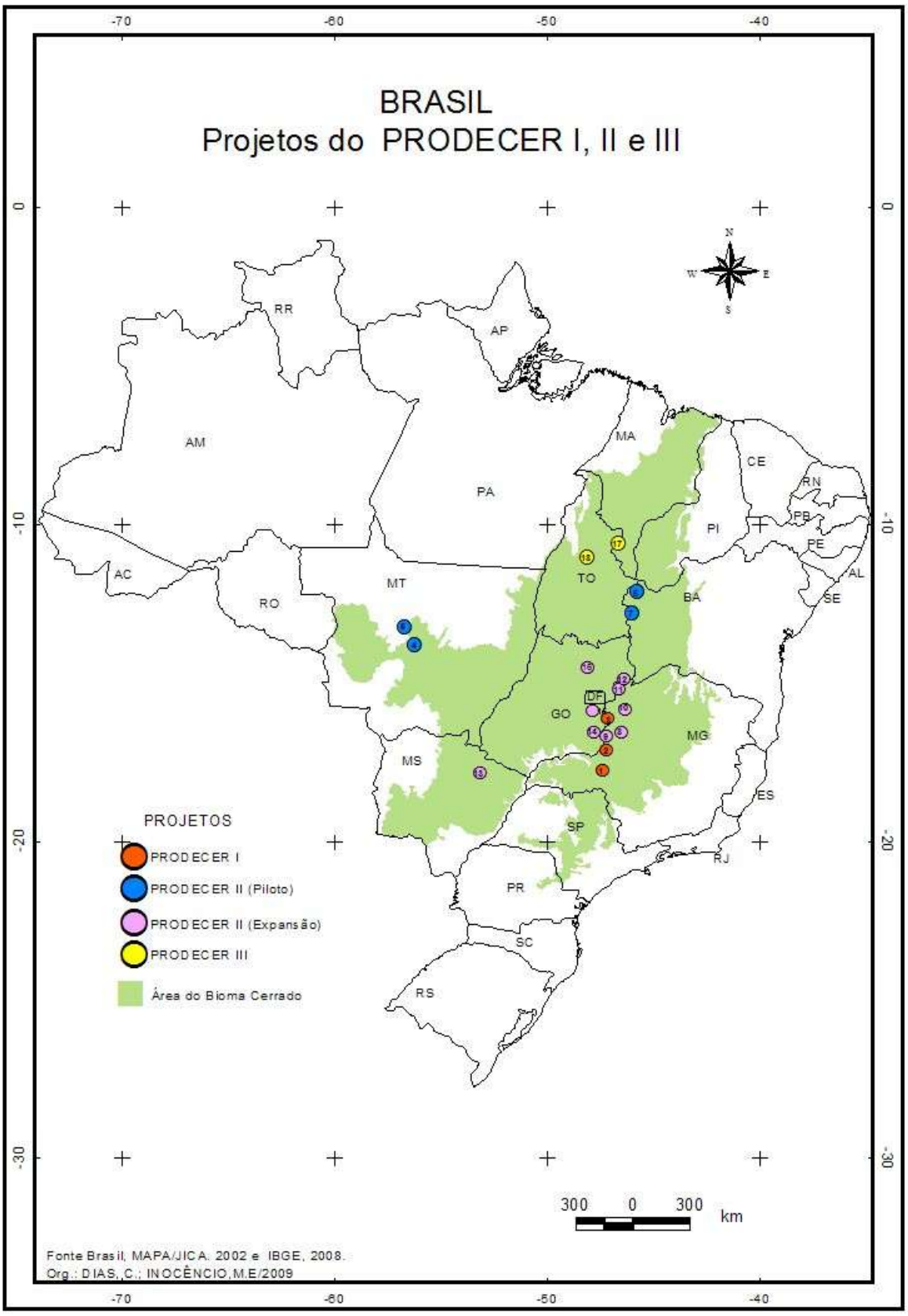
Fonte: CAMPO / PRODECER, 2001.

Obs: P- I = Prodecer- I; P-II / P = Prodecer II Piloto; P-II / E = Prodecer II – Expansão; P – III / P Prodecer III- Piloto. * mais três empresas

No Sudeste Goiano, assim como em outras áreas de sua implantação, o PRODECER selecionou colonos com alta probabilidade de adotarem as tecnologias de ponta propostas pelo programa. Com isso, a maioria dos colonos selecionados para os projetos era do Centro-Sul do país, pois estes já tinham experiência na agricultura empresarial. A seleção dos colonos considerou também agricultores que dispunham de capital, sendo este fator uma das exigências básicas do programa (PESSÔA, 1988).

---

ios: Paracatu, Iraí de Minas, Coromandel, Bonfinópolis de Minas, Formoso, Buritis, Guarda-Mor,em Minas Gerais; Ana Terra, Tapuá, Piúva e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso; Paineiras, Ipameri, Campo Alegre, Cristalina, Buriti Alto, Niquelândia, S. João da Aliança e Alto Paraíso. Na Bahia: Ouro Verde, Formosa do Rio Preto; No Tocantins: Pedro Afonso Campos e Lindos e, o Maranhão, no município de Balsas.



Mapa 5 - Brasil: projetos do PRODECER

Tanto o PRODECER, quanto o POLOCENTRO objetivam a incorporação das terras do Cerrado sob moldes empresariais de produção, com o uso de capital e tecnologia e o direcionamento da produção para as culturas destinadas à exportação e às agroindústrias. E esses empreendimentos alcançaram seus objetivos: alavancar a expansão de *commodities* na região Centro-Oeste, na Bahia e em Minas Gerais, e também divulgar as potencialidades agropecuárias do Cerrado.

Os mecanismos utilizados pelo governo para a expansão da agricultura moderna no Cerrado possibilitaram a territorialização de grandes empresas agropecuárias. Estas, por sua vez, causaram grandes metamorfoses sócio-espaciais, econômicas, políticas, culturais e ambientais à medida em que foram implantados novos sistemas de uso e manejo da terra, baseados na ciência, na tecnologia e na informação, e também novas culturas, como a soja.

Todavia, é importante considerar que nas áreas de Cerrado, assim como outros lugares do território brasileiro, ao contrário das duas décadas anteriores, a década de 1980 é marcada pela diminuição dos investimentos governamentais para a expansão da agricultura empresarial. De um modo geral, esse período foi marcado pela instabilidade macroeconômica, sendo, isso nomeada de "década perdida"[35] por Brum (2000, p. 420).

> Em face do fraco desempenho econômico do Brasil e da maioria dos países em desenvolvimento e da ineficácia e do fracasso de medidas e planos econômicos para a superação da crise - passou-se a identificar esse período como a *década perdida*, que no caso brasileiro, inclui também os primeiros anos da década de 1990.

Ainda conforme este autor, o esgotamento de projetos desenvolvimentistas implantados desde 1930 e a falta de um novo projeto nacional são os principais fatores da crise econômica ocorrida no país na década de 1980. Mesmo sendo considerada uma *década perdida* economicamente, algumas outras conquistas importantes foram registradas nesse período, como a transição do regime autoritário para o regime democrático, a diminuição das

[35] Graziano da Silva (1996) cunhou este período de "década perversa".

taxas de mortalidade infantil, a redução nas correntes migratórias rumo ao Sudeste do Brasil (BRUM, 2000).

No setor agropecuário, o aparato do Estado foi diminuído, principalmente no que concerne ao crédito rural. Entretanto, isso não significou diminuição da produção de grãos. Pelo contrário, houve expressivo crescimento. Já a área plantada sofreu perdas consideráveis, sendo, portanto, o aumento da produtividade como um dos fatores responsáveis pelo crescimento sucessivo da produção de grãos.

A reestruturação das políticas públicas para o setor agropecuário nos anos de 1980, na visão de Mazzali (2000), se deve à crise econômica e fiscal do Estado brasileiro sofrida nesse período e a inserção de políticas de cunho neoliberal.

> A retomada da "visão neoliberal", associada à crise fiscal do Estado brasileiro, colocou em xeque o padrão de desenvolvimento agroindustrial. Ao se desvencilhar do papel de financiador e de patrocinador da modernização, o Estado enfraqueceu as bases que sustentavam as articulações entre os agentes, deixando "em aberto" o campo de opções estratégicas para sua atuação, gerando, assim, o ambiente para a reestruturação das articulações. (MAZZALI, 2000, p. 18).

Já nos anos de 1990, ocorreu uma nova reestruturação nos instrumentos da política agrícola brasileira, que centralizou no crédito rural, nos programas de suporte à comercialização com a melhoria de infraestrutura de transporte e armazenagem, desenvolvimento rural e à pesquisa agropecuária. Sobre a reformulação das políticas agrícolas, Coelho (2001) faz importantes ressalvas:

> o crédito rural oficial foi reformulado para estimular uma participação maior do setor privado, as dívidas anteriores foram securitizadas, a estrutura governamental de apoio à comercialização passou por profundas mudanças, com a criação de instrumentos mais modernos e menos intervencionistas, e, na pesquisa agropecuária, foram adotadas várias medidas para torná-las mais afinada com o mercado e, portanto, mais objetiva em termos de áreas a serem pesquisadas e de produtos a serem desenvolvidos. (p. 51).

O declínio gradativo do crédito rural, após o final dos anos 1980, pode ser comprovado com os dados da tabela 3. Em menos de dez anos, o sistema de crédito foi

reduzido em mais de 100% e perda maior foi sentida a partir de 1990, demonstrando que o esteio da produção de *commodities* estava em declínio.

Com o racionamento do crédito rural, reforçou-se o papel do setor privado no financiamento da agricultura brasileira, principalmente das *tradings* mundiais. Nesse sistema de financiamento, o objetivo é de atendimento à agricultura moderna, isto é, para culturas que apresentam algum tipo de integração com um encadeamento agroindustrial (BELIK; PAULILO, 2001).

Tabela 3 - Brasil: crédito rural concedido (US$ Milhões) no período de 1986 a 2000

Ano	**Total de créditos (custeio, comercialização e investimentos)**
1986	14.252,5
1987	13.580,3
1988	11.232,4
1989	13.438,0
1990	8.444,7
1991	7.749,7
1992	8.110,3
1993	7.359,8
1994	9.903,3
1995	6.021,9
1996	4.915,30
1997	6.811,74
1998	8.301,13
1999	6.490,91
2000	6.514,97

Fonte: COELHO, 2001 e Banco Central do Brasil (1997 a 2000). Disponível em: http/www.bcb.gov.br.

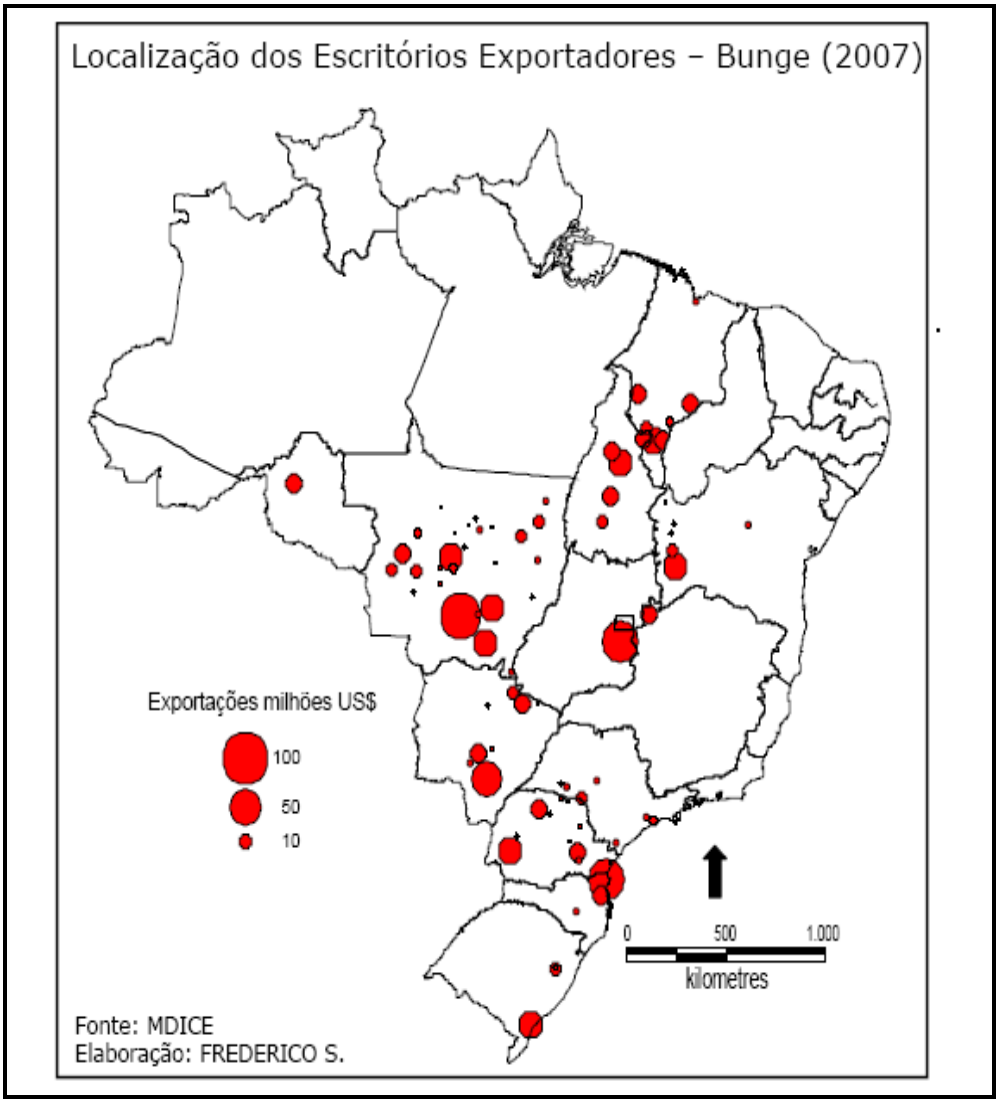
O poder das *tradings* acontece tanto no financiamento devido à capacidade econômica dessas empresas, quanto da compra da produção agrícola. A venda antecipada da produção geralmente é a garantia do financiamento. Esse tipo de venda, também denominada de “venda da soja verde”, é uma forma de as empresas subordinarem a elas os produtores, pois, as empresas financiam a produção, mas, em troca, ou seja, em pagamento, o produtor, após a colheita, entrega os grãos para as empresas. Apesar dos juros serem mais onerosos em

relação aos juros cobrados pelo Banco do Brasil, o financiamento das empresas, principalmente das multinacionais, tem aumento devido ao fato de o crédito ser menos burocrático e mais rápido. Multinacionais como Cargill, Bunge e ADM são as maiores empresas exportadoras de produtos agrícolas do Brasil. Possuem unidades em diversos países. Atuam na industrialização de alimentos e na produção de fertilizantes, tendo, por conseguinte, facilidades para difundir seus produtos no mercado mundial. Além disso, estabelecem locais de produção mais vantajosos por meio da instalação de unidades, e/ou de seus escritórios, para facilitar o controle do fluxo das mercadorias, do capital e da informação. Para Frederico (2008), os escritórios configuram-se como vetores externos, signos da globalização do mercado, e laboram como verdadeiros pontos de conexão entre os lugares e o mundo. A distribuição dos escritórios da empresa Bunge (Mapa 6), por exemplo possibilita observar sua presença em quase todos os estados brasileiros, especialmente nas áreas de Cerrado.

Com a participação na financeirização da agricultura pelas grandes corporações do agronegócio, instala-se novo modelo de dominação do capital privado sobre os produtores, a economia e o território. Além de financiamentos, essas corporações controlam a produção e monopolizam as exportações, reestruturando as relações de produção para atender a lógica de um mercado cada vez mais globalizado, no qual a ciência se constitui numa força de trabalho que visa angariar maior produtividade e lucratividade na produção agropecuária.

Nesse contexto, é importante considerar que mesmo ocorrendo a diminuição do crédito rural no processo de expansão da agricultura moderna, o Estado, nos últimos 20 anos, não desamparou essa atividade. Com novos formatos, o Estado fomenta essa atividade por meio de financiamentos para investimentos e custeio a juros baixos, aumento de carências, renegociação de dívidas e aumento de prazos. Além disso, para atender às demandas do processo produtivo do agronegócio, o Estado investe em infraestrutura (rodovias, ferrovias e hidrovias), pois os sistemas de logística no Brasil ainda apresentam deficiência, afetando

desse modo, a competitividade do agronegócio. Os empresários rurais, juntamente com as corporações do agronegócio, estão sempre a reivindicar do governo investimentos em infraestrutura, assim como, um sistema de informação para ampliar o comércio exterior, a desburocratização, facilidades aduaneiras e pesquisas científicas e tecnológicas, muitas delas desenvolvidas em universidades federais e educação com a ampliação em cursos técnicos e superiores que atendam às necessidades do agronegócio (FABRINI, 2010).



Mapa 6 - Localização dos escritórios exportadores - Bunge (2007)
Fonte: FREDERICO, S., 2008.

No que se refere a infraestrutura, é importante destacar, no limiar do século XXI, os projetos do governo Luis Inácio Lula da Silva por meio de parcerias público-privados para

melhoria dos meios de circulação existentes e a ampliação. Nesse governo, destaca-se, em 2007, a criação do PAC[36] (Programa de Aceleração do Crescimento). O objetivo desse programa é investir na construção de infraestrutura logística[37] (construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energética (geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis) e social e urbana (saneamento, habitação, metrôs, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos), para assim, estimular os investimentos do setor privado, reduzir as desigualdades regionais, aumentar a competitividade e a produtividade das empresas. A tabela 4 traz a previsão de investimentos em todas as regiões nos setores de logística, energia, e assistência social e infraestrutura urbana. Destaca-se o setor energético, que receberá mais investimentos do PAC nesse planejamento de 2007-2010, principalmente na região Sudeste.

Tabela 4- Brasil: previsão de investimento regional do PAC em infraestrutura 2007-2010

Região	***Logística***	***Energética***	***Social e Urbana***	***Total***
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

Fonte: Ministério do Planejamento, 2010.
Org.: MATOS, P.F., 2010.

[36] O PAC foi lançado em 2007-constitui um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. Em 2010 foi lançado o PAC 2 tendo como objetivo dar continuidade aos projetos de crescimento econômico do Brasil. O PAC 2 prioriza seis áreas de investimentos: cidade melhor, comunidade cidadã, minha casa minha vida, água e luz para todos, transporte e energia. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010). Disponível em: http/www. planejamento.gov.br. Acesso em: 15 de nov.de 2010.

[37] Com relação às infraestrutura logísticas e energéticas o PAC visa a construção, adequação, duplicação e recuperação de 45 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, construção de 13.826 quilômetros de linhas de transmissão, instalação de quatro novas unidades de refino ou petroquímicas, construção de 4.526 quilômetros de gasodutos e instalação de 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010). Disponível em: http/www. planejamento.gov.br. Acesso em: 20 de nov.de 2010.

Na verdade, conforme anuncia Cleps Júnior (2010), há um pacto do Estado com o agronegócio no Brasil, evidente nas políticas públicas dos investimentos na agricultura empresarial e nas parcerias estabelecidas entre Estado e agronegócio. No período mais recente, verificam-se, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), as alianças formadas com o agronegócio para dar continuidade ao crescimento dessa atividade, em detrimento da realização de uma reforma agrária eficiente. Inclusive, conforme salienta Fabrini (2010), dentre as políticas defendidas pelo agronegócio, a serem executadas pelo Estado, uma é o combate à ação dos movimentos sociais do campo, principalmente em relação às ocupações de terra, porque no argumento do agronegócio, é preciso "tranqüilidade" para produzir.

Nesse sentido, o presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o primeiro mandato do seu governo (1994 a 1998), tomou como principal medida, em vez de uma reforma agrária o assentamento de famílias que estavam acampadas, explicando que assentando essas famílias o problema agrário brasileiro estaria solucionado. Em seu segundo mandato (1998-2002) FHC estabeleceu uma política agrária repressiva, tentando coagir os movimentos de luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização da terra. Com isso, foram tomadas duas medidas: uma que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez. Ainda, implantou o Banco da Terra, que era uma política de crédito para a compra de terras e criação de assentamentos e de educação nos assentamentos (FERNANDES, 2006).

Ainda que FHC tenha divulgado que realizou a maior reforma agrária da história brasileira, a realidade foi que, em seu governo houve um alto índice de violência[38] no campo,

[38] Oliveira (2008) mostra, a violência e os conflitos no campo brasileiro no período de 1964 a 2006.

por exemplo, o Massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, conflitos, mortes e precariedade dos assentamentos, devido à falta de investimentos em infraestruturas. A criação de assentamentos com infraestrutura básica como saúde, educação, moradia, representa, conforme Marques (2008) e Fernandes (2006) um importante passo no processo de emancipação social e política dos trabalhadores que lutam pela terra.

No limiar do século XXI, com a entrada na Presidência da República de um político do Partido dos Trabalhadores (PT), as esperanças da realização de uma Reforma Agrária foram renovadas tanto da parte dos movimentos sociais, quanto de entidades que apóiam a reforma agrária. No entanto, conforme Fernandes (2006) a política agrária continua focada em assentamento de famílias acampadas. Com isso, a estrutura fundiária brasileira continua concentrada. Uma concentração que favorece o capital (sistemas financeiros e empresários). "No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários." (OLIVEIRA, 2008, p. 153).

2.5 O agronegócio: o "novo" discurso de desenvolvimento

Para Oliveira (2006), a conjuntura produtiva do campo brasileiro nas últimas décadas deve ser compreendida a partir da lógica contraditória da mundialização do capital, pois, é devido a essa lógica contraditória que o agronegócio tem-se expandido no Brasil. "O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio é sinônimo de produção para o mundo." (p. 37). E ainda, "[...] produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável em sua soberania alimentar." (p. 38).

A partir da década de 1990, governo, pesquisadores e mídia passaram a empregar o termo agronegócio,[39] "numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista" (MARCOS, 2008, p. 196). Essa expressão é utilizada no Brasil para designar grandes propriedades modernas que se dedicam à monocultura com o emprego de tecnologia avançada e reduzida mão-de-obra. Na maior parte dos casos, a produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com a finalidade principal de auferir lucros.

Teubal (2008), por sua vez, ressalta que no modelo de funcionamento do agronegócio, há predomínio de capital, especialização crescente de determinadas *commodities* para o mercado externo e tendência à concentração em grandes unidades de produção/exploração. Diferentemente, "no sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiverdisidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências." (WELCH; FERNANDES 2008, p. 166). Desse modo, enquanto que a lógica da agricultura camponesa se baseia em três fatores essenciais: terra, trabalho e família, o agronegócio, no lucro e na renda.

Para Fernandes (2004), o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Porém, esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção monocultora para exportação. Desde o princípio do capitalismo, em suas diferentes fases, o modelo da grande produção agropecuária utiliza tecnologias para intensificar a produtividade e aumentar a exploração da terra e do homem.

O agronegócio tornou-se uma espécie de "ouro verde" para o governo, visto que contribui de forma significativa para o superávit da balança comercial. O Brasil é um dos líderes mundiais em produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro

[39] Essencialmente, o sentido da palavra refere-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas.

em produção e exportação de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera as vendas de soja, milho, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. No que se refere à soja, o Brasil ostenta o segundo lugar na produção, perdendo apenas para os Estados Unidos. Entre os quinze países com maior produção de soja, cinco são da América Latina: Brasil 2º (lugar), Argentina 3º (lugar), Paraguai 6º (lugar), Bolívia 8º (lugar) e Uruguai 12º (lugar) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio brasileiro foi responsável, em 2004, por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) e 42% das exportações totais. Nesse mesmo ano, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US$ 36 bilhões, com superávit de US$ 25,8 bilhões. Por conta do saldo positivo das exportações de produtos agrícolas e do aumento da produção a cada safra, o agronegócio, na visão dos governistas é símbolo de progresso e desenvolvimento econômico para o país.

Todos os investimentos governamentais no setor agrícola promoveram rápido crescimento na produção agrícola do país. A produção de grãos saltou de cerca de 25 milhões de toneladas, na safra de 1965, para 59, em 1985, um aumento superior a 100% no período de 20 anos. De 1964 em diante, o crescimento foi contínuo, tendo estabilizado nas safras de 1995. De 1995 a 2008, a produção de grãos no Brasil cresceu continuamente, atingindo em 2008 aproximadamente 145 milhões de toneladas. O aumento da produção além da área plantada se deve ao aumento de produtividade. O rendimento das principais culturas agrícolas (soja, milho) nas últimas duas décadas saltou de 1,5 toneladas para 2,8 toneladas por hectare (IBGE, 2009).

O desempenho mais significativo de toda a produção de grãos foi o da soja, cuja produção era praticamente inexistente em 1965. Em 1970, atingiu cerca de 1,8 milhões de toneladas e em 2008, cerca de 59 milhões de toneladas, a maior produção registrada em todos

os anos analisados (Tabela 5). O aumento da produção de soja foi obtido pela combinação da expansão da área plantada e da produtividade do trabalho e da terra. O milho, outro cultivo de destaque na produção brasileira, obteve aumento significativo a partir de 1985. A maior taxa de crescimento foi verificada de 2005 para 2008, cujo aumento foi de 15.632.684 mil toneladas.

Tabela 5 - Brasil: produção (t) de soja e milho, 1970 - 2008 (anos selecionados)

Ano	***Soja***	***Milho***
1970	1.893.199	13.123.657
1975	8.737.840	14.596.107
1980	13.769.119	15.932.790
1985	16.730.076	17.774.394
1990	19.897.804	21.347.774
1995	21.563.770	25.510.506
2000	32.820.826	32.321.000
2005	51.182.074	35.113.312
2008	59.242.480	50.745.996

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985) e Produção Agrícola Municipal (1990 a 2008).
Org.: MATOS, P. F., 2009.

De posse dos dados da produção do agronegócio, Oliveira (2006) reforça que ainda são as pequenas unidades que produzem a maioria dos alimentos do povo brasileiro e geram mais emprego no campo.[40] Mesmo diante dessa realidade, os investimentos governamentais são destinados para o agronegócio. Em 2007, foram 50 bilhões, contra 10 bilhões para a agricultura familiar, comprovando, dessa forma, que, para ser produtivo, o agronegócio precisa de garantias políticas e econômicas por parte do Estado.

Com total apoio do Estado, o agronegócio foi se alastrando no campo brasileiro, "disputando" territórios produtores de culturas alimentícias, expulsando os camponeses do campo e/ou explorando a força de trabalho deles ou manipulando a sua produção. A

[40] Conforme Oliveira (2008, p.151) em 2003 "[...] a pequena propriedade que detém apenas 20% da área ocupada do Brasil, foi responsável por 46% do valor da produção agropecuária e por 43% da renda gerada no campo. Enquanto isso, as grandes propriedades que controlam mais de 44% da área ocupada total, foram responsáveis por apenas 21% do valor da produção e 23% da renda gerada. As médias propriedades que controlam 36% da superfície ocupada ficaram com a diferença, ou seja, 32% do valor da produção e 34% da renda."

manipulação da produção, caracterizada pelas empresas como integração, é denominada por Oliveira (2006) como *monopolização do território*. As empresas instalam-se em áreas estratégicas e monopolizam o território, estabelecendo contratos com camponeses ou capitalistas, e estes passam a produzir o que a empresa requer e com as qualidades exigidas pela mesma, ou seja, o produtor fica subordinado à empresa em o que, como e quando produzir, o que ocorre, por exemplo, com a cana-de-açúcar, a laranja, o fumo, assim como, com a suinocultura e a avicultura.

Ao analisar o mundo agrário na globalização, Ianni (1997, p. 46) faz a seguinte afirmação: "a revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideias sócio-culturais, em seus significados políticos". Com essa afirmação, o autor chama a atenção para o fato de que, nas áreas onde a modernização agrícola se expande, há transformação no modo de vida da população residente, pois são inseridos novos valores, que se aproximam dos valores urbanos. Sobre essas mudanças, Santos (2008, p. 47) ressalta que "[...] o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência."

No agronegócio, o processo produtivo, conduzido pela lógica do mercado global e das inovações da ciência, modifica o cotidiano do campo por meio da utilização de instrumentos da biotecnologia, da engenharia genética, da microeletrônica, incorporando dessa forma um novo campo de valorização do capital que afeta de forma direta as relações sociais de produção. Para Santos e Silveira (2008), as inovações técnicas concorrem para criar um novo uso do tempo e da terra. "Dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando os solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional" (2008, p.118).

O uso das inovações técnico-científicas no processo produtivo permite ao produtor, por exemplo, abrir o *lap-top* (computador portátil), sem sair do veículo, em meio à lavoura de soja, para registrar a situação da lavoura, também consultar, via-satélite, as condições climáticas, bem como se inteirar dos preços da soja nos mercados nacional e mundial.

Para reforçar o agronegócio, no final do século XX, com os avanços da biotecnologia, perpetua-se o cultivo de monoculturas transgênicas.[41] Os transgênicos são resultado dos avanços das pesquisas da biotecnologia e da engenharia genética para combater os herbicidas, gerando maior produtividade e com menor custo de produção. Dessa forma, o discurso das empresas de biotecnologia[42] como sendo de grande importância para o desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva e sustentável, já que é menos dependente do uso de defensivos químicos, bem como para o fortalecimento da competitividade da agricultura, para a elevação das exportações e para o combate à fome. Sobre as vantagens e desvantagens dos transgênicos, ambientalistas asseguram que, dependendo da cultura e da quantidade produzida, os transgênicos podem causar impactos irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana. A produção de culturas transgênicas também não beneficia o desenvolvimento da agricultura camponesa, em virtude do alto custo das sementes, o que demonstra que as culturas transgênicas são mais uma tecnologia em benefício do capital.

Algumas poucas empresas multinacionais controlam a produção de sementes transgênicas, caracterizando-se dessa forma, um oligopólio. Ao comprar as sementes transgênicas o agricultor assina um contrato que o proíbe de replantá-las na safra do ano seguinte, comercializá-las ou trocá-las. "As possibilidades oferecidas pelos transgênicos aprofundam a mercantilização das sementes, alterando assim, o seu valor de uso, de tal

[41] Por praticamente meia década, especialmente no Sul do Brasil, cultivou-se soja transgênica de forma clandestina, via sementes contrabandeadas da Argentina. A regulação (soja, algodão) ocorreu no de ano de 2005, por meio de medida provisória que autorizou o cultivo e a comercialização de sementes geneticamente modificadas. Porém, a liberação de transgênicos no Brasil é inconstitucional, uma vez que não foram apresentados estudos suficientes de impacto ambiental como prevê a Constituição Federal. (Andrioli e Fuchs 2008)

[42] Das dez maiores empresas de biotecnologia no mundo, quatro são dos Estados Unidos (DuPont, Monsanto, Cargill e Delta).

maneira que acabam por gerar relações cada vez mais dependentes" (ANDRIOLI; FUCHS, 2008, p. 99). Com a Revolução Verde, a semente deixa de ser parte guardada da última colheita, para ser concedida como mercadoria.

> A semente transformada em mercadoria é ecologicamente incompleta e desintegrada em dois níveis: 1) não se **reproduz** a si mesma, ao passo que, por definição, a semente é um recurso regenerador. Portanto, por meio da tecnologia, os recursos genéticos são transformados, deixando de ser renováveis. 2) não **produz** sozinha. Precisa de ajuda de insumos para produzir. À medida que as empresas de sementes e de produtos químicos se fundem, a dependência dos insumos vai aumentar, não diminuir. E, ecologicamente, quer um produto químico seja acrescentado externa ou internamente, continua sendo um insumo externo no ciclo ecológico da reprodução da semente. (SHIVA, 2003, p. 172, grifos do autor).

A transgenia reforça, desse modo, a comercialização das sementes, com agravantes sociais muito sérios, uma vez que são patenteadas, monopolizadas e globalizadas. No Brasil, apesar de a EMBRAPA estar desenvolvendo pesquisas sobre sementes transgênicas, são as multinacionais, como a Monsanto e a Syngenta, que monopolizam a produção, com patentes registradas e cobrança de royalties. Os *royalties* são espécies de taxa cobrada as empresas que multiplicam as sementes, ou seja, produtoras de sementes transgênicas.

Em contraposição a esse modelo, há o resgate das sementes crioulas[43] (sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas), por agricultores camponeses, geralmente com auxílio de instituições públicas de ensino com o intuito de manter o controle e a genética das sementes, o resgate da biodiversidade, assegurar a soberania alimentar, a sustentabilidade da agricultura, assim preservar aspectos culturais e sociais. No âmbito social, as sementes crioulas auxiliam os camponeses na sua sobrevivência, porque possibilitam a produção de alimentos para seu consumo e a comercialização do excedente e ainda o armazenamento das sementes após a colheita para o próximo cultivo, não ficando dependentes da compra de sementes híbridas. Mas, além desses aspectos, as sementes crioulas têm um

[43] As sementes são chamadas crioulas ou nativas, porque seu cultivo foi desenvolvido por comunidades tradicionais e repassado de geração em geração. Esse termo também traz o significado de "aquilo que é próprio da terra, do lugar".

valor cultural importante para os camponeses, por fazer parte de suas práticas de cultivo, passados de geração para geração, e prima pelo respeito ao solo, ao clima e ao tempo da natureza.

Já as sementes transgênicas constituem mais uma estratégia do capital para aumentar a produção e a produtividade de algumas culturas, proporcionando benefícios econômicos a uma reduzida parcela da população e com o discurso de diminuir a fome que é apenas uma nova roupagem do discurso da Revolução Verde.

O principal foco das políticas públicas, conforme aponta Thomaz Junior (2006), deveriam se nortear pela soberania alimentar, com a produção de culturas voltadas para o consumo da população e com modelos que possibilitem a conservação de modos de vida sustentável e a integridade do meio ambiente. Todavia, é importante lembrar que o agronegócio divulga a imagem de que o seu modelo produtivista é a única forma possível, pois é responsável por boa parte da produção agropecuária brasileira. Essas falsas ideias são reforçadas/apoiadas pela mídia, por políticos e estudiosos que justificam a importância do agronegócio por meio de dados de produção e do papel que este representa para a economia do país. Mendonça (2007, p. 90-91) afirma que

> [...] é necessário contrapor-se ao discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras "improdutivas" e/ou no potenciamento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico. Esse discurso precisa ser desmascarado e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de uma ampla reforma agrária no país, com a possibilidade de combinar diferentes usos e modalidades de exploração da terra, em consonância com as condições edafoclimáticas e com as vivências e as experiências já construídas.

Mesmo apresentando dados de aumento da produção agropecuária, de *superávit* da balança comercial ou de uma atividade de extrema importância à economia brasileira, o agronegócio deve ser pensado a partir dos elementos que geram os prejuízos sociais e ambientais que gera. Não adianta ter crescimento na produção e na produtividade se existem

milhares de pessoas passando fome ou se alimentando mal por conta dos altos preços dos alimentos, se a biodiversidade dos biomas está virando cinza; se os recursos hídricos estão se esgotando; se milhares de trabalhadores estão morrendo por conta das condições de trabalho; além do êxodo rural e de tantos outros problemas advindos desse modelo dito modernizador, desenvolvimentista e produtivista. Esse modelo, nada mais é que a reprodução das tramas do capital (concentrador, explorador, predador e excludente).

Com a ideologia de que o agronegócio é o modelo de produção ideal para o país, seu alastramento se dá por todas as regiões brasileiras, dominando novos territórios, tecnologias e políticas públicas. Alastra-se, territorializa-se semelhantemente a uma erva daninha. Com isso, milhares de trabalhadores vão sendo desterritorializados do campo. Não lhes restando alternativas, engajam-se nos movimentos de luta pela terra e luta contra o capital. Em essência, o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, pautado na injeção de capital, seja qual for a apologia, tem como propósito fazer da terra um meio de obter renda, e, logo, a terra, nesses moldes de produção, passa a não ter função social, e sim, função meramente função econômica.

Assim, no próximo item, buscar-se-á analisar a apropriação do Cerrado, de forma particular do estado de Goiás pela modernização da agricultura, visando compreender os usos do território pelo agronegócio para reprodução do capital.

2.6 A apropriação do Cerrado pelo agronegócio: o discurso do desenvolvimento e da modernização

A partir da década de 1970, somaram-se esforços do Estado e do capital privado para a expansão da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado, com o objetivo de consolidar a agricultura moderna nessas áreas. Os projetos estatais implantados as áreas de Cerrado tinham como justificativa principal a retirada dessas áreas do atraso econômico e sua integração ao

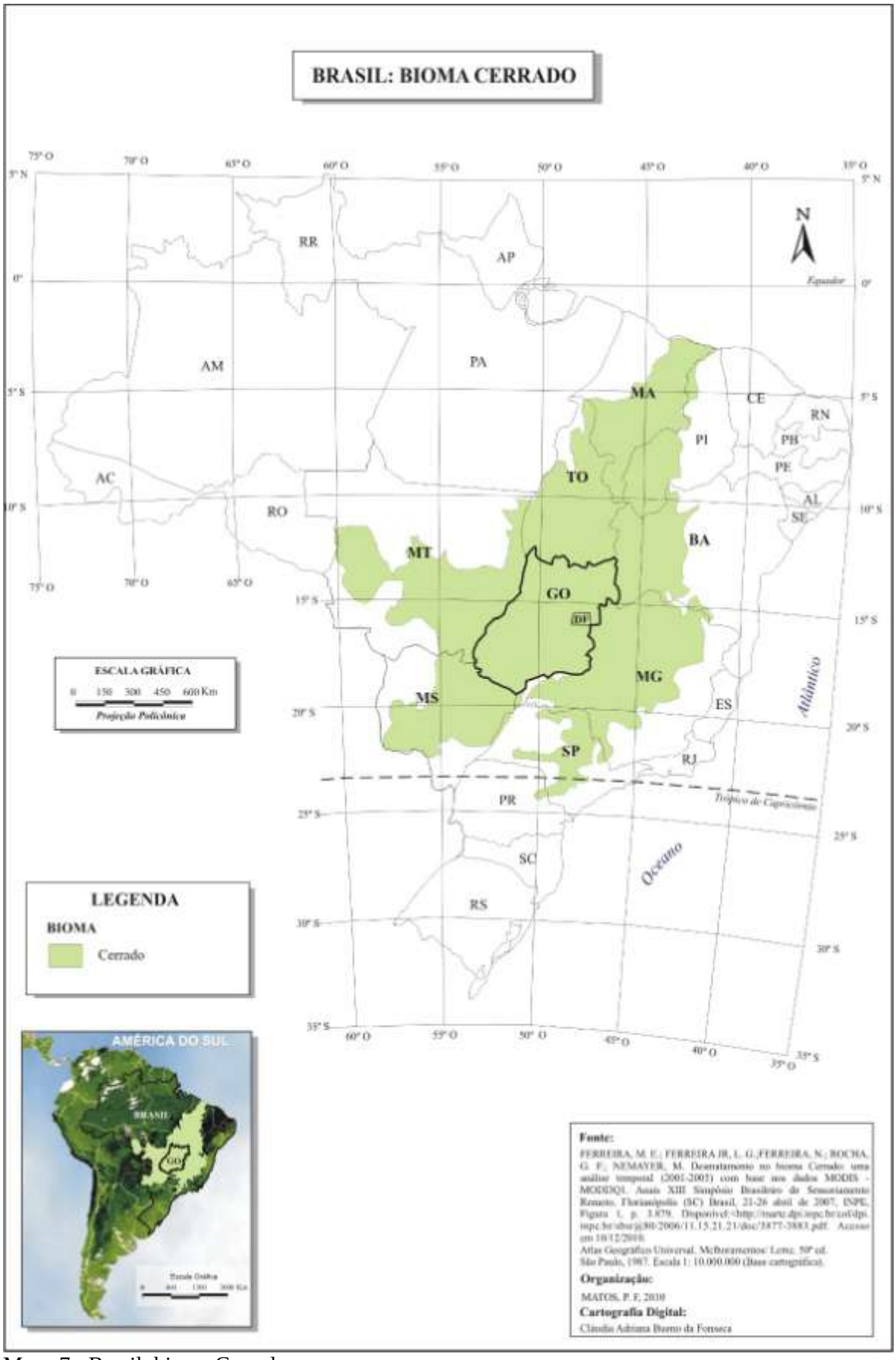
restante do país. As operações do governo tornaram essas áreas modernizadas, urbanizadas e integradas à econômica nacional e internacional. Com isso, o Cerrado tornou-se

> território de grãos, de bois, de agroindústria, e da indústria, o cerrado numa perspectiva economicista, apresenta uma organização do espaço compatível com as contradições que o usou: agora o seu campo é vazio, mas é produtivo; a sua urbanização é acelerada, mas é desigual. Antes de sua modernização, eram um território da diferença calcada na sua rica biodiversidade, nas formas variadas de seu relevo, nos diferentes usos do solo, agora suas paisagens são uníssonas, padronizadas, mas ele é um território da desigualdade social. (CHAVEIRO, 2008, p. 88).

Assim, o Cerrado, nas últimas quatro décadas, tem sido visto e divulgado pela mídia como uma das regiões mais promissoras do país, no que tange à produção de monoculturas de soja, algodão, milho, cana-de-açúcar, enfim, culturas com produção em alta escala. Até os anos de 1970, o Cerrado tinha pouca importância no cenário econômico do país. Com a inserção da modernização da agricultura, o Cerrado passa a constituir o "celeiro do Brasil".

A produção é um indicador importante para mensurar a territorialidade de *comodities* nas áreas de Cerrado que expressa também o movimento do capital. A produção agrícola do Centro-Oeste (região onde se concentra a maior parte do Bioma Cerrado, conforme mapa 7) é caracterizada, nos anos analisados, pelo crescimento das culturas voltadas para o mercado externo e para as agroindústrias brasileiras, como a soja e o milho, e pela inexpressiva produção de arroz e feijão, se comparada à soja, por exemplo (Tabela 6).

Conforme observa-se no gráfico 1, a soja, desde que foi introduzida no Centro-Oeste, teve evolução constante de produção, passando de 24,778 toneladas, em 1970, para 28.541. 370 toneladas, em 2008. O milho, que também apresentou evolução contínua na produção, as duas culturas somaram, em 2008, aproximadamente 45 milhões de toneladas produzidas no Cerrado do Centro-Oeste.



Mapa 7 - Brasil: bioma Cerrado

Tabela 6-Centro-Oeste: produção dos principais cultivos, 1970-2008 (anos selecionados)

Ano	QUANTIDADE PRODUZIDA EM (T)				
	Algodão	**Milho**	**Soja**	**Arroz**	**Feijão**
1970	114.959	807.405	24.778	1.331.971	130.037
1975	81.581	1.344.696	250.411	2.086.270	111.475
1980	106.383	1.603.536	1.590.967	2.725.295	124.275
1985	200.460	2.010.986	4.646.369	1.624.990	149.207
1995/6	269.438	5.616.168	8.246.396	952.758	115.591
2000	1.387.968	6.297.443	15.446.445	2.374.964	267.136
2005	2.307.568	7.857.797	28.652.564	2.862.821	406.978
2008	2.549.303	16.901.685	28.541.370	1.109.477	395.039

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (CO) de 1970 a 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000, 2005 e 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009

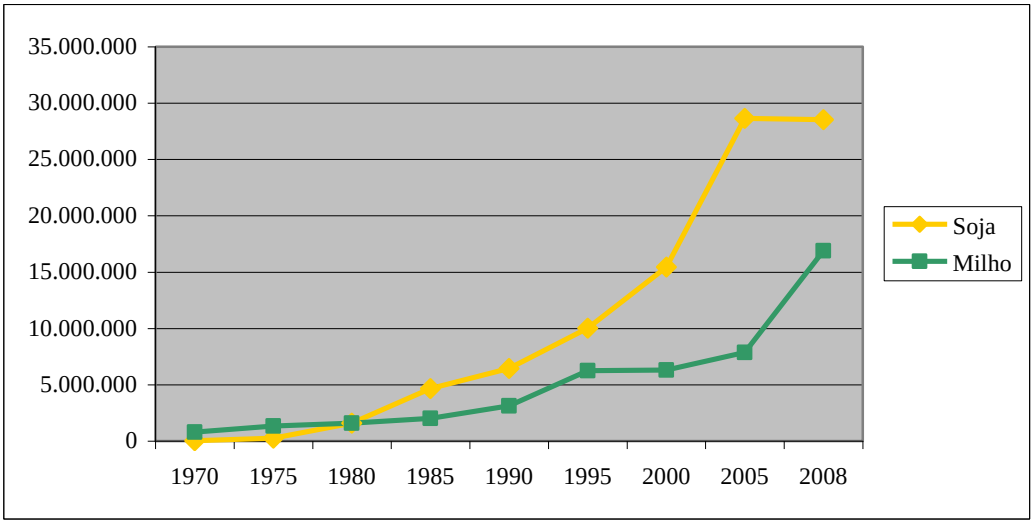


Gráfico 1- Centro-Oeste: produção (t) de soja, milho, 1970-2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (CO), 1970 - 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000, 2005 e 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Verifica-se, pelos dados apresentados no gráfico 2, que o feijão teve aumento da produção nos anos analisados, teve decréscimo apenas em 1975. Porém, o dado preocupante é que a produção dessa cultura é irrisória, se comparada com a produção da soja, que tomou espaço nas atividades agrícolas do Centro-Oeste desde a década de 1970, constituindo o principal cultivo. O caso do arroz é ainda mais emblemático porque a produção sofre

constantes oscilações nos anos analisados. De 1970 a 1985, a produção apresentou crescimento de mais de 100% porque era usada para corrigir a acidez do solo para, posteriormente, introduzir-se a soja. No período de 1980 a 1990, a produção de arroz sofreu quedas expressivas, recuperando o crescimento apenas a partir de 2000. No entanto, a produção de 2008 apresentou redução na produção de praticamente, 60%. Essa queda ocorreu, principalmente, no estado do Mato Grosso que, em 2005, produziu 2.262.863 toneladas, é, em 2008 sua produção reduziu-se para 682.506 toneladas.

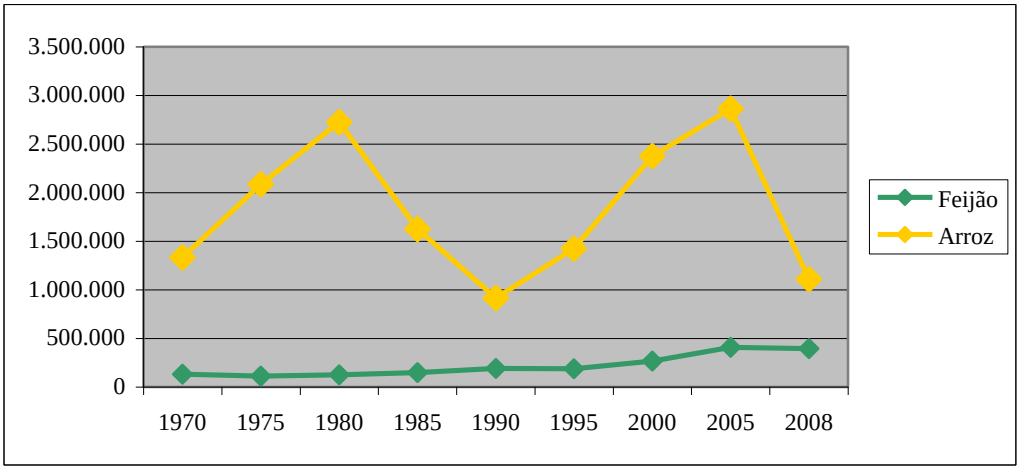


Gráfico 2-Centro-Oeste: produção (t) de arroz e feijão, 1970-2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (CO) 1970-1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000, 2005 e 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Considerada a partir da década de 1970 como a fronteira agrícola para o capital, o Centro-Oeste consolidou-se como uma das principais regiões produtoras de grãos do país, principalmente de soja e milho. Até o ano de 2000 a região Sul liderava a produção de soja, mas a partir desse ano o Centro-Oeste toma a frente e passa a ser a principal região produtora dessa oleaginosa, chegando em 2008 com 49% da produção, conforme mostra o gráfico 3. A segunda maior região produtora de soja até 2005 era o Sudeste, mas, a partir de 2005, o Nordeste passou a ser a segunda e o Sudeste, a terceira. O aumento da produção de soja no

Nordeste se deve à expansão da produção, sobretudo, nos municipios[44] de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães e Balsas no estado do Maranhão. Na produção de milho, outra cultura de destaque, o Centro-Oeste tem o segundo lugar, tendo participado em 2008 com 29% da produção total do território brasileiro (Gráfico 4).

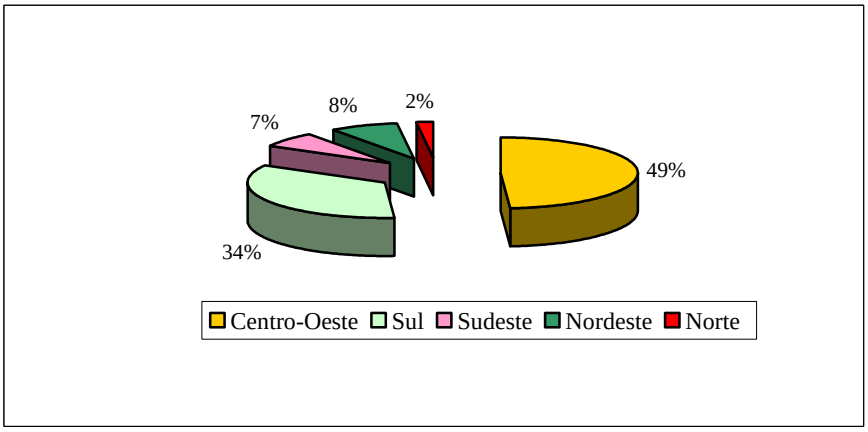


Gráfico 3 - Produção de soja em 2008 nas regiões brasileiras (%)
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal de 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

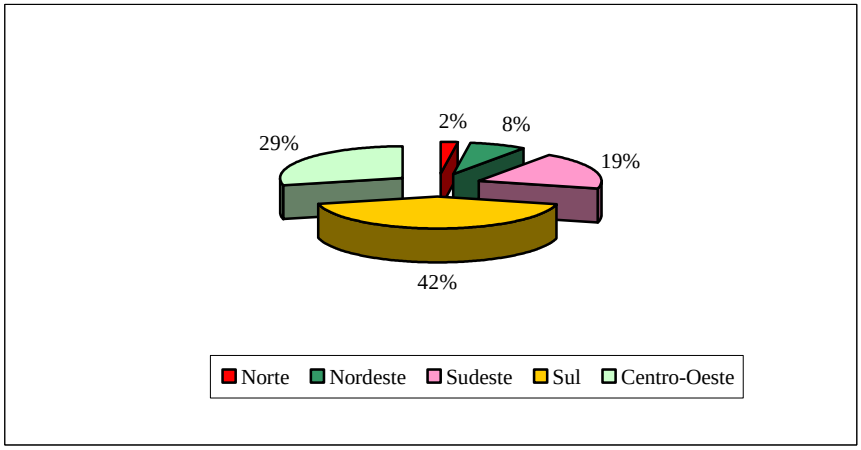


Gráfico 4 - Produção de milho em 2008 nas regiões brasileiras (%)
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal de 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Na região Centro-Oeste, o Mato Grosso tem-se firmado como o principal produtor de soja e milho, seguido do estado de Goiás. No ano de 2008, somente o estado do Mato Grosso produziu 60% da soja e 46% do milho da região Centro-Oeste. A nível nacional, o

[44] Conforme dados do IBGE em 2008 o município de Formosa do Rio Preto produziu 461.472; Barreiras, 408.860; Luis Eduardo Magalhães, 414.414; Correntina, 303.600 mil toneladas de soja. No Maranhão o crescimento significativo ocorreu em Balsas, que atingiu, em 2008, 331.515 toneladas.

Mato Grosso, desde o ano de 2000, é o maior estado produtor de soja, registrando, em 2008, 29% do total de soja produzido no Brasil. Além disso, conforme dados do IBGE, dos vinte maiores municípios produtores de soja do país em 2008, treze são mato-grossenses: Sorriso, Nova Mutum, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Itiquira, Querência, Campos de Júlio, Ipiranga do Norte, Brasnorte e Santa Rita do Trivelato. No município de Sorriso, primeiro no Brasil, foram produzidas 1.794.000 toneladas.

Os índices de produção apresentados permitem concluir que o Estado transformou muitos lugares da região Centro-Oeste em território de produção de grãos, por meio de subsídios essenciais à expansão do capital, beneficiando, principalmente, a consolidação de empresas rurais e de agroindústrias ligadas à cadeia de grãos e carnes e mais, recentemente, ao setor sucroalcooleiro. Essa atividade vem constituindo, nessa virada de século, um novo cenário da produção agrícola das áreas de Cerrado, sobretudo, no estado de Goiás.

Após cerca de vinte e cinco anos da implantação do PROÁlCOOL, a produção de álcool começa a crescer muito em virtude da necessidade[45] de substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis limpos e do aumento da fabricação dos automóveis *flex fuel,*[46] ou bicombustíveis, cujo motor tem sensores que reconhecem os teores da mistura e se ajustam automaticamente. O aumento do consumo da energia limpa por meio dos biocombustíveis ocorre em nível mundial. Com o mercado promissor, o Brasil tem sido palco de um crescimento exponencial de investimentos estrangeiros na aquisição e na implantação de

[45] Com o aumento do aquecimento global, os países passam a buscar outras fontes de energia, visto que o consumo de petróleo é um dos principais causadores do efeito estufa. Assim, buscam fontes que sejam renováveis e menos poluentes para o ambiente. No entanto, a ONU alerta que a agroindústria de etanol pode ser uma solução para parte dos problemas ambientais globais, mas pode causar também a escassez de alimentos.

[46] Automóveis que podem ser movidos a gasolina, álcool ou com uma mistura dos dois combustíveis. Foi introduzido no País em março de 2003. Em março de 2009 foram lançadas no mercado motos que também são movidos a álcool. De acordo com Goes et al (2008), as vendas dos carros *flex fuel* atingiram, em 2007, quase 90 % das vendas de carros novos.

unidades industriais, principalmente do setor sucroalcooleiro, visto que a cana-de-açúcar tem constituído no Brasil a principal fonte de energia da matriz energética dos biocombustíveis.

O Cerrado, após a implantação do PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) e do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e de outras políticas do Estado para a expansão de monoculturas de grãos destinadas ao mercado interno e externo, notadamente a soja, se vê na incumbência de participar do projeto de agrocombustíveis, com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar.

A expansão da cana-de-açúcar nas áreas de Cerrado substitui outras culturas que já haviam destruído anteriormente, a fitofisionomia do Cerrado e também na abertura de novas áreas. A seleção de áreas propícias ao plantio da cana-de-açúcar considera, substancialmente, os fatores físicos (edafoclimáticas e agroclimáticas) e a proximidade das usinas. Da mesma forma, as usinas, ao se instalarem, optam por ficarem próximas a áreas de cultivos de cana-de-açúcar ou a áreas propícias para desenvolver o plantio.

A região Centro-Oeste, especificamente o estado de Goiás, tornou-se território propício para a inserção do setor sucroalcooleiro. O Cerrado tem se tornado refúgio da cana-de-açúcar, devido à proibição do plantio na Amazônia e na Bacia do Alto Paraguai. Nenhuma usina de álcool poderá ser instalada na Amazônia e no Pantanal, como está definido no zoneamento agroecológico[47] da expansão da cana-de-açúcar, elaborado em conjunto pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com essas medidas, o Cerrado será o bioma mais afetado pela monocultura da cana-de-açúcar. As restrições atingem grandes áreas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Por isso, Goiás se transformou no

[47] Identificação de novas áreas para a expansão da agroindústria canavieira, voltada para a produção de açúcar e álcool (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009). Disponível em: http//mma.gov.br. Acesso em: 10 de out.de 2009.

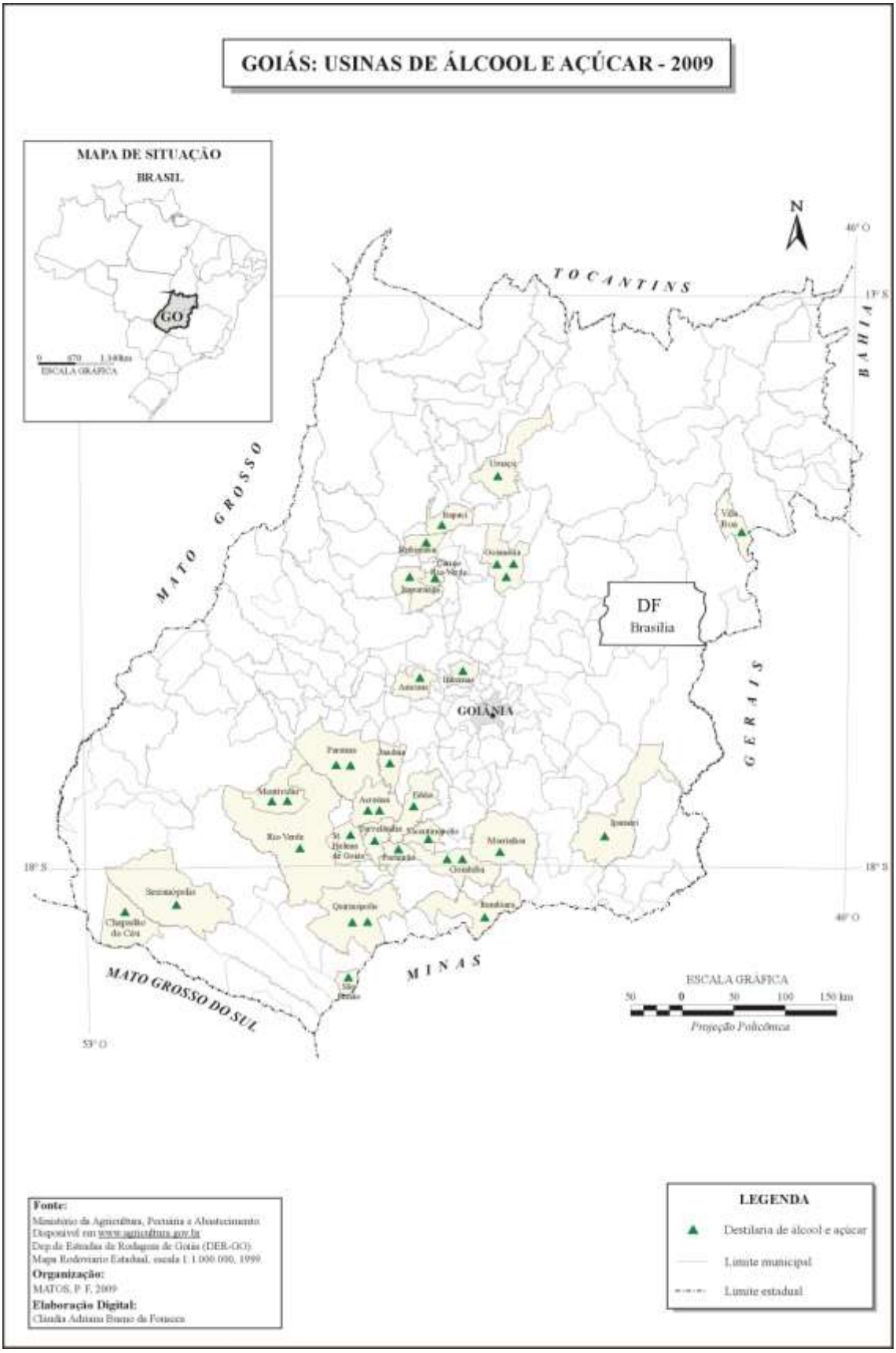
estado do Centro-Oeste mais almejado por usineiros e grupos internacionais. Conforme estudos de Castro et al. (2008), em termos de solos (excluídas as Unidades de Conservação e as Áreas Prioritárias para Conservação) cerca de 60% do território goiano apresentam de médio a alto potencial para o cultivo da cana-de-açúcar.

É importante mencionar que o zoneamento agroecológico estabelece que, no Cerrado, a cana-de-açúcar poderá ser plantada somente em áreas que já são de pastagem. No entanto, imagens de satélite revelam que em Goiás, nos municípios de Hidrolina, Itapaci, Paraúna, Quirinópolis e São Miguel do Araguaia, as áreas com a vegetação nativa de Cerrado já foram substituídas pela matéria-prima do etanol (SASSINE, 2008). Desses municipios, apenas São Miguel do Araguaia e Hidrolina não têm usinas em operação. Porém, existem usinas em municípios próximos.

O estado de Goiás conta, atualmente, com 34 usinas em operação[48]. Desse total, a maioria concentra-se no Sul e Sudoeste goiano (Mapa 8). Além das 34 usinas em operação, existem 18 em fase de implantação, 16 em análise e 21 em cadastro (SEPLAN, 2009). Considerando as usinas que estão em fase de implantação e análise, comprova-se que a cadeia sucroalcooleira no estado de Goiás ficará concentrada, principalmente, nos municípios do Sul e Sudoeste Goiano.

A instalação de usinas de álcool em Goiás tem contribuído para o crescimento dos canaviais. Embora, a cana-de-açúcar seja um cultivo tradicional da agricultura goiana, muito utilizada como alimento para o gado no período da seca e nos engenhos para fabricação de rapadura, melado e cachaça, o cultivo destinado às agroindústrias, basicamente, iniciou-se após os anos de 1980, em função dos investimentos do governo.

[48] Conforme Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009), das 30 usinas em operação em Goiás, 11 são mistas, ou seja, produzem álcool e açúcar e 19 produzem apenas álcool.



Mapa 8 - Goiás: usinas de álcool e açúcar-2009

No estado de Goiás, em um período de quinze anos (1980 a 1995), a produção teve crescimento de cerca de 900%, isto é, de 706.191 toneladas, em 1980, para 6.659.013, em 1995. Nos anos que se sucederam, a produção da cana também registrou expansão expressiva, principalmente de 2005 a 2008 (Gráfico 5), ostentando comportamento evolutivo similar ao do setor no restante do país (Gráfico 5).

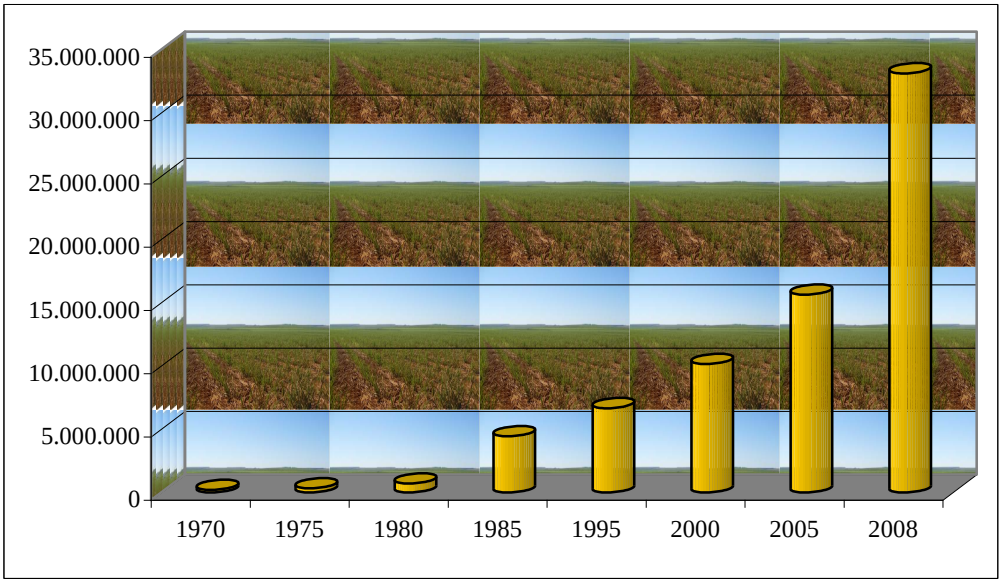


Gráfico 5 - Goiás: Produção (t) de cana-de-açúcar, 1970 - 2008 (anos selecionados)
Fonte: Fonte: Censo Agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

A ampliação das lavouras de cana-de-açúcar em Goiás é reflexo da demanda global por etanol. Projetos do governo brasileiro visam expandir esse setor. O Brasil tornou-se, nos últimos anos, um ator importante no cenário internacional do atual aumento dos agrocombustíveis em detrimento dos combustíveis fósseis.

A expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil confere-lhe o título de segundo lugar na produção de etanol no mundo. Juntos, Brasil e Estados Unidos (maior produtor mundial de etanol) são responsáveis por cerca de 70% da produção mundial de etanol (GOES, et al. 2008). A principal matéria-prima utilizada nos Estados Unidos para a produção de etanol é o

milho, enquanto no Brasil é a cana -de- açúcar. O Brasil é o maior produtor mundial dessa cultura, com produção, em 2008, de 645 milhões de toneladas.

A produção da cana-de-açúcar no Brasil teve um crescimento significativo nas últimas três décadas devido aos avanços tecnológicos, que permitiram o aumento da produtividade, e a expansão da cultura para novas áreas. O desenvolvimento de pesquisas para o melhoramento genético da planta e fertilização do solo, entre outros atributos agronômicos e biológicos, contribuíram para os ganhos na produtividade que passaram de 46,82 toneladas por hectare, em 1975, para 76,71 toneladas em 2008, isto é, quase duplicou o rendimento por hectare. A produção e a área (Gráfico 6) ocupada com a cana-de-açúcar se expandem de forma nítida no território brasileiro. Esse crescimento ocorre tanto nas regiões onde ela já domina a paisagem (por exemplo, em São Paulo), como em áreas onde substitui pastagens e outras culturas, como na região Centro-Oeste.

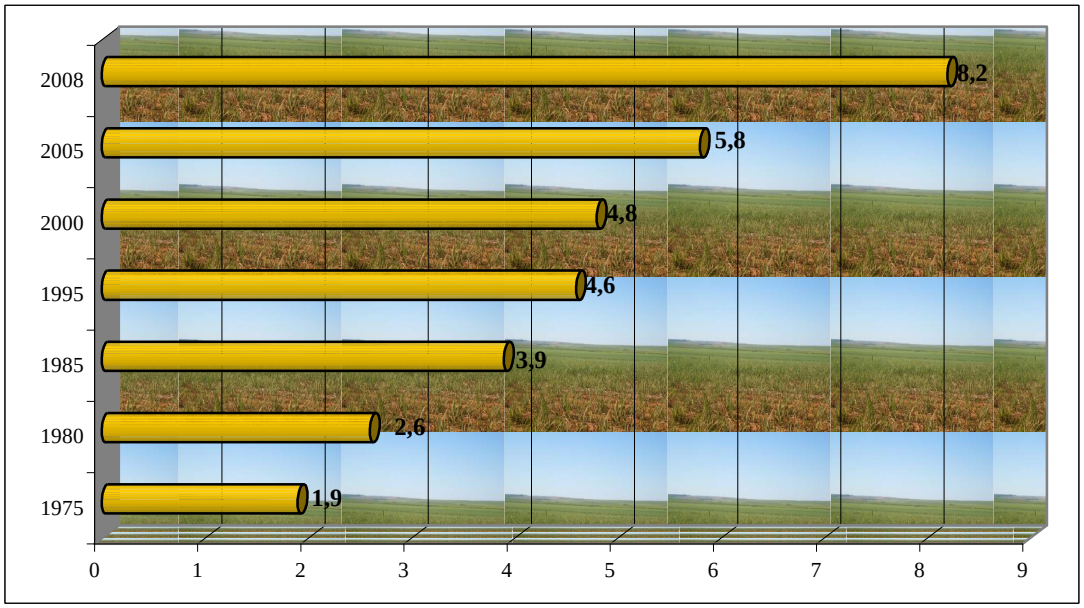


Gráfico 6 - Brasil: área milhões (ha) de cana-de-açúcar, 1975 - 2008 (anos selecionados)
Fonte: Censo Agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Pelos dados da tabela 7, observa-se que a principal região produtora de cana-de-açúcar é o Sudeste do Brasil, que produziu, em 2008, cerca de 60% da produção nacional.

Em seguida, no ranking da liderança de produção, tem-se o Nordeste, seguido do Centro-Oeste. Todas as regiões apresentam índices altos de crescimento da produção e da área no período de 1980 a 1985 e no período de 2000 a 2008.

Tabela 7 – Produção (t) de cana-de-açúcar no Brasil e nas regiões, 1975 -2008

Região	1975	1980	1985	1995/6	2000	2008
Norte	183.099	219.824	281.366	182.753	915.508	1.597.337
Nordeste	31.130.630	44.342.126	62.624.054	47.075.814	58.856.060	74.155.804
Sudeste	45.432.287	87.727.603	146.664.439	173.073.683	217.208.153	445.735.240
Sul	2.815.269	6.044.192	12.327.580	20.197.769	24.659.973	53.432.111
Centro-Oeste	423.915	1.262.934	7.984.595	19.276.684	24.481.317	70.379.690
Brasil	**79.985.200**	**139.596.679**	**229.882.034**	**259.806.703**	**326.121.11**	**645.300.182**

Fonte: Censo Agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1995/6 e Produção Agrícola Municipal de 2000 e 2008.
Org; MATOS, P. F., 2009.

A cultura da cana-de-açúcar, ao contrário da soja, por exemplo, está ligada à história e ao desenvolvimento econômico do Brasil. O plantio da monocultura da cana-de-açúcar é introduzido no período da colonização, tem constituído um dos principais ciclos econômicos do país, e, por isso, proporcionou dinamismo econômico a algumas regiões, notadamente no Nordeste brasileiro. Quanto ao processo usineiro, este compreende a existência de quatros períodos (ANDRADE, 1994): o primeiro, com incentivos do governo imperial nos anos 1870 para a criação de engenhos centrais; o segundo, com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), para incentivar a produção de cana para o fabrico de açúcar e álcool; o terceiro se estendeu no período entre 1950 a 1970, caracterizado pelo desmoronamento das políticas do IAA; o quarto inicia-se nos anos de 1970 com as políticas públicas para modernizar e aumentar a produção da cana-de-açúcar, visando o crescimento da produção do álcool, fazendo parte, dessa forma, da política energética do país.

Essas políticas foram projetadas devido à crise do petróleo, ocorrida na década de 1970, que gerou grande impacto sobre a economia de muitos países. Para minimizar o desequilíbrio na balança comercial brasileira, causado pela brusca elevação dos preços do

petróleo, o Estado decidiu implantar políticas públicas para o setor energético, com o objetivo de criar alternativas energéticas, contrapondo-se à dependência do petróleo. O principal programa criado foi o PROÁLCOOL. Considerado um dos maiores programas mundiais de energia renovável, tinha o desígnio de estimular o crescimento dos canaviais, usinas e destilarias para a produção do álcool, visando atender as necessidades do mercado interno e externo. Assim, a produção do álcool deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, com ênfase aumento da produção agrícola, da modernização das usinas existentes e da instalação de novas unidades produtoras.

A primeira fase do PROÁLCOOL (1975 a 1979) constituiu-se na produção de álcool anidro tanto para adicionar a gasolina quanto para ser usado puro como combustível com o surgimento dos primeiros veículos movidos a álcool. Além dos incentivos para a produção de cana-de-açúcar e implantação de usinas, o Estado estimulava as indústrias a fabricarem carros a álcool. Em 1980 iniciou-se a segunda fase desse programa, período em que houve o aumento do preço do petróleo, devido ao segundo "choque do petróleo." O governo intensificou os financiamentos, chegando até 80% em investimentos fixo para destilarias. A terceira fase do PROÁLCOOL estende de 1986 a 1995, caracterizada pela da estagnação do programa, em função, sobretudo, do declínio do preço do petróleo.

Como outras políticas agrícolas, o PROÁLCOOL também se constituiu em um programa excludente, tanto de produtores quanto de regiões. Thomaz Júnior (2002) afirma que, na primeira etapa do programa (1975 a 1979), o estado de São Paulo ficou com a maior parte dos recursos, algo em torno de 35%. Em conseqüência, São Paulo consolidou-se, efetivamente na produção sucroalcoleira, tornando-se o maior produtor de cana-de-açúcar, atingindo, no ano de 2008, 60% da produção nacional.

No território paulista têm-se uma concentração da produção de cana nos municípios de Morro Agudo (10,3 milhões de toneladas), Barretos (5,4 milhões de toneladas), Paraguaçu

Paulista (4.7 milhões de toneladas), Araraquara (4,4 milhões de toneladas), Piracicaba (4,0 milhões de toneladas), Batatais (3,7 milhões de toneladas), Jaboticabal (3,6 milhões de toneladas) e Valparaíso (3,2 milhões de toneladas). Estas informações são do ano de 2008, conforme dados do IBGE. O município de Morro Agudo, além de ser o maior município produtor de São Paulo, é também o maior produtor nacional de cana-de-açúcar, com o 1,6% da produção nacional em 2008. Além dos canaviais, o estado de São Paulo concentra, aproximadamente, 45% das usinas sucroalcooleiras do país.

Nesse contexto, após um período de estagnação do PROÁCOOL, da produção de álcool e da fabricação de veículos movidos a álcool, emergiu no início do século XXI a fase dos biocombustíveis. Essa nova fase é um movimento comandado pelo governo e também pela iniciativa privada tanto nacional, quanto internacional. Especificamente, no que se refere ao aparato do Estado, tem se incentivado a produção agrícola por meio de financiamentos, sobretudo de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e isenções fiscais para a instalação de usinas canavieiras. A lógica espacial para a implantação de usinas está diretamente relacionada às vantagens fiscais do governo, acesso à matéria-prima e à mão-de-obra, enfim, fatores que possibilite a produção e reprodução do capital.

Além dos incentivos citados, acrescenta-se o *marketing* mundial da produção da energia limpa e ecologicamente correta. Está no discurso do governo brasileiro e dos defensores dos biocombustíveis que as suas vantagens não estão apenas no meio ambiente, mas na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, no desenvolvimento social e econômico do país, ou seja, mais uma vez, na história brasileira, o Estado investe numa atividade que está em curso no mundo com o discurso do desenvolvimento, e agora com um fato novo, a preservação ambiental, porque os agrocombustíveis são considerados energia limpa.

O discurso da energia limpa argumenta que ela emite menos gases poluentes na atmosfera. No entanto, se considerar apenas o combustível depois que está no tanque dos veículos, não se considera o processo produtivo, que está assentado na monocultura, que utilizam agrotóxicos e fertilizantes. No caso particular da cana-de-açúcar, pode poluir a água com vinhoto, um sub-produto da produção do etanol que, lançado no meio ambiente, prejudica os lençóis freáticos. Há também as queimadas, gerando poluição atmosférica devido à emissão de gases poluentes com impactos na saúde humana, o desmatamento, a erosão e a degradação de solos. Além disso, a migração de capital para o setor sucroalcooleiro e o crescimento dos investimentos de produtores não se deve a razões ambientais, porque eles não estão preocupados com meio ambiente ou com o futuro do planeta, mas com a expansão do capital.

Em acordo com Fabrini (2010), o discurso em favor do agrocombustível deve ser questionado porque além dos danos ambientais provoca muitos malefícios sociais como a concentração de terras e capitais, impactos na produção de alimentos e exploração dos trabalhadores. Esses impactos são oriundos principalmente da monocultura da cana-de-açúcar, haja vista a expansão dos canaviais e das usinas processadoras. Em 2003, ano em que se iniciou a fabricação de veículos *flex fluel,* o consumo de álcool foi 11.148 milhões de litros e em 2008 foi de 19.584 milhões de litros. De acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), no ano de 2009 cerca de 80% dos veículos que saíram das montadoras eram bicombustíveis. Esse fato demonstra claramente o aumento da plantação de cana-de-açúcar e da produção de etanol.

Além do etanol, o Brasil, no programa dos biocombustíveis, desenvolveu em 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e nos anos subseqüentes decretou uma série de normas jurídicas regulamentando a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. O biodiesel (produzido com mamona, algodão, milho, girassol ou a soja-

a soja no Brasil é hoje responsável por aproximadamente 90% da produção de biodiesel, conforme dados do Ministério da Agricultura), apesar de ainda encontrar-se em estágio de pesquisa, já conta com uma participação relevante na matriz de combustíveis, em mistura obrigatória ao diesel mineral[49] em todo o país. O PNPB é um programa com enfoque ambiental, de inclusão social e de desenvolvimento regional, que não só visa produzir biodiesel a partir de várias fontes oleaginosas, mas também de forma sustentável.

Como uma das medidas de inclusão social do PNPB, o governo regulamentou o "Selo Combustível Social", que concede melhores condições de financiamento junto ao BNDES e a outras instituições financeiras e direitos à desoneração de alguns tributos para empresas produtoras de biodiesel, que comprem parte da matéria-prima de agricultores familiares, principalmente de agricultores beneficiários do PRONAF, estabelecer contrato com especificação de renda e prazo e garantir assistência e capacitação técnica.

Essa medida do governo tem recebido aprovação de alguns movimentos sociais camponeses, sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares. Para Fabrini (2010), essa é uma concepção diferente de produção de agrocombustíveis do agronegócio; várias entidades e movimentos compreendem que os pequenos agricultores devem participar do projeto dos biocombustíveis, sobretudo, o biodiesel. Mas, existem também fortes oposições de movimentos sociais rurais contra a inserção de trabalhadores camponeses familiares ao PNPB. Assim, as posições oscilam entre aceitar a manter a relação com empresas e, desse modo, estabelecer dependência delas e a reivindicação para que o governo garanta condições para que os agricultores familiares desenvolvam não só a produção, mas também a industrialização (ABRAMOVAY, 2006). Apesar desses estímulos do governo para a inserção dos camponeses na produção das matérias-primas do biodiesel, a expansão do novo modelo energético no Brasil está sendo via agronegócio. De um ou de outro modo essa situação

[49] A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo é feita pelas distribuidoras de combustíveis,

apresenta conflitos, interesses e ideologias, visualizadas em todas as regiões de territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar ou de outra matéria prima para produção dos biocombustíveis.

Nesse contexto, também é importante considerar a geopolítica dos agrocombustíveis. Com a expansão e consolidação da produção de biocombustíveis no mundo, pode haver uma reorganização da política energética de muitos países, constituindo-se uma geopolítica dos combustíveis em que países produtores, como, por exemplo, o Brasil, se firmem como "potências." O crescimento da produção e do uso dos biocombustíveis já está gerando mal estar em muitos países produtores de petróleo que contra-argumenta o discurso de que os cultivos para a produção de energia tomarão lugar das lavouras de alimentos, condenando milhares de pessoas à fome.

No Brasil a produção dos agrocombustíveis também levanta questões sobre os riscos que a ampliação das lavouras, sobretudo, de cana-de-açúcar, pode trazer para a produção de alimentos, para a pecuária e também para o bioma Cerrado, principalmente. O que será desse bioma com a expansão da cana-de-açúcar? O enfretamento às questões ambientais são evidentes, principalmente, o desmatamento. Do mesmo modo, é evidente que a expansão da cana-de-açúcar está gerando disputas pelo uso do território, desencadeando problemas e conflitos sociais e culturais.

Destarte, é fundamental perceber que este novo cenário produtivo atende efetivamente uma proposta de crescimento econômico. As preocupações com um desenvolvimento sustentável, no que se refere aos problemas ambientais e sociais, são discursos vazios, falsos do governo e dos usineiros, o que demonstra a perversidade do capital nessa expansão da agroindústria canavieira. Especificamente no que se refere ao estado de Goiás, considerado uma das principais áreas para a expansão dos canaviais, ainda que se

afirme a contribuição dessa monocultura para o crescimento econômico, será mais uma atividade agrícola responsável por inúmeros prejuízos sociais e ambientais.

Assim, dando continuidade a essas reflexões, no próximo capitulo será analisado o papel que a Estrada de Ferro teve no início do processo de modernização do território em Goiás, e de forma particular no Sudeste Goiano para analisar a territorialização da agricultura moderna na década de 1980 e as transformações pelas quais essa região passou, num entendimento que na região há múltiplos territórios, principalmente os territórios formadas a partir da expansão da modernização da agricultura.

3 A ESTRADA DE FERRO: o anúncio das metamorfoses no Sudeste Goiano

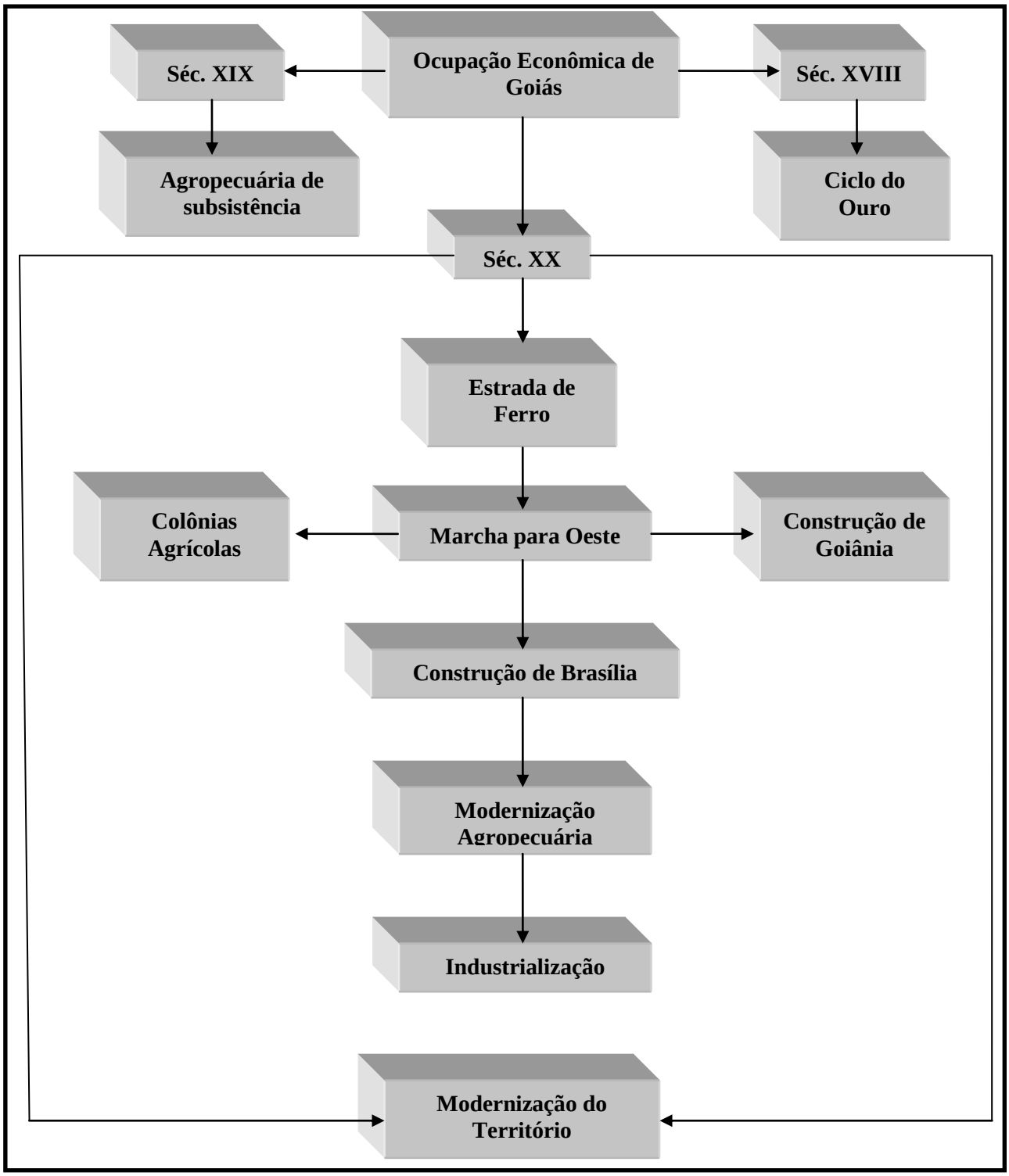
> *É através do significado particular, especifico, de cada segmento do tempo que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento. O que vale hoje uma rede de irrigação construída no século passado, o que significa uma estrada vicinal? Ambas podem ter a mesma realidade aparente, ontem e hoje, mas não a mesma significação, que mudou, pelo fato de que tem outro papel na economia e na sociedade. (SANTOS, 2006).*

3.1 Goiás: da exploração do ouro a modernização do território

Uma leitura mais ampla do Sudeste Goiano requer a compreensão, e, portanto, leva ao estudo da formação sócio-espacial de Goiás. Embora haja uma extensa produção bibliográfica sobre a ocupação econômica de Goiás, sobretudo, de historiadores e sociólogos, como Bertran (1988), Borges (1990), Palacin; Morais (1994) e Estevan (1998), entre outros, é necessário um "olhar geográfico" sobre esse processo para a melhor compreensão do atual uso do território, sobretudo do Sudeste Goiano, e do seu papel na divisão do trabalho, com o apoio na concepção de que o território é constituído a partir de relações, desiguais e combinadas, tanto em escala temporal quanto espacial.

Metodologicamente, o processo de ocupação e formação territorial de Goiás pode ser dividido em quatros períodos distintos, que se complementam. O primeiro período é a fase do ciclo de ouro; o segundo, a fase das atividades agropecuárias de excedente; o terceiro, do início do século XX aos anos de 1970, e o último período, o pós 1970. Essa periodização considera atividades econômicas e períodos de tempo para explicar a ocupação territorial do estado, bem como para analisar as áreas "priorizadas" para terrritorialização de cada atividade. Pode-se fazer a divisão da história da ocupação e formação territorial de Goiás somente por atividades que marcaram a produção do espaço, o que inclui a modernização do seu território (Fluxograma 3). A modernização do território pode ser entendida como a expansão do

capitalismo para sua reprodução, provocando as transformações do espaço, que atingem diretamente as formas de usos do território.



Fluxograma 3- Fases e eventos da ocupação sócio-econômica de Goiás
Org.: MATOS, P. F., 2009.

O período comumente denominado de minerador, ou ciclo do ouro, no início do século XVIII, foi a primeira forma de ocupação econômica de Goiás e de configuração territorial. Essa atividade possibilitou a ocupação de diversas áreas que apontava a presença de minérios. No ciclo da mineração, parte significativa do território goiano foi percorrida pelas bandeiras à procura de minas de ouro. Com isso, vários arraiais surgiram às margens de rios propícios à mineração, pois as bandeiras e suas comitivas chegavam e fixavam-se para a exploração das jazidas. Palacin e Moraes (1994) ressalta que precisava-se somente de "água" e "ouro" para que se criasse um arraial. Alguns desses arraiais se expandiram, tornando-se núcleos urbanos maiores, e outros desapareceram. Cidades como Vila Boa, antigo Arraial de Sant'Anna, Santa Cruz, Cavalcante, Pilar e Santa Luzia, hoje Luziânia, prosperaram e deram continuidade ao ordenamento territorial.

O "brilho"[50]desse período teve vida lacônica em Goiás, uma duração de aproximadamente meio século. Embora seja relevante para a ocupação territorial a economia aurífera de Goiás foi modesta (adensamento das jazidas, rendimento) em relação à de Minas Gerais. O declínio da exploração aurífera em Goiás deve-se às "técnicas rudimentares de extração e exploração de jazidas (ouro de aluvião), à falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, à carência de capitais e à uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto." [51] (CHAUL, 2002, p. 34).

Com isso, a agricultura e a pecuária, já iniciadas no ciclo da mineração, começaram a se expandir, tornando-se um novo e importante ciclo econômico. Goiás, até a consolidação desse ciclo, viveu um longo período de transição. Desaparecia uma economia mineradora e nascia uma economia agrária de subsistência, pois a ausência dos meios de transporte e de

[50] Nesse período houve grandes impactos sócio-ambientais não somente para o território goiano, mas para todos os estados que tiveram esse tipo de exploração econômica.
[51] "A cobrança do quinto durou até o ano de 1735, quando a administração régia passou a cobrar uma taxa fixa por escravo. Este novo imposto ficou conhecido por capitação, uma vez que a Coroa achava que o quinto decaía mais por sonegação do que por escassez." (CHAUL, 2002, p. 35).

comunicação, bem como a inexistência de mercados consumidores, determinavam o quadro de dificuldades para o desenvolvimento da agricultura goiana em escala comercial.

> O rastro do gado deixava para trás o brilho do ouro. Desse, pouco restava: igrejas com seus aspectos desoladores, arraiais em completo abandono, comércio diminuto e uma insistente e rudimentar economia baseada na agropecuária, dando a tônica dos "novos" tempos de antigas estradas e venturosas esperanças. (CHAUL, 2002, p. 92).

A denominada fase da lavoura e pecuária (século XIX) não teve o mesmo *brilho* do ouro, mas foi a atividade que propiciou a sustentação econômica ao território goiano por mais de um século. Foi um período de transformações lentas em relação à de outros estados brasileiros, sobretudo, os do Sudeste do Brasil, que tinham o café como principal atividade econômica, uma espécie de ouro em grão. No entanto, esse período para Goiás, não pode ser considerado como período de "declínio", ou "atraso" econômico. O crescimento não ocorreu devido a suas ineficientes infraestrutura e também por fatores de ordem política, cujo poder ainda estava nas mãos da Coroa Portuguesa.

Apesar do declínio do ouro, ao longo do século XIX, Goiás continuou recebendo fluxo migratório que se acomodou na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva "propiciando a consolidação da fazenda de gado enquanto unidade básica de ocupação." (ESTEVAM, 1998, p. 2005). A fazenda goiana, nesse período, tinha como base produtiva a pecuária extensiva e a lavoura de subsistência, já que era auto-suficiente em relação à produção de alimentos (arroz, milho, carne, mandioca, farinha, rapadura) e vestimentas. Basicamente, se comprava apenas sal e algumas ferramentas de trabalho.

A fazenda teve grande expressão econômica no ordenamento territorial do estado. Um grande número de cidades, tanto o Norte quanto ao Sul de Goiás teve seu surgimento ligado direta ou indiretamente às sedes de fazendas, nas quais o lugarejo nascia e progredia. Nessa ocasião, origina-se a figura do coronel que, por muitos anos, controlou a vida política e

econômica do estado. A estrutura agrária foi se definindo de forma concentrada[52], tendo como proprietários, principalmente, os coronéis. Os coronéis, como afirma Campos (2003), eram os fazendeiros que centralizavam todos os poderes locais e arranjos políticos do estado; praticavam, então, uma "política coronelista" que permaneceu até os anos de 1930.

Nesse período, não havia grandes diferenciações regionais no interior do estado goiano. Em algumas porções do território, havia mais fluxos em virtude das rugosidades[53] deixadas pelo ciclo minerador. Tanto o crescimento econômico quanto o populacional caminhavam em ritmo lento no extenso e vasto território que tinha a pecuária como principal atividade de movimentação econômica. Estevam (1998) considera esse período como uma fase em que a população goiana ficou isolada e apartada das transformações capitalistas que estavam em curso no Sudeste do país. Para Chaul (2002) apesar do crescimento lento da economia, esse período não viveu uma decadência e sim, mudanças econômicas,

> na sociedade goiana do pós-mineração, houve o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas sem que isto tenha implicado em decadência propriamente dita. [...] essa transformação provocou mudanças na sociedade, com os deslocamentos de grupos sociais ligados às antigas e às novas atividades econômicas. Nesse contexto, sedimentou-se um universo cultural próprio do homem do sertão, do roceiro, do camponês e do índio, distantes dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do Velho Mundo. (p. 24).

Mudanças significativas só ocorreriam no século XX, por meio de diversas estratégias políticas de ocupação. Essas estratégias possibilitaram uma nova configuração socioeconômica para o desenvolvimento regional do estado. Cada porção do território conheceu formas diferentes de ordenamento territorial que refletiram na conjuntura de seu desenvolvimento. São justamente esses fatores que vão ordenar o brilho ou não de cada região do estado, ou seja, algumas vão conhecer de forma mais intensa o desenvolvimento econômico e social.

---

[52] Já estava em curso no país a Lei da Sesmaria.

[53] "[..] espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares." (SANTOS, 2006, p. 140).

No início do século XX, ocorreu um fator de primordial importância para a arrancada do desenvolvimento de Goiás e para a modernização do território: a implantação da ferrovia na porção Sudeste do estado. A chegada da ferrovia em terras goianas significou muito mais que um moderno meio de circulação. Considerada como um símbolo de modernidade e de expansão capitalista, a ferrovia viabilizou a integração do estado a economia do Sudeste do Brasil, por meio de uma nova divisão do trabalho, ou mais especificamente, nas relações capitalistas de produção. Assim, conceber a ferrovia como um símbolo da expansão capitalista para Goiás, requer colocá-la na lista das mudanças que houve nesse período nas formas de produção e de circulação e também nos modos de vida da população dos espaços geográficos contemplados com a implantação dos trilhos. Logicamente, o impacto mais forte da inserção da Estrada de Ferro Mogiana foi onde se construiu a primeira parte, que abrangeu as cidades de Catalão, Goiandira, Ipameri, Urutaí e Pires do Rio.

Para Estevam (1998), a primeira etapa da implantação da ferrovia (1913-1922) provocou, no Sul do estado, modificações na produção agrícola, valorização fundiária, aumento do contingente demográfico e da urbanização. Do ponto de vista regional, a ferrovia ocasionou desenvolvimento muito mais significativo para o Sudeste do estado, visto que a Estrada de Ferro foi responsável pelo surgimento de uns municipios e expansão de outros, principalmente os municípios que eram "cortados" pelos trilhos.

Dessa forma, a ferrovia foi a pilastra do desenvolvimento de Goiás por mais de uma década, apesar de que houve, por parte das oligarquias políticas, resistências à implantação da ferrovia, bem como o seu prolongamento, entre Pires do Rio e Goiânia. Borges (1990, p. 120) explica que

> [...] as antigas oligarquias do Estado pouco ou quase nada fizeram pela implantação da linha, uma vez que o "atraso" era também uma forma de manter a dominação e na medida em que a ferrovia representava uma força de transformação, parecia assim, como uma ameaça aos status *quo*, ou seja, ao poder constituído pelos coronéis.

Para Correa (2007), a ferrovia foi o resultado da vitória dos grupos políticos das regiões Sul e Sudeste do território goiano, "cuja ideia de progresso tinha interesse num tipo de desenvolvimento que se fez presente em Goiás após a vitória da Revolução de 1930: o da infraestrutura para o desenvolvimento." (p. 47). O desenvolvimento regional em Goiás sofreu novas modificações com o projeto político audacioso de Pedro Ludovico em implantar um "novo" Goiás. A primeira medida foi construir uma nova capital para o estado, considerando que a construção de outra capital significaria rupturas com a arcaica organização econômica e política do estado. Os projetos do representante das oligarquias do Sudoeste do estado, Pedro Ludovico Teixeira, estavam, em consonância com os do governo de Getúlio Vargas que, a partir década de 1930, procurou incrementar políticas de ocupação com o intuito/discurso de preencher os "espaços vazios" do Brasil Central, incentivando o progresso e a ocupação para essas áreas por meio da chamada "Marcha para o Oeste", um programa que visava ocupar e explorar economicamente essas áreas.

Chaul (2001) ressalta que várias foram as marchas para o oeste no território goiano, antes da implantação do projeto de interiorização do governo de Vargas, o que possibilitou o desbravamento inicial das fronteiras do estado. Entre essas marchas, destacam-se, a dos bandeirantes, com a exploração de minérios, e da atividade agropecuária. Ambas as atividades, cada uma em seu tempo, ocasionaram para Goiás novos usos do território.

A construção de Goiânia na década de 1930, um emblema de modernidade no território goiano, foi marco da inserção do estado na divisão inter-regional do trabalho e na política nacional de interiorização, atraindo migrantes e investimentos de todas as regiões do Brasil, aumentando, em pouco tempo, o fluxo populacional da região. Na visão de Estevam (1998, p. 119),

> [...] a construção de Goiânia foi uma arrojada aposta em longo prazo, tornando-se uma "possibilidade geográfica" futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, investimentos públicos com

> seus efeitos multiplicadores e acarretando, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional.

Com a construção de Goiânia, uma nova região começou a despontar no cenário estadual, a chamada região do Mato Grosso Goiano,[54] porque foi privilegiada pelo conjunto de políticas dos governos federal e estadual, como a construção de estradas e os incentivos à colonização. Em poucos anos, várias cidades deslancharam seu crescimento, mudando, dessa forma, o eixo econômico de Goiás, do Sudeste para o Mato Grosso Goiano. Faissol (1952, p. 113) faz o seguinte relato sobre isso:

> O Mato Grosso de Goiás, é a região mais importante do estado, tanto sob o ponto de vista da sua realidade atual como das suas possibilidades futuras. [...] a sua área representa apenas 8,4% da área total do estado, ao passo que a sua produção representa perto da metade da produção do estado total.

Na conjuntura das políticas para expansão populacional do Centro-Oeste, tem se também a implantação da Colônia Agrícola de Goiás (CANG), no atual município de Ceres, na região denominada do Mato Grosso de Goiás. A mola propulsora do desenvolvimento da CANG em Goiás foi a doação de terras férteis. Andrade (2007) salienta que essa experiência pode ser considerada como a primeira tentativa de Reforma Agrária do Brasil. Os incentivos estabelecidos para o desenvolvimento da CANG, essencialmente a doação de terras, atraíam pessoas de todo o Brasil. Em conseqüência, a cidade de Ceres, no final dos anos de 1940, apresentava crescimento populacional, em termos percentuais, superior ao de todo estado de Goiás (ESTEVAM, 1998).

---

[54] O Mato Grosso Goiano abrange os municípios que, atualmente, fazem parte das regiões Centro, Metropolitana e Noroeste goiano. Conforme Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004, p. 125) essa porção do estado "[....] se constituiu no mais autêntico pólo de atração das populações migrantes que se dirigiram o centro sul goiano a partir de meados do século XIX. No século XX, ela se tornou a mais importante e dinâmica região pioneira do Centro-Oeste do Brasil. [...] ela foi também objeto de uma política de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica adotada por Getúlio Vargas nos anos de revolucionários de 30 - a Marcha para Oeste -, que teve como conseqüência imediata a criação de Goiânia e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) no Vale do Rio São Patrício, em que a cidade de Ceres funcionou como base local de comando das ações políticas e materiais da ocupação e organização do espaço. [....] O Mato Grosso Goiano como um todo é, sob todos os aspectos, a região mais dinâmica , a mais rica, a mais urbanizada e povoada de todas as regiões do estado de Goiás.

Além do aspecto populacional, houve também o crescimento da produção agrícola, transformando o município de Ceres em um importante fornecedor de alimentos para outras áreas do estado. As culturas cultivadas pelos colonos (arroz, milho e feijão) lideraram a produção agrícola de Goiás por mais de meia década, iniciando em meados dos anos de 1940 até início da década de 1950. Por conta da elevada produção de grãos, várias indústrias transformadoras de alimentos instalaram-se em Ceres ou nos municípios adjacentes.

Com o aumento da produção de grãos na CANG e com a instalação das indústrias transformadoras de alimentos, a construção de infraestrutura como estradas e pontes foi essencial para a circulação de mercadorias e pessoas, assim como para o próprio êxito da colônia. Tais fatores proporcionaram maior integração de Ceres com outros municípios goianos e até mesmo da região do Mato Grosso Goiano com outras regiões do estado. Dessa forma, a CANG trouxe crescimento para Goiás, pois promoveu o assentamento de várias pessoas e relevante produção de grãos, embora, é necessário considerar que esse projeto de colonização apresentou problemas de ordem social para os envolvidos, ou seja, os colonos.

Até 1950 a posse pelos camponeses das terras devolutas ocorreu sem grandes conflitos. Porém, no início dos anos 1950 essa realidade altera, quando surgem as primeiras ações de grilagem no norte de Goiás por fazendeiros que objetivavam expandir suas propriedades. Isso gerou conflitos entre camponeses e fazendeiros que reivindicavam a posse da terra. O mais relevante é conhecido como confronto de Trombas e Formoso. Uma luta de resistência dos camponeses em prol da posse da terra.

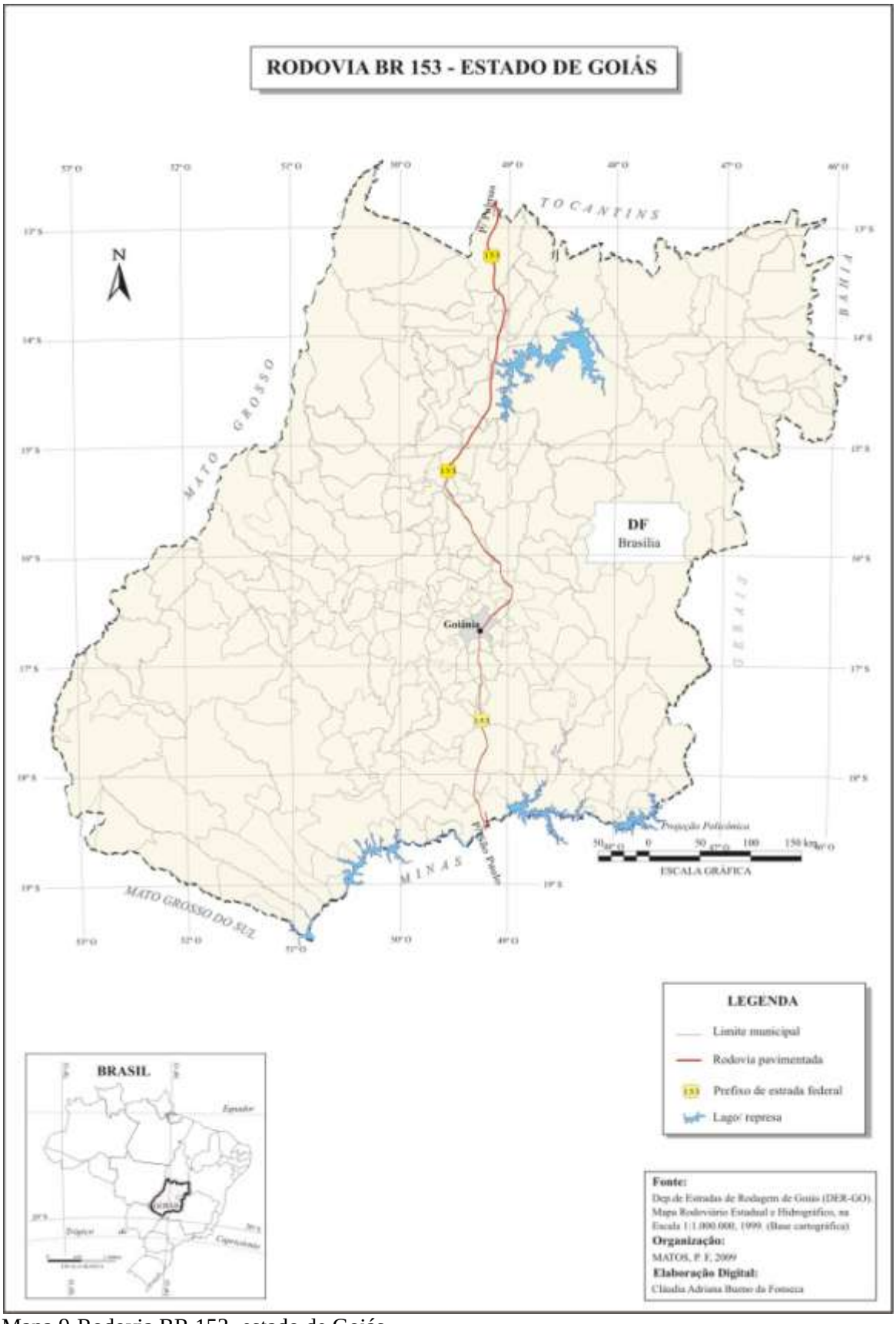
O esplendor da CANG não durou muito tempo em Goiás. Fatores de ordem econômica e social contribuíram para a decadência da colônia em meados da década de 1950. Estevam (1998, p. 125, 126) salienta que a experiência frustrada da colônia "decorreu eminentemente da falta de distribuição de créditos aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e sob égide do capital comercial em Goiás".

Logo adiante, no final dos anos de 1950, a construção de Brasília em terras goianas se mostrou um dos passos importantes para as mudanças no contorno sócio-econômico do estado goiano, possibilitando o surgimento de núcleos urbanos, o crescimento de cidades próximas à capital federal e também a implantação de rodovias ligando Brasília aos demais estados brasileiros que, por sua vez, cortam várias cidades goianas. As rodovias significaram muito mais que meios de circulação; viabilizaram o crescimento econômico e a redefinição populacional de várias cidades goianas e a própria integração entre as regiões. Um exemplo foi a construção da Belém-Brasília, que trouxe vigor populacional e sócio-econômico para o Norte de Goiás, que, até então, era uma região pouco significativa na economia do estado. A implantação da rodovia BR-153 (Mapa 9) viabilizou, portanto, a integração do Norte goiano à dinâmica capitalista de produção.

Nesse sentido, os elementos de infraestrutura construídos em Goiás, desde o início do século, foram ocasionando a modernização do território e, conseqüentemente, características sócio-econômicos diferentes para cada região do estado, sendo possível falar que uma região foi se tornando mais dinâmica do que a outra, em virtude da inserção de capital. Seria o que Santos (2008) chama de espaços opacos e espaços luminosos,[55] no sentido de que há regiões mais inseridas no meio técnico-científico-informacional.

Na década de 1970, outros acontecimentos reforçaram a modernização do território goiano como a instalação das mineradoras, a modernização da agropecuária, a territorialização de agroindústrias e de indústrias ligadas ao ramo farmacêutico e automobilístico, entre outros setores.

[55] "[...] são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos". (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 264).



Mapa 9-Rodovia BR 153- estado de Goiás

A agricultura moderna, incentivada e financiada pelo Estado, tornou-se como uma das atividades econômicas mais importantes do estado goiano. O aumento da produção agrícola tornou o estado de Goiás mais atraente para os empreendimentos agroindustriais, devido às condições locacionais favoráveis, além da produção agrícola de matérias-primas, como aos vários incentivos do governo do Estado e dos municipios, mão-de-obra barata e inexistência de sindicatos fortes.

Goiás foi beneficiado, sobretudo, pós 1990 com o processo de descentralização industrial. Foram feitos grandes esforços por parte da política goiana para incentivar, por meio de concessões de incentivos fiscais e construção de infraestrutura, a vinda de indústrias, participando dessa forma, da chamada "guerra[56] dos lugares," haja vista a intensa disputa entre os estados, visando atrair para seus territórios empreendimentos privados. "As mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes." (SANTOS; SILVEIRA 2008, p. 112). Em Goiás, indústrias no ramo da automobilística e do setor agroindustrial instalaram-se, sendo, beneficiados pelos desdobramentos da "guerra fiscal" e, portanto, gerando no território novos sistemas de objetos e de ações.

No âmbito da "guerra fiscal", em Goiás, criou-se o Fomentar (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, instituído através da Lei n° 9.489, de 19 de julho de 1984). Esse programa visava incrementar a implantação e a ampliação de atividades industriais, principalmente de agroindústrias. O objetivo do programa era investir nas micros, pequenas, médias e grandes empresas. Porém, de acordo com Paschoal (2001), os

[56] É um conjunto de práticas de competição entre estados em busca de investimentos privados. Para atrair investimentos de empresas privadas os estados concedem incentivos fiscais, constroem infraestrutura, oferecem créditos especiais e concedem empréstimos subsidiados em longo prazo. Também há a guerra fiscal entre municípios, utilizando-se na maior parte das vezes, beneficios relativos aos ICMS (Imposto Sobre Circulacao de Mercadorias e Serviços).

investimentos ficavam concentrados nos grandes empreendimentos. Os incentivos do Fomentar eram de isenção de até 70% de ICMS e construção de infraestrutura básicas, entre outros benefícios.

Nessa ocasião, foram criados também 44 distritos industriais em 43 municípios. Desse total, 4 foram criados na região Sudeste de Goiás nos municípios de Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Orizona; 6 na região Sul, nos municípios de Bom Jesus de Goiás, Caldas Novas, Morrinhos, Pontalina, Itumbiara e Goiatuba; 6 no Sudoeste, nos municípios de Jataí, Mineiros, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e dois em Rio Verde; 6 no Entorno de Brasília nos municípios de Abadiânia, Alexânia, Luziânia, Cabeceiras, Santo Antônio do Descoberto e Formosa; 5 na região Centro de Goiás nos municípios de Anápolis, Goianésia, Ceres, Jaraguá e Rubiataba; 6 na região Metropolitana, nos municípios de Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Caturaí, Inhumas e Goianira; 3 no Norte, nos municípios de Porangatu, Uruaçu e São Miguel do Araguaia; 2 no Noroeste, nos municípios de Cidade de Goiás e Itapuranga; 1 no Nordeste, no município de Posse; 5 no Oeste Goiano, nos municípios de São Luis dos Montes Belos, Jussara, Santa Bárbara de Goiás, Názário e Iporá (PASCHOAL, 2001).

A maioria dos distritos ficou concentrado na porção Centro-Sul do estado, somando um total de 31 municípios beneficiados. Batista de Deus (2002) lembra que vários dos distritos industriais criados em Goiás, para muitos municípios goianos onde foram implantados, não caracterizaram desenvolvimento econômico, pois não tiveram instaladas empresas, ficando como uma infraestrutura ociosa.

No ano de 2000, em substituição ao FOMENTAR, foi criado, por meio da Lei n. 13.591, o PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás), caracterizado principalmente pelo incentivo financeiro às indústrias. Também foi criado um subprograma do

PRODUZIR, o MICROPRODIZ[57] para as indústrias enquadradas no, Regime Simplificado de Recolhimento dos Tributos Federais. Nessa conjuntura, foi criado também o FUNDOPRODUZIR (Fundo das Atividades Industriais), com o intuito de amparar outras atividades não relacionadas com a indústria, como turismo e comércio. O PRODUZIR apresenta, entre outros objetivos, a implantação de novos investimentos; a expansão e a diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; aumento de competitividade e a revitalização de unidades industriais paralisadas (GOIÁS FOMENTO, 2008).

O Programa PRODUZIR oferece às empresas financiamento de até 73% do ICMS, com prazo de até 15 anos, sob taxa de juros de 2,4% anuais, sem correção monetária e com ampliação de desconto que pode chegar até 100% do saldo devedor. O resultado desse programa foi a migração e a abertura de inúmeras empresas em Goiás nos últimos dez anos. De 2000 a 2009, foram aprovados 1.398 projetos com incentivos do programa. No ramo da atividade agropecuária, de 2005 a 2009 conseguiram recursos do PRODUZIR 116 destilarias, 32 lacticínios, 11 frigoríficos e 14 indústrias de biodiesel, somando um total de 173 empresas. (SEPLAN, 2010).

As políticas[58] estaduais e federais para o desenvolvimento industrial de Goiás surtiram efeitos e, também, as do setor de serviços e agropecuária. Analisando-se o PIB goiano conforme apresenta o gráfico 7 verifica-se, que no setor industrial houve crescimento contínuo nos anos analisados, tendo decréscimo apenas no ano de 1991 e 2008. A maior

[57] Incentivo as microempresas. O valor do financiamento pode ser de até 90% por um período de 3 a 5 anos, contados a partir da liberação da primeira parcela.

[58] Destaca-se também o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), criado em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. Regulamentado pela Lei n.º 7.827 de 27 de setembro de 1989, tem o propósito de mudar o perfil da economia regional, gerando impactos dinâmicos na diversificação e modernização da estrutura produtiva. São disponibilizados 3% (três por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que competem a União, na forma do artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, distribuídos entre as Regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%). O aporte permanente dos recursos do Fundo (29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) possibilita financiamentos de longo prazo para setores econômicos (SEPLAN, 2008).

participação desse setor na economia do estado ocorreu no ano de 2000 com 32,49. Com o setor da agropecuária, registraram-se oscilações na composição do PIB durante os anos analisados. Ao contrário do setor industrial a agropecuária teve menor participação de todos os períodos analisados no ano de 2000, com 12,19%. Mas, no ano de 2008, registrou-se percentual de 15%.

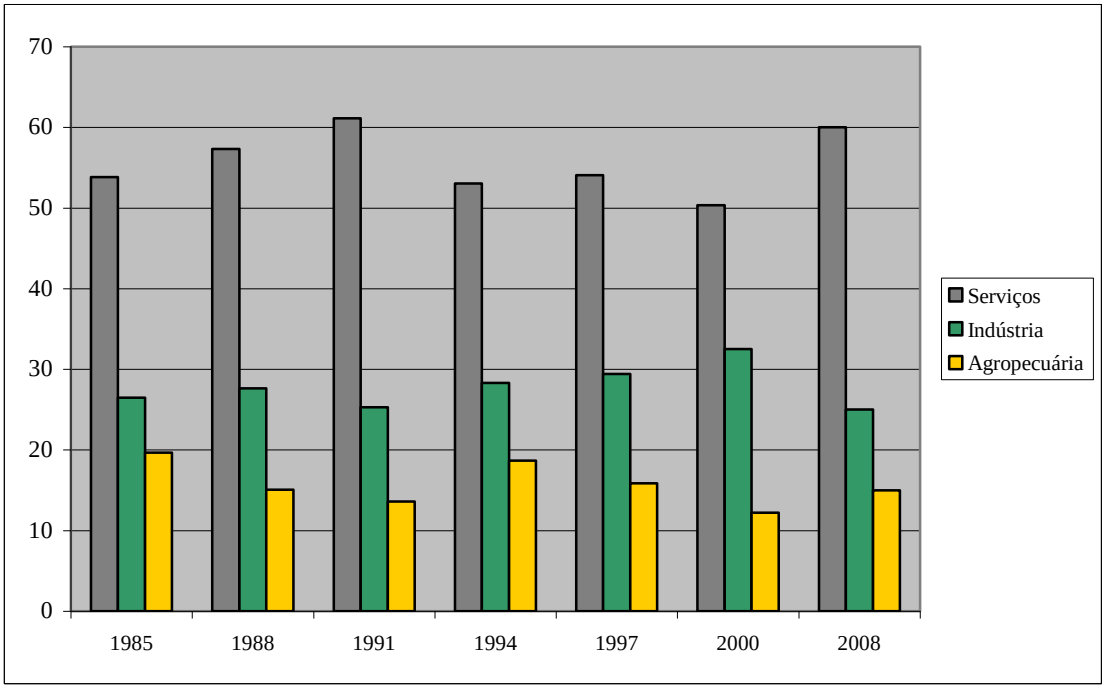


Gráfico 7 - Goiás: estrutura do produto interno bruto (PIB), por setores no período de 1985 a 2003
Fonte: Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 2004.
Org.: MATOS, P.F., 2008.

De acordo com dados da SEPLAN, o estado de Goiás vem apresentando crescimento econômico acima da média nacional. No ano de 2008, Goiás apresentou crescimento do PIB de 5,47%, passando a participar em 2,48% do produto nacional. Na região Centro-Oeste, Goiás participou com 27% da riqueza gerada, ficando na segunda colocação, perdendo apenas para o Distrito Federal, que registrou 42%. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul participaram com 19% e 12%, respectivamente, como mostra o gráfico 8.

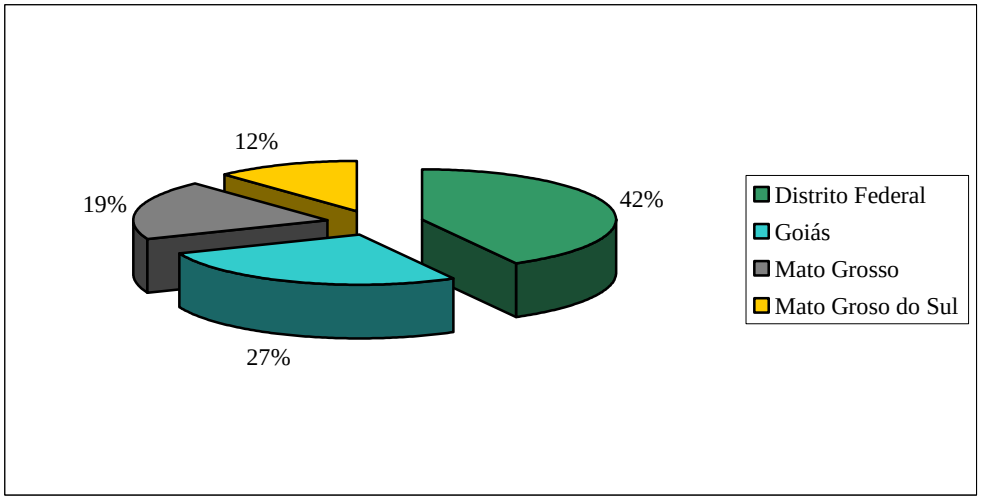


Gráfico 8 - Região Centro-Oeste: participação do PIB por estado no ano de 2008
Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 2009.
Org.: MATOS, P.F., 2008.

As estratégias criadas pela política goiana pós-1980 estimularam novos usos do território goiano, viabilizadas pela migração de indústrias de diversas atividades, sobretudo, agroindústrias, transformando regiões pouco dinâmicas em espaços com forte conteúdo técnico-científico-informacional.

Desse modo, os elementos abordados possibilitam observar como ocorreu o processo de incorporação do estado às dinâmicas do capital, a apropriação pontual e/ou desigual dos espaços, assim como a modernização do território. No Sudeste Goiano, algumas atividades marcaram mais fortemente a modernização do seu território, sendo a construção da Estrada de Ferro atividade que gerou a arrancada inicial desse processo como mostraremos a seguir.

3.2 A chegada da ferrovia no Sudeste Goiano: o inicio da modernização do território

A chegada dos trilhos no Sudeste Goiano, no início do século XX, instaurou um processo de diferenciação espacial e social distinto do que ocorreu no restante do território goiano, visto que a ferrovia ganhava, onde chegava, o significado de “fio”, aliás, trilho

condutor de mudanças. Mudanças referentes, sobretudo, aos novos conteúdos nas relações de produção, de circulação e de comunicação. A ferrovia viabilizou, dessa forma, maior articulação do Sudeste Goiano com o sistema capitalista. A própria expansão das ferrovias, de acordo com Borges (1990), deve ser compreendida como parte da história da evolução do sistema capitalista como modo de produção.

A estrada de ferro é considerada uma das maiores conquistas da Revolução Industrial no século XIX; provocou intensas transformações não apenas no transporte, mas também na comunicação da época (BORGES, 1990). Esse processo materializou um novo tempo na ordem econômica mundial, marcado, portanto, pela velocidade dos deslocamentos.

Do ponto de vista da logística, a ferrovia foi um importante instrumento no território brasileiro para integrar as áreas produtoras e os portos de exportação, da metade dos anos 1.800 até meados do século XX. Já inseridos em outros países, principalmente Estados Unidos da Europa, a implantação desse meio de transporte era uma necessidade incontestável no Brasil, visto que a expansão da cultura de café estava condicionada à construção da ferrovia, pois o transporte via animal inviabilizava o processo produtivo. Assim, a implantação do sistema ferroviário ocorreu primeiramente no Estado de São Paulo, na primeira metade do século XIX, por meio de investimentos privados e governamentais, visando atender os interesses da elite agrária, que tinha o café como principal cultura de produção, produção esta, destinada ao mercado externo. Com isso, a ferrovia teve um papel muito significativo para a expansão da produção de café, bem como para o desenvolvimento econômico do país. Conforme aponta Fici (2007, p. 5),

> as ferrovias possibilitaram a ampliação das fronteiras para formação de novas cidades, e serviram de suporte agrícola a atividades pecuárias, principalmente no cultivo do café, que foi a base da economia brasileira até meados da década de 1930.

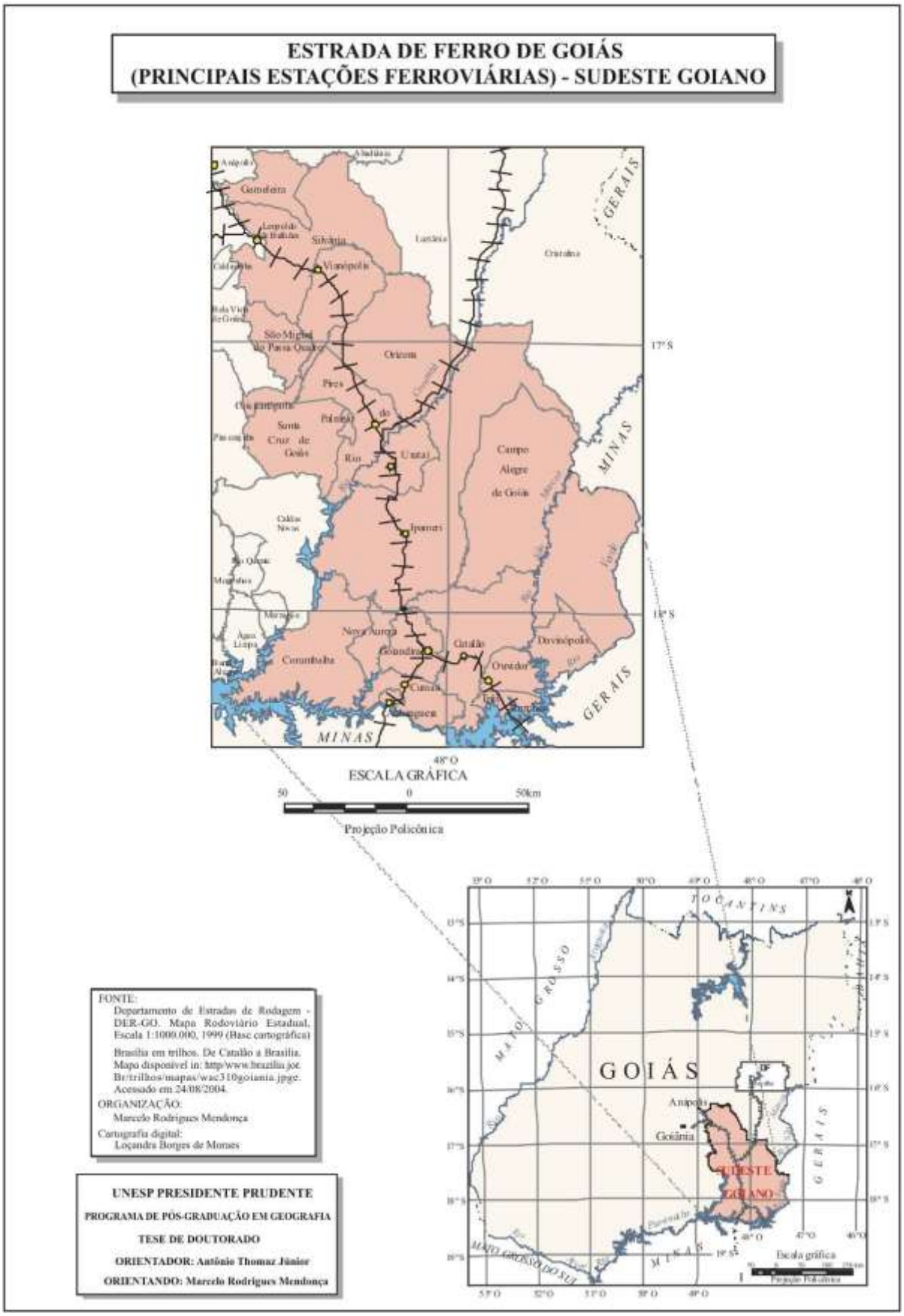
Após centenas de quilômetros de trilhos construídos no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, as ferrovias caminham em direção ao interior do país, sendo justificadas também,

pela necessidade de expansão capitalista. Por todos os lugares onde passava, a engenharia dessa invenção técnica (trilhos, locomotiva e estação) tornava-se símbolo de progresso e modernidade. O mesmo ocorreu em Goiás. Depois de atravessar Minas Gerais, a ferrovia chega ao Sudeste Goiano, criando novas relações entre técnica e sociedade, homem e natureza, na perspectiva de um novo tempo, tempo de desenvolvimento e de integração da economia goiana a do Sudeste Brasil.

No final do século XIX, com o prolongamento da malha ferroviária, a região do Triângulo Mineiro recebeu a extensão da Estrada de Ferro Mogiana, facilitando, dessa forma, a integração econômica entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. O terminal final ficava na cidade de Araguari, que serviu então, de entreposto comercial para as cidades do Sul e do Sudeste Goiano e, portanto, exercia o controle do comércio regional.

> [...] a ferrovia acentuou o predomínio do Triângulo Mineiro sobre a economia goiana. Seja pela própria existência do terminal ferroviário, por si só um fator de extrema relevância, seja pelo aparato de beneficiamento de produtos agrícolas, como arroz uma atividade na qual o Triângulo tornou-se importante, seja ainda pelo papel de financiador da produção agropecuária, a cujos empréstimos recorriam os produtores goianos, o fato é que o capital industrial, financeiro e mercantil sediado nas cidades do Triângulo subordinaram a atividade econômica de Goiás. (GUIMARÃES; LEME, 1998, p. 33).

No início do século XX, os trilhos avançam para Goiás, passando por cidades do Sudeste Goiano: Catalão, Goiandira, Ipameri, no ano de 1913, Roncador (Pires do Rio), em 1914, Vianópolis, em 1924. Chega a Anápolis, em 1935, e em Goiânia, em 1952 (Mapa 10). Com a implantação da ferrovia, as cidades do Sudeste de Goiás passaram a assumir o controle do comércio regional, antes dominado pelas cidades do Triângulo Mineiro.



Mapa 10 - Estrada de Ferro em Goiás (principais estações ferroviárias)-Sudeste Goiano

Porém, de acordo com Borges (1990), a cidade de Araguari ainda continuou com significativa participação no comércio goiano, principalmente das regiões Sul e Sudoeste do estado, pois a proximidade do Triângulo Mineiro com essas regiões tornava mais viáveis os laços econômicos. A paisagem do Sudeste Goiano teve grandes mudanças com a presença de quilômetros de trilhos cortando o Cerrado, promovendo maior fluxo de pessoas e mercadorias. As tropas e carros-de-boi, principais meios de transporte da época, que não foram radicalmente extintos com a chegada da ferrovia, aos poucos, foram lhe cedendo lugar. A paisagem também foi modificada por meio da expansão de lavouras, pois, com a chegada do sistema ferroviário, ocorreu o aumento da produção, tornando essa região a maior produtora de grãos do estado de Goiás.

Os efeitos dinamizadores dos trilhos no Sudeste Goiano e em todo estado de Goiás foram sentidos desde as primeiras etapas da construção, por meio de mudanças econômicas, sociais e culturais. Desse modo, esse meio de transporte, impulsionou a produção, a valorização fundiária e a urbanização (BORGES, 1990, GUIMARAES; LEME, 1998).

Com o advento da ferrovia, em se tratando da economia o estado de Goiás eleva a produção agrícola, tendo o arroz como principal produto. Os municípios do Sudeste[59] Goiano, assim como os municípios próximos aos mercados consumidores do Triângulo Mineiro, tiveram a maior participação na produção agrícola do estado. Dados da tabela 8 mostram que os municípios da região Sudeste participaram com, aproximadamente, 26 % produção do estado. Corumbahyba (atual Corumbaíba), era o maior município produtor de grãos nesse período, com 11,2 %, e Catalão com 10,6%, o segundo.

[59] Fazem parte da região Sudeste (divisão atual): Corumbaíba, Catalão e Ipameri. Nesse período os municípios citados faziam parte da região Sul de Goiás.

Tabela 8- Goiás: municípios com maior produção agrícola em 1920

Municípios *	**Regiões****	**Produção Total (t)**	**%**
1- Corumbahyba	Sul	22.266,3	11,2
2- Catalão	Sul	21.180,1	10,6
3- Morrinhos	Sul	17.134,0	8,6
4- Rio Verde	Sudoeste	9.615,5	4,8
5- Annapolis	Centro	8.012,5	4,0
6- Ypamery	Sul	7.943,0	3,9
7- Goyaz	Centro	7.633,8	3,8
8- Pouso Alto	Sul	7.345,2	3,7
9- Santa. Rita do Paranahyba	Sul	6.942,8	3,5
10- Bela Vista	Sul	6.420,7	3,2
11- Outros municípios	-	85.421,8	42,7
Total	**-**	**199.915,7**	**100,0**

Fonte: CAMPOS, 1975, p.24 *apud* BORGES, 1990, p.113

* A grafia do nome dos municípios está de acordo com a fonte consultada.

** Pela divisão regional da época, os municípios que hoje pertencem ao Sudeste faziam parte do Sul Goiano.

Além da produção de arroz, destacou-se, no Sudeste Goiano a produção de milho e cana-de-açúcar. "O município de Catalão produziu, em 1920, mais de 15 mil toneladas de milho e Corumbaíba mais de 17 mil; produziram juntos 12 mil toneladas de açúcar, este também um produto consumido na sua maior parte, no próprio estado" (BORGES, 1990, p. 93). Porém, ao contrário do arroz que era vendido para Minas Gerais e São Paulo, a produção do milho era consumida, em grande parte, na região, devido, à implantação de charqueadas.

As indústrias de beneficiamento de carne bovina das cidades servidas pela ferrovia[60] exportavam uma parte da carne bovina já industrializada; anteriormente a venda era toda de "gado em pé."[61] Portanto, o crescimento significativo da pecuária da região deve-se à melhoria dos meios de transporte, que permitiu a industrialização da carne do gado e também o transporte do gado vivo por meio da ferrovia, apesar de a prática de enviar gado por terra,

[60] O município de Catalão era o maior produtor de charque de Goiás, contando com três charqueadas, fábrica de banha e indústria de couro.

[61] Gado bovino comercializado vivo.

caminhando, em boiadas, ter permanecido, uma vez que a ferrovia não conseguia atender toda a demanda.

Ao se analisar os dados da pecuária, em 1920, percebe-se que o município de Catalão também estava entre os principais criadores de gado de Goiás, com o terceiro maior rebanho, conforme tabela 9. Os municípios de Rio Verde e Jataí, respectivamente, com 5,5% e 5,2%, constituíam os maiores municípios criadores de gado do estado. Embora a localização desses municípios fosse distante da ferrovia de Goiás, a produção pecuária pujante desses municípios é explicada pela proximidade deles também com o mercado do Triângulo Mineiro.

Tabela 9 - Goiás: municípios com maior rebanho pecuário em 1920

Municípios*	***Região***	***Gado existente – número de cabeça***	***% da produção***
Rio Verde	Sudoeste	213.647	5,5
Jatahy	Sudoeste	204.681	5,2
Catalão	Sul	186.034	4,8
Pouso Alto	Sul	184.337	4,7
Morrinhos	Sul	159.508	4,2
Boa Vista do Tocantins	Norte	159.955	4,1
Pedro Afonso	Norte	139.911	3,6
Palmeiras	Centro	122.465	3,2
Goyaz	Centro	122.426	3,1
Natividade	Norte	115.440	3,0
Outros municípios	____	2.280.927	58,6
Total	**____**	**3.889.311**	**100,0**

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil, 1920 apud CAMPOS, 2003, p.44.
* A grafia do nome dos municípios está de acordo com a fonte consultada.
** Pela divisão regional da época, os municípios que hoje pertencem ao Sudeste faziam parte do Sul Goiano.

As técnicas de produção agrícola, conforme Borges (1990) não se modernizaram no ritmo da expansão da agricultura. Mas, segundo o autor, mesmo não havendo o emprego de tecnologias modernas de produção, a agricultura do Sudeste Goiano utilizava alguns instrumentos de trabalho avançados se comparados a outras regiões do estado, como o arado de ferro, a grade e a semeadeira. A utilização desses instrumentos já era suficiente para colocar esses municípios em posição privilegiada de produção do estado. Conforme apontou Borges (1990), uma das características da organização econômica capitalista é a redução de

custos de produção e o aumento da produtividade. A consolidação desses mecanismos se faz, principalmente, pela utilização de tecnologias e pela exploração da força de trabalho.

Paralelamente ao desenvolvimento das atividades da agricultura e da pecuária do Sudeste Goiano, ocorre um processo de intensa urbanização, se comparado essa com outras regiões do estado. As cidades do Sudeste Goiano, servidas pela estrada de ferro, passaram a contar com modernos equipamentos, como energia elétrica,[62] esgoto, telefone e telégrafo, conferindo conteúdos e relações diferenciadas de outras cidades goianas que não possuíam esses serviços. As primeiras cidades do Sudeste Goiano beneficiadas por esses serviços foram Ipameri e Catalão. A inserção desses equipamentos urbanos surtiu efeito não somente na dinamização da economia, mas também nas relações do cotidiano das pessoas, pois a cidade ia se redesenhando, com novas formas e funções.

Uma cidade como Ipameri, que teve a implantação da primeira agência bancária do estado, cinema, indústrias com instalações modernas e outros pioneirismos, causava ebulição na economia, movimentação na cidade e, conseqüentemente, espanto para a população local/regional. Esses elementos, hoje são corriqueiros não dão ideia das mudanças que antes provocaram; para as pessoas que viviam nesses lugares no inicio do século XX, representavam algo extraordinário e só possível com a *chegada do trem*. Por isso, a chegada da estrada de ferro em terras goianas não pode ser vista apenas pelo viés econômico; deve ser compreendida também pelos aspectos sociais e culturais. Embora as mudanças sejam mais visíveis e abordadas no âmbito econômico, a ferrovia estabeleceu e moldou novos hábitos na vida das pessoas que estavam habituados a viver em um tempo lento,[63] com a chegada da ferrovia, a dimensão do tempo passou a ser mais rápido.

---

[62] Em 1913, foi inaugurada a primeira usina, com pouca geração de energia, mas representou um marco para a população da cidade. Em 1931, foi inaugurada outra usina de maior potencial de produção de energia.

[63] [...] o que nós chamamos de tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido e vive-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade os 'tempos intermediários' temperem o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. [...] é certo que o tempo a considerar não é o das

> O trem-de-ferro simbolizado na maria-fumaça com seu silvo estridente e cauda de aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se movimentados núcleos urbanos e centros dinâmicos da vida econômica e cultural da sociedade local. As estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praça de negócios que movimentavam o comércio da boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários, e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam, aos olhos da população sertaneja, olhos de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico. (BORGES, 1990, p. 41).

Além do aspecto econômico, alguns municípios do Sudeste Goiano, destacaram-se também na ascensão demográfica. No ano de 1920, Catalão era o município mais populoso de Goiás, com 38.514 habitantes, superando até a capital, Goyáz, que contava com 21.223 habitantes (BORGES, 1990). Assim como outros municípios próximos à ferrovia, Catalão e Ipameri recebiam grandes levas de migrantes, sobretudo, paulistas e mineiros que, pressionados pela elevação do preço das terras em seus estados, resultando da marcha do café, adentravam em Goiás à procura de terras para exercer a agricultura e a pecuária**.** Também, foi considerável a migração, para a região Sudeste de Goiás, dos estrangeiros, especialmente, italianos, espanhóis e árabes. Borges (1990) diz que muitos dos migrantes estrangeiros vieram para a região como funcionários qualificados da Companhia Construtora da Estrada de Ferro, e, em seguida, se fixaram, dedicando-se às atividades dos setores secundário e terciário.

Além da urbanização das cidades existentes, novos núcleos urbanos se desenvolveram com a penetração da ferrovia. Melo (2008) afirmava que até o início da implantação da ferrovia, a área que forma a atual microrregião de Catalão era constituída apenas pelos municípios de Catalão e Ipameri. Da mesma forma, a área que constitui a microrregião de Pires do Rio, era formada apenas pelos municípios de Orizona e Silvânia

---

máquinas, instrumentos em si, mas das ações que animam os objetos técnicos. Mesmo assim, são estes que oferecem as possibilidades e dão os limites. (SANTOS, 2008, p. 213).

(Tabela 10). Porém, com a ferrovia, vários núcleos urbanos[64] começaram a surgir (povoados, vilas, distritos e cidades), ou seja, uma nova configuração territorial foi marcando as áreas do Sudeste Goiano.

A emancipação de municípios ocorreu, em sua grande maioria, após os anos 1950, esses municípios antes da emancipação, eram povoados ou distritos. Anhanguera, Cumari e Goiandira, por exemplo, criados por meio da ferrovia, contribuíram de forma significativa na produção agropecuária da região. Borges (1990) menciona que em Anhanguerra foi implantada uma das primeiras charqueadas do estado e Goiandira tinha grandes casas de negócios e também era um importante centro vendedor de cereais.

Tabela 10- Sudeste de Goiás**:** ano de criação, municípios de origem e área (Km)

Municípios	***Ano de criação***	***Município de origem***	***Área (Km)***
Anhanguera *	1953	Cumari	56,642
Campo Alegre de Goiás	1953	Ipameri	2.463,014
Catalão	1833	Santa Cruz de Goiás	3.777,652
Corumbaíba	1905	Catalão	1.881,712
Cristianópolis	1953	Santa Cruz de Goiás	225,357
Cumari *	1947	Goiandira	579,877
Davinópolis	1963	Catalão	520,040
Gameleira de Goiás	1997	Silvânia	595,316
Goiandira	1931	Catalão	560,707
Ipameri	1870	Catalão	4.368,688
Leopoldo de Bulhões	1948	Silvânia	495,015
Nova Aurora	1953	Goiandira	302,660
Orizona	1906	Santa Cruz de Goiás	1.972,865
Ouvidor	1953	Catalão	413,786
Palmelo	1953	Pires do Rio	58,997
Pires do Rio *	1922	Santa Cruz de Goiás	1.073,369
Santa Cruz de Goiás	1947	Pires do Rio	1.108,920
São Miguel do Passa Quatro	1988	Silvânia	537,781
Silvânia	1833	Santa Cruz de Goiás	2.264,769
Três Ranchos	1953	Catalão	282,064
Urutaí	1947	Ipameri	626,717
Vianópolis *	1948	Silvânia	954,279

Fonte: IBGE / Assembleia Legislativa de Goiás/ SEPLAN-GO/ SEPIN / Gerência de Estatística Sócio Econômica – 2007.

* Municípios que surgiram em função da ferrovia.

[64] Em Goiás, no intervalo entre 1946 e 1963, foram emancipados 118 distritos, ou seja, 47,97% do total dos municípios do estado. (MELO, 2008).

Um caso um pouco diferente ocorreu com o povoado Roncador. Esse povoado recebeu os trilhos em 1914 e por lá foi construída a derradeira estação da ferrovia, pois algumas barreiras políticas e físicas[65] impossibilitavam, naquele momento, a continuação da construção dos trilhos. Com a paralisação dos trilhos, Roncador desenvolveu um importante centro comercial. Mas, ao contrário de outros povoados da região que se tornaram cidades, Roncador entrou em decadência após poucos anos de dinamismo trazido pelo transporte ferroviário. A decadência ocorreu devido à construção da ponte Epitácio Pessoa sobre o Rio Corumbá, em 1922, que possibilitou o prolongamento da ferrovia e a construção de uma estação onde hoje é Pires do Rio. Com a construção da estação, iniciou-se a formação de um povoado, que transformou-se em cidade, denominada de Pires do Rio[66].

Diante do exposto, conclui-se que a ferrovia teve um papel importante na dinamização econômica e social de Goiás, principalmente nas três primeiras décadas do século XX, promovendo, como um instrumento do capital, a incorporação de várias áreas de Goiás ao processo capitalista de produção. Nos municipios, que a ferrovia cortava ocorria o progresso econômico. Em contrapartida ocorria também a concentração fundiária, o elevado preço das terras, enfim, vários problemas da desigualdade imposta pela expansão das práticas mercantis no estado.

O auge do esplendor da ferrovia em Goiás teve vida curta, durando aproximadamente três décadas. A política de desenvolvimento do Brasil a partir de 1930 centrava-se no processo de integração das regiões e da industrialização, tendo como meio de transporte prioritário o modal rodoviário.[67] A prioridade de investimentos em rodovias no governo de Getulio Vargas promoveu o inicio do declínio do setor ferroviário. Além da

[65] Necessitava-se para continuação dos trilhos, a construção de uma ponte no Rio Corumbá.
[66] O nome da cidade foi uma homenagem ao então Ministro da Aviação, José Pires do Rio, Ele esteve em Goiás no dia 25 de agosto de 1921 para inspecionar as obras de construção da Ponte Epitácio Pessoa.
[67] Os investimentos no sistema rodoviário em detrimento do ferroviário iniciado no governo Vargas e consolidada nos governos de Kubitschek e dos militares se mantêm até hoje. (SILVEIRA, 2003).

concentração de investimentos em rodovias Silveira (2003) afirma que a decadência das estradas de ferro no Brasil ocorreu devido à desarticulação entres os sistemas regionais, o desaparelhamento do parque ferroviário e o baixo rendimento dos trechos de tráfego intenso. Nessa direção, Borges (2000, p. 108) menciona que em Goiás,

> O período em que os trilhos permaneceram estacionados em Roncador coincidiu com a chegada do automóvel a Goiás. Frente à morosidade dos serviços ferroviários de construção da linha e a desorganização da companhia construtora, as estradas de rodagem tornaram-se um fator de prioridades para o governo estadual. Os grupos dominantes, desejosos de ver suas regiões, ou seja, seus domínios econômicos e políticos, ligados ao Centro-Sul por modernos meios de transporte e comunicação, lançaram-se, com o apoio do Estado, na organização de companhias de autoviação, com finalidade de construir estradas de rodagem e linhas telegráficas, ligando inúmeras cidades a Estrada de Ferro.

Seguindo a tendência nacional, a Estrada de Ferro em Goiás sofreu declínio. Porém, não foi desativada. No final da década de 1950, a Lei 3.115 criou a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), unificando as empresas ferroviárias federais em uma sociedade por ações. A Estrada de Ferro de Goiás também foi incorporado ao novo sistema. Nesse novo sistema, mesmo não tendo investimentos para a modernização da ferrovia, esta continuou operando no sistema de transportes de cargas e passageiros. Aos poucos as estações foram sendo desativadas, passando por novas funções (Fotos 1 e 2) e a estrada de ferro operando apenas no transporte de cargas.

Na década de 1990, o governo concedeu para empresas privadas a operação do transporte ferroviário. As linhas da RFFSA foram divididas por várias empresas: América Latina Logística, Novoeste, Companhia Ferroviária do Nordeste, Ferrovia Centro Atlântica, Ferrovia Teresa Cristina, MRS Logística. A rede ferroviaria de Goiás, foi destinada para Ferrovia Centro Atlântica. Com uma malha de aproximadamente oito mil quilômetros de extensão, nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia, São Paulo e Distrito Federal. Operando em cargas, transporta soja, milho, açúcar, bauxita, calcário, cimento, fosfato, fertilizantes, ferro-gusa, petroquímicos, álcool, dentre outros. Em

2008, 31% do volume transportado foi de produtos agrícolas, 39% de industrializados e 30% de outros tipos (FCASA, 2010).



Foto 2 - Orizona (GO): estação ferroviária desativada No detalhe o abandono do local. Autora: PERREIRA, F. 2008.



Foto 3 - Catalão (GO): antiga estação Ferroviária, transformada em museu em 2006. Autora: MATOS, P.F., 2010.

Nesse contexto, o aprofundamento da crise do sistema ferroviário na década de 1930 os municípios do Sudeste Goiano originados e /ou dinamizados pela ferrovia passaram por processos de estagnação econômica e redução do contingente populacional (MELO, 20008). Esse transporte ferroviário, além de ter favorecido o Sudeste Goiano como um instrumento mediador do desenvolvimento econômico e populacional, deu à região também uma identidade, que permanece até os dias atuais, a de região da "Estrada de Ferro", ou "Margem da Estrada de Ferro".

3.3 A Estrada de Ferro no Sudeste Goiano: da estagnação ao retorno da modernização do seu território

A porção do Sudeste Goiano, denominada "Região da Estrada de Ferro", após ter passado por um período de grande crescimento econômico no início do século XX, a partir de 1930 enfrentou a estagnação, vindo a recuperar sua primazia apenas nos anos de 1970.

> Dessa forma, o Sudeste que, com seu centro maior em Catalão, protagonizara o crescimento demográfico, comercial e mesmo agrícola nas três primeiras décadas do século, a partir de 30 vai ficando num desvio da corrente de modernização, que, em ritmo acelerado vai transformando Goiás. (GOMEZ; CHAUL; BARBOSA, 1994, p. 179).

Entre os fatores do processo de estagnação econômica e demográfica dos municípios do Sudeste Goiano está a expansão dos meios de circulação, que possibilitaram a inserção de outras regiões do estado na produção comercial, como, por exemplo: o prolongamento da estrada de ferro até Anápolis, em 1935, que consolidou o controle comercial da área central e do norte de Goiás, a construção de Goiânia e os programas de colonização. Esses fatores fizeram que a região do Mato Grosso Goiano se tornasse o novo "chamariz" de capitais.

Na *arena* política, grupos do Sudoeste e do Sul Goiano se organizaram para derrubar antigas lideranças políticas da Primeira República, os famosos coronéis. No início dos anos de 1930, os grupos de oposição à política coronelista ganham o governo de Goiás, tendo como representante Pedro Ludovico Texeira. Novos projetos foram postos em prática na política do estado, sendo uma das primeiras medidas foi a construção de uma nova capital, o que significaria um novo momento para o estado, momento de prosperidade e dinamismo econômico.

> As capitais se erguem para o capital. São racionalizações administrativas burocráticas do Estado que se impõem na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos de aplauso dos oportunistas de plantão, mas também perspectivas que se abrem rumo à modernidade. Do ponto de vista arquitetônico, Goiânia foi o símbolo do moderno e do urbano em solo rural. Um teatro de *art nouveau* cravado no meio do Planalto Central. Um ruidoso berrante do Pantanal tocando no Olympia de Paris. Os homens do sertão demorariam a entender os estranhos "currais" de concreto, a nova fronteira humana. (CHAUL, 2002, p. 123).

A construção de Goiânia não significou somente o erguimento de um símbolo de modernidade encravado no sertão goiano. Foi também um marco no processo de interiorização do país, bem como o resultado de projetos das novas forças políticas que comandavam o estado e que desejavam mudanças, sobretudo, a inserção de Goiás na divisão

inter-regional do trabalho. O resultado da transferência da capital estadual foi, em poucos anos, sentido tanto no aspecto populacional, quanto no sócio-econômico. Uma das cidades goianas que mais se beneficiou com o surto do desenvolvimento provocado pela construção de Goiânia foi Anápolis, que é depois da capital, o principal eixo econômico e populacional de Goiás. Anápolis foi privilegiada também com o soerguimento da capital federal e ficou então, entre duas importantes capitais. Considerando a importância desses três núcleos urbanos, Brasília, Anápolis e Goiânia, Arrais (2007) propõe uma divisão regional a partir do eixo de desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília. Essa divisão refere-se a um conjunto de 39 municípios, recobrindo a região metropolitana de Goiânia, a microrregião do Entorno de Brasília e o Distrito Federal, sob influência da rodovia BR-060, e Anápolis e alguns municípios vizinhos.

> As correspondências estão no âmbito do entendimento de que existem, por assim dizer, tanto na escala macro (Brasil) quanto na regional (Centro-Goiano), 'Eixos ganhadores', competitivos, onde a presença de uma infra-estrutura de transporte e integração e potencial de consumo e produção, permitiram aos atores governamentais e empresariais identificar oportunidades de investimentos. (ARRAIS, 2007, p. 193).

Com uma nova conjuntura econômica e política de Goiás, após os anos 1930, a porção Sudeste deixou de ser um pólo de atração econômica e, conseqüentemente, populacional. Catalão, que em 1920 era o município mais populoso do estado, passou a ser o sétimo em 1940. O contingente populacional de Catalão foi superado por vários municípios, entre eles, Anápolis e Goiânia, que contavam no período com 39.148 e 44.250 habitantes, respectivamente. O crescimento demográfico dos municípios do Mato Grosso Goiano e do Sudoeste ocorreu nas décadas posteriores.

O predomínio de Catalão na produção agrícola comercial foi perdido para os municípios do Sudoeste Goiano e do Mato Grosso Goiano, como Rio Verde, Jataí e Anápolis. Com isso, a economia da região ficou voltada para as atividades agrícolas destinadas ao

autossustento para a pecuária extensiva e, também, para o pequeno comércio local e implantação de pequenas indústrias de transformação de produtos primários.

Borges (2000) estuda Goiás em um período de 30 anos (1930 a 1960), analisando, justamente, as mudanças da economia, principalmente no que se refere ao avanço da fronteira agrícola para o Sudoeste e Mato Grosso Goiano.

> Logo estas regiões assumiram a liderança no processo de produção e especialização agrícola. Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, o mato grosso goiano (sic) produziu, em 1959, cerca de 26% do arroz, 34% do milho, 48% do feijão e 68% do café produzidos em Goiás. Assim, o rápido esgotamento do solo das áreas pioneiras levou ao abandono progressivo da zona da Estrada de Ferro e à ocupação de novas áreas na fronteira oeste e central do Estado. (BORGES, 2000, p. 258).

Dessa forma, cumpre dizer que a região Sudoeste do estado, no período que sucede a década de 1930, torna-se importante centro de produção da agricultura e da pecuária estadual e também detém o poder político do estado. O Mato Grosso Goiano, também a partir desse período, selou o seu destino econômico, por meio de um novo centro urbano (Goiânia) e das políticas de colonização, que promoveram a expansão da fronteira agrícola para essas áreas, como refere Faissol (1957, p. 37):

> A partir de 1935, o "Mato Grosso" de Goiás foi teatro de uma das mais ativas frentes pioneiras do Brasil. Em 1940 e 1950, a população cresceu de 200.000 para 400.000 habitantes. A produção agrícola cresceu de maneira ainda mais surpreendente. Hoje em dia, o "Mato Grosso" de Goiás constitui cerca de 8% da área do estado, produzindo mais da metade de quase todos os produtos agrícolas do estado.

Já o Sudeste Goiano caminhava a passos lentos, embora todos os municípios dessa região continuassem seguindo em frente, de acordo com suas especificidades locais (físicas, econômicas e políticas). A lamentação maior foi da cidade de Ipameri que, tendo recebido os títulos de "Princesinha do Sudeste Goiano" e de "a sala de visitas do estado de Goiás", perdeu os respectivos títulos após 1950, juntamente com o prestígio social e econômico, visto o fechamento de indústrias e empresas de viação e a transferência do 6º Batalhão para a cidade

de Jataí[68] que fora implantando em Ipameri no ano de 1922 (transferido da Cidade de Goiás) e tinha conseguido, somada à ferrovia, impulsionar o crescimento econômico e populacional da cidade. O município de Ipameri em 1940[69] contava com 25.625 habitantes, o sexto mais populoso do Estado. Em 1960 contava com uma população de 18.080, passando a ser o vigésimo em população do estado.

Nesse contexto, a cidade de Ipameri permaneceu por longos anos em um processo de estagnação econômica e demográfica. Seu progresso econômico voltou a ocorrer apenas no final de 1980, com a modernização da agricultura. Porém, esse processo não foi suficiente para que Ipameri se recuperasse a condição de segunda maior economia da região Sudeste, no período áureo da ferrovia. Esse título, em 2008, ficou para Corumbaíba, seguido, de Pires do Rio.

A tabela 11 mostra a arrecadação de (ICMS) dos municípios do Sudeste Goiano, no período de 2000 a 2008. O município que conseguiu maior crescimento foi Catalão, que passou de 37.565 para 245.977, um aumento de aproximadamente 554%. Esse aumento está ligado à verticalização das empresas mineradoras e à implantação de indústrias automobilísticas. O crescimento acelerado do município de Catalão, registrado nos últimos anos, conferiu-lhe, em 2005, o título de terceiro município na porcentagem do PIB goiano, com participação de 5,02%. Essa porcentagem, em 2002, era de 2,96% e dava o quinto lugar entre os dez maiores municípios do estado. Depois de Catalão, os municípios que apresentam maior arrecadação de ICMS são Corumbaíba, Pires do Rio, Ipameri, Orizona, Silvânia e Campo Alegre, respectivamente.

[68] Na década de 1960, o Batalhão foi transferido para Jataí, por interesse estratégico do Exército Nacional. Com isso, foram transferidos aproximadamente 1.300 homens que viviam em Ipameri.
[69] Dados do IBGE dos Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960, em Arrais (2007).

Tabela 11 -Sudeste de Goiás: arrecadação do ICMS: 2000 - 2008

Municípios	**Arrecadação de ICMS - (R$ mil)**			
	2000	2005	2008	Variação
Anhanguera	45	42	8	-82,22
Campo Alegre de Goiás	1.155	2.600	2.138	85,11
Catalão	37.567	127.894	245.977	554,77
Corumbaíba	4.940	8.856	15.090	205,47
Cristianópolis	84	132	162	92,86
Cumari	543	903	685	26,15
Davinópolis	120	225	143	19,17
Gameleira de Goiás	1	121	113	-
Goiandira	201	729	1.748	769,65
Ipameri	3.379	9.066	9.960	194,76
Leopoldo de Bulhões	441	538	757	71,66
Nova Aurora	105	427	1.007	859,05
Orizona	958	1.516	3.426	257,62
Ouvidor	457	749	1.457	218,82
Palmelo	381	142	208	- 45,41
Pires do Rio	4.392	7.850	9.973	117,51
Santa Cruz de Goiás	61	320	389	537,70
São Miguel do Passa Quatro	72	129	315	337,50
Silvânia	1.433	1.929	2.148	49,90
Três Ranchos	62	111	112	80,65
Urutaí	241	978	160	-33,61
Vianópolis	1.141	1.654	2.486	117,88
Total da região	57.779	166.911	298.042	415,84
Região/ Estado (%)	**2,63**	**3,96**	**4,56**	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 2009.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Com a transferência da capital federal para terras goianas, a região da Estrada de Ferro também foi uma das mais beneficiadas. Ocorreram mudanças de grande importância em seu contexto sócio-econômico. O autor Só (2004), com uma visão simplista, menciona que a construção de Brasília foi prejudicial à região Sudeste. Um dos motivos seria o fato de Anápolis estar mais próxima à capital federal, que os municípios os municipios do Sudeste Goiano. Por conseguinte, conforme Só (20004) Anápolis e os municípios vizinhos teriam sido grandes fornecedores de alimentos e outros produtos, ligados à construção civil. Logicamente, a cidade de Anápolis foi muito favorecida, porém não se pode desconsiderar o favorecimento aos outros municípios, mesmo que em menor proporção.

A própria localização da nova capital federal, por si só, é um atrativo de fluxos e fixos para Goiás, principalmente, para os municípios mais próximos a ela. No caso específico do Sudeste Goiano, os benefícios estão relacionados à construção[70] de rodovias que liga Brasília a outras partes do país, como a construção da Rodovia Federal BR- 050[71] que passa pelos municípios de Catalão, Campo Alegre e Ipameri e, também de inúmeras rodovias estaduais conectando municípios goianos a Brasília. Especificamente para Catalão, a rodovia BR-050 foi um dos fatores que possibilitou o retorno do crescimento populacional e econômico.

Em síntese, a recuperação dos municípios do Sudeste Goiano da estagnação econômica e populacional e o incremento da modernização do seu território teve início no final dos anos de 1960, graças aos seguintes fatos: construção da BR-050; investimentos realizados pelo governo federal e por empresas privadas na exploração de minérios[72]; construção e pavimentação de rodovias estaduais, ligando os municípios do Sudeste Goiano à capital do estado, entre elas a GO-030; construção da usina hidrelétrica de Emborcação, que formou o Lago azul em Três Ranchos; modernização da agricultura; instalação de agroindústrias e implantação de indústrias automobilísticas.

Assim, o Sudeste de Goiás, além de ser reconhecido como a "Região da Estrada de Ferro" é também conhecido: pelos minérios (fosfato e nióbio) recursos naturais, existentes nos municípios de Catalão e de Ouvidor; pelas montadoras, em Catalão (Mitsubishi, John Deere); pelo turismo em Três Ranchos e pela produção de grãos, que embora não a apresente o mesmo esplendor que a do Sudoeste Goiano, a principal região produtora de grãos de Goiás. No Sudeste de Goiás, é possível identificar áreas de modernização agrícola nos municípios de

[70] "Durante, a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010 (rumo ao nordeste goiano), a BR-020 (Brasília-Formosa na direção de Fortaleza), a BR-040 (rumo a região do Sudeste brasileiro), a BR-050 (com intensão de encurtar a distância Brasília - São Paulo), a BR-060 (em direção ao Mato Grosso e Paraguai), a BR-153 (cortando Goiás no sentido norte-sul) a BR-452 (em conexão com o sudoeste goiano e Triângulo Mineiro) e a BR-364 (rumo ao Mato Grosso via sudoeste goiano). Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola e facilitaram a integração intra e inter-regional de Goiás." (ESTEVAM, 1998, p. 129).

[71] Mapa 15- disponível no quarto capítulo.

[72] Atualmente, constituem-se de Anglo American of South América, Copebrás S.A. e Fosfértil Ultrafértil S.A.

Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Orizona, Silvânia, Vianopólis e Gameleira que, juntos, somam parte da produção de grãos no estado, especialmente de soja. Catalão é o maior produtor de grãos do Sudeste Goiano e, em seguida, está Ipameri, como mostra a tabela 12.

Tabela 12- Sudeste de Goiás: produção de grãos (em mil toneladas), 2000, 2005 e 2008 (anos selecionados)

Municípios	**2000**	**2005**	**2008**
Anhanguera	178	68	216
Campo Alegre de Goiás	126.297	230.302	262.470
Catalão	212.759	338.016	368.673
Corumbaíba	8.181	13.937	13.285
Cristianópolis	5.081	5.430	6.700
Cumari	3.180	1.070	2.790
Davinópolis	1.055	3.499	3.051
Gameleira de Goiás	-	93.760	100.719
Goiandira	3.570	3.108	3.782
Ipameri	194.116	319.870	367.890
Leopoldo de Bulhões	21.383	17.465	19.570
Nova Aurora	910	816	1.006
Orizona	53.085	104.735	106.192
Ouvidor	2.020	3.786	3.152
Palmelo	1.112	750	1.785
Pires do Rio	13.588	21.247	19.558
Santa Cruz de Goiás	8.386	43.540	33.440
São Miguel do Passa Quatro	38.285	51.280	54.859
Silvânia	152.233	197.785	244.855
Três Ranchos	490	2.907	3.449
Urutaí	5.296	6.970	10.833
Vianópolis	75.233	100.665	108.433
Total da região	926.438	1.561.006	1.736.708
Região/estado (%)	**10,62**	**13,76**	**13,06**

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 2009.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

Mas, a produção e produtividade não são os únicos elementos importantes para mensurar a modernização da agricultura moderna. A paisagem, transformada de acordo com os parâmetros técnicos e científicos desse modelo de produção, apresenta claramente para os quem a observa, sobretudo, nas áreas de chapada, a modernização da agricultura.

Outra atividade que sustenta o Sudeste Goiano é a pecuária leiteira e de corte. A criação de bovinos na região representou, no ano de 2008, 6,57% do total do estado. A produção de leite, no mesmo ano, participou com 17,10%. Em 2005 a 2008, a produção de leite teve aumento de aproximadamente 37% (Tabela 13).

Tabela 13-Sudeste de Goiás: quantidade de bovinos e produção de leite, 2005-2008 (anos selecionados)

Municípios	**Bovinos (cabeças)**		**Produção de leite (mil l)**	
	2005	**2008**	**2005**	**2008**
Anhanguera	4.500	5.300	802	800
Campo Alegre de Goiás	66.800	72.300	9.765	13.350
Catalão	173.000	159.000	39.300	59.880
Corumbaíba	137.868	139.500	19.356	31.248
Cristianópolis	15.750	14.800	5.575	5.900
Cumari	55.000	59.500	9.000	14.060
Davinópolis	24.800	28.000	5.170	6.890
Gameleira de Goiás	22.000	20.500	7.865	7.700
Goiandira	46.000	45.000	8.250	9.000
Ipameri	178.000	192.000	36.700	48.000
Leopoldo de Bulhões	37.450	37.000	11.744	14.500
Nova Aurora	33.000	28.500	3.050	2.990
Orizona	133.500	134.000	44.151	73.000
Ouvidor	25.000	25.670	4.900	5.400
Palmelo	2.900	3.100	786	1.400
Pires do Rio	85.850	85.500	22.462	27.500
Santa Cruz de Goiás	72.120	66.800	20.626	29.700
São Miguel do Passa Quatro	32.650	31.900	9.401	12.800
Silvânia	112.400	110.000	37.114	46.800
Três Ranchos	13.000	15.050	2.840	3.338
Urutaí	51.700	45.700	12.406	14.000
Vianópolis	53.200	58.500	16.826	23.045
Total da região	1.376.488	1.345.430	328.089	451.301
Região/estado (%)	**6,64**	**6,57**	**12,39**	**17,10**

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Sócio-econômica, 2009.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

Alguns municipios do Sudeste Goiano têm a economia pautada na pecuária como é o caso de Cumari, Nova Aurora, Davinópolis e Santa Cruz de Goiás. Porém, esses municípios não são os maiores representantes da atividade na região. Em relação ao quantitativo de gado, o município de destaque é Ipameri, seguido por Catalão, Corumbaíba e Orizona. Na produção de leite, o município de Orizona, nos anos analisados, ficou em primeiro lugar, tendo participado, em 2008, com aproximadamente 16% do total produzido no Sudeste Goiano, seguido por Catalão com 13% e Ipameri com 10%. No município de Orizona de 2005 a 2008 houve um aumento de 28.849 mil litros. Considerando-se o número de cabeças de gado, visualiza-se que não houve, em Orizona um crescimento significativo do ano de 2005 para 2008. Por isso, considera-se que o aumento da produção se deu na

produtividade, viabilizada pela modernização dessa atividade. A inserção de inovações tecnológicas nessa atividade tem crescido principalmente com a melhoria genética, nas condições de alimentação do rebanho de armazenagem e transporte do leite até os lacticínios e com o tratamento de doenças.

Em Goiás, as repercussões da modernização da pecuária leiteira têm configurado o aumento da produção. De 1990 para 2000, a produção de leite dobrou, conforme o gráfico 9. De 2000 para 2008 a produção cresceu cerca de 23%. De acordo com dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2008), Goiás está em terceiro lugar (10,5%) na produção nacional de leite. Em primeiro lugar é o estado de Minas Gerais, com 27,5% da produção nacional. Em seguida, o Rio Grande do Sul (12%). No ano de 2008, a produção destes estados representou 50% da produção nacional de leite.

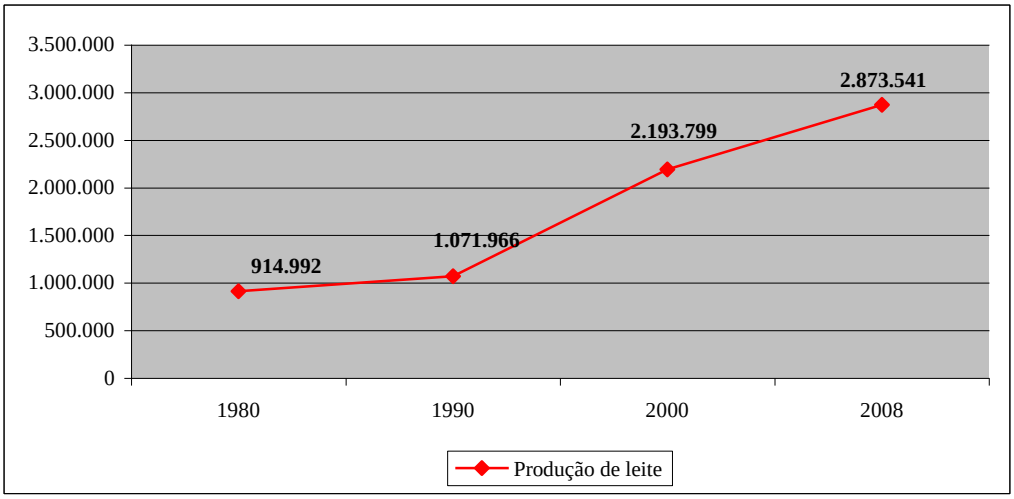


Gráfico 9- Goiás: evolução da produção de leite (mil litros) de 1980 a 2008 (anos selecionados).
Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.
Org.: MATOS, P.F., 2010.

Na quantidade do rebanho (por número de cabeças), no Brasil, lideram: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Além de ter o maior número de rebanho bovino, o estado do Mato Grosso apresenta maior número de abates no Brasil. (IBGE, 2010). No entanto, quanto à exportação no ano de 2008, destaca-se o estado de São Paulo, com 44,1%. Mato Grosso ficou em 2ª lugar com 13,1%, seguido por Goiás com 13% (Tabela 14).

Tabela 14- Ranking dos estados na exportação de carnes e derivados de bovinos - 2008

Exportação brasileira de carnes e derivados de bovinos				
Estado de Origem	**Brasil**		**Participação**	
	Quilos	**US$**	**Quilos**	**US$**
São Paulo	610.799.669	2.373.247.874	44,1%	44,6%
Mato Grosso	185.245.310	698.053.387	13,4%	13,1%
Goiás	173.535.610	691.648.352	12,5%	13 %
Mato Grosso do Sul	105.503.006	387.674.358	7,6%	7,3%
Rondônia	99.263.905	348.065.474	7,2%	6,5%
Minas Gerais	76.475.473	310.176.944	5,5%	5,8%
Rio Grande do Sul	65.037.370	218.312.384	4,7%	4,1%
Paraná	26.246.202	91.890.069	1,9%	1,7%
Rio de Janeiro	4.850.688	72.321.390	0,4%	1,4%
Tocantins	14.745.481	49.520.643	1,1%	0,9%
Pará	9.530.864	32.547.172	0,7%	0,6%
Espírito Santo	2.434.814	12.515.795	0,2%	0,2%
Maranhão	1.145.299	4.095.478	0,1%	0,1%
Origem não declarada	5.970.786	23.485.045	0,4%	0,4%
Total	**1.384.527.089**	**5.326.112.065**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Associação Brasileira de Frigoríficos - ABRAFRIGO, 2010.
Org.: MATOS, P. F., 2010.

Na pecuária, o estado de Goiás se destaca também nos confinamentos de grande porte. Os confinamentos se caracterizam como um sistema de produção, cujos rebanhos são mantidos em currais ou piquetes com a alimentação e água necessária dispostos em cochos, possibilitando o ganho de peso do rebanho em um tempo menor do que no sistema convencional. O confinamento proporciona a padronização de carcaça, a precisão dos custos e, sobretudo, a produtividade. É um sistema de produção que utiliza intensamente várias tecnologias: monitoramento do animal (peso, medidas, alimentação, ocorrência de doenças), equipamentos, manejo sanitário, certificação da produção, visando maior rentabilidade em um menor tempo de produção, concentrando-se nos períodos de estiagem.

O confinamento é uma atividade que vem obtendo crescimento ano após ano no Brasil, atualmente, um dos principais países confinadores do mundo. Em 2008, 2,75 milhões de cabeças de gado foram confinados no Brasil, sendo Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul os principais estados confinadores de rebanho bovino no território brasileiro. Além do maior número de gado confinado (aproximadamente 47% do total de gado confinado

no Brasil em 2008), o estado de Goiás se destaca por concentrar os maiores confinamentos do Brasil, especificamente nos municípios de Nerópolis, Aruanã e Nasário.[73] No Sudeste Goiano, em pesquisas de campo, foram encontrados sistemas de confinamentos nos municípios de Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Silvânia. Em Catalão está um dos maiores confinamentos de gado do Sudeste Goiano, com cerca de oito mil cabeças.

A estrutura econômica da metade dos municípios do Sudeste Goiano, conforme dados do PIB de 2005, a produção agropecuária é a principal fonte de riqueza. No município de Gameleira de Goiás, a agropecuária representa 77, 08%, do PIB, em Campo Alegre de Goiás, 74,50%. Na composição do PIB das indústrias, apenas 4 municípios predominam. No PIB de Ouvidor,[74] a indústria representa 72,30%, o que lhe dá o maior PIB industrial da região Sudeste de Goiás. Catalão tem 56,71%, Corumbaíba tem 44,76% e Pires do Rio tem 44,48% do seu PIB vindos da indústria (Tabela 15). Especificamente em relação às indústrias, a cidade de Catalão possui a maior diversificação, contando mineradoras, automobilísticas, confecções, cerâmicas, entre outras. Ouvidor tem mineradoras, cerâmica e indústria de alimentos. Já Corumbaíba e Pires do Rio têm nas agroindústrias, da cadeia do leite e da cadeia de aves, respectivamente.

Para o PIB de todo o estado, a região Sudeste contribuiu, no ano de 2006, com 7,25%, a sexta maior participação do estado. A pioneira é a região metropolitana, com 39,29%, seguida do Sudoeste com 12,33%. O Nordeste e o Norte Goianos são as regiões com menores participações no PIB estadual em todos os períodos analisados, como mostra a tabela 16.

[73] A pesquisa *Top Beef Point* de Confinamentos, que é uma iniciativa da AgriPoint Consultoria Ltda que levanta informações sobre os 50 maiores confinamentos do Brasil. Em 2008 dos 50 maiores confinamentos do Brasil, 18 encontrava-se em Goiás.

[74] Ouvidor não chegou a gerar nem 1% do ICMS produzido no Sudeste Goiano.

Tabela 15- Sudeste de Goiás: PIB dos municípios por setores no ano de 2006

Municípios	PIB	Estrutura do PIB por setores (%)		
		Agropecuária	Indústria	Serviços
Anhanguera	100,00	24,72	11,11	64,18
Campo Alegre de Goiás	100,00	74,50	4,89	20,61
Catalão	100,00	8,11	56,71	35,17
Corumbaíba	100,00	23,97	44,76	31,26
Cristianópolis	100,00	33,53	20,22	46,25
Cumari	100,00	55,45	7,98	36,58
Davinópolis	100,00	37,55	23,51	38,95
Gameleira de Goiás	100,00	77,08	4,13	18,79
Goiandira	100,00	38,13	11,66	50,21
Ipameri	100,00	46,03	19,12	34,25
Leopoldo de Bulhões	100,00	62,77	7,83	29,41
Nova Aurora	100,00	49,69	9,60	40,71
Orizona	100,00	48,07	23,53	31,33
Ouvidor	100,00	7,57	72,30	20,14
Palmelo	100,00	19,51	19,63	60,86
Pires do Rio	100,00	12,33	44,48	43,19
Santa Cruz de Goiás	100,00	67,82	7,55	24,63
São Miguel do Passa Quatro	100,00	66,00	5,23	28,77
Silvânia	100,00	51,43	8,34	40,04
Três Ranchos	100,00	25,87	16,75	57,38
Urutaí	100,00	61,40	8,31	30,29
Vianópolis	100,00	44,15	16,79	39,06

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 2009.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

Tabela 16 - Goiás: Produto Interno Bruto por região, 1999, 2003 e 2006

Região	***1999***		***2003***		**2006**	
	PIB (mil)	**%**	**PIB (mil)**	**%**	**PIB (mil)**	**%**
Metropolitana de Goiânia	6.952.659	38,80	11.430.756	31,03	22.471.582	39,36
Centro Goiano	1.785.732	9,97	3.441.549	9,34	5.741.403	10,06
Norte Goiano	1.019.569	5,69	2.102.605	5,71	2.964.277	5,19
Nordeste Goiano	264.394	1,48	696.364	1,89	905.241	1,59
Entorno do Distrito Federal	1.532.751	8,55	3.384.624	9,19	4.949.670	8,67
Sudeste Goiano	965.994	5,39	2.749.349	7,46	4.140.231	7,25
Sul Goiano	1.621.690	9,05	3.660.881	9,94	4.839.394	8,48
Sudoeste Goiano	2.357.970	13,16	6.495.082	17,63	7.381.032	12,93
Oeste Goiano	1.057.846	5,90	2.156.332	5,85	2.779.409	4,87
Noroeste Goiano	361.251	2,02	717.568	1,95	918.645	1,61
Estado de Goiás	**17.919.856**	**100,00**	**36.835.111**	**100,0**	**57.090.883**	**100,00**

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 2009.
Org.:MATOS, P.F., 2009.

De acordo com os dados apresentados, os municípios que compõem o Sudeste Goiano, apresentam uma diversidade de fatores (sociais, econômicos e ambientais) que interferiram na consolidação e expansão da agricultura moderna. Por isso, em alguns municípios do Sudeste Goiano a agricultura moderna está pouco presente em relação a outros. Assim, o meio técnico-científico-informacional no Sudeste Goiano ocorre como afirma Santos (1994), em formas de "manchas", ou seja, a ciência, a tecnologia e a informação não estão de forma homogênea no espaço agrário da região; estão presentes de forma mais intensa apenas em algumas áreas, que são principalmente as chapadas. Essas áreas foram aqui denominadas de *arena* do capital.

3.4 A modernização da agricultura em Goiás e as metamorfoses no Sudeste Goiano

A história econômica das áreas de Cerrado, especificamente do estado de Goiás, após a década de 1970, é caracterizada pelos reforços do Estado e de agentes privados para modernizar o território, com produção orientada pela presença intensa de técnica, ciência e da informação. Nas atividades agropecuárias, o objetivo era consolidar a modernização da agricultura, ou seja, a incursão das inovações técnico-científicas no processo produtivo, seguindo a tendência dos estados da região Sul e Sudeste do país.

Dessa forma, para se compreender a modernização da agricultura no estado de Goiás, é necessário considerá-la no contexto nacional da expansão do capital para a fronteira agrícola, cujas as áreas de Cerrado eram prioritárias. Prioritárias em função de uma série de fatores importantes para a produção do capital, como planura do relevo, clima, terras baratas e fartas de recursos hídricos. Esses fatores, em conjunto, contribuíram para efetivar a agricultura moderna, norteada pelas inovações tecnológicas e articulada aos mercados nacional e internacional. A produção ancorada no tripé ciência, tecnologia e informação é

considerada como um dos fatores que trouxeram desenvolvimento econômico para Goiás devido a alta produção de culturas como a soja, especialmente em algumas porções do estado.

No Cerrado goiano a modernização da agricultura se territorializou de forma mais concentrada em algumas regiões. A região Sudoeste de Goiás a mais "impactada" pelo agronegócio, contribuiu com 46% da produção estadual de grãos em 2008. A segunda mais "impactada" é o Sudeste com 14%, seguido pelo Sul goiano, com 13% e o Entorno de Brasília com 13% (Gráfico 10).

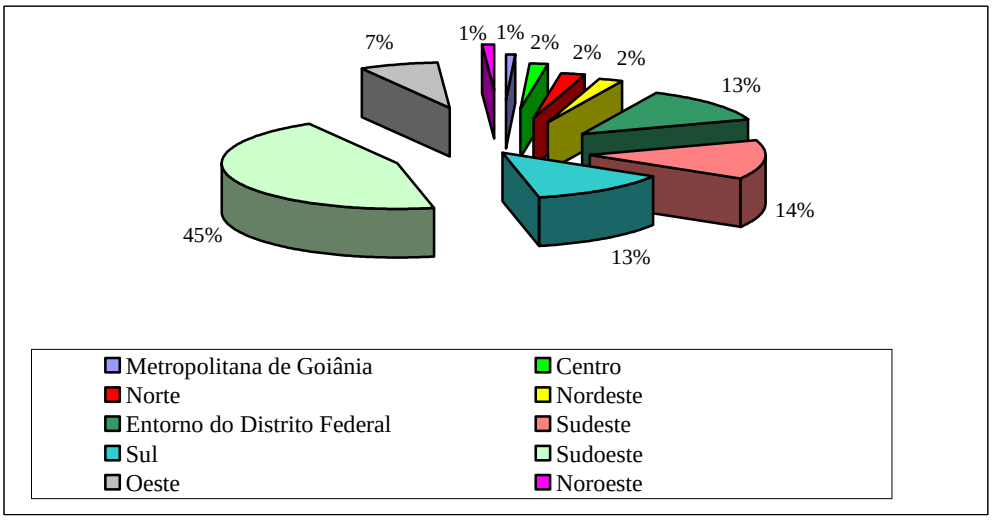


Gráfico 10-Goiás: produção de grãos, segundo as regiões em 2008
Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

Na produção de grãos, em todas as regiões, destaca-se soja. No Sudoeste Goiano, Rio Verde, em 2008 foi o principal município produtor de soja, seguido por Jataí, Chapadão do Céu, Mineiros, Montividiu e Perolândia. Esses municípios somados com Catalão, Ipameri e Cristalina, constituem os maiores produtores de soja do estado, conforme mostra o gráfico 11.

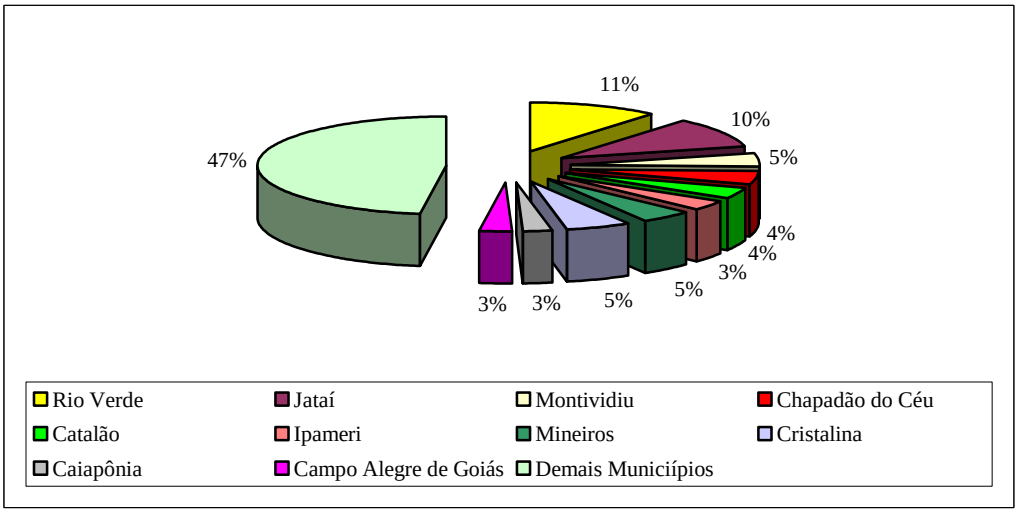
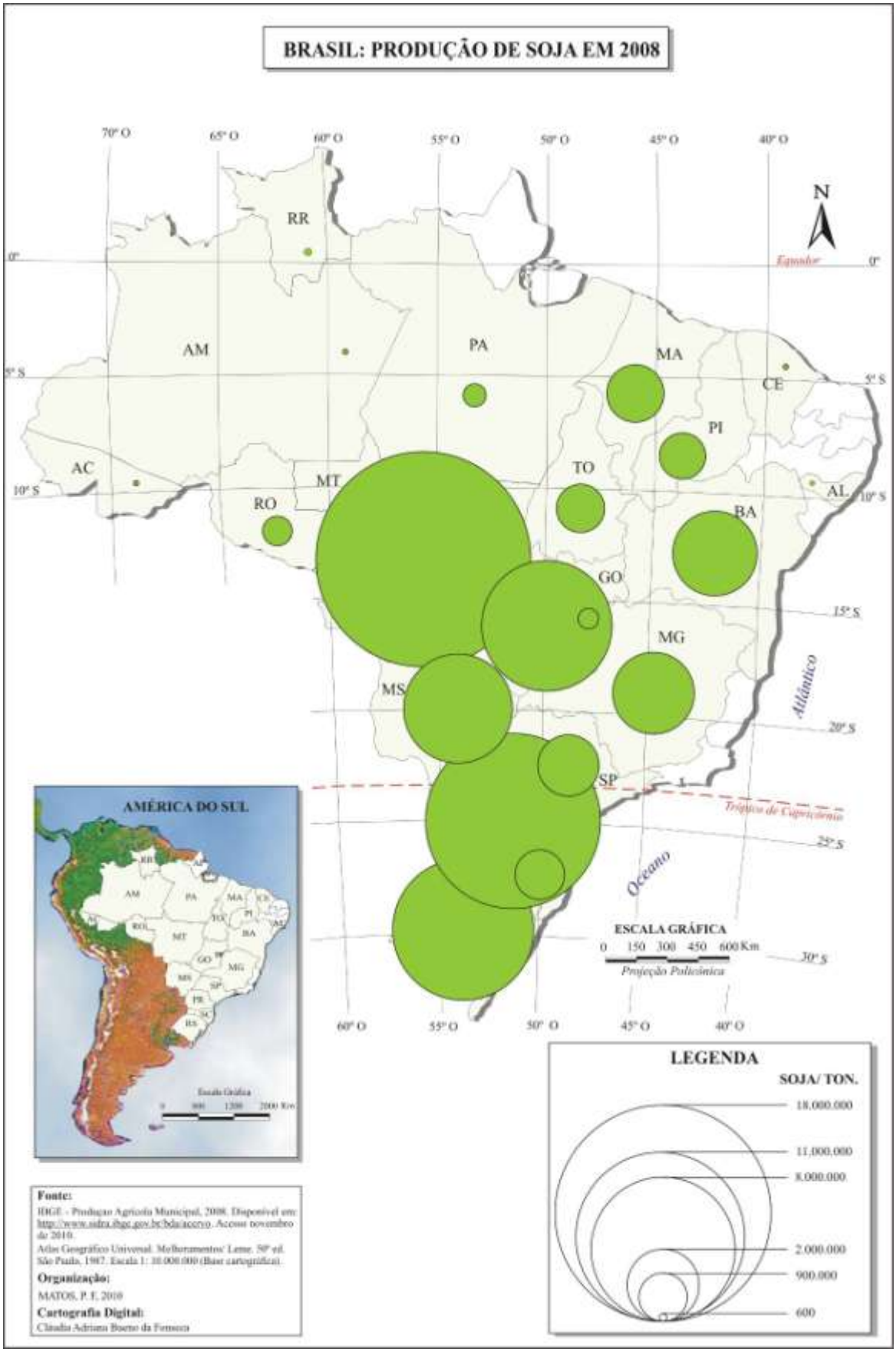


Gráfico 11- Goiás: maiores municipios produtores de soja em 2008
Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

Em todo o estado de Goiás, em 1990, a produção agrícola foi de 3,6 milhões de toneladas de grãos, 6,65% da produção nacional. Em 1995, a produção foi 6,4 milhões de toneladas e passou para 8,8 milhões de toneladas no ano de 2000. Nesse ano participou com 10% da produção nacional. As estatísticas referentes a 2005 mostram a evolução do setor, cuja produção foi para 11, 3 milhões de toneladas e, em 2008 foi para 13, 2 milhões de toneladas de grãos. Goiás passou do 7º lugar na classificação nacional de grãos, em 1990, para o 4º lugar, em 2008 (SEPLAN, 2008). A de soja, Goiás, em 2008, ficou em 4ª lugar na produção nacional (Mapa 11).

Com a propagação do meio técnico-científico-informacional no espaço agrário do Cerrado goiano, a ciência e a tecnologias impõem-se como essência da modernidade. Na verdade, a modernização da agricultura, com a expansão do agronegócio, foi um projeto de modernidade do Estado para as áreas de Cerrado. Uma modernidade vista por meio dos fixos e fluxos da agricultura moderna, do quantitativo da produção e dos novos sujeitos do processo produtivo, notadamente os sulistas.



Mapa 11- Brasil: produção de soja em 2008

Com esse projeto de modernidade, foram alterados não apenas as formas de produção, mas também os modos de vida de grande parcela da população considerada "tradicional", que, "expulsa", teve que migrar para as cidades, configurando, desse modo, um intenso êxodo rural em Goiás após os anos de 1980, conforme assegura Estevam (1998, p. 193):

> O êxodo rural em Goiás foi espantoso na década de 1980, mesmo com relação ao fenômeno a nível nacional e a sua urbanização, embora em ritmo mais acelerado, refletiu tendência constatada no país. A redistribuição urbano/rural foi mais intensa no estado em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que instituiu direitos trabalhistas para os antigos colonos levando fazendeiros a preferir "expulsá-los" do que obedecer as normas legais.

Assim, dos anos de 1970 em diante, há uma verdadeira inversão no lugar de moradia da população goiana. Enquanto até 1970 mais da metade da população residia no campo, de 1980 em frente esse quadro se reverteu, predominando no estado a população urbana (Tabela 17). O crescimento da população urbana, em detrimento da rural, a partir de 1980, atinge, em 2006, 88,57%. Esses dados apontam que o meio rural em Goiás está pouco povoado, tendência nacional.

Tabela 17- Goiás: população rural e urbana, 1970 - 2006 (anos selecionados)

Ano	**População**				
	Total	**Urbana**	**%**	**Rural**	**%**
1970	2.938.677	1.237.108	42,10	1.701.569	57,90
1980	3.120.718	2.108.049	67,55	1.012.669	32,45
1991	4.012.562	3.241.119	79,00	771.443	21,00
1996	4.515.868	3.873.722	87,78	642.146	12,22
2006	5.750	5.093	88,57	614.00	11,43

Fonte: IBGE-Censo Demográfico de Goiás, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2006.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

A modernização do território goiano foi esculpindo transformações em função de acréscimos técnicos, tornando muitos espaços de lentidão em espaços de rapidez.

> Em princípio, os espaços de rapidez são, do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais freqüentes, convenientes e precisos e também mais baratos). Do ponto de vista social, os espaços da rapidez serão aqueles onde é maior a vida das relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então zonas de passagem, respondendo a necessidade de uma circulação mais longínqua. Os espaços de rapidez e os de lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho, sobretudo quando ela é interna a região, e também da variedade e da densidade dos consumos. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 263).

Assim, em Goiás, têm-se os espaços de lentidão e os espaços de rapidez, da mesma forma que se pode afirmar que há espaços opacos e luminosos, pobreza e riqueza, materializadas na paisagem, demonstrando as contradições do capital, que privilegia uns lugares em detrimento de outros. Mas, tanto para o Estado, quanto para o capital é importante a presença e o movimento das contradições no espaço.

Para Bernardes (2007) há convivência de tempos lentos e rápidos que conformam espaços luminosos e opacos e há convivência de escalas de tempo distintas, porque a vida é presente, mas também é passado e futuro. Desse modo, em um estado, em uma região ou em um município, os espaços luminosos respondem pelos espaços opacos no que se refere à produção, à densidade técnica, pois, conforme Santos (2006), o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abarca toda a sociedade.

A seleção de lugares que vão receber os conteúdos técnicos conduz às mutações na configuração da divisão do trabalho e têm como conseqüência, disparidades regionais, em função dos territórios priorizados tanto por parte do Estado quanto por parte das empresas para receberem investimentos em fixos e fluxos. Essa seletividade espacial na implantação de densidades técnicas pode ser evidenciada, sobretudo, por meio das redes de circulação. Em Goiás as redes de circulação, principalmente às rodovias e as ferrovias, concentram-se no Centro-Sul do estado, por isso que esses espaços apresentam maior fluidez. Na

contemporaneidade, conforme Santos (2006, p. 275), "[...] não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção".

Os vetores da modernização, via esforços do Estado para expandir o crescimento econômico, conduzem para os lugares e a produção à especialização. No Cerrado goiano, especificamente no Sudeste, essa especialização, em muitos municípios, está estritamente relacionada à difusão da agricultura moderna que, ao inserir novos métodos de produção, metamorfoseou não apenas o rural, mas também o urbano.

> Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transporta mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil, graças aos equipamentos criados pelo Estado para facilitar a circulação (SANTOS, 2008, p. 90).

As rodovias constituem um importante elemento de modernização do território, visto que é um dos meios de circulação mais importantes da logística e do transporte em Goiás. O estado de Goiás, até os anos 1950, era desprovido de infraestrutura de produção, principalmente de transporte. Com a edificação de Brasília, iniciaram-se as construções de inúmeras rodovias para integrar a nova capital as outras regiões do país. Dessa forma, a partir dos anos de 1970, intensificou-se a construção de rodovias para viabilizar a modernização do território, tornando o estado de Goiás mais competitivo tanto no mercado nacional quanto internacional. Assim, aumentou significativamente o número de rodovias pavimentadas (estaduais, federais e municipais) em Goiás. Pelos dados do gráfico 12, observa-se que de 1970 a 1990 houve um aumento de, aproximadamente, 500%, na quantidade de quilômetros asfaltados que passou de 1.343 para 7.313 km pavimentados. De 1990 em diante o crescimento continuou, atingindo em, 2008, 12.857 km. A construção de outros sistemas de transportes, como o porto seco em Anápolis, também se constituiu em importante estratégia para a operacionalização do capital em Goiás, tendo se configurado, dessa forma, numa nova mobilidade geográfica e numa nova organização do território.

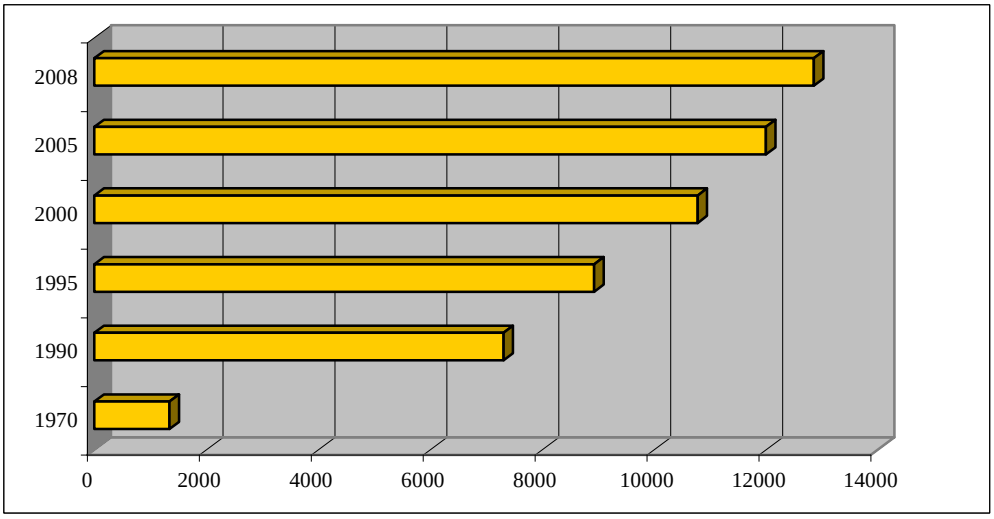


Gráfico 12-Estado de Goiás: evolução das rodovias pavimentadas (Km) entre 1970 a 2008
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIM. Goiás em dados 2010.
Org.: MATOS, P. F., 2010.

Goiás e outros estados do Cerrados continuam sendo alvo de investimentos em infraestrutura de transporte, visando, principalmente à logística da produção agrícola. Especificamente no que se refere ao inicio do século XXI, os projetos do PPA[75] (2004-2007), apresentam ações de logística regional e nacional, por meio da construção de infraestrutura. Conforme Castilho (2005), cerca de um quarto dos projetos atende aos interesses da logística do complexo da soja. Recentemente, os investimentos em transporte, passaram a constar também no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa relaciona ações de logística regional e nacionalmente, por meio de construção e restauração de rodovias,

[75] Os projetos de infraestrutura de transporte no PPA 2004- 2007 constam: pavimentação da BR-163, da divisa entre Mato Grosso e Pará a Santarém, cuja finalidade é beneficiar, diretamente, entre outras, a empresa Cargill, que adquire soja no Mato Grosso e possui terminais graneleiros no porto fluvial de Santarém; Construção da eclusa de Tucuruí (PA), para melhorar a navegação das hidrovias da região norte; construção do trecho ferroviário Estreito, Balsas (MA), para permitir o transporte da soja da principal região produtora do Maranhão diretamente ao porto de Itaqui (MA); recuperação e ampliação do Porto de Itaqui (MA), principal porto marítimo de embarque de soja do Nordeste, controlado pela Companhia Vale do Rio Doce; adequação do complexo viário do Porto de Santos (SP), em função da Brasil Ferrovias (Ferronorte/Ferroban) e da hidrovia Tietê- Paraná. Esse Porto tem aumentado seus embarques de soja proveniente do Centro-Oeste; ampliação do cais do Porto de Paranaguá (PR) para aumentar o escoamento da produção do Paraná e do Mato Grosso do Sul, principalmente por rodovias; Ampliação do trecho rodoviário da BR-153 entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara (GO) - importante eixo que viabiliza a produção do leste de Mato Grosso; construção do trecho rodoviário na BR-364, interligando Diamantino, Sapezal e Comodoro (MT) para aumentar a fluidez da região sojícola da Chapada dos Parecis e construção do trecho ferroviário Alto Taquari – Rondonópolis (MT) afim de permitir maior mobilidade da soja processada, sobretudo, farelo de Rondonópolis pela Ferronorte até ao Porto de Santos. (CASTILHO, 2004). No ano de 2010 alguns projetos ainda não haviam sido concluídos.

hidrovias, ferrovias, portos e aeroportos. Várias obras que constam no programa, beneficiarão o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste.

No que se refere à ampliação de trilhos ferroviários no território goiano, vale destacar a construção da Ferrovia Norte-Sul (Mapa 12). Com 2.066 quilômetros de trilhos, a Norte-Sul atravessará uma parte do Cerrado brasileiro, interligando as regiões Norte e Nordeste às regiões Sul e Sudeste do Brasil, por meio de conexões com as Estradas de Ferro Carajás, Centro-Atlântico, Ferroban e Sul[76]- Atlântica, promovendo, dessa forma, a integração econômica dessas importantes regiões. Em Goiás, a Norte-Sul abrangerá um trecho de 516 km, ligando Anápolis à divisa do Tocantins. Além do Norte goiano, também vão ser beneficiadas em projetos futuros as regiões Sudoeste e Nordeste do estado em função dos novos projetos de expansão dessa ferrovia.

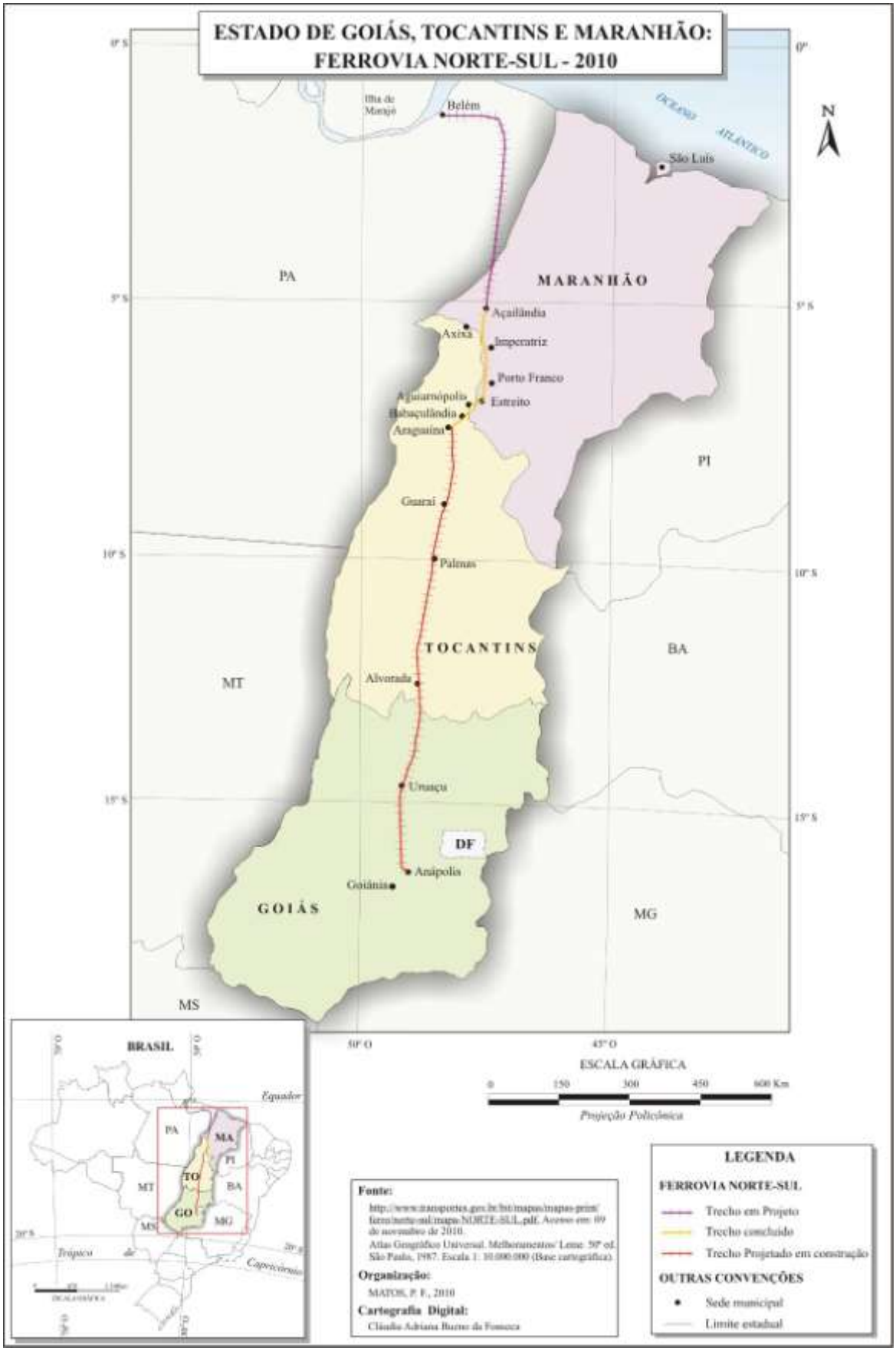
Outro elemento importante para se mensurar a modernização do território é a energia elétrica. Observa-se pelos dados dispostos na tabela 18 que em 1980 em Goiás contava com 6.726 consumidores rurais de energia, um consumo de 23.969 Mwh. Nos anos subseqüentes o consumo teve crescimento significativo, chegando em 200 a 103.581 consumidores, passando, do total do estado de 1,85% em 1980 para 6,95% em 2000 e 7,33% em 2008.

Tabela 18- Goiás: consumidores e consumo de energia elétrica total e rural no período entre 1980 e 2008 (anos selecionados)

Anos	***Total***		**Rural**	
	Consumidores	**Mwh**	**Consumidores**	**Mwh**
1980	362.899	1.278.891	6.726	23.969
1985	555.084	2.626.023	18.570	79.376
1990	823.339	3.740.067	36.610	183.928
1995	1.169.448	4.944.873	72.835	366.026
2000	1.565.428	6.578.528	103.581	654.638
2004	1.878.680	7.645.719	130.527	848.632
2008	2.162.498	8.455.819	158.601	1.012.68

Fonte: CELG/CHESP. In: SEPLAN-GO/SEPIM. Gerência de Estatísticas Sócio-econômicas, 2005; Goiás em dados, 2010.
Org.: MATOS, P. F., 2010.

[76] A Ferrovia Norte-Sul tem concluídos e em operação 214 quilômetros entre as cidades maranhenses de Estreito e Acailândia, onde se conecta à Estrada de Ferro Carajás, permitindo o acesso ao Porto de Itaqui, em São Luis. Também está pronto o trecho Aguiarnópolis - Araguaína no Tocantins, com 146 km de extensão, dos quais 94 Km são 94 km do trecho entre Araquaina e Colinas do Tocantins e 132 Km entre Colinas e Guaraí.



Mapa 12- Estado de Goiás, Tocantins e Maranhão: ferrovia Norte-Sul-2010.

Em Goiás, seguindo-se a tendência das áreas de expansão da agricultura moderna, houve também o aumento da capacidade de armazenagem. Por meio dos dados da tabela 19, verifica-se a tendência de crescimento em todos os períodos analisados. Porém, o maior aumento ocorreu entre 1985 a 1990. Ainda, os dados da tabela mostram a participação significativa da capacidade de armazenagem de Goiás na região Centro-Oeste do Brasil. De 1985 a 1995, concentrava-se em Goiás quase a metade da capacidade estática de armazenamento do Centro-Oeste. Em 2000, houve decréscimo nessa capacidade devido ao aumento dela no estado do Mato Grosso.

Tabela 19-Goiás, Centro-Oeste e Brasil: capacidade de armazenagem 1980 a 2008. (anos selecionados)

Ano	Goiás	Centro-Oeste	Brasil	Porcentagem %	
				Goiás/ Centro-Oeste	Goiás /Brasil
1980	1.995,0	7.879,0	40.449,0	25,32	4,93
1985	3.786,0	8.136,0	59.921,0	46,53	6,32
1990	8.126,0	16.815,0	76.506,0	48,33	10,62
1995	10.520,0	25.503,0	88.988,7	41,25	11,82
2000	9.813,7	27.324,3	87.462,4	36,40	11,22
2005	11.141,1	33.212,0	104.069,1	33,56	10,71
2008	11.974,4	43.964,3	125.708,4	29,51	10,32

Fonte: CONAB/ SEPLAN-GO/SEPIM. Goiás em dados, 2003, 2005 e 2010.
Org.: MATOS, P. F., 2010.

Desse modo, não foram somente as atividades agrícolas das áreas de Cerrado goiano que se modernizaram, mas, o uso do território. Estes passaram a ter conteúdos cada vez maiores em técnica, ciência e informação. A propagação espacial das modernizações no território brasileiro, em especial, a expansão do meio técnico-científico-informacional, redefine a divisão territorial do trabalho e propõe novas especializações produtivas (SANTOS, 2006). O desencadeamento da especialização produtiva nos lugares, direta ou indiretamente, exerce um controle sobre o território, intermediando as relações sociais. No caso do Centro-Oeste, a consolidação da agricultura moderna desencadeou a especialização

agrícola de *commodities*, tornando essa região vulnerável a investimentos ligados, sobretudo, a esse setor.

Apesar de contar com outras atividades econômicas, o estado de Goiás é caracterizado como uma região de dinamismo e vocação agropecuária. A vocação agropecuária faz parte das *rugosidades* históricas desses espaços, porém a vocação para a produção de monoculturas em alta escala foi "estabelecida" pelo capital. No sistema capitalista, o capital impõe o que produzir, onde produzir e como produzir. No Cerrado, os espaços "convocados" a receber a territorialização do capital conseguem responder de forma bastante eficiente à dinâmica da reprodução do capital. "Essa é uma lei implacável, num mundo sequioso de produtividade e onde o lucro é uma resposta ao exercício da produtividade." (SANTOS, 2006, p. 203).

Sem embargo, compreender a modernização do território é condição fundamental para apreender as transformações sociais e espaciais do estado de Goiás. Essa modernização, na verdade, iniciou-se os primeiros passos nos primórdios do século XX com a construção da estrada de ferro e acelerou-se nos anos de 1960, com a construção de Brasília. Posteriormente, em 1970, a modernização é intensificada com a expansão da fronteira agrícola para terras goianas, o que transforma consideravelmente, a estrutura produtiva do estado.

Assim, no Cerrado goiano, a territorialização do capital trouxe a mecanização da produção e do território, por meio dos avanços do meio técnico-científico-informacional, transformou o processo produtivo e mudou completamente a paisagem. Uma paisagem repleta de elementos da ciência, da técnica e da informação e da reprodução do capital, nas empresas rurais, nas monoculturas de grãos, nas agroindústrias. Especificamente no Sudeste Goiano, a modernização da agricultura provocou modificações sociais, espaciais e ambientais porque a territorialização do capital cria novas territorialidades.

3.5 Sudeste Goiano: região transformada-territórios construídos e/ou em construção

O olhar, ou melhor, os vários olhares para o Sudeste de Goiás permitem verificar uma dinamicidade de fatores de ordem econômica, política e social que possibilita desvendar a combinação de elementos responsáveis por sua configuração e, portanto, as territorialidades existentes. No que se refere à modernização da agricultura, consolidada por meio da territorialização do capital, especialmente nas áreas de chapadas, estruturaram-se territórios com cenários reveladores das relações de produção e das relações sociais de uma agricultura voltada para a reprodução do capital.

A territorialização do capital no espaço agrário de muitos municípios do Sudeste constituiu um dos fatores para metamorfosear essa região, trazendo consigo novas formas de produzir, novas identidades (proporcionadas pela chegada dos sulistas), novas configurações na paisagem, mediadas pela inserção do meio técnico-científico-informacional. Com isso, uma nova racionalidade econômica se estabelece nessa região e, por conseguinte, uma nova divisão do trabalho. A modernização da agricultura, não é o único elemento que metamorfoseou/a o território do Sudeste Goiano. Há outros elementos que (de)marcam o espaço, como as atividades camponesas, o turismo, as indústrias ligadas ao ramo automobilístico, as mineradoras, as agroindústrias entre outras. Esses elementos combinam e articulam os diferentes territórios no Sudeste Goiano. Desse modo, é importante considerar que o território é um espaço em constantes mutações, que vai sendo modificado conforme as relações que nele se estabelecem. São essas relações que formam e transformam a região. Assim, defende-se a ideia da região transformada, a partir dos territórios construídos e/ou em construção.

Barreira (2003), Bezzi (2004), Arrais (2007) insistem na pertinência dos estudos sobre região, por considerarem uma existência concreta, observável e também delimitável. A região, desde o processo de sistematização da Geografia, é um dos conceitos essenciais dessa

ciência. De acordo com cada corrente teórico-metodológica, o conceito de região foi apregoado de diferentes perspectivas para se observar/analisar/compreender recortes de ordem natural, social, econômica, histórica e político administrativa. Assim, como a própria ciência geográfica passou por diversas crises epistemológicas, principalmente no que se refere ao seu objeto de estudo, a região também sofreu crises de afirmação.

Haesbaert (2005) afirma que em toda trajetória da evolução do pensamento geográfico, a região passou por três "mortes" e por subseqüentes "ressurreições." Para o autor, a primeira "morte" ocorreu nos anos 1950 pelo cientificismo neopositivista da Nova Geografia ou Geografia Quantitativa, que considerava que a categoria região sofria de fragilidade conceitual. A segunda "morte" teria sido na Geografia Crítica, onde a região como um "conceito-obstáculo," sendo proposto para trabalhar com fatos sociais, como o "regionalismo." A terceira "morte," mais contemporânea, foi decretada por muitos "globalistas," que vêem na globalização um processo homogeneizador das especificidades regionais. Para essa vertente, os lugares tendem cada vez mais à homogeneização e, nesse, caso à destruição das diversidades regionais. Mas, o contrário, com a globalização ocorre uma constante edificação de heterogeneidades e fragmentações, gerando desigualdades sociais e espaciais.

> [...] apesar da unificação crescente dos mercados e da globalização de uma economia capitalista de padrão neoliberal, a diferenciação espacial e, mais ainda, a re-produção das desigualdades, é um fenômeno crescente. Primeiro, porque, sendo inerente à reprodução capitalista, o desenvolvimento desigual e combinado se amplia e coopta praticamente todas as áreas do planeta. Enquanto isso, a diferenciação geográfica e cultural, que parecia a principio ser um entrave à expansão capitalista, torna-se uma nova arma, na medida em que o capitalismo incorpora e mesmo produz ou estimula a diferença. (HAESBART, 1999, p. 7).

Bezzi (2004) argumenta que, com o processo de globalização tendo sido intensificado no mundo após a década de 1990, a categoria cujo conceito que mais sofreu impacto na geografia foi o de região, tanto pelo lado da escala, como pelo lado da

operacionalização. No entanto, a contradição do capitalismo faz com que, na medida em que ocorre o seu avanço, emergem estruturas próprias desse sistema, ou seja, desigual e combinado, reforça a heterogeneidade, e dessa forma, a permanência da região. Ainda, para a autora, os principais elos de permanência da região são a cultura e a economia. A primeira se traduz nos costumes, tradições, conhecimentos. A segunda identifica uma área, ou estado e participa de uma divisão territorial do trabalho. "Nas reivindicações de uma região, existe a união, a defesa de interesses e, sobretudo, a consciência regional." (BEZZI, 2004, p. 252). Santos (1997) também afirma que, mesmo com a intensificação da globalização, ainda permanece a heterogeneidade espacial das regiões.

> Se o espaço torna uno para atender as necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário instiga diferenças. (SANTOS, 1997, p. 46).

Lencione (1999) coloca que, além do processo de globalização, três fatores são fundamentais para explicar o descrédito do conceito de região: o primeiro é que a noção de região, até recentemente, estava vinculada à de planejamento regional e, com a desmontagem dos planos de desenvolvimento regional, associou-se o descrédito com a noção de região. Outro fator estar relacionado, à multiplicidade de estudos regionais, que se tornaram repetições de formulações teórico-metodológicas e, por fim, o que parece mais relevante, para autora, "[...] é porque discussão a respeito da noção de região coloca claramente a questão da unidade da disciplina geográfica. Já não se trata mais de perguntar se a geografia é uma ciência, mas de como determina a sua unidade." (LENCIONE, 1999, p. 203).

A globalização, conseqüentemente, leva homogeneidades às regiões, porém, elas vão sendo modeladas de acordo com a territorialização do capital, que ocorre de forma diferenciada e seletiva e, dessa forma, o ritmo de transformação pode ser lento e/ou veloz, ou seja, (re)afirmam-se as diferenças. Outro elemento fundamental na consideração de regiões são as relações de poder que, de uma forma ou outra, estabelecem suas estruturas econômica,

social, cultural e ambiental. Para Castro (1992), a região pode ser considerada como um território de ação política. Pensando nas questões políticas, Arrais (2007) expõe dois motivos que justificam o adjetivo político no entendimento dos estudos regionais. O primeiro, a gestão do território e a política governamental; o segundo relaciona-se ao regionalismo que se apresenta vinculado à política interna ou externa à região.

Desse modo, comungando com os autores que ainda defendem pesquisas sobre a região, utiliza-se a região Sudeste como um recorte espacial (entendendo que esta foi formada por uma dinâmica sócio-espacial, cujas tramas de poder e das relações sociais constituem os territórios) para compreender os territórios constituídos pela territorialização do capital no espaço agrário, apoiados na perspectiva de que a região por meio das territorialidades são fragmentados em múltiplos territórios.

Assim, no capítulo que se segue, será analisada a territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano, visando compreender que esse processo é parte integrante da totalidade do processo de expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro e de forma mais especifica nas áreas de Cerrado.

4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO DO SUDESTE GOIANO: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio

> "*O sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão" (MESZÁROS, 2006)*

4.1 Do Sul para o Cerrado: os sujeitos do capital no processo de reestruturação produtiva do Sudeste Goiano

O espaço agrário do Sudeste Goiano, após os anos 1980, passou por uma reestruturação produtiva ocasionada pela territorialização do capital nas atividades agrícolas. Em outros espaços do Cerrado goiano, como, a região Sudoeste, esse processo ocorreu logo no início de 1970, em conseqüência da expansão da fronteira agrícola. O processo de modernização da agricultura no Sudeste Goiano ocorreu com a chegada de produtores vindos do Sudeste e do Sul do Brasil: uns, com pouca disponibilidade de capitais, tendo como apoio créditos e programas do governo; outros, com fartos recursos financeiros para iniciar a produção em larga escala nas áreas do Cerrado. Em sua maioria, venderam as suas terras nos seus estados de origem e compraram terras no Cerrado por preços muito mais acessíveis. Também houve casos em que pessoas, mesmo sem experiência com a "lida da terra", laboravam com outras atividades, ainda sim, resolveram apostar na produção agrícola.

O depoimento de um empresário rural do município[77] de Ipameri traz a história de seu pai que, sem experiência agrícola, mas com vocação para essa atividade, apostou nas áreas de Cerrado e, graças aos incentivos do governo, tornou-se pioneiro na produção de álcool naquele município constituiu uma das principais empresas rurais do Sudeste Goiano:

> *[...] meu pai sempre acreditou na agricultura no Cerrado, apesar de não ter experiência, ele era engenheiro civil. Isso porque ele nasceu em uma cidadezinha do interior de Minas Gerais e gostava de agricultura, tinha uma*

[77]Paulo Gontijo - Diretor -Presidente da Fazenda Lasa Lago Azul. Entrevista realizada em julho de 2009.

> *cultura agrícola, pelo fato de ter sido criado numa fazenda. Inicialmente, ele comprou a fazenda para produzir grãos e, de 1974 a 1980 produzimos muito arroz para abrir a fazenda. Daí veio o PROÁlCOOl, com facilidades de crédito muito grandes para quem queria montar indústria e meu pai optou pela cana-de-açúcar e montou a usina de cana com recursos do PROÁlCOOl, que vem dando certo até hoje, apesar dos contratempos.*

Por certo, no Sudeste Goiano a presença do Estado não foi muito forte, mesmo porque na década de 1980 já se presenciava o desmonte das políticas agrícolas. Porém, isso não significa que o Estado não tenha tido um papel expressivo. Com maiores ou menores dimensões os sulistas que migraram para essa região foram beneficiados por políticas do governo como programas, créditos ou obras de infraestruturas. Entre esses, estão o PRODECER, através do qual se desenvolveu o Projeto de Colonização Paineiras, nos municípios de Campo Alegre de Goiás e de Ipameri, e o PROÁLCOOL, que beneficiou a instalação de uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar no município de Ipameri.

Assim, a territorialização do capital no Sudeste Goiano é distinta em relação os diferentes municipios. Um dos fatores de diferenciação é o apoio do Estado, com mais veemência, em alguns municípios em relação a outros, que tiveram maior inserção de capital privado. Outro elemento importante é que, na década de 1980, já havia pesquisas consolidadas, principalmente da EMBRAPA, para a produção de soja e de outras monoculturas no Cerrado. Também, a territorialização da agricultura moderna nas áreas do Sudeste Goiano ocorreu num período em que as inovações agronômicas, físicas, químicas e biológicas estavam a todo vapor em outros lugares do espaço agrário nacional, o que demonstra a capacidade das inovações tecnológicas juntamente com a hegemonia do capital financeiro na transformação da estrutura produtiva do Cerrado.

Esses fatores possibilitaram a inserção da agricultura moderna, especialmente nas áreas de chapadas, transformando esses territórios de agricultura e pecuária tradicionais em territórios produtores de grãos para atender a demanda dos mercados interno e externo, portanto, em territórios do agronegócio. Não apenas os cultivos foram substituídos, como

também os produtores locais perderam espaço para produtores vindos de outras localidades, modificando-se, assim, as condições de uso do espaço a partir do emaranhado de relações sociais urdidas por esses novos atores.

Não diferentemente de outras áreas de Goiás com agricultura moderna consolidada, na região Sudeste, são encontrados poucos produtores, principalmente nas chapadas, que sejam, na origem goianos. Os goianos não tiveram incentivos para investir; eram considerados incapazes de exercer uma agricultura moderna. Já os produtores do Sul e do Sudeste eram considerados experientes na atividade agrícola e, portanto, na visão do governo, pessoas ideais para receber incentivos para investir no Cerrado. Conforme a fala de um produtor,[78] beneficiário do PRODECER, no município de Ipameri, eles foram beneficiados por conta da experiência que tinham na agricultura no Sul do Brasil. E ainda:

> *[...] eu fico admirado até hoje, os paranaenses são muitos no Cerrado, mas, eles são preocupados com o trabalho, fomos programados e ensinados a trabalhar e produzir. Se você for à casa de um goiano, ele te serve pão de queijo, café, passa o dia conversando. O sulista não, fica o tempo todo olhando o relógio com aquela pressa de trabalhar e produzir, é coisa cultural. Quando cheguei aqui eu assustei, os "caras" saem das suas propriedades e ficam uma semana na festa da Vazante*[79] *, ele deixa a fazenda aqui e vai, e nós não, trabalhamos de certa forma, no sábado, domingo e feriados.*

Na visão desse produtor, assim como é a visão de outros produtores e dos governos, foram os sulistas, sejam do estado de São Paulo, de Santa Catarina, do Paraná ou do Rio Grande do Sul, que trouxeram o desenvolvimento agropecuário para as áreas de Cerrado, visto que foram esses sujeitos que implantaram uma agricultura amparada em inovações técnico-científicas. Culpam-se o agricultor regional pela conjuntura econômica do setor agrícola do Cerrado anterior à década de 1970. Ignora-se que a transformação do Cerrado em um "celeiro de grãos," pós 1970, não ocorreu por acaso. Fez parte da política do Estado de

[78] Entrevista realizada em junho de 2009.
[79] Cidade de Minas Gerais, que tem a tradicional Festa em Louvor à Nossa Senhora da Lapa, realizada no início do mês de maio.

expansão e modernização da agropecuária que transformou esses territórios em importantes produtores de monoculturas para os mercados interno e externo. O estereótipo de incapacidade do agricultor regional foi fundamental para o Estado escolher o migrante sulista para a exploração agrícola nos Cerrados. E, também, fez parte da estratégia convencer os goianos de sua incompetência diante da produção em alta escala (RIBEIRO, 2005).

No Sudeste Goiano, os sulistas foram personagens do capital "convidados" a compôr o "novo" cenário agrícola das áreas de chapada.[80] Esses novos sujeitos metamorfosearam não apenas a paisagem com seus cultivos, mas também a estrutura da produção, transformando as fazendas em empresas rurais, espaço autêntico símbolo do capital. As empresas rurais adotam as modernas tecnologias para o processo de produção, estão inseridas a nova divisão do trabalho, contam com especialização e gestão produtiva, com planejamento de todas as etapas da produção, com controle organizacional, estratégico, operacional, gerencial e administrativo. Nos municípios do Sudeste Goiano, há desde as mais "simples" até as mais "sofisticadas" empresas agrícolas.

Cabe um esclarecimento aqui do que se considera "simples" e "sofisticadas" empresas agrícolas. Especialmente nos municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Catalão, estão territorializadas empresas agrícolas que contam com um padrão tecnológico moderno em todas as etapas do processo produtivo. Trabalham com monoculturas diversificadas para garantir maior exploração da terra e do trabalho, têm certificação de qualidade e possuem todo um padrão organizacional para competir no mercado e auferir maiores lucros. As empresas simples produzem também sob aparatos tecnológicos, mas em menores proporções, com menores volumes de capital e, às vezes, com tamanho menor de propriedade.

[80] Nos municípios de Catalão e de Campo Alegre de Goiás, os sulistas são compostos na maior parte, por paranaenses; em Ipameri, paranaenses e paulistas; e em Orizona, os paulistas.

O poder econômico e social que as tradicionais fazendas de gado tinham em Goiás, por volta da década de 1970, em muitos municípios foi substituído pelas empresas rurais. Assim como a posição social do fazendeiro foi substituída pela figura do empresário rural. Este é chamado de empresário rural e não de fazendeiro. Com uma nova organização produtiva e novas relações sociais de produção e trabalho, as empresas rurais se estabeleceram no Cerrado como símbolo de progresso e modernidade. Os territórios que antes eram considerados entraves, como as chapadas, tornaram-se, com o uso de tecnologia, os territórios mais adequados no Cerrado para a ampliação e a reprodução do agronegócio.

Outra questão relevante nas configurações interna das empresas rurais do Sudeste Goiano é o fato de serem constituídas por famílias, denominadas como empresas rurais familiares, porque são controladas e administradas por membros da família: pais e filhos ou apenas os filhos, sobrinhos, netos, enfim, os membros da família.

Nas empresas rurais pesquisadas todas são empresas rurais familiares, ou seja, não foi encontrada nenhuma empresa de um único proprietário. Há casos em que o pai veio junto com os filhos para investir na agricultura e, atualmente, já não comanda mais os negócios, que são dirigidos pelos filhos, conforme menciona um empresário rural beneficiário do projeto PRODECER: "*o pessoal do Sul é muito família nos negócios, há uma seqüência natural dos negócios.*"

É importante que se estabeleça a diferença entre empresa rural familiar e agricultura familiar. A agricultura familiar é um termo que vem sendo alvo de embates teóricos tanto na Geografia quanto na Economia e na Sociologia. Existem inúmeras definições, controvérsias e caracterizações. Em linhas gerais, por agricultura familiar entende-se uma unidade de produção que produz com o trabalho da família e normalmente, não contrata mão-de-obra assalariada e não vende sua força de trabalho, tendo como base de sustento o que a família produz, vendendo ou não o excedente. Empresa rural familiar também é um termo complexo

e de muitos desafios analíticos. Primeiramente, quando se fala em empresa, logo lembra de algo relacionado ao meio urbano e, quando se menciona o termo "familiar," pode-se confundi-lo com um negócio pequeno gerido apenas pela família. Porém, nem sempre é assim. Empresas familiares, tanto localizadas no meio urbano quanto no rural, podem ser grandes ou pequenas. A característica fundamental é que os proprietários sejam membros da família.

Desse modo, nas empresas rurais familiares, os proprietários são membros da família, administram o processo produtivo, unindo os fatores terra, trabalho, capital e tecnologia. Possuem trabalhadores assalariados permanentes e temporários, conforme a necessidade da produção. Para Mendonça (2004), as empresas rurais constroem uma nova organização espacial assim como programam novas relações socais de produção e trabalho.

No Sudeste Goiano as empresas rurais estão territorializadas, essencialmente, nas áreas de chapadas. No levantamento realizado, constatamos que as empresas rurais do Sudeste Goiano identificadas são, na maioria, para a produção de grãos, tendo como carro-chefe a soja, seguida do milho. Secundariamente, com o processo de irrigação os empresários rurais investem em culturas de café, algodão ou trigo. Além da produção de grãos, existem empresas na área de reflorestamento (*pinus* e eucalipto), no setor da cana-de-açúcar e no de hortifrutigranjeiros (cebola, batata e tomate).

Conforme as atividades das empresas agrícolas, observamos que os novos atores territorializaram novos cultivos e, portanto, houve a criação de novas territorialidades ligadas ao modelo modernizante. Essas novas territorialidades se consolidaram em função da desterritorialização do agricultor regional, dos seus métodos, cultivos, hábitos culturais e relações sociais, e de sua retorritorialização em muitos casos, no espaço urbano, perdendo o poder de cultivar a terra. Para Santos (2006), a adição de capital no espaço leva à corrente migratória em dois sentidos: a expulsão dos sujeitos que não se adaptam aos níveis técnicos e

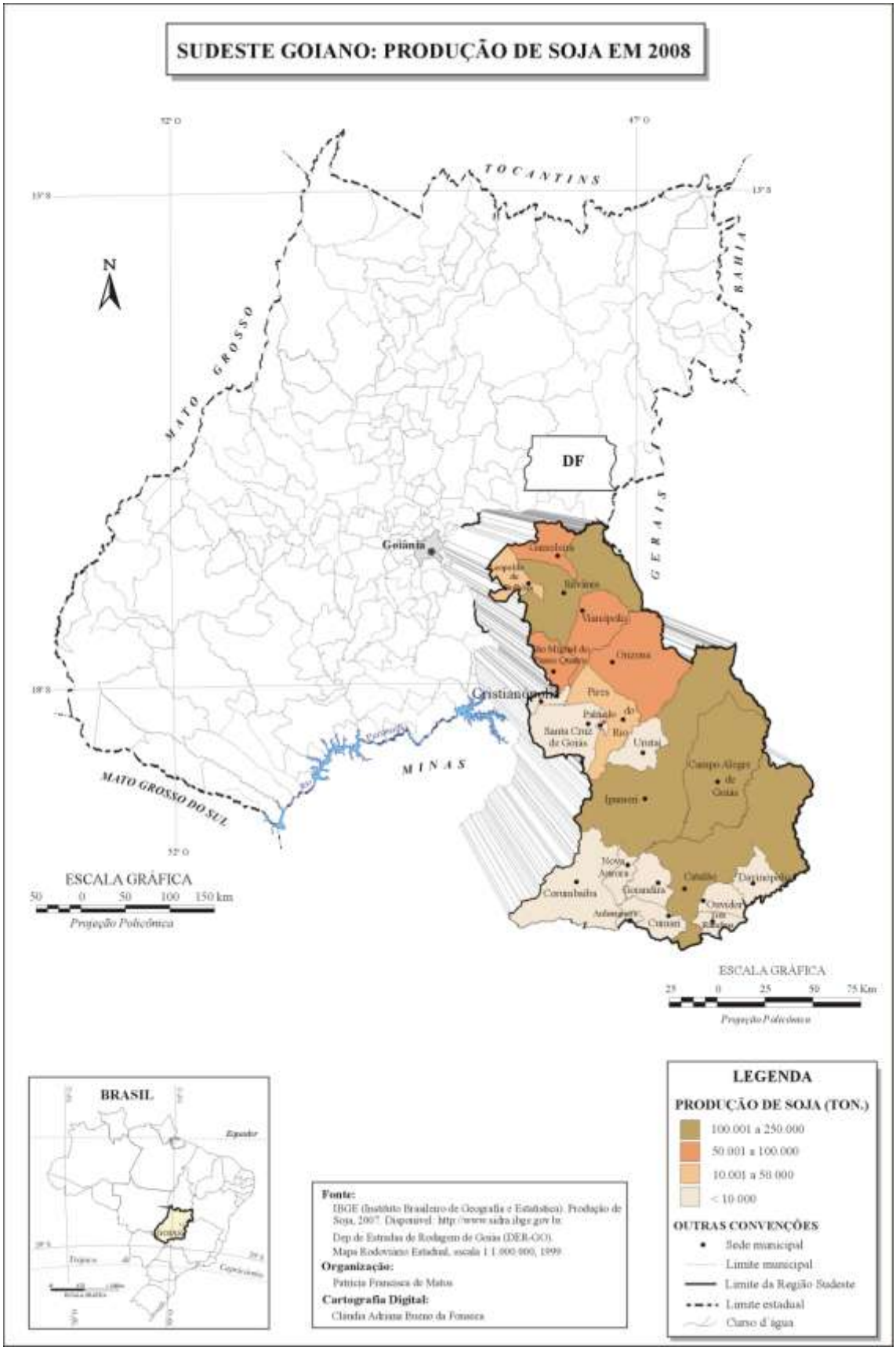
de capital e a inserção nesse espaço de atores dotados das novas capacidades exigidas para movimentar as inovações técnico-científicas, gerando, conseqüentemente, novos usos do território.

4.2 A modernização da agricultura e o "novo" uso da terra no Sudeste Goiano

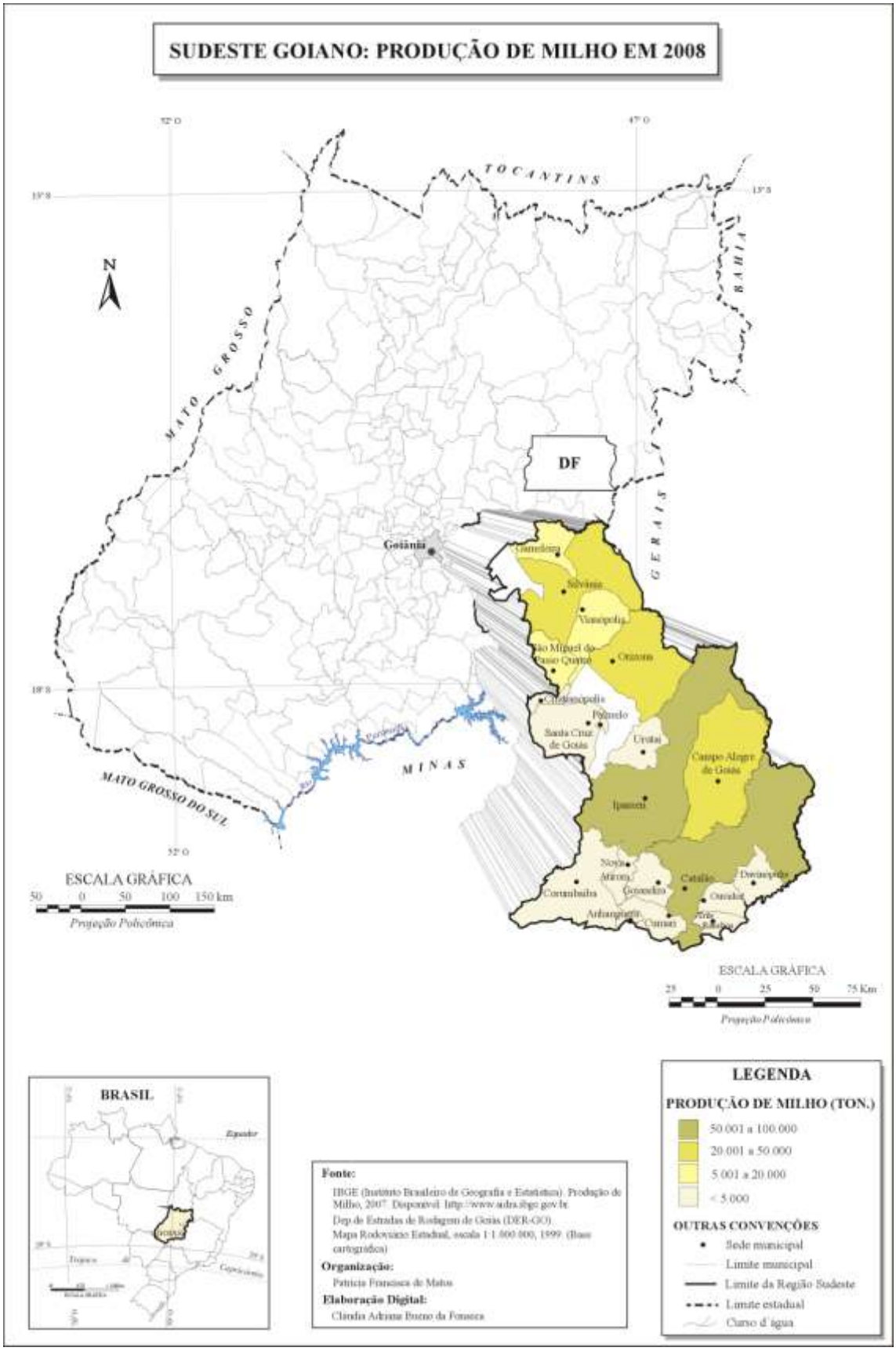
A inserção de monoculturas como soja, milho e algodão nos municípios do Sudeste Goiano, seguramente, acompanhou as transformações da reestruturação produtiva do capital no Brasil nos últimos quarentas anos e, de forma particular, no Cerrado desde os anos 1970. A soja tornou-se para a economia brasileira, grão importante e valioso, e tanto o poder público quanto o privado têm canalizado investimentos para obter aumento de produção e produtividade. Para se ter uma idéia, no Brasil, conforme dados do IBGE, na década de 1970 produzia-se em 2.185.832 hectares e, em 2008, a área totalizou 21.063.721 hectares, o que significa um aumento de 18.877.889 hectares.

No Sudeste Goiano, as lavouras predominantes são os cultivares de soja. Alguns municípios apresentam produções mais volumosas em relação a outros, conforme o mapa 13. Dentre os municípios produtores de soja, Catalão ocupou, em 2008, o 1º lugar, com 243.200 toneladas; seguido por Ipameri, com 214, 400 toneladas; Campo Alegre de Goiás com 177.840 toneladas e Silvânia com 156.000 toneladas. Nos municípios pesquisados, essa oleaginosa constitui paisagem dominante na safra convencional. Sem nenhuma tradição, o cultivo de soja ganhou expansão, passando a constituir a principal monocultura, seguida do milho.

No *ranking* da produção de milho (Mapa 14), destacam-se os municípios de Ipameri e de Catalão que, em 2008, produziram 123.600 e 109.104 toneladas, respectivamente. Além da soja e do milho, encontra-se produção relevante de outros produtos, como cana-de-açúcar, algodão, café, trigo, sorgo e feijão. Os três últimos são culturas que, habitualmente, ocupam a área cultivada no processo de irrigação.



Mapa 13 - Sudeste Goiano: produção de soja em 2008



Mapa 14 - Sudeste Goiano: produção de milho em 2008

A cana-de-açúcar (Foto 4) é um cultivo expressivo em Ipameri por conta da usina de álcool presente nesse município. No ano de 2007, foram produzidas 243.200 toneladas. A área da produção de algodão (Foto 5) é significativa em Campo Alegre de Goiás e em Ipameri em virtude da instalação de indústrias de beneficiamento de algodão. A empresa Agrofava localiza-se em Campo Alegre e a Algodoeira Califórnia em Ipameri. No ano de 2007, neste município, a produção de algodão ocupou uma área de 8. 600 hectares e em Campo Alegre 4.700 hectares. Esses dois municípios juntos, de acordo com dados do IBGE de 2007, contribuíram com, aproximadamente, 16% da área plantada de Goiás.

O café é um cultivo de grande importância econômica para algumas empresas rurais de Campo Alegre, de Ipameri e de Catalão, apesar de não ser atividade principal. Trata-se de um produto utilizado como alternativa técnica e econômica para diversificar a produção. Técnica, em virtude das condições físicas dos solos que exigem a rotação de culturas e econômica porque é mais de que um cultivo, permite agregar valor à terra durante todo ano e pode-se ficar livre de crises de mercado quando se produz mais de uma cultura.

As áreas destinadas ao cultivo do café (Foto 6) nas empresas rurais ocupam em torno de 600 a 800 hectares, área relativamente pequena se comparada com outros culturas, como a soja e o milho. Porém, são lavouras que geram movimento de capital com adoção de alta tecnologia em todo o processo produtivo. Algumas empresas se destacam pela certificação de qualidade do produto, com reconhecimento nacional e internacional. No Sudeste Goiano, três municípios apresentam produção significativa: Campo Alegre de Goiás (1.728 toneladas), Catalão (1.560 toneladas) e Ipameri (1.680 toneladas). Em 2007, esses municipios foram responsáveis por, aproximadamente, 26% da produção auferida no Cerrado goiano.



Foto 4- Ipameri (GO): lavoura de cana-de-açúcar da empresa Lasa Lago Azul.
Autora: MATOS, P.F., 2009.



Foto 5 - Campo Alegre de Goiás: lavoura de algodão da empresa Agrofava. A produção dessa empresa rural é destinada para a indústria de beneficiamento do Grupo Agrofava.
Fonte: Agrofava, 2009.



Foto 6- Campo Alegre de Goiás: lavoura de café na empresa rural Agrofava. No detalhe, área asfaltada utilizada para secagem do café.
Autora: MATOS, P. F.,2008.

No Projeto PRODECER, localizado nos municípios de Ipameri e de Campo Alegre de Goiás, nas áreas de chapada desse território, além da soja, está territorializada a produção de hortifrutigranjeiros, (Fotos 7 e 8), como tomate, cebola e batata, entre outros. A batata e a cebola são cultivadas, principalmente, com irrigação e têm liderado a produção dos hortifrutigranjeiros. No ano de 2007, conforme dados da Produção Municipal do IBGE, foram produzidas 2.000 toneladas de cebola no município de Ipameri e 17.000 toneladas em Campo Alegre de Goiás. A produção de batata foi de 3.200 toneladas em Ipameri e 38.000 toneladas em Campo Alegre.



Foto 7- Campo Alegre de Goiás: Projeto PRODECER - vista parcial de lavoura de tomate em fase de colheita.
Autora: MATOS, P. F., 2009.



Foto 8- Campo Alegre de Goiás: Projeto PRODECER - vista parcial da lavoura de cebola em fase de colheita.
Autora: MATOS, P. F., 2008.

Além das monoculturas citadas, expande-se, consideravelmente, o agro-reflorestamento, devido à territorialização de empresas de reflorestamento de eucalipto e *pinus*. Presentes nos municípios de Catalão e de Ipameri, há mais de vinte anos, duas empresas rurais se consolidaram no plantio de eucalipto e *pinus*. Em Catalão, a empresa Vale do Rio Grande é responsável por cerca 12.000 hectares de floresta plantada.[81] O empreendimento foi iniciado no final da década de 1980 nas áreas de chapada do município com plantio de *pinus* e, recentemente, também passou a cultivar eucalipto. O reflorestamento é destinado à produção de madeira para fabricação de móveis que é vendido para os estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e alguns estados do Nordeste. A empresa produz, também, resíduos: cavacos e serragens, que são comercializados com empresas esmagadoras de grãos do Triângulo Mineiro e empresas no ramo de cerâmica em Goiás.

A Empresa Brasil Verde, com sede no município de Ipameri, ocupa uma área com 12.000 hectares nos municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Cristalina. Atua na produção de lenha (Foto 9) e cavaco, eucalipto, carvão vegetal (Foto 10) para a siderurgia e madeira serrada para a fabricação de *pallets*. A produção dessa empresa é destinada às mineradoras de Catalão, armazéns de grãos do estado de Goiás e Minas Gerais e siderúrgicas em Minas Gerais.[82]

Em Catalão, além da Empresa Vale do Rio Grande, a Anglo América[83] também possui o setor de reflorestamento responsável por plantar eucaliptos para atender parte de sua demanda de madeira (a empresa usa a lenha para alimentar fornos que fornecem calor para a secagem do minério e para a metalurgia do nióbio). As florestas são plantadas nos municípios de Catalão e Ouvidor, somando aproximadamente 4.000 hectares.[84]

---

[81] Diretor da Empresa Vale do Rio Grande Reflorestamento Ltda. Entrevista realizada em agosto de 2009.
[82] Informações cedidas pelo gerente da empresa Brasil Verde. Entrevista realizada em julho de 2009.
[83] É um dos maiores grupos de mineração do mundo. Atua no Sul da África, na Europa, na América do Norte, na América do Sul e na Austrália.
[84] Informações obtidas no *site* htpp/www.angloamerica.com.br. Acesso em: 15 set. 2009.



Foto 9- Chapada de Ipameri (GO): floresta de eucalipto. No detalhe, trabalhador no corte das árvores, 2005.
Fonte: Brasil Verde, 2009.



Foto 10- Chapada de Ipameri (GO): carvoarias de madeiras de eucalipto na Empresa Brasil Verde, 2007.
Fonte: Brasil Verde, 2009.

Os dados da tabela 20 mostram os municípios de destaque em Goiás na produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora. Na produção de lenha e carvão vegetal, municípios do Sudeste Goiano apresentam números expressivos, com destaque para Ipameri e Catalão,

justamente os municípios onde estão territorializadas as empresas rurais de reflorestamento. As áreas de reflorestamento também estão em outros municípios goianos onde se situam grandes empresas mineradoras, como Barro Alto, Catalão, Ouvidor e Niquelândia.

Tabela 20- Goiás: municípios que se destacam na silvicultura-2004

	Carvão vegetal	***Lenha***	***Madeira em tora***
	Qtde (t)	Qtde (m^3)	Qtde (m^3)
Alto Paraíso de Goiás	281	20	1.500
Anápolis	-	2.800	-
Barro Alto	-	12.000	-
Campo Alegre de Goiás	1.900	32.000	-
Catalão	1.100	260.000	20.000
Cristalina	500	-	-
Davinópolis	-	1.600	-
Ipameri	10.350	350.000	-
Leopoldo de Bulhões	-	2.500	-
Niquelândia	515	139.500	-
Orizona	-	2.720	-
Ouvidor	-	4.000	-
Rio Verde	-	97.830	-
São João D'Aliança	5.300	6.300	-
Silvânia	65	22.600	-
Vianópolis	-	1.500	-
Estado de Goiás	**20.011**	**935.370**	**21.500**

Fonte: IBGE, SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Sócio-econômica – 2005.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

O eucalipto é uma planta originaria da Austrália utilizada no Brasil para o reflorestamento e fornece como matéria-prima para a produção de carvão, lenha, madeira, celulose e óleo, entre outros. A área de plantação cresce ano a ano. A expansão da eucaliptocultura faz parte da dinamização do agronegócio, mas gera diversos problemas sócio-ambientais.

Assim como outras monoculturas, a expansão do eucalipto como forma de reflorestamento tem gerado divergências quanto aos seus aspectos negativos e positivos Os que defendem o cultivo de eucalipto argumentam que o cultivo leva a diminuição da retirada da vegetação nativa dos biomas brasileiros e à preservação destes, aumento da oferta de

madeira, à maior absorção de CO2 da atmosfera. Os aspectos negativos[85] estão ligados à questão ambiental, sobretudo, ao aumento do déficit hídrico, pois o eucalipto é uma planta consumidora de grande quantidade de água, o que ocasiona a redução da fertilidade do solo. Os efeitos sociais são principalmente a concentração de terras, a monopolização do território pelo capital e a diminuição de postos de trabalho, visto que a mecanização do corte tem diminuído a necessidade de mão-de-obra.[86]

Nesse contexto, observa-se que as empresas rurais especializam o território para o acúmulo do capital. No caso do Sudeste Goiano, a especialização produtiva ocorre em maior proporção na produção de soja. Nos últimos anos, essa especialização tomou novos rumos, com a territorialização das sementes de soja transgênicas. A produção de soja transgênica, conforme tratado no segundo capítulo, desde sua liberação, tem se expandido em detrimento da soja convencional. No estado de Goiás, cerca de 90% da soja plantada é geneticamente modificada (JORNAL O POPULAR, 2009). Nos municípios do Sudeste Goiano, os produtores têm aderido ao plantio da soja transgênica tanto para beneficiamento e comercialização de grãos quanto para a produção e comercialização de sementes. Nos municípios de Campo Alegre, Ipameri e Catalão há empresas rurais que especializaram-se, sobretudo, na produção de sementes para comercialização. Nessas empresas, segundo dados delas mesmas, em torno de 70% das sementes produzidas são transgênicas.

> *A evolução dos transgênicos desde a liberação foi contínua. E ela tá a cada dia mais crescente. Eu acredito que daqui a três anos estaremos com produção de 90% transgênica e 10% convencional. Hoje estamos produzindo 65% de transgênicos e 35 de soja convencional. (ALDO AUGUSTO COSTA[87]).*
>
> *Somos adeptos de tecnologia, por isso, desde a liberação estamos aderindo a produção de transgênicos e a cada ano a produção está aumentando.*

[85] Sobre esse assunto consultar Mosca (2008) na tese intitulada "Avaliação dos impactos ambientais de plantação de eucalipto no Cerrado com base na análise comparativa do ciclo hidrológico e da sustentabilidade da paisagem em duas bacias de segunda ordem."

[86] A empresa de reflorestamento do município de Catalão atua com parte do corte mecanizado. Já a empresa de Ipameri ainda não aderiu à mecanização do corte da madeira. (PESQUISA DE CAMPO, 2009).

[87] Engenheiro agrônomo da Agromen – Unidade de Campo Alegre de Goiás. Entrevista realizada em agosto 2009.

> *Estamos com cerca de 70% da produção de transgênicos e o restante da convencional. (FERNANDO FREITAS[88]).*

No que se refere ao plantio de um modo geral, conforme o agrônomo Wilson Tartuci, nos municípios de Ipameri, Catalão e Campo Alegre, as últimas duas safras somam aproximadamente 60% de cultivares de soja transgênica. Ainda conforme o agrônomo, alguns produtores cultivam 100% de sojas transgênicas; outros plantam metade de cada variedade em virtude de algumas empresas que comercializam grãos pagar preço mais alto na soja convencional, como é o caso da Caramuru. As grandes empresas de grãos possuem influência nos territórios de produção, comandando as tomadas de decisões dos produtores no que produzir e como produzir conforme ditames do mercado global. A soja transgênica constitui apenas um fator que comprova o poder das *tradings,* das corporações do agronegócio no controle da produção e do mercado.

A inserção de muitos municípios do Sudeste Goiano no modelo produtivista do agronegócio promoveu mudanças não apenas na produção em si, mas em todos os aparatos necessários para a potencialidade produtiva como o uso intensivo de máquinas, insumos, fertilizantes, armazenamento, tecnificação e especialização do trabalho, enfim, elementos que atendem as territorialidades do agronegócio e promovem a modernização do território.

Além da paisagem que ilustra as transformações causadas pela territorialização do capital, os dados comprovam indicadores da modernização da agricultura e do território. A mecanização é espelhada pelo expressivo aumento de tratores nos municípios, em todos os anos analisados. Pires do Rio é o município que apresenta a menor quantidade de tratores. Esse fato é explicado pelas condições físicas do relevo, que não possibilitaram a territorialização da agricultura moderna em moldes empresariais. Nos demais municípios, a expansão mais significativa ocorre entre 1980 e 1996, em que Campo Alegre de Goiás teve

[88] Engenheiro agrônomo da empresa rural Agrofava. Entrevista realizada em julho de 2009.

crescimento de 275%, Catalão, 317%, Ipameri, 229% e Orizona, 526%, como mostra o gráfico 13.

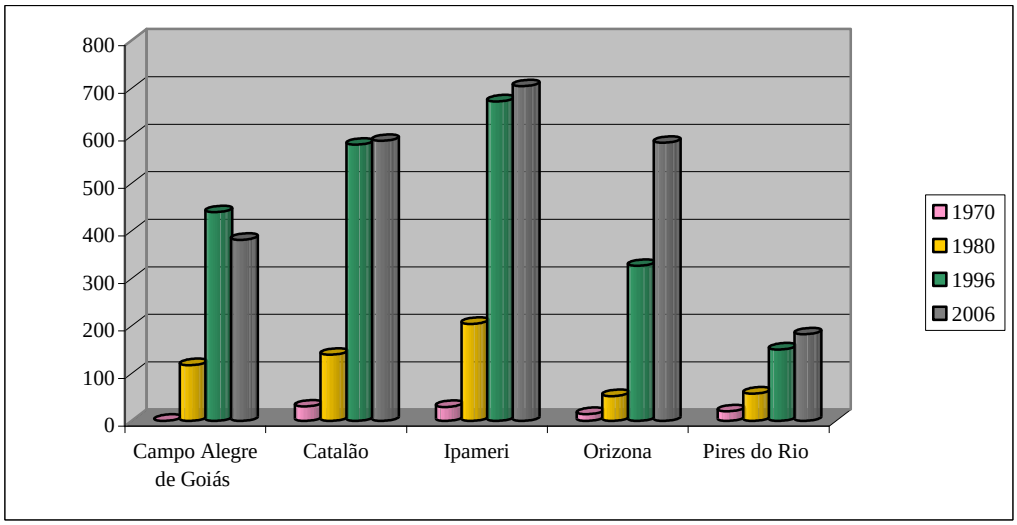


Gráfico 13- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: evolução do número de tratores 1970 - 2006 (anos selecionados)
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Goiás de 1970, 1980, 1996 e 2006.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

A evolução do número de tratores nos municípios do gráfico seguiu a tendência de crescimento do estado de Goiás e da região Centro-Oeste (Gráfico 14). Goiás, em 1970, tinha apenas 5.692 unidades, passando a contar, em 1980, com 27.600, um crescimento de 384%. Nesse mesmo período, na região Centro-Oeste, o aumento foi de 513%. Nos anos posteriores, a frota de tratores no Centro-Oeste sofreu aumento expressivo, acompanhando a ordem de crescimento de outras regiões do Brasil. A região Centro-Oeste constitui, conforme dados do IBGE, a terceira região do país em quantidade de tratores, apresentando, em 2006, o total de 127.485 unidades, perdendo para o Sul com 347.008 e Sudeste com 256.910. Goiás é o estado que apresentou, nos dados censitários de 2006, a maior frota, da região, totalizando 44.832. Esses dados demonstram o aumento da mecanização agrícola no Brasil e, de forma particular, no território goiano. Além do aumento expressivo de tratores em si, o nível tecnológico desses equipamentos também sofre alterações constantemente visando aumentar o desempenho e produtividade do trabalho.

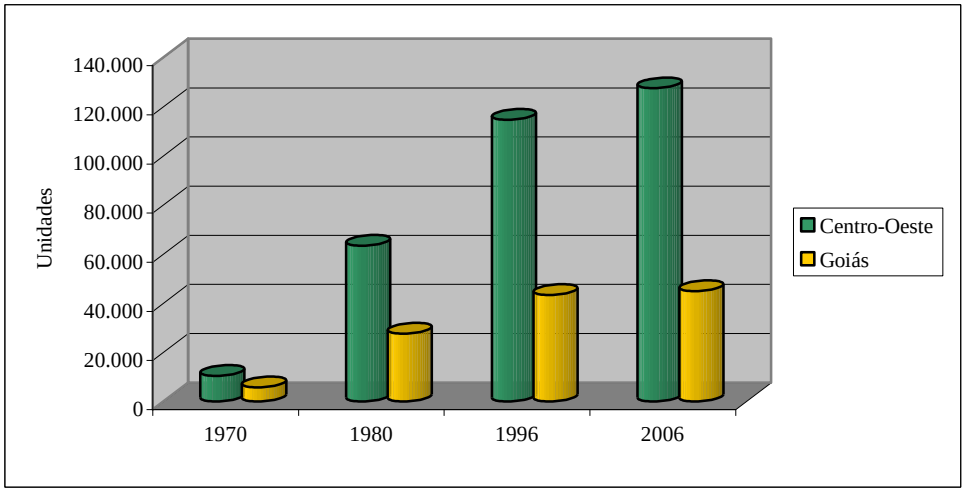


Gráfico 14- Centro-Oeste e Goiás: quantidade de tratores de1970 a 2006.
(anos selecionados)
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Goiás de 1970, 1980, 1996 e 2006.
Org.: MATOS, P.F., 2009.

No Sudeste Goiano, pelos dados censitários do IBGE, de 2006, observa-se que o uso de tratores está mais concentrado em propriedades maiores, de área superior a 50 hectares. Dos municípios pesquisados, Campo Alegre apresenta a maior concentração de tratores em propriedades maiores. Das 64 propriedades que declaram utilizar a força mecânica de tratores, 48, isto é, 75%, têm áreas superiores a 200 hectares. Em seguida, em Ipameri das propriedades que utilizam tratores cerca de 60% têm área acima de 200 hectares. Em Catalão, as propriedades com áreas superiores a 200 hectares com mecanização correspondem a 26% do total de propriedades mecanizadas e em Pires do Rio correspondem a menos de 10%. Orizona é o município com maior concentração de tratores em propriedades com menos de 200 hectares. Além de ser o município com maior estabelecimentos que utilizam tratores, as propriedades de 10 a menos de 50 hectares somam aproximadamente, 45% de total de propriedades que têm tratores. As propriedades com mais de 200 hectares, que utilizam tratores, correspondem a 15% (Tabela 21). Essa diferenciação de Orizona em relação aos outros municípios estará detalhada no item 4.4.

Tabela 21- Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: número de estabelecimentos que utilizam tratores- 2006

Área (ha)	***Catalão***	***Campo Alegre***	***Ipameri***	***Orizona****	**Pires do Rio ***
Mais de 0 a menos de 10	34	0	5	35	9
De 10 a menos de 50	86	3	23	202	13
De 50 a menos de 100	39	4	23	82	20
De 100 a menos de 200	28	9	35	61	15
De 200 a menos de 500	20	24	68	56	15
De 500 a menos de 1.000	21	13	37	8	1
Acima de 1.000	26	11	31	5	5
Total	**254**	**64**	**222**	**449**	**80**

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário de 2006.
Org.: MATOS, P. F., 2009.
* Orizona- 1 produtor não declarou a área; em Pires do Rio, 2 produtores.

A observação de outros dados, como a estrutura fundiária (Tabela 22), permite conclusões semelhantes em relação à utilização de tratores. Em todos os municípios, predominam as propriedades com até 160 hectares, classificadas pelo INCRA como pequenas. Porém, quando observa-se o tamanho da área das propriedades, identifica-se a concentração de terras nas médias e principalmente, nas grandes propriedades, com exceção do município de Orizona, cujas pequenas propriedades têm uma participação de 43,48% de área de todas as propriedades. As grandes propriedades desse município compreendem apenas 16,26%. Situação oposta à realidade de Campo Alegre de Goiás, onde 64,44% da área está em grandes propriedades e somente 7,28% em pequenas propriedades. Em seguida, o município de maior concentração terras nas grandes propriedades é Ipameri. 53,87% da área é abrangida pelas grandes propriedades, 35,44% pelas médias e 10,69% pelas pequenas. Em Catalão, a estrutura fundiária é semelhante à de Campo Alegre de Goiás e à de Ipameri, pois 40,10 % da área total de imóveis são constituídos por grandes propriedades contra 25,73 % de pequenas propriedades. Esses dados evidenciam a concentração de terras pelas médias e grandes propriedades, em decorrência, principalmente ao processo de modernização do campo.

Tabela 22- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: imóveis cadastrados no INCRA, outubro de 2003.

Município/ Classificação	***Classe de área***	***Imóveis***		***Área***	
		Total	**%**	**Total**	**%**
Campo Alegre					
Pequena propriedade	de 0 a 112	281	42,38	15.198,90	7,28
Média propriedade	Mais de 112 a 420	261	39,36	59.045,90	28,28
Grande propriedade	Mais 420	121	18,26	134.581,20	64,44
Total		**663**	**100**	**208.826,00**	
Catalão					
Pequena propriedade	de 0 a 160	1.787	77,62	91.976,70	25,73
Média propriedade	Mais de 160 a 600	404	17,55	122.140,80	34,17
Grande propriedade	Mais 600	111	4,83	143.389,60	40,10
Total		**2.302**	**100**	**357.507,10**	**100**
Ipameri					
Pequena propriedade	de 0 a 160	717	51,58	47.014,30	10,69
Média propriedade	Mais de 160 a 600	491	35,33	155.699,90	35,44
Grande propriedade	Mais 600	182	13,09	236.699,30	53,87
Total		**1.390**	**100**	**439.413,50**	**100**
Pires do Rio					
Pequena propriedade	de 0 a 140	483	72,96	24.061,40	27,94
Média propriedade	Mais de 140 a 525	153	23,11	39.355,70	46,26
Grande propriedade	Mais 525	26	3,93	22.682,90	26,34
Total		**662**		**86.100,00**	**100**
Orizona					
Pequena propriedade	de 0 a 140	1.790	83,72	80.827,90	43,48
Média propriedade	Mais de 140 a 525	313	14,63	74.832,00	40,25
Grande propriedade	Mais 525	35	1,63	30.236,10	16,26
Total		**2.138**	**100**	**185.896,00**	**100**

Fonte: INCRA, 2003.
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de estatística socioeconômica, 2005.
Org.: MATOS, P. F., 2009.
Nota: Pequena propriedade: até 4 módulos fiscais.
Média propriedade: mais de 4,1 a 15 módulos fiscais.
Grande propriedade: mais de 15,1 módulos fiscais.
1 módulo fiscal : 0-4 ha.

A concentração de terras também é verificada pelo número de estabelecimentos (Tabela 23) que cultivam soja, principal atividade do agronegócio do Sudeste Goiano, conforme já abordado. Em todos os municípios analisados, o número de estabelecimentos que cultivam a soja é reduzido em comparação à quantidade produzida pelo município,o que demonstra que o cultivo é concentrador. Em Catalão, dos 220 estabelecimentos que declaram cultivar lavouras temporárias, apenas 58, ou seja, aproximadamente 26%, produzem soja. Em Ipameri e em Orizona, cerca de 32% e de 27%, respectivamente da lavouras temporárias são

de soja. O município de Campo Alegre de Goiás registrou o menor número de estabelecimentos (171) de produção de lavoura temporária. Desse total, 49% cultiva soja.

Tabela 23-Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri e Orizona: número de estabelecimentos de lavoura temporária e de cultivo de soja.

Municípios	***Lavoura temporária***	**Soja**
Catalão	220	58
Campo Alegre	81	40
Ipameri	171	56
Orizona	181	49

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário de 2006.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Valendo-se das reflexões realizadas, é importante observar que não se trata de uma realidade local, mas uma situação geral relacionada à territorialização do capital nas áreas de Cerrado em decorrência da reestruturação produtiva do capital via modernização da agricultura. Assim, observa-se que há características comuns em todos os municípios onde houve a territorialização da agricultura moderna, embora, o processo apresente singularidades notáveis, porque ao mesmo tempo em que faz parte da totalidade espacial apresenta especificidades em função dos processos históricos locais e de seus atores sociais.

4.3 Os territórios formados nas chapadas de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri: *arenas* do capital

A territorialização da agricultura moderna, expressa por meio do agronegócio, seja do cultivo de soja, de cana-de-açúcar ou de eucalipto modifica também as relações sociais de produção no campo, o aumento da produção e da produtividade com a incursão de novas culturas, novos métodos e tecnologias, assim como a exclusão de muitos sujeitos (trabalhadores/produtores) desse fenômeno. A expansão do capitalismo no campo, a ampliação do capital, *produz*, *exclui* e *degrada*. Essas três palavras caracterizam o

agronegócio de uma forma geral, seja no Cerrado Goiano, no Cerrado Mineiro ou em outro lugar no qual o agronegócio territorializou-se.

Mas, se há características semelhantes em todos os lugares de territorialização da agricultura moderna, principalmente a exclusão social e a degradação ambiental, há também especificidades tanto na forma de incursão quanto de expansão. No Sudeste Goiano, as especificidades estão expressas nas políticas públicas do Estado, na força do capital privado, nos aspectos físicos e nas rugosidades históricas. As políticas públicas foram consolidadas, de forma mais visível, nos municípios de Ipameri e Campo Alegre de Goiás por meio da implantação do PRODECER. Além do PRODECER, através do PROÁlCOOL instalou-se uma usina de cana-de-açúcar para produção de álcool - Lasa Lago Azul. Com os incentivos desse programa, o empresário, além do beneficiamento, investiu na produção da cana-de-açúcar, tornando-se uma importante usina no estado de Goiás e uma das indústrias de maior destaque no município de Ipameri.

Além desses programas, o Estado atuou e ainda atua no Sudeste Goiano por meio da implantação de infraestruturas, principalmente para possibilitar o fluxo da produção, como construção e manutenção de rodovias pavimentada e não pavimentadas, estradas vicinais e pontes (Fotos 11 e 12). Entre as rodovias construídas, estão a GO-020, que liga Pires do Rio à BR-050, cortando a chapada de Ipameri, a GO-506, com entroncamento na BR-050, que liga Catalão ao Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (principal rodovia de acesso a chapada de Catalão) e a GO-301, pavimentada em 2006 (Foto 13) que corta as áreas de chapada de Catalão. No mapa 15 é possível visualizar as principais rodovias pavimentadas que possibilitam os fluxos no Sudeste Goiano, com destaque para a rodovia federal BR-050, uma das principais vias de escoamento da produção de grãos do Sudeste Goiano.



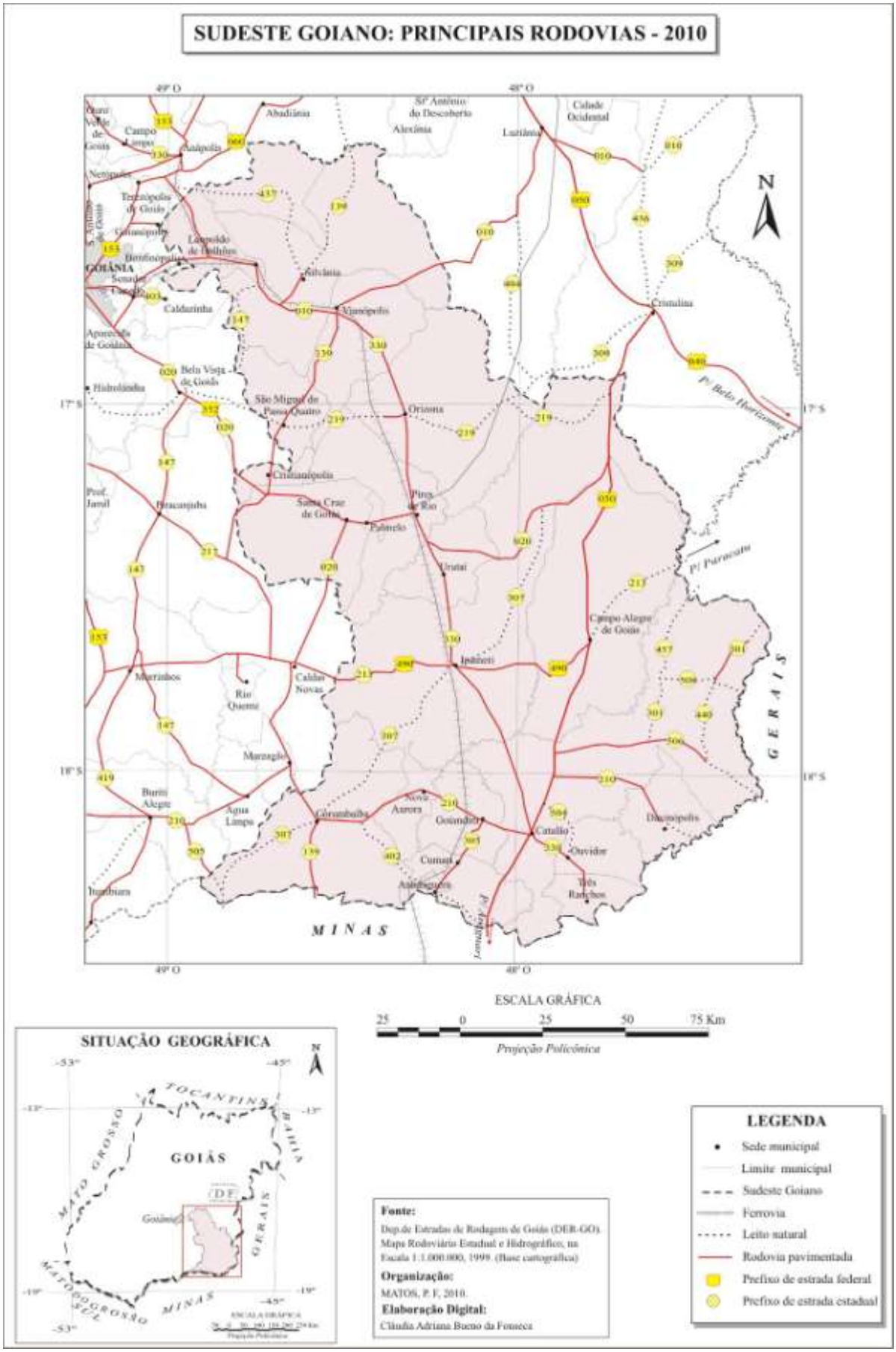
Foto11- Catalão (GO):antiga Ponte Carapina sobre o rio São Marcos construída pelo ex -prefeito Haley Margon Vaz em parceria com produtores rurais.
Fonte: GEPAF, 2005.



Foto 12-Catalão (GO): Ponte Carapina inaugurada em novembro de 2009, substitui a antiga ponte de mesmo nome sobre o Rio São Marcos que foi inundada pelo reservatório da Serra do Falcão. Essa ponte dá acesso às áreas de chapada de Catalão e viabiliza o escoamento da produção de grãos desse município.
Autora: MATOS, P. F., 2010.



Foto 13- Catalão (GO): Rodovia GO - 301, pavimentada em 2006.
Dá acesso à chapada do município de Catalão.
Autora: MATOS, P. F., 2010



Mapa 15 - Sudeste Goiano: principais rodovias-2010

Além da infraestrutura criada, é importante considerar os financiamentos disponibilizados pelo governo (no Banco do Brasil) para os empresários rurais tanto para o custeio (financiar a aquisição de insumos, fertilizantes, sementes e produtos necessários para o processo produtivo) quanto para investimentos (ampliar, diversificar e modernizar a produção). O quadro 4 mostra os programas específicos e convênios destinados ao financiamento do agronegócio do plantio à comercialização.

Programas	Objetivos
Revenda conveniada	Parceria entre o Banco do Brasil e as empresas que fabricam ou comercializam máquinas, equipamentos, implementos e insumos agropecuários
Convir	Convênio de integração rural entre o Banco do Brasil e empresas integradoras que industrializam, beneficiam ou comercializam produção agropecuária. O convênio permite financiar a atividade desenvolvida pelos produtores rurais integrados a essas empresas, em custeio ou investimento, por meio das diversas linhas de crédito rural disponíveis.
Cédula de Produto Rural	O produtor rural garante recursos, de forma simples e rápida, para desenvolvimento de suas atividades, independentemente da fase em que se encontra a sua produção agropecuária. O produtor poderá optar pelo compromisso futuro de quitação financeira (CPR Financeira) ou de entrega do produto (CPR Física).
Garantia de preços (GPA)	Produtores rurais, cooperativas agropecuárias e demais empresas do agronegócio podem efetuar a Proteção de Preços de produtos agropecuários em bolsas de mercadorias e futuros.
Seguro Agrícola	A produtividade segurada e as taxas cobradas são municipalizadas, permitindo a adequação do seguro às necessidades do produtor. Para as culturas irrigadas as condições são diferentes.
Armazenagem	Linhas de crédito para instalação, ampliação e modernização de sistemas de armazenagem, são destinadas a produtores, cooperativas, empresas exportadoras, armazenadoras e processadoras de produtos agropecuários.

Quadro 4 - Principais Programas do Banco do Brasil destinados ao agronegócio – 2009
Fonte: Banco do Brasil, 2009.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

No âmbito estadual, recursos do Programa Produzir também são destinados às agroindústrias (Foto 14). Trata-se de um programa do governo de Goiás que incentiva a implantação e a expansão de indústrias, através de financiamento e de redução ao valor do ICMS mensal.



Foto 14-Catalão (GO): fabrica de Adubos Araguaia, instalada nesse município por meio de benefícios fiscais do governo do estado e financiamento do Programa PRODUZIR.
Autora: MATOS, P. F., 2010.

A força do capital privado também está materializada no Sudeste Goiano, sendo isso mais aparente em alguns municípios através de empresas rurais, principalmente em relação às inovações técnico-científicas. Em algumas empresas, essas inovações representam a "vitrine" da modernidade do agronegócio. O oposto ainda ocorre em pequenas propriedades camponesas que, vivendo um tempo lento em relação ao tempo rápido das empresas rurais, utilizam técnicas "rudimentares" no processo produtivo como arado com tração animal para o preparo da terra e a matraca para o plantio dos grãos. A falta de energia elétrica e outros itens de infraestrutura e de moradias dignas também faz parte da paisagem de muitas propriedades. Esse contexto permite identificar as mudanças rápidas no território por conta do processo de territorialização da agricultura moderna e os territórios que ainda permanecem em um tempo lento.

No Cerrado as áreas de chapada tornaram-se palco de grandes investimentos do capital público e privado. Em virtude principalmente das potencialidades físicas, esses territórios foram escolhidos para a consolidação da agricultura moderna. No Sudeste Goiano, essa situação não foi distinta. O capital se territorializou de forma mais específica nas chapadas, também denominadas e conhecidas como chapadões. Foi justamente nos municípios com grandes extensões de áreas de relevo plano ou suavemente ondulado que a modernização da agricultura se efetivou, como é o caso de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri. Por isso, nem todos os municípios tiveram esse fenômeno consolidado, porque os elementos naturais (principalmente água e relevo) não contribuíram para a inserção desse modelo de agricultura. Esses elementos naturais, somados às inovações tecnológicas, viabilizaram a integração de alguns municípios do Sudeste Goiano ao sistema produtivo capitalista.

A influência do relevo nesse processo de modernização da agricultura é notada no Sudeste Goiano por dois fatos. Primeiro é que observando-se município por município vê-se que o capital não se territorializou de forma homogênea, uma vez que concentra-se, prioritariamente, nas chapadas que além da topografia plana tem boa disponibilidade de água, segundo é que nas próprias chapadas, as partes de relevo, onde as máquinas não conseguem penetrar são os lugares em que ainda resta um pouco de vegetação do Cerrado. Nas demais áreas, a vegetação do Cerrado foi toda eliminada, cedendo lugar para as monoculturas. Tanto é assim, que em entrevistas 90% dos empresários rurais alegam que os fatores água e relevo foram decisivos para a escolha do município; 10% salientam que os elementos decisivos foram o relevo e clima.

Os mapas de uso da terra dos municipios de Campo Alegre de Goiás, de Catalão e de Ipameri evidenciam que a agricultura é mais explorada nas áreas de chapada, assim como é nelas que há maior concentração de pivôs, ou seja, de agricultura irrigada. Conforme os dados

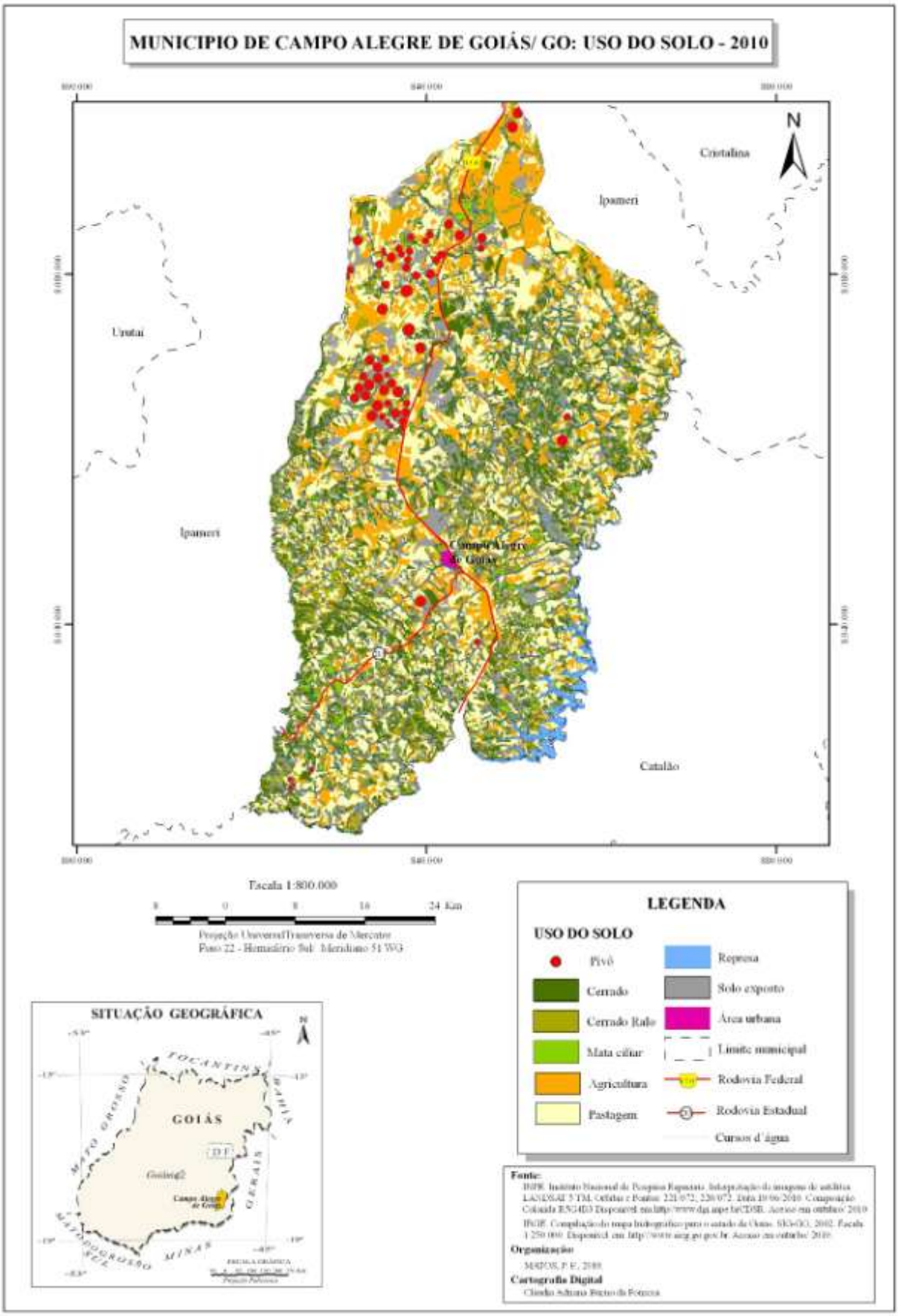
da tabela 24 e dos mapas 16, 17 e 18 observa-se que os recursos hídricos são mais explorados no processo de irrigação em Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri, que contam com 46,94, 36,56, 34,59 km², de áreas irrigadas, respectivamente. Em relação agricultura, o município de Catalão se destaca com (691,49 km²), seguido de Ipameri (537,09 km²) e Campo Alegre de Goiás (441,08 km²). Porém, considerando-se o tamanho proporcional dos municipios, observa que a exploração maior ocorre em Campo Alegre de Goiás, com 18% de sua área ocupada pela agricultura. Em Catalão, a área ocupada pela agricultura é de 17% e em Ipameri de 13%, em Orizona é de 13% e Pires do Rio é de apenas 11%. Em todos municipios apresentados na tabela 24, às áreas de pastagem ainda lideram a ocupação e o uso da terra.

Tabela 24- Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio: uso da terra em 2010

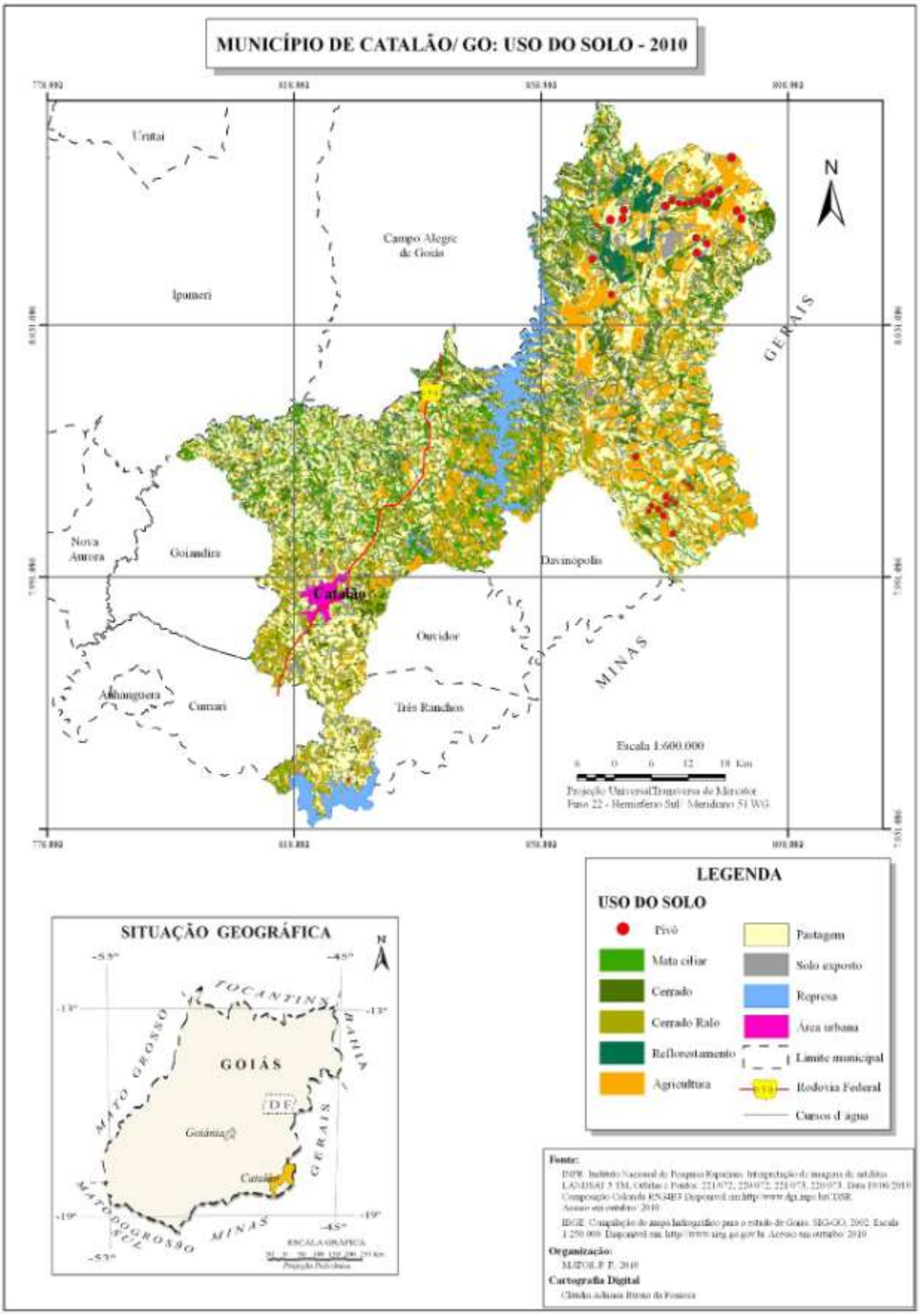
Uso da terra	**Municipios**				
	Área km²				
	Campo Alegre de Goiás	**Catalão**	**Ipameri**	**Orizona**	**Pires do Rio**
Pastagem	814,44	1.223,95	1.724,97	789,07	324,26
Cerrado Ralo	266,98	691,53	505,10	218,05	64,75
Mata ciliar	268,32	347,05	604,17	391,39	163,13
Cerrado	343,42	374,75	597,19	184,02	255,12
Agricultura	441,08	691,49	537,09	272,81	125,77
Solo exposto	240,31	202,03	342,71	100,14	126,43
Represa	32,50	156,08	-	-	-
Área urbana	2,93	27,33	9,67	3,86	11,61
Pivô	46,94	36,56	34,59	7,07	0,53

Fonte: Imagens de Satélite LANDSAT 5TM, 2010.
Org.: MATOS, P, F., 2010.

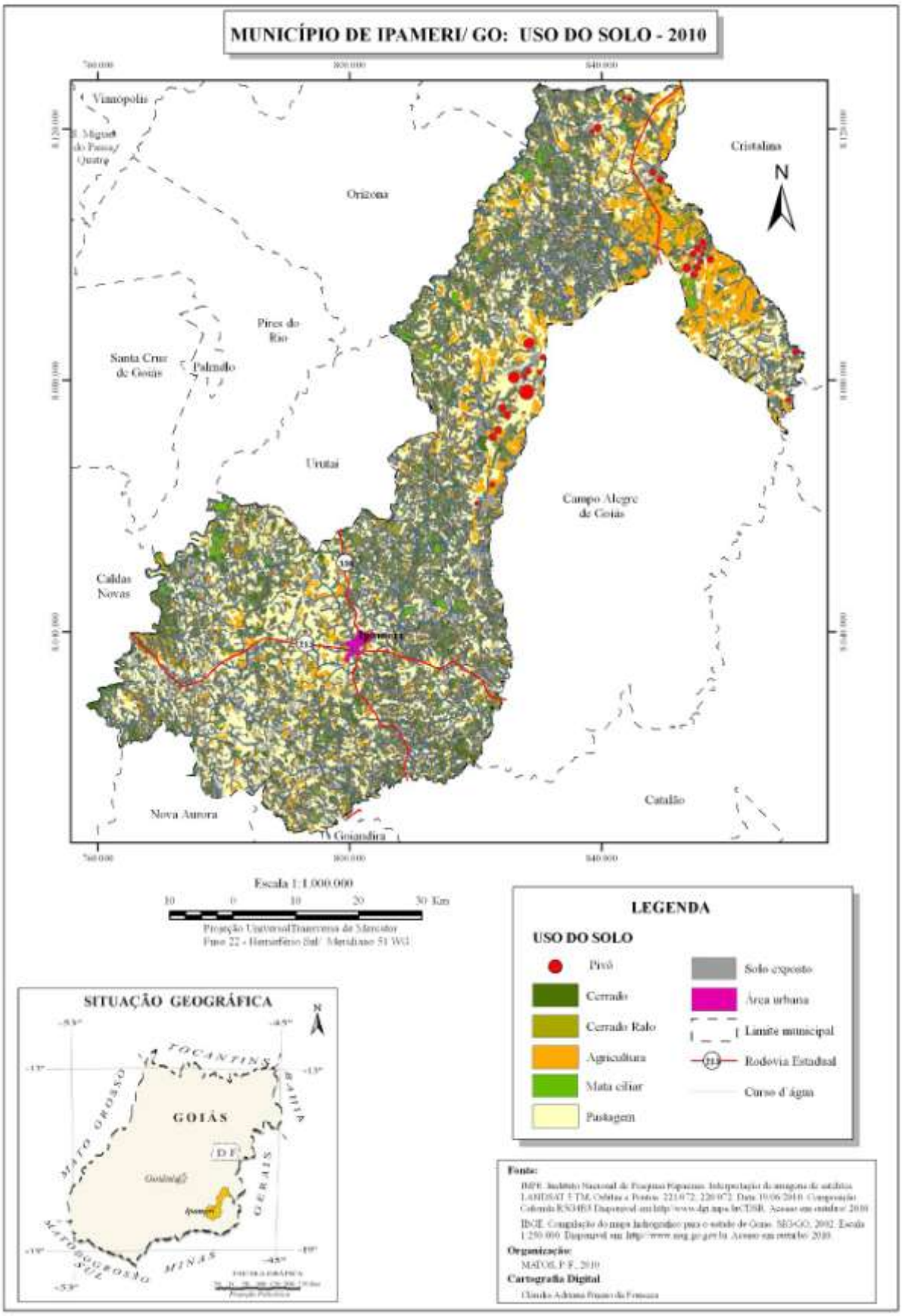
Em Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri as áreas de chapadas se configuraram em "ilhas de modernidade," devido às densidades técnicas presentes no processo produtivo, e, portanto, tornaram-se territórios de empresas rurais e agroindústrias, enfim, território de reprodução do capital. É nessas áreas também que fica evidente a destruição do Cerrado em relação às outras áreas do município.



Mapa 16- Município de Campo Alegre de Goiás/GO: uso do solo-2010



Mapa 17- Município de Catalão/GO: uso do solo-2010



Mapa 18- Município de Ipameri/GO: uso do solo-2010

Desse modo, considera-se as áreas de chapadas como *arena* do capital por elas terem sido território escolhido, apropriado e usado pelo capital para efetivar sua dinâmica de acumulação e reprodução. Com isso, esses territórios ganharam novos significados econômicos devido a ações materiais e imateriais ali territorializadas. Com a modernização da agricultura, essa parte do Cerrado ilustra um novo tempo: um tempo impregnado pela difusão cada vez mais veloz das inovações técnico-científicas. A presença no território de signos materiais e imateriais integrados à lógica do sistema capitalista estabelece uma nova lógica da divisão do trabalho, da especialização do espaço e da produção e configura-se assim, novas territorialidades.

Observando-se as unidades produtivas das áreas de chapada, percebe-se um "rural modernizado" e "industrializado"; quase todas as propriedades estão inseridas na dinâmica de produção e organização do período tecnológico. "O campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependente de uma informação sem a qual nenhum trabalho é rentável é possível," (SANTOS, 2006, p. 243). As propriedades configuram-se em espaços impregnados de conteúdo técnico-científico-informacional materializado nos meios de produção, nas relações sociais, na comercialização, no controle da produção e na própria paisagem (Foto 15).

Quando se chega nas áreas de chapada, à primeira vista a aparência é homogênea e monótona. Mas, logo se vê a dinâmica e a movimentação da produção e as relações de produção estabelecidas por produtores e empresas do agronegócio. O processo produtivo, é marcado pela mecanização, pela pulverização das lavouras, pela presença de agrônomos monitorando as lavouras, pela utilização da previsão do tempo, pela cotação da soja, enfim, naquele espaço está inserido tudo que a agricultura científica globalizada requer.

> [...] cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas só há criaturas da biotecnologia; as técnicas, a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem

> ao modelo mundial e são calcados em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claros for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. (SANTOS, 2006, p. 304).



Foto 15 - Fazenda Maringá-Catalão (GO)**:** vista aérea (parcial) da sede (2002). Nesta, a presença de silos, galpões dos equipamentos, colônia de trabalhadores, campo de futebol, igreja (réplica da catedral da cidade de Maringá-PR).
Fonte: Agropecuária Rampelotti, 2004.

As relações de poder estão materializadas nas empresas rurais por meio dos meios de produção, possibilitando-lhes maior ou menor competitividade no mercado. Também pelo poder econômico e/ou político que exercem nos municípios. As empresas fornecedoras de insumos e sementes controlam esses territórios por meio das formas de pagamento, do financiamento da produção e/ou do monitoramento das culturas. As multinacionais que compram grãos têm o controle do mercado e, por vezes, também controlam o fornecimento de sementes, agrotóxicos e fertilizantes. Tais empresas demonstram o seu poder na área de produção, mostrando que aquele território tem sua biotecnologia (Foto 16).

Nas chapadas do município de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri, normalmente não há demarcação material, cerca separando uma propriedade da outra. O que os divide, geralmente, é uma estrada. As chapadas possuem muitas estradas, para facilitar a

circulação de veículos que fazem o monitoramento das lavouras e o escoamento da produção. Nas propriedades, exceto nas sedes, teoricamente, o acesso é livre porque não há porteiras ou cercas impedindo a circulação. No entanto, há receio, por parte de pessoas estranhas àquele território de transitarem nas propriedades por saberem que, mesmo não existindo impedimentos materiais, a circulação é proibida. Já as sedes das empresas rurais, onde ficam os silos, os galpões de máquinas, as casas, os alojamentos, enfim toda a estrutura produtiva, são delimitadas geralmente, por cercas vivas.[89] Para entrar, é preciso solicitar a permissão, uma vez que há uma portaria com seguranças monitorando a entrada e a saída de pessoas e veículos. As cercas vivas das empresas são, na maioria, de eucaliptos, que, também, servem como barreira contra o vento, ou seja, funcionam como quebra-vento, haja visto que a retirada da vegetação natural torna a propagação dos ventos mais intenso.



Foto 16- Chapada de Catalão (GO): lavoura de milho. No detalhe, empresa que possui a biotecnologia da semente.
Autora: MATOS, P. F., 2010.

[89] O uso de cercas vivas é uma prática comum nas empresas rurais das áreas de chapadas. O cercamento é realizado normalmente por eucaliptos ou *pinus*. Essas plantas permitem a proteção contra o vento, importante em função da falta de vegetação nas áreas de chapadas. Nas áreas de chapadas dos municípios pesquisados cerca de 90% das empresas rurais possuem na sede das propriedades cercas vivas.

Assim, as relações de poder no processo de territorialização do capital no espaço agrário são exercidas pelo sistema financeiro, pelo Estado, pelas indústrias, cooperativas, comerciantes, empresários rurais, enfim, por diferentes atores que, de várias formas, atuam no processo de produção. Esses agentes podem ou não estar visíveis no território. Os bancos, por exemplo, não estão visíveis, mas controlam e dominam territórios por meio de financiamentos. De uma forma geral, não são todos os elementos de influência no processo produtivo agrícola que estão materializados na paisagem do município ou na região. Em termos de distância, podem estar longe, mas, possuem o domínio.

A quantidade da produção também caracteriza as relações de poder nas áreas de chapadas. Alguns empresários rurais se destacam pela alta produção nas chapadas de Catalão, de Campo Alegre de Goiás e de Ipameri. Os maiores produtores têm notoriedade tanto entre demais empresários rurais, comércio de equipamentos agrícolas, insumos e sementes. Pelos dados da produção também é possível mensurar as relações de poder e de uso do território pelo agronegócio nos municipios.

O município de Catalão é o maior município produtor de soja do Sudeste Goiano atualmente. No ano de 1975, a produção de soja era inexpressiva. A partir de 1980, essa cultura registra aumento expressivo, tornando-se o principal cultivo do município. Em um período de dez anos (1980 a 1990), a área plantada cresceu mais de dez vezes, passando de 723 hectares para 22.000 hectares. Nos períodos posteriores, o cultivo da soja aumentou de forma abrupta, chegando, em 2008, à maior área plantada e à maior produção de todos os tempos: 76.000 hectares de área plantada e uma produção de 243.200 toneladas. Na produção de milho também registrou enorme crescimento após 1980 (Tabela 25). Diferentemente da soja, nos anos precedentes, havia uma produção significativa, pois o milho é um cultivo tradicional no Cerrado. Porém, com a modernização agrícola, o milho se constituiu uma das principais monoculturas mecanizadas.

Tabela 25- Catalão (GO): área plantada e produção de soja e milho, 1975 - 2008 (anos selecionados)

Ano	***Soja***		***Milho***	
	Área (ha)	**Produção (t)**	**Área (ha)**	**Produção (t)**
1975	5	1	4.757	6.502
1980	723	681	3.564	5.272
1990	22.000	26.400	3.500	9.900
1995	37.000	55.500	6.100	25.200
2000	48.000	129.000	11.900	72.480
2005	75.000	238.500	11.000	77.000
2008	76.000	243.200	14.570	109.104

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO) de1975 e 1980 e Produção Municipal, de 1990 a 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2009

Em Ipameri, a soja começou a expandir após 1980, obtendo crescimento em todos os anos. O milho também conseguiu crescimento significativo em todos os anos analisados, principalmente após os anos de 1990 (Tabela 26). No município de Campo Alegre de Goiás, observando-se os dados apresentados na tabela 27 verifica-se o elevado crescimento da área de plantação de soja e da produção obtida a cada safra. Em 2008, a soja produzida em Campo Alegre de Goiás teve participação de 2,6% da produção estadual. O milho, segundo cultura de destaque no município, obteve crescimentos significativos de 1990 em diante, porém, com oscilações de área em plantada em alguns anos analisados.

Tabela 26-Ipameri (GO): área plantada e produção de soja e milho, 1975-2008 (anos selecionados)

Ano	***Soja***		***Milho***	
	Área (ha)	**Produção (t)**	**Área (ha)**	**Produção (t)**
1975	-	-	3.109	3.860
1980	9	14	3.403	4.345
1990	25.000	30.000	3.500	4.900
1995	28.000	47.600	12.000	46.800
2000	43.000	103.000	14.800	76.050
2005	66.000	207.900	12.000	84.000
2008	67.000	214.400	18.800	123.600

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO) de 1975 e de 1980 e Produção Municipal, de 1990 a 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Tabela 27- Campo Alegre de Goiás: evolução da área plantada e da produção de soja e milho, 1975 - 2008 (anos selecionados)

Ano	***Soja***		***Milho***	
	Área (ha)	**Produção (t)**	**Área (ha)**	**Produção (t)**
1975	24	4	1.762	1.350
1980	7	38	1.314	1.255
1990	19.000	28.500	8.200	12.480
1995	30.000	45.000	8.250	43.800
2000	35.500	85.000	7.860	32.448
2005	55.000	176.000	5.500	38.500
2008	57.000	177.840	8.500	61.200

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO) 1975 e 1980 e Produção Municipal de 1990 a 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2009

A produção de arroz, conforme mostra o gráfico 15, oscilou em área plantada e produção nos anos analisados. Porém, a menor safra foi a de 2008. De 1975 a 1980 houve maior crescimento de área plantada nos municipios de Campo Alegre de Goiás e Ipameri. Esse aumento ocorreu em virtude dos migrantes sulistas utilizarem o arroz para "abrir a área", isto é, o arroz era cultivado no intuito de se corrigir a acidez dos solos, prática comum no Cerrado na expansão da fronteira agrícola.

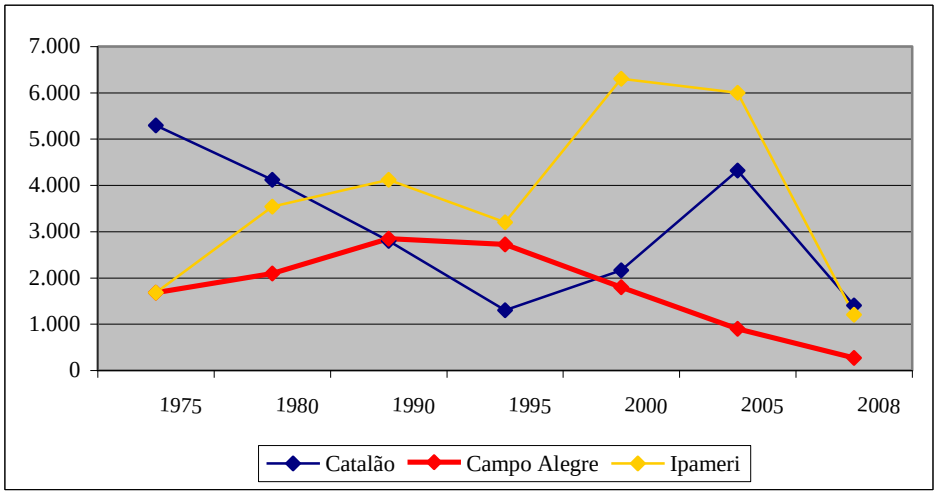


Gráfico 15 – Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri (GO): produção de arroz, 1975 - 2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO), de 1975 e de1980 e Produção Municipal, de 1990 a 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

No município de Campo Alegre a situação do cultivo do arroz não foi diferente dos outros municípios pesquisados, ou seja, ocorreu redução da área plantada, correndo-se o risco

de, futuramente, ser extinta das práticas agrícolas desse município. A produção de feijão em Catalão, em Campo Alegre de Goiás e em Ipameri também apresenta oscilações da área plantada e na quantidade produzida (Gráfico 16). Esse cultivo também é feito pelas empresas rurais na prática de rotação das culturas irrigadas que normalmente varia entre o sorgo e o trigo, dependendo do que está com o preço mais alto no mercado.

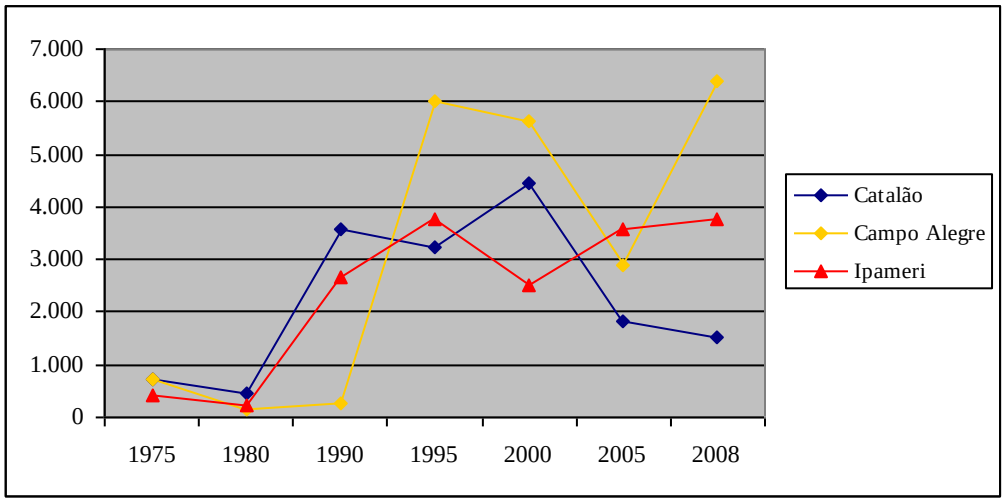


Gráfico 16 – Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri (GO): produção (t) de feijão, 1975 - 2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO), de 1975 e de 1980 e Produção Municipal de 1990 a 2007. Org.: MATOS, P. F., 2009

Diante dos dados da produção de soja, milho, arroz e feijão, observa-se que a territorialização do capital no espaço agrário num curto espaço de tempo metamorfoseou a estrutura produtiva, de forma que culturas de grãos para as indústrias ou para o mercado externo ganharam espaço em Catalão, em Campo Alegre de Goiás e em Ipameri. Todos esses municípios seguiram a tendência nacional de crescimento da soja e do milho e de diminuição do arroz e do feijão, alimentos essenciais para os brasileiros. Porém, é importante considerar que o consumo de alimentos industrializados derivados de soja, por exemplo, aumentou, contribuindo dessa forma o aumento da demanda dessa oleaginosa.

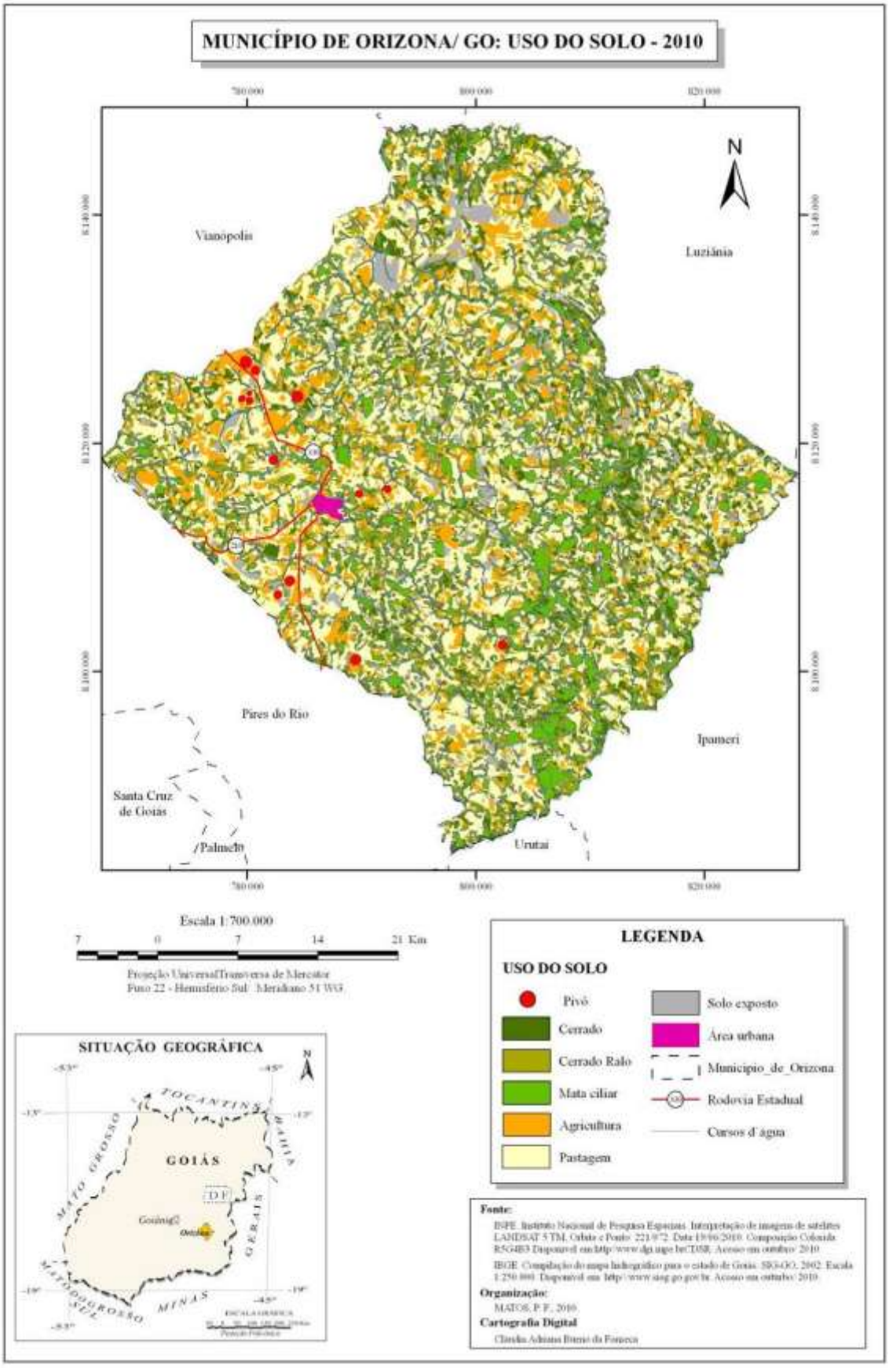
4.4 Orizona: uma realidade diferente do agronegócio?

Dos cinco municípios do Sudeste Goiano em que se propôs a pesquisar a territorializacão do agronegócio, Orizona apresenta uma realidade diferente daquela de Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri em função de algumas de suas especificidades como a estrutura fundiária, o relevo e o histórico dos movimentos sociais no município. Essas características colocam Orizona num patamar diferenciado[90] no processo de territorialização e expansão da agricultura moderna sobre os demais municípios pesquisados. Diferentemente de Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri, Orizona não tem chapadas com centenas de hectares de relevo plano contínuo, apenas em algumas áreas há extensões maiores de relevo plano como na porção sudoeste e norte do município (Mapa 19). No referido mapa também é possível visualizar a expressividade das áreas ocupadas pela pastagem em todo o município.

As áreas com relevo mais plano foram ocupadas pelos migrantes vindos, principalmente do Sudeste do Brasil (conhecidos como "os paulistas") para implantar uma agricultura conforme ditames do capital. Em decorrência disso, o espaço agrário de Orizona apresentou mudanças, como a ampliação da produção e produtividade de grãos e a partir da inserção de técnicas e insumos modernos, que fizeram com que algumas áreas do município, antes voltadas para a agricultura tradicional, se tornassem áreas produtoras de soja.

Por conta das condições físicas e da estrutura fundiária no município (menos concentração em relação à região), os empresários rurais se estabeleceram em propriedades muito menores em relação os outros municípios pesquisados.

[90] Para Santos (2008, p.106) "O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural."



Mapa 19- Município de Orizona/GO: uso do solo-2010

As propriedades dos migrantes produtores de soja variam de 300 a 1.000 hectares, mas, a maioria, 70%, é área entre 300 e 600 hectares, conforme informações do Presidente do Sindicato Rural de Orizona.[91] Situação diferenciada dos demais municípios pesquisados onde há empresas rurais de até trinta mil hectares.

A questão fundiária do município de Orizona apresenta particularidades que se refletiram no processo de territorialização do capital. Observando-se os dados do gráfico 17, em todos os anos analisados, a maior quantidade de propriedades rurais tem área de 10 a menos de 100 hectares, seguida pelas que têm entre 10 a 200 hectares. Esses números demonstram que o município possui uma estrutura fundiária menos concentrada, prevalecendo um número maior de estabelecimentos entre 10 a de 200 hectares.

A estrutura fundiária de Orizona, com a predominância de estabelecimentos pequenos e médios, impossibilitou que os sulistas adquirissem de uma só vez volumosas extensões de terras em áreas contínuas. Quando chegaram ao município, os sulistas tiveram dificuldade em encontrar propriedades com mais de 300 hectares[92] para comprar. Porém, essa situação não impossibilitou que os sulistas, aos poucos, fossem concentrando terras, mesmo que em áreas distantes entre si. Dentre os produtores entrevistados, 60% possuem mais de uma propriedade no município, nas áreas mais planas. Além disso, os empresários rurais migrantes adotaram a estratégia de arrendamento, que ocorre preferencialmente em terras próximas às suas propriedades. Assim, aproveitam as terras planas dos proprietários locais que, sem conhecimento técnico e capital para fazê-las produzir, arrendam para implantar as monoculturas. Essa prática possibilita a expansão da atividade agrícola e a reprodução e a acumulação do capital.

[91]Informações de Aberlado José Nicole, Presidente do Sindicato Rural no ano de 2008. Entrevista realizada em maio de 2008.
[92] Informações de Aberlado José Nicole.

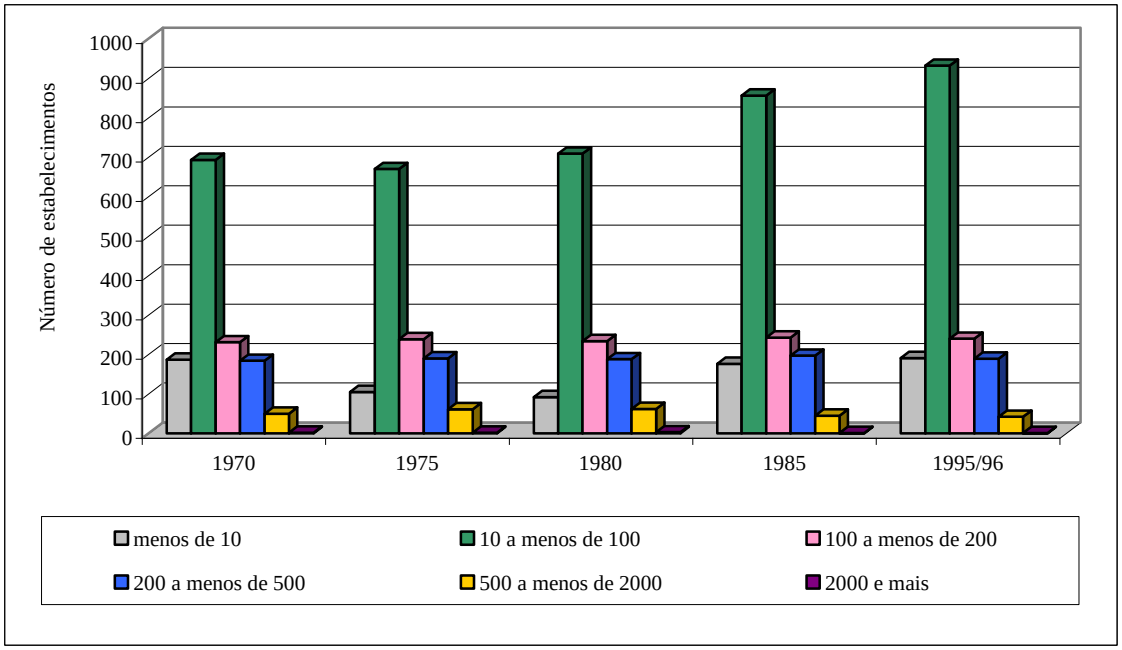


Gráfico 17 - Orizona (GO): Estrutura fundiária (ha): número de estabelecimentos, 1970-1995/96
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (GO) - 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.
Org.: BEZERRA, L. M.C., 2002

Desse modo, há uma pressão muito forte dos empresários rurais para comprar as terras planas que lhes suscitam interesse. Em muitos casos, sem condições de fazer a terra produzir, o proprietário arrenda a parte que interessa ao migrante e permanece na propriedade "sobrevivendo" com o lucro auferido pelo arrendamento e labutando com a pecuária, sobretudo, a produção de leite. Ou vende a parte que o migrante almeja comprar[93].

Muitos camponeses se vêem cercados pelas grandes lavouras de culturas, como a soja. Em entrevista, um pequeno proprietário[94] afirma que, "cercado" pelos sulistas, vendeu suas terras e comprou outras em outro lugar do município.

> *[...] Eu morava espremido, numa terra pequenininha, e que esta acontecendo hoje. As terras pequenas só vão para as mãos dos grandes produtores, e os pequenos produtores vão espirrando para a cidade, ou fazem igual eu fiz, achar outro lugar para comprar. Aqui também já está começando a ficar prejudicado, mas lá eu era tão prejudicado que era soja em volta da minha terrinha tudo, a cabeceira das águas contaminadas com agrotóxicos.*

[93] Conversa informal (agosto de 2009) com camponês da Comunidade Cachoeira do município de Orizona.
[94] Entrevista cedida a Marília da Silva no ano de 2005. Antônio José da Silva (na época da entrevista), proprietário rural. A entrevista está na monografia de Marília da Silva, do Curso de Geografia, UEG-Unidade de Pires do Rio.

Considerando tal realidade, fez-se necessário ouvir alguns moradores das proximidades das propriedades dos sulistas para averiguar as transformações sociais e espaciais ocasionadas por esses sujeitos naquele espaço. Os moradores, de forma unânime, conseguem perceber as alterações ocasionadas pela territorialização do capital na produção, nas relações socais e, principalmente, no meio ambiente. No que se refere à produção, há certa admiração pelo volume plantado e pelas tecnologias utilizadas. Em relação ao meio ambiente, os moradores conseguem perceber o desmatamento e a poluição dos recursos hídricos. Mas, as relações sociais estabelecidas entre o "estranho" e o proprietário local são puramente econômicas.

Coexistem migrantes e produtores locais em espaços próximos. Em muitos casos, o que divide uma propriedade da outra é uma curso d'água ou uma lavoura. A proximidade das propriedades não significa que esses sujeitos estejam inseridos no mesmo território. Por isso, considera-se que, no município de Orizona a modernização da agricultura é estabelecida por territórios em disputa. De um lado, têm-se os empresários rurais almejando cada vez mais expandir, por meio da concentração de terras, e, de outro lado, os camponeses (re)existindo contra a força do capital e aspirando, acima de tudo, a permanecer na terra, no lugar onde estão seus laços culturais.

O que tem permitido a permanência dos produtores locais tradicionais no campo são as atividades relacionadas à pecuária. A tendência à pecuarização, conforme registra Loureiro (1988), tem suas origens no decorrer da década de 1940. Assim, tradicionalmente, a pecuária é uma atividade que ocupa a maior parte da área produtiva municipal, com destaque para a produção leiteira. Considerando-se os dados do IBGE de uso da terra, em todos os anos analisados (Tabela 28), as pastagens naturais e plantadas apresentam-se como principal atividade de uso do solo, confirmando o papel da agropecuária no município. Apesar de as pastagens naturais e plantadas representarem a maior parte de uso do solo, a pecuária vem

sofrendo um declínio, principalmente por causa da expansão das lavouras. As lavouras permanentes e temporárias obtiveram crescimento expressivo após 1985, confirmando que a territorialização do capital provocou mudanças no uso da terra.

Mesmo havendo diminuição da área utilizada para pastagens, o número de bovinos sofreu decréscimo entre 1980 e em 1985. Nos demais períodos, ocorrem crescimento significativo, sobretudo, após 1995. Desse período a 2007, teve aumento de 66,92%. Em relação à produção de leite, o aumento é verificado em todos os anos analisados, com destaque para o período de 1995 em que a produção mais que duplica, como comprova a tabela 29.

Tabela 28 - Orizona (GO): utilização das terras, 1970-1995/96 (%)

Ano	**Lavouras permanentes e temporárias**	**Pastagens naturais e plantadas**	**Matas naturais e plantadas**	**Temporárias em descanso e não produtivas**
1970	4%	93%	2%	1%
1975	6%	90%	3%	1%
1980	6%	89%	3%	2%
1985	11%	82%	4%	3%
1995/6	11%	74%	13%	2%
2006 *	19%	52%	29%	-

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (GO), 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.
* No Censo Agropecuário de 2006, não foi feita a pesquisa de lavouras temporárias em descanso e não produtivas.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Tabela 29-Orizona (GO): efetivo de bovinos e produção de leite, 1975-2007 (anos selecionados)

Ano	***Efetivo de bovinos (cabeças)***	**Produção de leite (mil litros)**
1975	89.494	4.537
1980	80.007	4.700
1985	78.500	9.300
1990	83.000	10.000
1995	87.000	11.500
2000	96.600	29.150
2005	133.500	44.151
2007	130.000	45.000

Fonte: IBGE – Produção da pecuária municipal de 1975 a 2007
Org.: MATOS, P. F., 2009.

O predomínio da produção leiteira e não da pecuária de corte coloca o município de Orizona como a principal bacia leiteira[95] do Sudeste Goiano, conforme demonstrado no terceiro capítulo. A produção de leite é oriunda tanto do pequeno, médio, quanto do grande produtor. Para o Presidente do Sindicato Rural, o pequeno é o produtor que tem uma produção de até 100 litros por dia; o médio, de 100 a 500 litros e o grande mais de 500 litros por dia. Principalmente nos grandes e médios produtores, o sistema produtivo do leite conta com o uso (Foto 17 e 18) de tecnologias modernas, sustentadas pelo uso intensivo de capital. Os métodos e técnicas utilizadas na produção leiteira pouco lembram as fazendas tradicionais. Essa produção modernizada de leite assemelha-se uma "fábrica", cujo rebanho é tratado como matéria-prima. É uma realidade diferente da do camponês, que mantém laços de afetividade com seu rebanho, no qual cada animal é chamando pelo nome ("Vitória," "Coalhada," "Fartura," "Aguada," entre tantos outros, que se retrata alguma característica do animal ou uma circunstancia que o tenha envolvido).

Nas empresas rurais, o tratamento do rebanho é distinto, pois o aumento da produtividade constitui a principal meta. Para isso, a produção é alicerçada nas inovações técnico-científicas com monitoramento feita por veterinários, alimentação balanceada, uso de inseminação artificial, conforto ao animal e até a utilização de músicas de relaxamento no momento da ordenha. Esse modelo de produção também é encontrada entre produtores locais (caracterizados como grandes) tanto como entre os sulistas que, em consorciamento com as lavouras, investem na pecuária como forma de aumentar a lucratividade.

[95] Os produtores vendem o leite para empresas como Laticínios JL, Parmalat, Itambé e Italac. O leite é também comercializado pela Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona. (PESQUISA DE CAMPO, 2009).



Foto 17- Orizona (GO): local de ordenhar as vacas em uma empresa rural especializada na pecuária leiteira. No detalhe, ordenhas mecânicas, local limpo e arejado.
Autora: MATOS, P, F., 2008.



Foto 18-Orizona (GO): rebanho de uma empresa rural especializada na pecuária leiteira. No detalhe, plaquetas (brincos) na orelha, para monitorar peso, vacinas, etc.
Autora: MATOS, P, F., 2008.

Devido a exigência legais e a lógica de mercado, os pequenos e médios produtores de leite também têm que empregar inovações tecnológicas. Porém, trata-se de um emprego em menor proporção. Em alguns casos, os produtores compartilham entre si as inovações tecnológicas, como é o caso de tanques de resfriamento de leite. A organização social desses

sujeitos é importante para se manterem e continuarem produzindo na terra, a organização social lhes garantindo melhores condições de vida do homem do campo e contribui para o enfrentamento das dificuldades econômicas. Dentre as várias formas de organização no meio rural constituída no município, destaca-se o associativismo. O princípio das associações rurais consiste na luta social coletiva e na cooperação a fim de obter resultados econômicos e sociais, propiciando condições de permanência no campo. De acordo com Tavares (2002), o associativismo rural é uma prática educativa, uma ação educativa de uma luta social.

O associativismo, no município de Orizona, começou a configurar-se no final dos anos 1980 em função de problemas que os produtores estavam enfrentando como a comercialização da produção, ou a falta de condições financeiras para compra de equipamentos e insumos e também falta de uma organização que efetivamente contribuísse para a reprodução econômica e social.

Na criação das associações rurais em Orizona, de acordo com Tavares (2002), houve a participação de alguns intermediários, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais (CAMPPO), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a EMATER/GO, órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural. Esta última entidade teve papel importante para o trabalho coletivo, prerrogativa importante no associativismo.

A primeira associação foi criada em 1988. Posteriormente, foram criadas outras associações, totalizando, atualmente, um número de 27[96] em todo o município de Orizona. Tais associações constituem um fator de reorganização da produção e permanência de pequenos produtores em seus territórios. Assim, a organização em movimentos, que tem por

[96] Dados da Secretária da Agricultura do Município de Orizona no ano de 2009.

finalidade a luta pela permanência no campo para continuar produzindo, constitui fator importante para se compreender os territórios de (re)existência no município de Orizona.

Historicamente, o município de Orizona apresenta um contexto de lutas e resistência no espaço agrário. Uma das lutas mais expressivas foi a Luta do Arrendo, ocorrida no período de 1948 a 1952. Foi empreendida por camponeses com o objetivo de abaixar a taxa de arrendamento de 50% para 20% da produção paga aos proprietários da terra (LOUREIRO, 1988). Os camponeses que empreenderam a luta trabalhavam em terras de fazendeiros sob o sistema de parceria, em que o fazendeiro participava com a terra e com a preparação do solo. No final da colheita, recebiam 50% da produção colhida. Além disso, os camponeses dependiam do capital dos proprietários da terra. Os fazendeiros adiantavam-lhes o capital necessário para a compra de sementes e custeio de outras despesas relacionadas à produção pelo qual cobravam juros altos. Quando os camponeses souberam que a Constituição Estadual de Goiás estabelecia a taxa de arrendo em, no máximo, 20% da produção, os camponeses, com o apoio do PCB, começaram a organizar o movimento de protesto a taxa contra acobrada pelos fazendeiros locais. Os camponeses envolvidos na luta contaram com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, da Igreja Apostólica Brasileira, dos religiosos espíritas, dos trabalhadores urbanos e dos comerciantes.

Diante da organização dos camponeses, os fazendeiros também decidiram se organizar, buscando apoio de políticos locais e regionais. Com isso, a violência começou a instaurar-se no município, pois entraram em cena, sob ordem política, soldados para inibir a luta dos camponeses. Aproximadamente, 60 soldados cercaram a região para evitar que os arrendatários camponeses tivessem informações e orientações políticas.

A princípio, a Luta do Arrendo, tinha como finalidade baixar a taxa do arrendamento, mas, no percurso dos enfrentamentos contra os fazendeiros, os camponeses decidiram também lutar pelas terras, ocupando-as, orientada pela direção nacional do PCB,

através do PCB local, que atuava como agente educativo da Luta do Arrendo. De início, os fazendeiros foram contrários à proposta de ocupação de terras, mas aos poucos consentiram. Porém, a luta da ocupação não teve a mesma participação dos camponeses, como comenta um informante de Loureiro (1988). Na Luta do Arrendo, mobilizaram-se, aproximadamente, 300 camponeses. Na luta de ocupação das terras, participaram dezesseis, pois os outros camponeses não quiseram arriscar. "Todos queriam ter a terra para trabalhar, mas não tinham coragem de enfrentar a repressão." (LOUREIRO, 1988, p. 66).

A ocupação das terras pelos camponeses foi desaprovada pela população de Pires do Rio e de Orizona que tinham apoiado a luta do Arrendo. A violência se espraiou com a chegada de policiais que, por intervenção do governo de Goiás e apoiados pelo prefeito de Orizona, passaram a reprimir o movimento dos camponeses. A atuação policial espalhou terror e pânico, a policia arrombava moradias, espancava e prendia trabalhadores e outras pessoas que, de alguma forma, participavam do movimento.

Com a repressão, algumas famílias camponesas fugiram para o norte de Goiás, onde havia terras devolutas; outras permaneceram em Orizona, sujeitando o seu trabalho aos fazendeiros. Assim, conforme afirmações de Loureiro (1988), o movimento dos trabalhadores camponeses se constituiu em duas frentes: a luta pela baixa do arrendo, em que os camponeses saíram vitoriosos; e o movimento de ocupação das matas, em defesa camponeses foram derrotados. De qualquer forma, a luta dos trabalhadores camponeses constituiu uma ação revolucionária contra a exploração do trabalho em defesa a permanência terra.

Com outros formatos e em outras conjunturas políticas e econômicas, outros movimentos sociais foram se consolidando na luta *para* e *pela* terra, (re)configurando o espaço agrário de Orizona. Para Tavares (2002), um grande número de sujeitos coletivos – Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Centro Social Rural de Orizona (CSRO), Sindicato Rural (SR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), associações, cooperativas, Escola

Família Agrícola de Orizona (EFAORI) – constituiu-se, com diferentes interesses, para capitanear o controle político em Orizona, especificamente, na área rural. À EFAORI[97], é uma escola cujos estudantes além de cursarem o Ensino Médio também se habilitam como técnicos agropecuários, preparando-se dessa forma, os alunos para o mercado de trabalho e para orientar a produção e a renda familiar. Como os alunos são do campo, a escola trabalha com a pedagogia da alternância, que à possibilita que os alunos se mantenham no campo, melhorando sua qualidade de vida, contribuindo-se, dessa forma, para a diminuição do êxodo rural.

As lutas sociais são especificidades que fizeram com que a territorialização da agricultura moderna em Orizona fosse diferente de outros municípios do Sudeste Goiano. Todavia, é importante considerar que, mesmo com essas especificidades, a territorialização do capital provocou mudanças no município, sobretudo, na dinâmica produtiva, transformando Orizona em importante produtor de grãos[98] do Sudeste Goiano.

O município de Orizona também seguiu a tendência dos outros municípios pesquisados de crescimento da produção de soja e de milho (Gráfico 18). A soja, praticamente inexistente no ano de 1980, após esse período, vai ganhando espaço até se tornar o planta mais cultivada, conseguindo, no ano de 2005, a sua maior produção, 80.000 toneladas. A soja é um grão cultivado, na maior parte, pelos migrantes sulistas, produtores que abrigam as maiores densidades técnicas (tecnologias de ponta) do município. Já o milho também é cultivado por produtores locais que têm a pecuária como principal atividade. O milho é utilizado para fazer silagem para o rebanho bovino, para garantir maior produtividade no período da seca.

[97] Na EFAORI de Orizona, os alunos permanecem 15 dias na escola, em regime de internato, e 15 dias com suas famílias, alternando dessa forma, teoria e prática.
[98] O município de Orizona também se destaca na produção de cachaça com cerca de 40 alambiques, sendo dois em escala industrial, os demais com pequena produção.

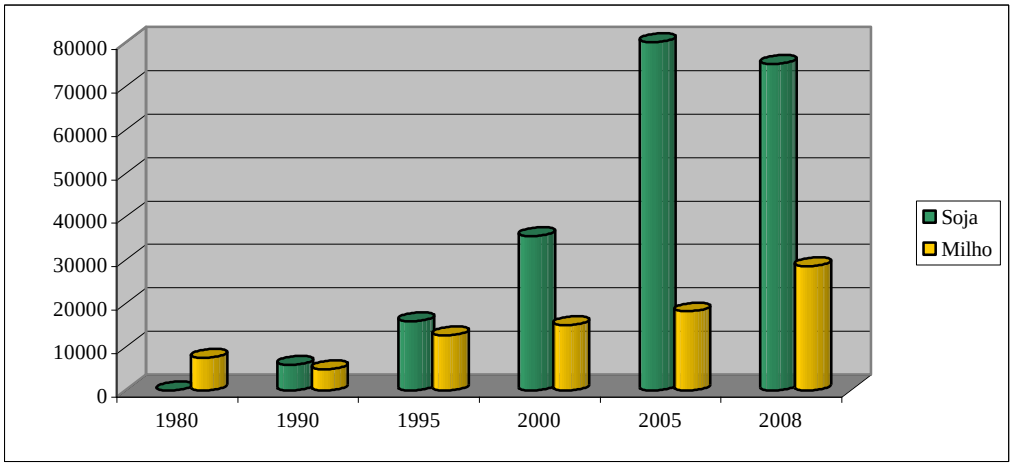


Gráfico 18 – Orizona (GO): produção (t) de soja e de milho, 1980- 2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO), de 1980 e Produção Municipal, de 1990 a 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009

Em situação oposta à cultura do milho e da soja, o arroz, apresentou altas taxas de redução, de 1980 a 1990; voltou a crescer em 1995, porém em 2000 retorna o declínio novamente a produção. O feijão, conforme nos outros municípios analisados sofre oscilações na produção (Gráfico 19).

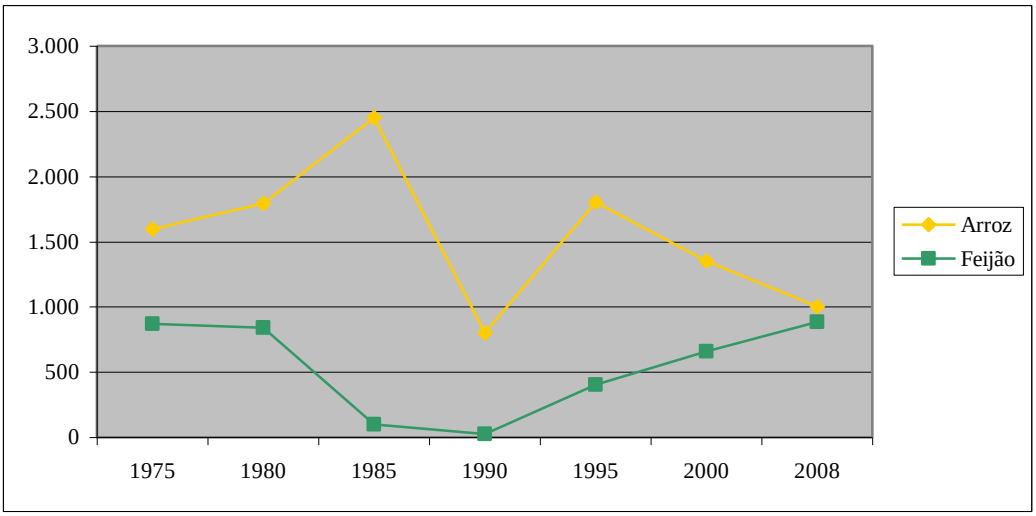


Gráfico 19 – Orizona (GO): produção (t) de arroz e feijão, 1975- 2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO), de 1975, 1980 e Produção Municipal de 1990 a 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Assim, apesar do agronegócio ter-se apropriado de muitos espaços do município de Orizona, gerando novos usos do território e também disputas, Orizona possui uma realidade

diferenciada de muitos municípios de Goiás que sofreram a territorializacão do agronegócio. A diferença de Orizona se deve à (re)existência travada principalmente por meio das organizações sociais, construindo ações para permanência dos camponeses na terra, à própria processualidade histórica de formação sócio-espacial do município, e também devido às ações públicas municipais direcionadas para a permanência do camponês no campo. Entre as ações[99] destacam-se, as escolas no meio rural (das séries iniciais ao Ensino Médio); o transporte para alunos que residem no meio rural até a cidade de Pires do Rio[100] para cursarem Ensino Superior, incentivando, portanto, as crianças e jovens a permanecerem no campo; tratores para preparar o solo para plantio, sementes, assistência técnica para os pequenos produtores. Essas políticas públicas locais colaboram para a diminuição do impacto social da expansão do agronegócio no município e para a permanência dos camponeses no campo.

4.5 A integração agroindustrial no Sudeste Goiano: os territórios das agroindústrias

A territorialização dos complexos agroindustriais, conforme tratada no segundo capítulo, faz parte do processo de modernização da agricultura e, portanto, da expansão do agronegócio. A intensificação da relação entre agricultura e indústria constitui um dos elementos da modernização da agricultura e é propulsor de transformações sócio-econômicas, e espaciais, isto é de novos usos do território.

A estrutura produtiva da agropecuária brasileira passou por uma (re)organização com a constituição dos CAIs, denominados por Delgado (1985), Muller (1985) e Graziano da Silva (1996) como industrialização do campo. Esse processo caracterizou-se pela

[99] Informações obtidas por meio de entrevistas prefeito Felipe Dias, gestão 2009-2012. Entrevista realizada em agosto de 2009.

[100] Orizona 35 Km de Pires do Rio, que é a cidade mais próxima que possui universidade. Nessa cidade há duas universidade, sendo uma particular e outra estadual. Na particular têm os cursos de Administração e Direito na UEG-Universidade Estadual de Goiás, têm os Cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia.

constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a jusante (processamento de produtos agrícolas). Tal fato é apreendido por Marafon (1998) como "indústria para a agricultura" e "indústria da agricultura", respectivamente.

Com a constituição dos CAIs, o desenvolvimento da agricultura cresceu não apenas em função do mercado externo, mas também para atender as demandas do mercado interno. Muitos complexos agroindustriais não possuem capital de origem nacional. Assim, a expansão dos CAIs, seja de capital nacional ou internacional, sobretudo a partir dos anos de 1970, permite compreender a intensificação da relação entre agricultura, indústria e capital e, conseqüentemente, as metamorfoses na reestruturação produtiva. Outro elemento importante a ser considerado é a formação em rede dos complexos agroindustriais ou, como menciona Mazzali (2000), "organização em rede", em que as empresas não são concebidas como atores independentes, afrontado com o ambiente, mas como atores imbricados no ambiente. Assim, "[...] a função de uma determinada unidade empresarial é definida não somente em termos de sua própria natureza, mas também, e principalmente, a luz de suas relações com outras empresas." (MAZZALI, 2000, p. 155). As redes constituem uma organização espacial que permite uma interdependência entre instituições, empresas e atores.

Nesse sentido, Paullilo (2000, p. 3) afirma que os CAIs operam como legítimas "redes de poder," em função da [...] "interdependência dos atores, pela complementariedade dinâmica dos segmentos, pelo intercâmbio de recursos de poder e pela articulação de interesses".

Silveira (2007) vê uma relação entre os CAIs, as redes e o território. Conforme o complexo agroindustrial é um sistema aberto, uma rede, como forma de organização, e o território é um elemento e o ambiente com qual o CAI interagem. A relação desses três conceitos, de acordo com Silveira (2007, p. 227), envolve e depende de "[...] amplas e complexas interações conectivas entre os diversos segmentos econômicos, entre os distintos

agentes sociais envolvidos, e da articulação de um conjunto de lugares situados em níveis escalares distintos.” Essas relações de poder constituídas entre os CAIs e o território, para . Moreira (2004) se baseia na rede.

> é esta estrutura em rede que organiza em toda sua extensão o domínio espacial da agroindústria, provoca a criação generalizada dos sem-terra e muda por completo a forma de organização do espaço agrário do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. (MOREIRA, 2004, p. 143).

A territorialização dos complexos agroindustriais nas áreas de Cerrado, especificamente no Centro-Oeste brasileiro, ocorreu em função de inúmeros fatores atrelados à conjuntura política e econômica do país, tais como: descentralização industrial; políticas agrícolas; incentivos fiscais e oferta de matéria-prima. Esses fatores estimularam e ainda estimulam a territorialização de agroindústrias processadoras de alimentos, do setor da cadeia de grãos e carne. A consolidação das agroindústrias fomentou/a uma nova configuração nas relações econômicas e uma nova dinâmica nas relações de produção porque, além de produzir para o mercado externo, os produtores de grãos produzem também para as cadeias produtivas internas, principalmente as regionais.

Em Goiás, o número de agroindústrias nacionais e estrangeiras cresceu expressivamente nos anos 1990. Em termos espaciais, as agroindústrias instalaram-se, em maior proporção, no Sudoeste do estado por conta da oferta de grãos. Indústrias de renome nacional e internacional se instalaram em municípios do Sudoeste Goiano como a Perdigão, metamorfoseando a composição produtiva e as relações sócio-espaciais de vários municípios dessa região. Um dos elementos responsáveis por essas modificações é a utilização do processo de integração. Esse processo consiste numa forma de apropriação pelo grande capital e do trabalho do produtor integrado. A integração entre indústria e agricultores garante uma produção com qualidade e com baixos custos, porque a empresa não precisa obter terras, ampliar a contratação de mão-de-obra e, tampouco, se preocupar com questões trabalhistas.

Na verdade, "integrar" é um termo que esconde a real característica desse sistema de produção que subordina e explora os produtores a fim de obter lucros, exigindo e monitorando uma produção com qualidade. Assim, a integração facilita o processo produtivo das indústrias e, por conseguinte, aumentar os seus lucros. Esse sistema se expandiu, consideravelmente, nos setores de grãos, carnes e hortifrutigranjeiros.

Nos municípios pesquisados do Sudeste Goiano, o processo de integração ocorre essencialmente no setor de hortifrutigranjeiros e carnes, nos municípios de Orizona e Pires do Rio, respectivamente. No primeiro, territorializou-se, em 2006, a filial de uma importante indústria de alimentos em conservas (carnes, frutas, verduras e legumes) – a Oderich. Sua matriz é em São Sebastião do Caí, no estado do Rio Grande do Sul. Neste mesmo estado, existe uma unidade em Pelotas e na cidade de Eldorado do Sul, existe uma fábrica de embalagens metálicas, responsável pelo fornecimento de latas de aço utilizadas nas unidades produtivas.

Em Orizona, a indústria foi territorializada para o processamento de tomate, milho verde, cebola, pepino, azeitona e abacaxi. Esses alimentos são produzidos pelo processo de integração com produtores de Orizona, Vianópolis, Silvânia, Pires do Rio, Ipameri, Luziânia, Cristalina e Canápolis (MG). Os contratos são firmados por meio de garantia de compra da matéria-prima, sendo que essa deve ser cultivada dentro de padrões e técnicas agrícolas exigidos pela empresa, precisam ter qualidade e quantidade para ser industrializada.

Em Pires do Rio, a agroindústria do setor de processamento avícola (Nutriza)[101] constitui uma das maiores empresas desse setor no estado de Goiás. As atividades de produção da empresa foram iniciadas em Pires do Rio, na década de 1990, pelo Grupo Tomazine, oriundo do Sudeste do Brasil. O moderno complexo de avicultura implantado pelo referido grupo (Foto 19) desde o início, inseriu o modelo de produção integrada, fazendo

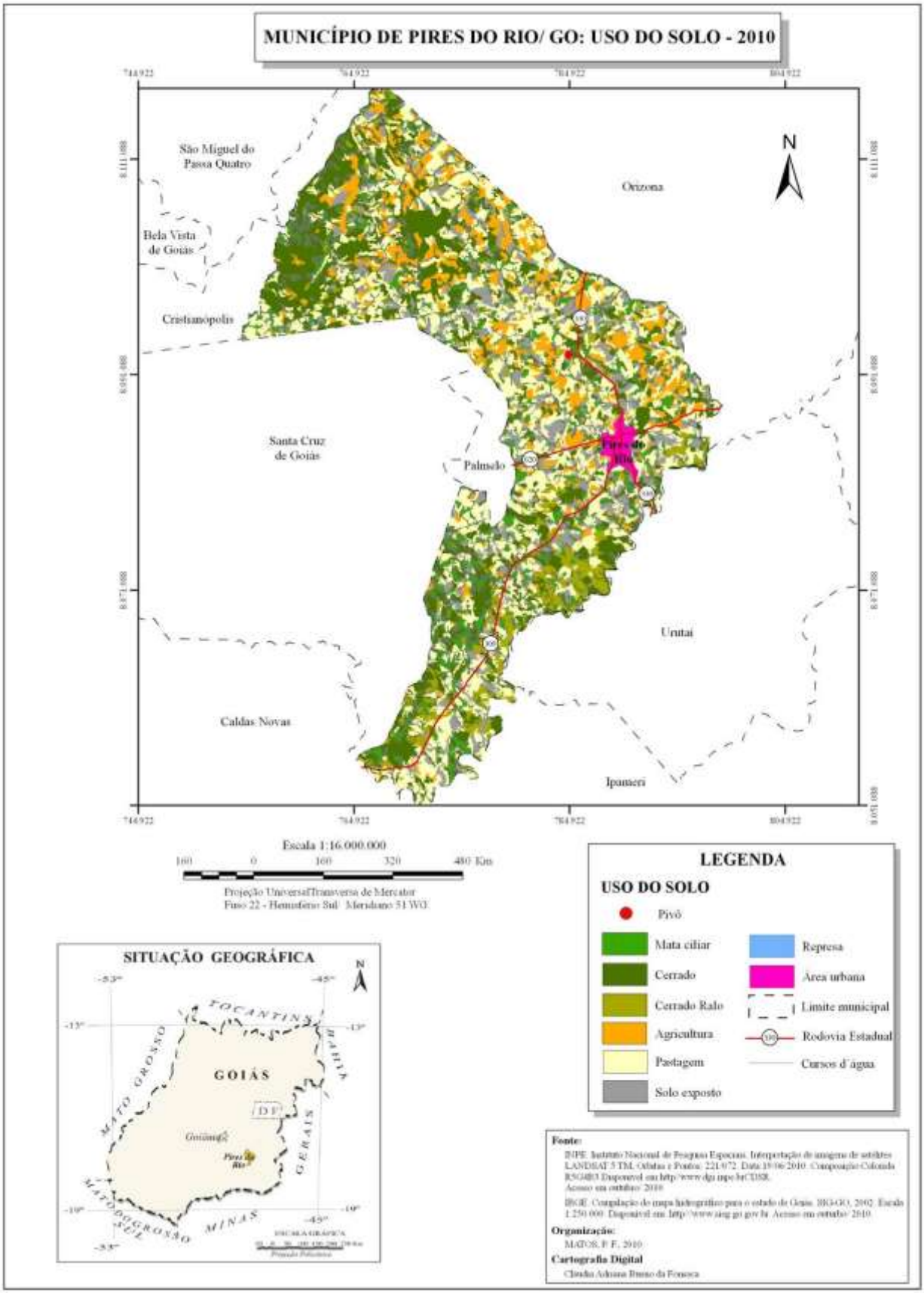
[101] A empresa é chamada Nutriza, porém os produtos têm a marca denominada Friato.

parceria não apenas no município de Pires do Rio, mas também em municípios vizinhos. O processo de integração possibilitou a verticalização da empresa tanto em crescimento de produção quanto no alcance de mercado. Além de vender sua produção para vários estados brasileiros, exporta para outros países.



Foto 19- Pires do Rio (GO): vista parcial da Nutriza.
Fonte: Nutriza, 2009.

Assim, enquanto na década de 1980, vários municípios do Sudeste Goiano tiveram mudanças no espaço agrário, tendo como uma das causas principais a modernização do campo, Pires do Rio não foi contemplado por esse fenômeno, em virtude, principalmente das condições físicas do relevo. As condições do relevo (ausência de extensas chapadas) não possibilitaram a territorialização do capital para implantação de empresas rurais de monoculturas de grãos. Com isso, a produção de grãos, principalmente de soja teve pouca expressão nesse território como mostra o gráfico 20. Mesmo tendo havido crescimento da produção em todos os anos analisados, esse cultivo é inexpressivo em relação aos dos outros municípios pesquisados. No mapa 20 de uso do município de Pires do Rio pode-se observar que nesse município predominam as áreas de pastagens.



Mapa 20 - Município de Pires do Rio/GO: uso do solo-2010

Mesmo o relevo não apresentando condições para a agricultura mecanizada em alta escala, o espaço agrário, assim como o urbano passou por metamorfoses em função da territorialização do complexo agroindustrial do setor grãos-carne, consolidando-se como um importante ramo da economia desse município.Essa territorialização ocorreu concomitantemente à expansão dos complexos agroindustriais na região Centro-Oeste e, de forma particular em Goiás.

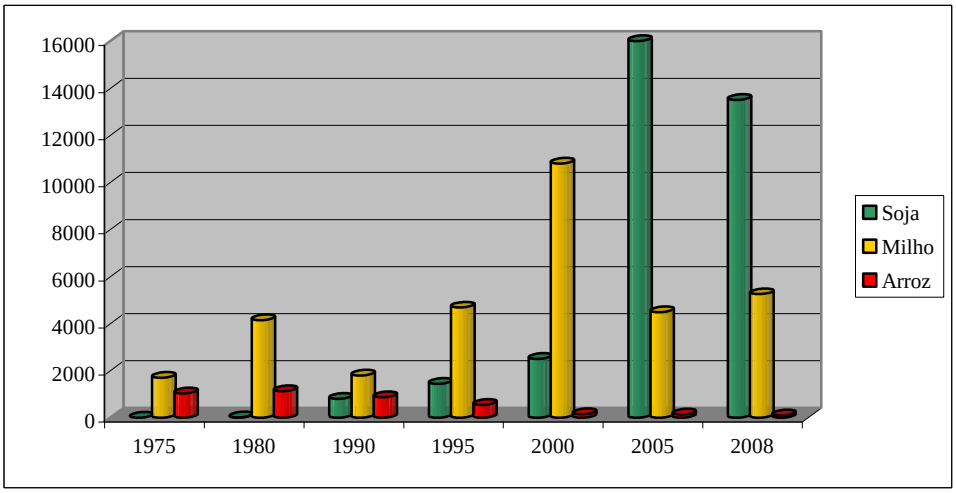


Gráfico 20 – Pires do Rio- (GO): produção (t) de soja, milho e arroz, 1975 – 2008 (anos selecionados)
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (GO), de 1975 e de 1980 e Produção Municipal, de 1990 a 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Dessa forma, em Pires do Rio, a instalação da agroindústria de soja e de derivados da avicultura, pelo Grupo Tomazine, imprimiu relações de poder, econômicas, político e relações sociais de produção, constituindo nesse território, marcas da expansão do agronegócio.

Do ponto de vista da organização produtiva, as modificações não aconteceram apenas no município de Pires do Rio. Atingiram, de forma significativa, Urutaí, Ipameri, Orizona, Palmelo e Santa Cruz, na medida em que a integração da avicultura (criação de aves)

abrangeu estes municípios (Mapa 21).[102] A integração foi implantada desde o início da atividade, prevalecendo a maior parte das aves abatidas advindas desse processo. No ano de 2008, de acordo com o gerente de integração[103], 8% das aves abatidas eram de produção da própria empresa, 30% da família (filhos e genros dos proprietários, que também são considerados integrados) e 62% de outros integrados. No total, a Nutriza conta com 102 integrados em 246 granjas localizadas em vários municípios (Tabela 30). O município de Pires do Rio é o que apresenta o maior o número de integrados e de granjas. Porém, o município de Urutaí, destaca-se no número de aves, superior ao de Pires do Rio, em virtude da capacidade (número de aves) das granjas ser superior. Esses dois municipios juntos têm cerca mais da metade do número de integrados da Nutriza, conforme dados da tabela 30.

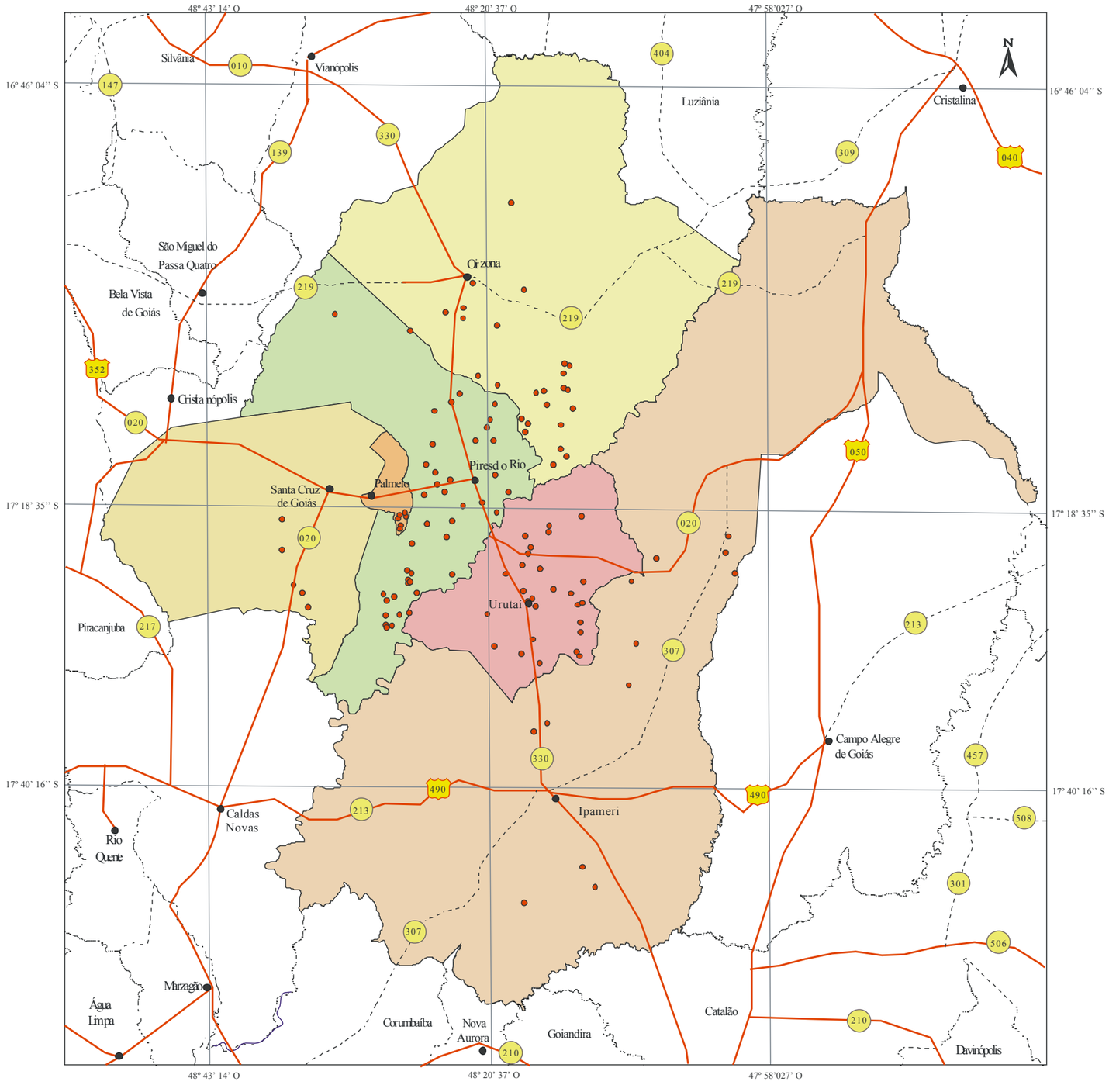
Tabela 30 - Nutriza: número de integrados, granjas e aves por município no ano de 2008

Município	***Número de integrados***	***Número de granjas***	***Número de aves***
Pires do Rio	37	86	1.700.000
Urutai	20	60	1.750.00
Ipameri	9	36	880.00
Orizona	26	47	960.00
Palmelo	5	9	240.00
Santa Cruz	5	8	150.00

Fonte: Nutriza, 2008.
Org.: MATOS, P. F., 2008.

No sistema de integração, a empresa fornece aos agricultores-integrados as aves, a ração, o transporte e a assistência técnica. Com isso, o produtor integrado fica com a função de criar as aves para o abate, em troca recebe, no final de cada lote a remuneração pela venda das aves. O processo de integração entre produtor e empresa inicia-se com a assinatura de um contrato, no qual constam todas as normas e exigências que o integrado deve cumprir para permanecer no negócio, isto é, o integrado deve seguir o receituário da empresa. Os integrados que não se adaptam e não atingem a produtividade satisfatória para a empresa são excluídos do sistema de integração.

[102] No mapa é possível visualizar os locais das granjas dos integrados. Importante destacar que cada integrado, possuem mais de um galpão.
[103] Gerente de integração da Empresa Nutriza. Entrevista realizada em junho de 2008.



LOCALIZAÇÃO DE GRANJAS DA NUTRIZA EM PIRES DO RIO, URUTAÍ, IPAMERI, ORIZONA, SANTA CRUZ E PALMELO - 2008

LEGENDA

- Sede municipal
- Granjas
- Limite municipal
- Leito natural
- Rodovia pavimentada
- Prefixo de estrada federal
- Prefixo de estrada estadual

ESCALA 1:650.000

6,5 0 6,5 13 19,5 Km

Projeção Policônica

Fonte:

Nutriza, 2008.
Dep.de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO).
Mapa Rodoviário Estadual, escala 1:1.000.000, 1999. (Base cartográfica)

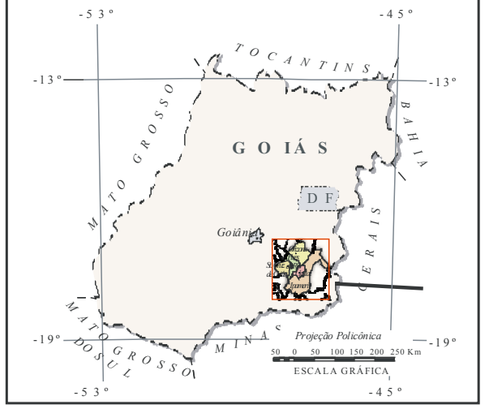
Organização:

MATOS, P. F, 2009

Elaboração Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

MAPA DE SITUAÇÃO



Além disso, para ser integrado, verifica-se o dispêndio de um grande volume de capital para a construção da estrutura produtiva que conta padrão de galpão a ser seguido tanto no tamanho quanto nas instalações necessárias. Para iniciar a atividade, são necessários, no mínimo, dois galpões,[104]sendo que os recursos para a construção destes devem ser próprios, porque o sistema de financiamentos foi excluído por falta de parceria entre a Nutriza e os bancos, como explica Secretário da agricultura[105] do município de Pires do Rio:

> *As normas do plano de financiamento quando é do sistema de integração eles exigem um convênio, o CONVIR- Convênio de Integração Rural [...] se vou financiar no banco eu tenho que dar minha terra em garantia, só que esse convênio, o banco, quer, além da garantia da terra, o banco quer outra garantia da empresa e a empresa não quis fazer o convênio, porque as cláusulas do convênio têm muitas exigências que eles não quiseram. Com isso os produtores foram penalizados de conseguir recurso, tem dinheiro no banco para financiar, tem gente que quer fazer, só que não conseguir financiar. Todos os galpões construídos nos últimos anos são de recurso próprio. [...] em função disso, e também das exigências de 15 km, a expansão das granjas tem ocorrido só por membros, filhos e genros do grupo Tomazine.*

Nos últimos cinco anos, para se tornar um integrado, é necessário que a localização das granjas esteja num raio de até 15 km do abatedouro. Essas normalizações comprovam o caráter concentrador da atividade, tanto em relação ao espaço, quanto ao perfil dos integrados, que foi se modificando de acordo com a expansão da empresa. No contexto atual, os integrados são, na maioria, conforme o gerente de integração da Nutriza, empresários, comerciantes e políticos. A grande maioria dos produtores integrados reside fora das propriedades, e utilizam mão-de-obra contratada para a execução das atividades de criação. Esses integrados não têm a avicultura como a única atividade geradora de renda.

Nos primeiros anos da agroindústria, a integração, era voltada para os pequenos produtores do município e da região, os quais conseguiam financiamento junto ao Banco do Brasil para os investimentos necessários. Com a falta de financiamentos e os altos custos de

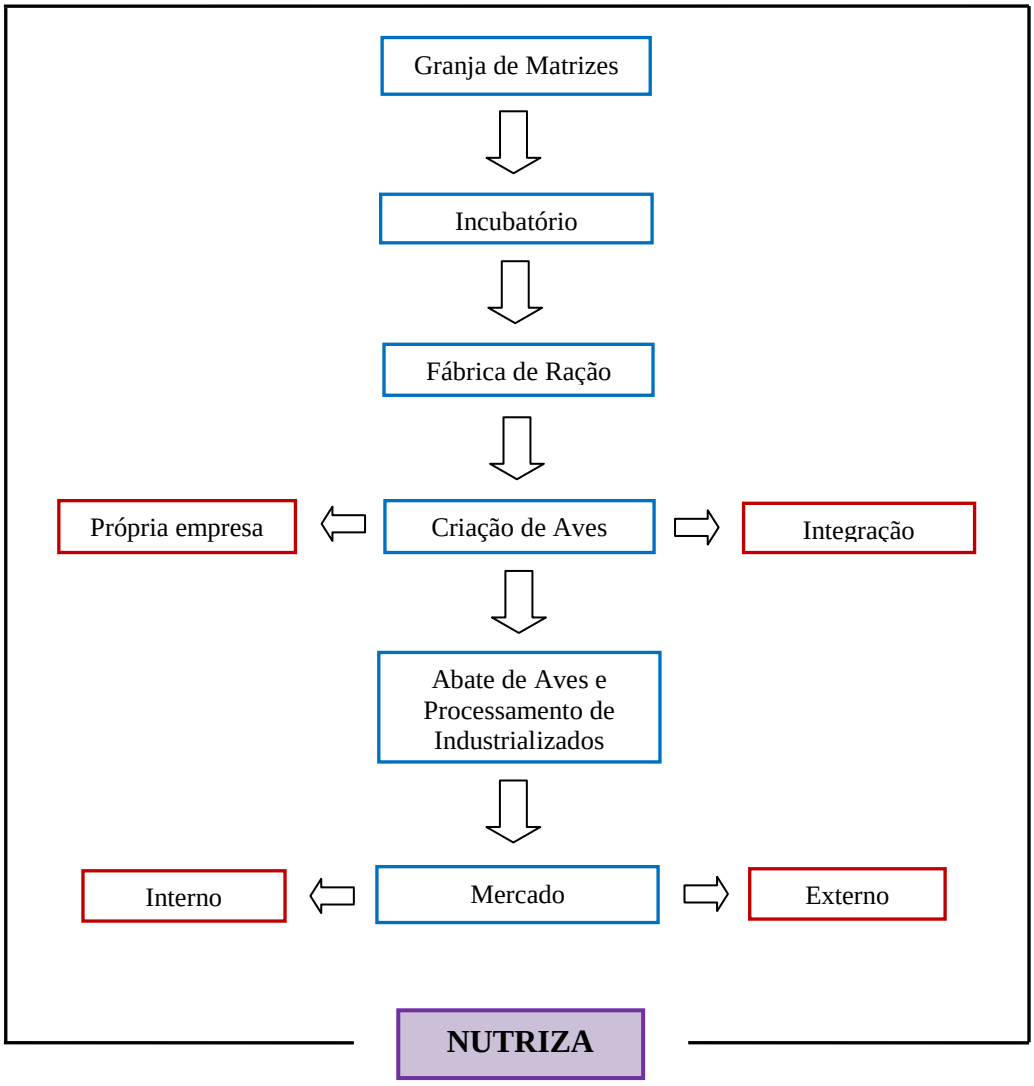
[104] Conforme o gerente de integração da Nutriza a construção de cada galpão custa em média R$ 200.000 mil reais.
[105] Gilmar T. Resende. Secretário da Agricultura do Município de Pires do Rio, gestão 2009 – 2012. Entrevista realizada em agosto de 2009.

investimentos, pequenos agricultores e outros sujeitos que não têm capital para investir na atividade foram excluídos do processo. Com isso, componentes do Grupo Tomazine estão expandindo a quantidade de granjas, comprando terras (no máximo dois hectares) nas proximidades da Rodovia GO-330, no raio de distância exigida pela empresa. Observando-se as margens da rodovia, entre as cidades de Urutaí e Pires do Rio, percebe-se que o número de granjas tem aumentado freqüentemente. Da rodovia, é possível ver aglomerados de granjas construídas ou em construção. As granjas já fazem parte da paisagem desses lugares (Imagem 1). Logo, pode-se identificar essa paisagem como sendo um lugar especializado na produção aviária, com características semelhantes a outros locais que possuem agroindústrias dessa atividade.



Imagem 1–Pires do Rio (GO): vista parcial da Rodovia G0-030.
No detalhe, granjas nas proximidades da rodovia. Fonte: Google, 2009.
Fonte: Google, 2009.

A Nutriza é uma empresa verticalizada. Inicia o processo com o plantio do milho[106] para a produção de ração, possui matrizes poedeiras e incubatório para a criação das aves, fábrica de ração e abatedouro (Fluxograma 4). Isso permite maior agregação de valor aos produtos. A empresa domina todo o ciclo, que vai da produção de grãos à industrialização das carnes e comercialização.



Fluxograma 4 - Cadeia produtiva da Nutriza
Org.: MATOS, P. F., 2010.

[106] 70% do milho utilizado para ração é de produção própria segundo o gerente do sistema de integração. Entrevista realizada em junho de 2008.

Para agregar valor à produção agrícola do grupo, foi implantada no município de Pires do Rio, uma indústria de esmagamento de soja para a produção de óleo e farelo,[107] a Olvego. A indústria beneficia a soja produzida pelo grupo e também a proveniente de outros empresários rurais. Na chapada de Ipameri, o Grupo Tomazine[108] cultiva uma área de, aproximadamente, 15 mil hectares, 75% dos quais são destinadas para o plantio de soja e 25% para o de milho. O milho produzido na empresa rural do grupo é destinado para a fabricação de ração para criação das aves nas granjas próprias e nas granjas dos integrados.

As atividades agroindustriais, somadas ao comércio local e às atividades agropecuárias sustentam a economia do município de Pires do Rio. Pelos dados da SEPLAN, em 2004, a indústria foi responsável por 71% da arrecadação de ICMS do município, constituindo, portanto, a atividade mais importante, seguida do comércio varejista (Gráfico 21). A agropecuária contribui com 3%, a menor taxa de todos os municípios pesquisados do Sudeste Goiano.

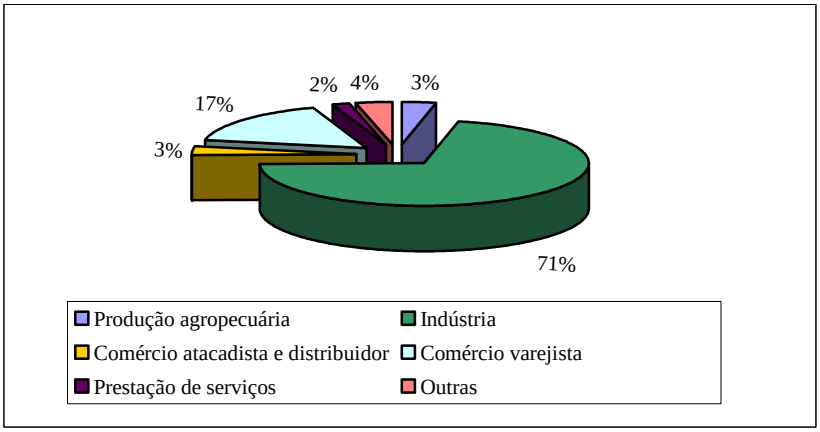


Gráfico 21- Pires do Rio (GO): ICMS por setor de atividade, 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

[107] Com capacidade de esmagamento de 700 toneladas/dia. (Dados disponíveis no *site* http//www.friato.com.br). Acesso em: 15 set. de 2009.
[108] Além de agroindústrias e produção de grãos, o grupo também atua no setor da pecuária no município de Pires do Rio e também no de Caldas Novas (município limítrofe a Pires do Rio).

Verifica-se, portanto, um grau expressivo de dependência da economia desse município às duas agroindústrias do Grupo Tomazine, principalmente a de avicultura. De acordo com informações do atual Secretário da Agricultura do município de Pires do Rio, a Nutriza responde por cerca de 60% da arrecadação de ICMS. Quanto aos postos de trabalho, a Nutriza e a Olvego empregam cerca de 1.500 trabalhadores diretos[109], com remuneração que, na maior parte, não ultrapassa um salário mínimo. Por não ter opções de emprego na cidade, a população fica subordinada às formas precarizadas de trabalho no complexo agroindustrial, uma vez que as opções de postos de trabalho, além das agroindústrias, restringem-se ao comércio local e aos serviços públicos. A precarização do trabalho ocorre em função dos baixos salários (em média, um salário mínimo), da inexistência de planos de saúde, da exposição dos trabalhadores aos cheiros fortes de frango, dos ambientes frios (câmeras frias) ou muito quentes (locais de depenação das aves) e dos ruídos que podem levar a patologias, como gripes, problemas pulmonares, auditivos, dores de cabeça e alergias.

Outro fator de precarização do trabalho nas agroindústrias é a organização do trabalho com base na especialização de atividades e na multifuncionalização.[110] O trabalho multifuncional ou polivalente tem sido adotado nas indústrias avícolas como uma estratégia do capital para aumentar a intensidade do trabalho. Fica sob a responsabilidade de um único trabalhador a execução de várias atividades. O trabalho em equipe e a rotatividade dos trabalhadores em diversos setores visando reaproveitar o trabalhador que já está adaptado à lógica de produção da empresa em outro setor constituem artimanhas do capital para aumentar

[109] Esses dados constam no *site* da empresa. http:// www. friato. com.br. Acesso em: 15 set. de 2009.

[110] A organização do trabalho no fordismo tem com uma das principais características a produção em série, extensa mecanização e crescente divisão do trabalho; o toyotismo a produção flexível. A organização do trabalho nas indústrias tem sido baseada no fordismo e no toyotismo, ou seja, acumulação flexível. Para Harvey (2006) a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Sustenta-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo da descontração industrial, da financeirização da economia, da revisão do papel do Estado e da intensificação e precarização do trabalho e fragmentação classe trabalhadora.

a exploração do trabalho. Além de Pires do Rio, a Nutriza recruta trabalhadores nas cidades vizinhas, Orizona, Palmelo e Urutaí.

> *Temos deficiência de mão-de-obra em todos os setores. O pessoal daqui é devagar para não falar que é preguiçoso. Por isso, temos que ir em busca de pessoas em cidades vizinhas. A nossa empresa é a fonte de emprego de Pires do Rio, funcionamos em dois turnos, mas tá cada vez mais difícil encontrar pessoal.*[111] *(P. J. S.)*

Não bastando deter o poder econômico do município, o Grupo Tomazine conseguiu consolidar-se na política. Primeiramente, um dos membros desse Grupo foi deputado estadual (1995 a 1998). Posteriormente, no ano de 2000, outra pessoa do Grupo, uma mulher foi eleita prefeita da cidade, permanecendo no cargo até 2008, ou seja, por dois mandatos. O domínio político, seguramente, ampliou o poder econômico do grupo, consolidando suas empresas como as principais geradoras de emprego e renda para o município.

O Grupo de empresários ligados às atividades agroindustriais, desde que se territorializou em Pires do Rio, foram se apropriando do território, conforme os seus interesses econômicos. A política constitui um fator de fortalecimento do domínio econômico, aumentando com isso, as relações de poder. Por isso, a atuação desse grupo deve ser lida sob a ótica das relações de poder exercidas para a ampliação de capital. O território usado por esses sujeitos expressa as intencionalidades e as forças de domínio, materializadas por meio das territorialidades configuradas tanto no meio urbano quanto no rural.

Para Raffestin (1993), no território, as relações de poder são expressas pelas próprias práticas dos sujeitos, podendo ser visíveis ou não. Ainda de acordo com esse autor,

> Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza com as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

[111] Iniciais fictícias, pois o funcionário não quis ser identificado. Entrevista realizada em junho de 2008.

A territorialidade constitui a consolidação das ações dos sujeitos sobre o território e das relações de poder por eles instituídas. Porém, como assevera Foucault (2004), onde há poder, há resistências, uma vez que toda relação de poder no território pode ser uma forma conflituosa em virtude dos diferentes interesses dos atores sociais. No caso de Pires do Rio, há seguramente pessoas que apóiam a ação do grupo empresarial, bem como pessoas que conseguem perceber o domínio de poder na economia do município, o que é refletido diretamente no contexto social.

Foucault (2004, p. 183) faz as seguintes considerações, importantes para se compreender as relações de poder estabelecidas pela expansão das agroindústrias em Pires do Rio:

> O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte do consentido do poder, são sempre centros de transmissão.

No sistema capitalista, o poder exercido em rede atende à racionalidade do capital. A rede de poder pode ser estabelecida no âmbito econômico, político, social e cultural, de forma isolada ou em combinação. A combinação de dois ou mais elementos potencializa e reforça as relações de poder no território.

A territorialização do capital agroindustrial em Pires do Rio, (re)desenhou as relações políticas do território e alterou a função econômica. As territorialidades engendradas por esse processo modificaram a economia local, conectando o território a diferentes escalas (regional, nacional e internacional) por meio do processo produtivo e da venda de produtos agroindustriais para diferentes partes do país e do mundo.

O domínio do território por esses sujeitos se dá principalmente através do domínio da economia. Além disso, a delimitação de seus territórios é visível naquela cidade, a começar pelas moradias, onde há um condomínio fechado na área central da cidade com todos os aparatos de segurança (muros com cerca elétrica e seguranças).

A territorialização do capital agroindustrial em Pires do Rio implicou em mudanças na funcionalidade da cidade, que tem a agroindústria como principal atividade econômica. Porém, os índices de crescimento econômico são totalmente contrários aos de desenvolvimento social. Uma evidência desse fato é a deficiência de serviços básicos, como coleta de lixo, esgoto e asfalto observados em visitas a campo. Conforme dados da SEPLAN, em 2008, apenas 23% da população da cidade era atendida por rede de esgoto. O rendimento salarial mensal, em Pires do Rio, em 2008, foi um dos menores do Sudeste Goiano, perdendo apenas para São Miguel do Passo Quatro, Orizona, Palmelo e Santa Cruz de Goiás.

O uso do território pelos agroindustriários demarca um tempo em que a economia é conduzida por essa atividade, e é responsável também pelas marcas contraditórias expressas nas relações sociais e na própria paisagem urbana e rural. O real significado da territorialização do capital agroindustrial em Pires do Rio, é a concentração de riquezas nas mãos de poucos, característica típica do sistema capitalista.

Assim, as ações combinadas do capital privado e do Estado transformaram a realidade produtiva dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona e Pires do Rio criados pelo estabelecimento de novas relações capital x trabalho. Essas relações, conduzidas pelas inovações técnico-científicas geraram desenvolvimento econômico, mas, em contrapartida, deixaram seqüelas ambientais e sociais, questões a serem discutidas no próximo capítulo. Vale pronunciar que não é intenção da pesquisa lamentar as mazelas geradas pela territorialização do capital do agronegócio, mas compreender suas tramas sociais, espaciais e ambientais que são mascaradas pelos números qualitativos e quantitativos da produção.

5 AS METAMORFOSES NO CAMPO E NAS CIDADES DO SUDESTE GOIANO

> *[...] o modo de produção capitalista continua a ser, em termos da história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de todos esses tipos de transformações física e social. A cidade é apenas uma maneira convencional de ver essa espécie de transformação; e o campo como agora quase todos sabem, é sem dúvida outra coisa. (WILLIAMS, 1989).*

5.1 A territorialização do capital no espaço agrário do Sudeste Goiano: formação de cidades do agronegócio?

A territorialização do capital no espaço agrário brasileiro tem promovido metamorfoses tanto no campo quanto nas cidades. Analisar as modificações causadas no meio urbano em função das territorialidades das demandas do agronegócio, permitirá compreender as "cidades do agronegócio" e, conforme atesta Elias (2006), verificar se os municípios pesquisados inserem-se nesse categoria.

Com o processo de modernização da agricultura, a racionalidade produtiva do campo, de forma direta ou indireta, interfere nas relações sociais, econômicas e culturais das cidades, imprime, a intensificação da relação campo-cidade. A intensificação da relação campo-cidade ocorre de modo proeminente com a expansão do capitalismo, porém, a modernização da agricultura é um dos fatores que permitiu que o campo e a cidade têm outros significados além de terem se tornado cada vez mais dependentes. Para Williams (1989 p.387-393),

> o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social e concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos organizacionais e físicas intermediárias e novas. [...] o modo de produção capitalista continua a ser, em termos da história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso e todos esses tipos de transformações física e social. A cidade é apenas uma maneira convencional de ver essa espécie de transformação; e o campo, como agora quase todos sabem, é, sem dúvida outra coisa.

Conforme Elias (2006), a modernização da agricultura, ao reestruturar o território, organiza um novo sistema urbano mais complexo, resultado da expansão da agricultura científica e do agronegócio, que têm o poder de impor especializações produtivas no território. Assim, as cidades que têm sua economia ligada diretamente ao agronegócio e que, por isso, sofreram/sofrem reestruturações tanto no campo quanto na cidade, são caracterizadas por Elias (2006) como "cidades do agronegócio", pois se desenvolvem e dependem em graus diversos dessas atividades, cuja produção se dá de forma globalizada. A autora cita exemplos evidentes de cidades do agronegócio: Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Matão e Bebedouro (SP), Luis Eduardo Magalhães (BA).

Nas cidades do agronegócio estão instaladas empresas fornecedoras de insumos químicos, revendedoras de máquinas e implementos, prestadores de serviços, agroindústrias, distribuição comercial, de eventos, de cursos técnicos ou mesmo superiores voltados para o setor agrícola, redes de supermercados, sistema financeiro. A consolidação dessas atividades, cada vez mais intensas, causa uma reestruturação espaço urbano, da relação campo-cidade e uma dinâmica econômica que possibilita confirmar essa cidade como "cidade do agronegócio," porque "vive" *do* agronegócio e *para* o agronegócio.

Nas áreas de Cerrado é possível identificar várias cidades em que a urbanização e a modernização de seu território se devem diretamente à expansão do agronegócio. Baseadas no desenvolvimento das atividades agrícolas e agroindustriais, muitas cidades, sobretudo, as médias e pequenas, têm fortalecido a dinâmica urbana e a expansão da urbanização. Também há cidades que "nasceram" a partir da inserção da agricultura moderna.

Assim, para compreender as tramas da agricultura moderna não são necessários apenas analisar produção em si e o uso de tecnologias, mas também todos elementos envolvidos nesse processo (os comércios de maquinários, de insumos, de fertilizantes, de assistência técnica, de a mão-de-obra especializada e a não especializada, enfim, todas as

demandas para efetivar a produção e a circulação). Por isso, é importante reconhecer que o agronegócio tem o poder de (re)organizar as cidades conforme as necessidades dele, sejam essas cidades próximas ou distantes do campo modernizado.

Santos (1994, p. 50), afirma que

> à proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo gerado no campo, nas localidades propriamente rurais, e mesmo, nas cidades, era, sobretudo, um consumo consuntivo, tanto mais expressivo quanto maiores os excedentes disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativos o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas.

Nos municípios que têm ou estão próximos ao campo modernizado, as cidades tendem a se tornar especializadas em demandas dessa atividade e tendem a constituir territórios propícios para a instalação de agroindústrias e de *tradings.* Entretanto, a racionalidade produtiva do agronegócio, apesar de "exigir" que suas demandas de produção estejam próximas para facilitar a ampliação de lucros, depende de aparatos (de produção e circulação) de diferentes escalas, locais, regionais, nacionais e internacionais, constituindo, portanto, o que pode ser chamado de agronegócio globalizado, ou seja, uma cadeia produtiva estabelecida em redes, que exprime o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos. O processo produtivo depende de uma série de agentes que podem estar próximos ou distantes dos espaços de produção. Normalmente, esses agentes pertencentes a uma rede nacional ou internacional do agronegócio territorializam-se em lugares "estratégicos" para sua reprodução, sobretudo, nos *fronts* agrícolas.

No Sudeste Goiano, nos municípios onde houve a territorialização da agricultura moderna, também se deu a inserção de equipamentos, no espaço urbano, para atender as

necessidades do agronegócio. Essas mudanças em maiores proporções em alguns municípios, podem ser visualizadas na paisagem urbana e no próprio cotidiano. São os fluxos de trabalhadores agrícolas, de mercadorias, de empresários rurais, de eventos, de cursos técnicos e superiores ligados a essa atividade e os estilos de vida trazidos pelos novos habitantes, contribuindo para compôr novas manifestações sociais e culturais, entre outros elementos que expressam as territorialidades urbanas ligadas ao agronegócio. No cotidiano do campo, também podem ser vistas as metamorfoses, por meio dos fixos e dos fluxos: máquinas, trabalhadores qualificados, precarização do trabalho, aparatos tecnológicos (telefone, *internet*), silos, enfim, um cotidiano criado *pelo* e *para* o capital.

As demandas do agronegócio, por se territorializarem com mais intensidade em algumas cidades do Sudeste Goiano, fizeram com que estas passassem exercer influência regional como é o caso de Catalão. No município de Catalão, juntamente com a dinâmica da produção agrícola, manifestou-se o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços para atender o agronegócio de vários outros municípios do Sudeste Goiano. Assim, o domínio de Catalão vai desde o local até o regional. A cidade de Catalão é considerada um pólo econômico regional no comércio e na prestação de serviços, (saúde, sistema financeiro[112] e educação). Todos esses setores, de forma direta e indireta, atingem e são atingidos pelo agronegócio, seja para o processo produtivo ou para atender o consumo dos empresários rurais e trabalhadores. Especificamente no campo da agricultura, nessa cidade estão concentradas empresas de agrotóxicos e fertilizantes, equipamentos agrícolas e prestação de serviços relacionados ao aparato técnico-científico do agronegócio. Algumas empresas, principalmente de agrotóxicos e fertilizantes, participam do financiamento da produção dos empresários rurais por meio do parcelamento da compra dos produtos em até seis vezes, além

[112] Em Catalão existem agências do Banco Itaú, do Bradesco, do HSBC, do Real, do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Em Campo Alegre de Goiás e em Orizona, há agências do Banco do Brasil e do Itaú. Em Ipameri, além destes, há a Caixa Econômica e Pires do Rio conta com agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Itaú e do Bradesco.

de oferecer carência para pagamento de trinta dias ou mesmo pagamento apenas após a colheita. Parte ou o total da dívida podem serem negociadas para serem pagas em grãos. A soja é o grão mais utilizado como moeda[113].

Os dados da tabela 31 possibilitam identificar o número de empresas ligadas, especificamente, ao agronegócio nas cidades de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Orizona. São empresas que promoveram mudanças no espaço urbano da cidade devido à movimentação e circulação de mercadorias, produtores, trabalhadores, além da própria materialidade das construções que, na sua maioria, têm arquitetura moderna e muitas estão instaladas em uma única rua[114], consolidando-se como especialidades: o arranjo produtivo do agronegócio.

Tabela 31- Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Orizona: estabelecimentos comerciais voltados para demanda do agronegócio, segundo atividade- 2009.

Categoria	**Quantidade por município**			
	Catalão	**Campo Alegre de Goiás**	**Ipameri**	**Orizona**
Máquinas agrícolas vendas e/ou reparos	12	3	1	1
Defensivos e fertilizantes	10	1	2	1
Consultoria	2	2	2	2
Vendas de sementes	7	-	-	1
Escritórios de representação comercial	-	1	-	2
Escritório de Venda de grãos	3	1	-	1

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2009 (agosto e setembro) e GUIA CATALÃO - 2009.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

As modificações causadas pelo agronegócio atingiram o espaço urbano de Catalão de forma efetiva e mais abrangente do que dos demais municípios pesquisados. O crescimento econômico atingido por esse município, após os anos 1970, tendo como base também a construção da Rodovia BR-050 que corta seu território e a implantação das mineradoras, proporcionou a ampliação da população e fluxo de pessoas, dinheiro e mercadorias,

[113] (PESQUISA DE CAMPO, 2009).
[114] Na cidade de Catalão a avenida. Dr. Lamartine concentra o maior número de lojas voltadas para o agronegócio. Essa avenida é saída para as áreas de chapadas no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, município de Catalão.

colocando Catalão em um nível de expansão superior a de outros municípios goianos. No que tange às territorialidades do agronegócio, não somente empresas e comércio para demanda local e regional foram consolidados nesse município, como também indústrias (Fotos 20 e 21) de fertilizantes, para atender todo o mercado nacional, como a Adubos Araguaia, a Bunge Fertilizante ADM e Aducat, e a indústria John Deere na fabricação de colheitadeiras.



Foto 20 - Catalão (GO): indústria de adubos no Distrito Industrial.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

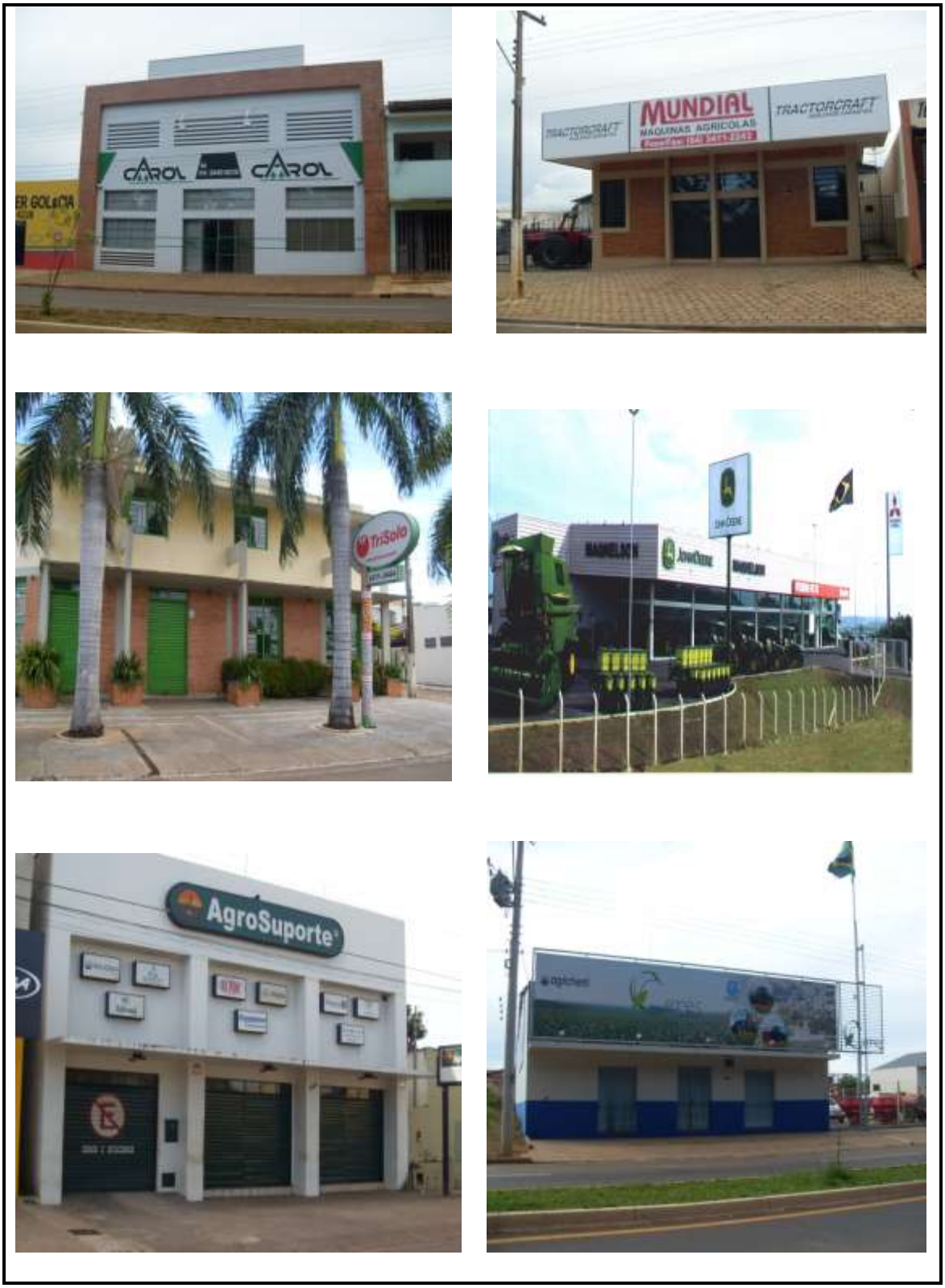


Foto 21 - Catalão (GO): vista parcial de indústria de adubos.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

Assim, na composição da paisagem urbana de Catalão, estão materializadas, de forma qualitativa e quantitativa, as demandas necessárias para a reprodução do agronegócio. Porém, Catalão não é uma cidade assentada no agronegócio tais como outras cidades goianas: Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e outras. No quadro 5, as fotos ilustram exemplos de atividades comerciais ligadas ao agronegócio em Catalão.

Nos municípios de Campo Alegre de Goias, Ipameri e Orizona, as cidades não passaram por grandes modificações no que se refere aos setores inerentes ao consumo produtivo, consumo associado às demandas da agricultura e também do consumo consumptivo, ligado às demandas dos produtores migrantes. No caso de Campo Alegre e Ipameri, uma das razões é a proximidade com a cidade de Catalão, 70 km e 50 km, respectivamente. Orizona dista de 50 km de Silvânia, que também é considerada uma cidade equipada para as demandas do agronegócio.

Em Campo Alegre de Goiás, as lojas que atendem, de forma direta, as demandas do agronegócio são poucos; em 2010 apenas duas lojas de defensivos agrícolas e fertilizantes sendo que uma é filial de uma loja instalada em Catalão. No ramo de máquinas, geralmente, as empresas rurais possuem oficinas com mecânicos especializados em equipamentos agrícolas, por isso, em Campo Alegre de Goiás, nas lojas de conserto e venda de peças, as peças de reposição são mais procuradas. Para diversificar os serviços, as oficinas mecânicas de máquinas agrícolas também fazem consertos de automóveis. No geral, o comércio desta cidade, voltado para o agronegócio, atende a necessidades menos complexas, de pouco investimento financeiro. Nesse sentido, Santos (2006) diz que a modernização agrícola, cuja regulação se faz no meio urbano, proporciona também, nas pequenas cidades, a estruturação de serviços e comércios específicos para essa atividade produtiva, ainda que sejam ligados somente às necessidades primárias ou básicas.



Quadro 5 - Catalão (GO): vista parcial de empresas de demandas do agronegócio- 2010
Autora: MATOS, P. F., 2010.

Melo (2008) afirma que o município de Campo Alegre de Goiás, em suas estruturas econômicas e espaciais, estão se adaptando e desenvolvendo novos conteúdos, à medida que se amplia a demanda por produtos, serviços e condições logísticas para a produção agroindustrial. A materialização dessas mudanças pode ser observada na paisagem (Fotos 22 e 23) da cidade, que comprova a territorialidade de algumas das condições gerais de reprodução do capital das empresas rurais, portanto, do agronegócio.



Foto 22- Campo Alegre de Goiás: exemplo de estabelecimentos de assessoria agronômica, 2009.
Autora: MATOS, P. F., 2009.



Foto 23- Campo Alegre de Goiás: vista parcial do pátio de uma loja de representação e comércio de máquinas e implementos agrícolas, 2006.
Autora: MELO, N., 2006.

Em Ipameri, observa-se que o espaço urbano denuncia a pouca interferência das demandas diretas do agronegócio, se comparar esse espaço com a produção de grãos. No setor de insumos e fertilizantes, apenas estão territorializados duas empresas; em termos de planejamento e assistência técnica, a cidade conta com dois escritórios. Porém, é importante destacar que a cidade foi palco da territorialização de empresas importantes na comercialização e beneficiamento de grãos, dentre elas a Carol[115] e a Caramuru (Foto 24).



Foto 24-Ipameri (GO): empresa de armazenamento e processamento de grãos.
Autora: MATOS, P. F., 2010.

As territorialidades decorrentes da modernização da agricultura no espaço urbano de Orizona são os escritórios de representação de insumos e fertilizantes, as lojas de assistência técnica e de vendas de sementes. Porém, mesmo contando com essas empresas, a situação de Orizona é semelhante à de Ipameri e de Campo Alegre de Goiás, uma vez que a cidade não tem um comércio suficiente para atender as demandas do campo moderno. É necessário, portanto, recorrer a Silvânia, Anápolis, Goiânia ou Catalão, principalmente em relação a maquinários. Na paisagem da cidade, não é possível ver que, naquele município, há o desenvolvimento da agricultura moderna com a produção de grãos, devido ao fato de a cidade

[115] A Carol possuem uma unidade de esmagamento na empresa rural Lasa Lago Azul.

ser pouco equipada em relação a outras cidades goianas que passaram pelo processo de modernização do campo. Já em relação à pecuária, a paisagem da cidade identifica-se essa atividade em virtude das inúmeras lojas desse setor, dos laticínios, da movimentação da cidade, em especial nas lojas, nos bancos e nas ruas, no dia em que os laticínios efetuam o pagamento dos produtores de leite.

Não diferente de outros municípios atingidos pela territorialização da agricultura moderna, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri e Orizona, passaram por novos conteúdos na relação campo-cidade. Seguramente, há cidades em que a modernização da agricultura afeta mais intensamente o meio urbano em virtude de fatores geográficos como a distância em relação a cidades com potencial econômico maior, políticos (favorecimento de inserção de atividades econômicas como agroindústrias capazes de modificar o conteúdo urbano) e econômicos (cidades que já possuem outras atividades econômicas que contribuem de forma significativa para o seu crescimento). Por isso, nem sempre as cidades mais próximas ao campo modernizado apresentam suas estruturas urbanas alteradas. Nesse sentido, Santos (2004, p. 334) que faz a seguinte consideração:

> [...] essa modernização dos campos acompanha-se quase sempre de um curto-circuito das pequenas cidades, que é reforçado pela tendência do circuito superior de se concentrar. A modernização agrícola supõe um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as pequenas cidades, e muitas vezes as cidades médias, não podem dispor. As grandes cidades abarcam o essencial das trocas com as regiões rurais em crescimento e as outras aglomerações da rede só deixam responsabilidade e lucros mínimos. O papel das pequenas cidades torna-se cada vez mais o de redistribuição, e cada vez menos, o papel de coleta.

A validade da afirmação do autor supracitado insere-se na realidade dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Orizona que, mesmo tendo um certo comércio ligado, direta ou indiretamente, às atividades agrícolas (lojas de insumos, maquinários, bancos etc), não se desenvolveram como a cidade de Catalão. Com isso, não ampliou-se a oferta de empregos e nem, conseqüentemente consumo nessas cidades. Em Campo Alegre, por

exemplo, os empregos para a população estão restritos aos empregos rurais do setor agropecuário, ao comércio local e aos cargos públicos. Mas, na agricultura empresarial, à oferta de empregos especializados e permanentes é reduzida em virtude da mecanização. A demanda do trabalho temporário é maior, em função de alguns cultivos do município que necessitam do trabalhador para a colheita, como é o caso do café e dos hortifrutigranjeiros (Foto 25). No entanto, é necessário ressaltar que mesmo o cultivo podendo ser todo mecanizado, ainda há utilização do trabalhador no período da colheita como ocorrem com a cana-de-açúcar (Foto 26). É no trabalho temporário que se encontram as formas mais precarizadas, com falta de transporte adequado (Foto 27) equipamentos de segurança, alojamentos sem higiene necessária, entre outros.



Foto 25 – Campo Alegre (GO): vista parcial da colheita de cebola no Projeto PRODECER.
Autora: MATOS, P. F., 2008.



Foto 26-Ipameri (GO): corte da cana-de-açúcar realizada manualmente.
Autora: MATOS, P. F., 2007.



Foto 27- Ipameri (GO): vista parcial de transporte (caminhonete) de trabalhadores.
Autora: ROSA, A. S. 2009.

A racionalidade produtiva do agronegócio não apenas interfere na vida econômica e social do espaço urbano, como também na dinâmica do crescimento populacional, refletindo diretamente na distribuição espacial. Geralmente há redução da população rural, haja vista que o processo exclui produtores camponeses e trabalhadores. Essa exclusão ocorre com menos intensidade em alguns lugares em função da história política e social, das resistências e das disputas territoriais.

No gráfico 22, é possível verificar que os municípios do Sudeste Goiano seguem a tendência nacional de aumento das taxas de urbanização. Os dados de 1980 mostram que, naquele ano, Campo Alegre de Goiás e Orizona permaneciam com sua população rural superior à urbana. Já o gráfico 19 mostra situação contrária, isto é, população urbana superior à rural. No município de Orizona, desde sua formação, a população rural prevaleceu sobre a urbana. Essa realidade, quase única em Goiás, modificou-se na contagem do IBGE de 2007, quando a população urbana ultrapassou a rural em cerca de 960 pessoas. Pelos dados do gráfico 18, em 1980, a população rural de Orizona era quase o dobro da urbana. Nos anos subseqüentes, a população urbana sofre aumento, até chegar no ano de 2000 com 6.382 pessoas vivendo no espaço urbano e 6.685 residindo no meio rural. Em 2007, a população rural perde o predomínio para a população urbana (Gráfico 23).

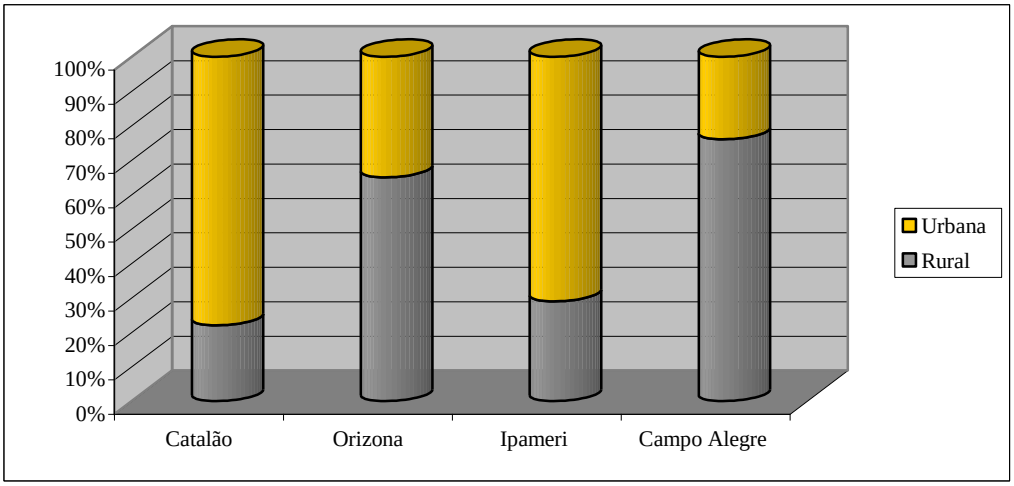


Gráfico 22 - Catalão, Orizona, Ipameri e Campo Alegre de Goiás: população rural e urbana em 1980 (%)
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

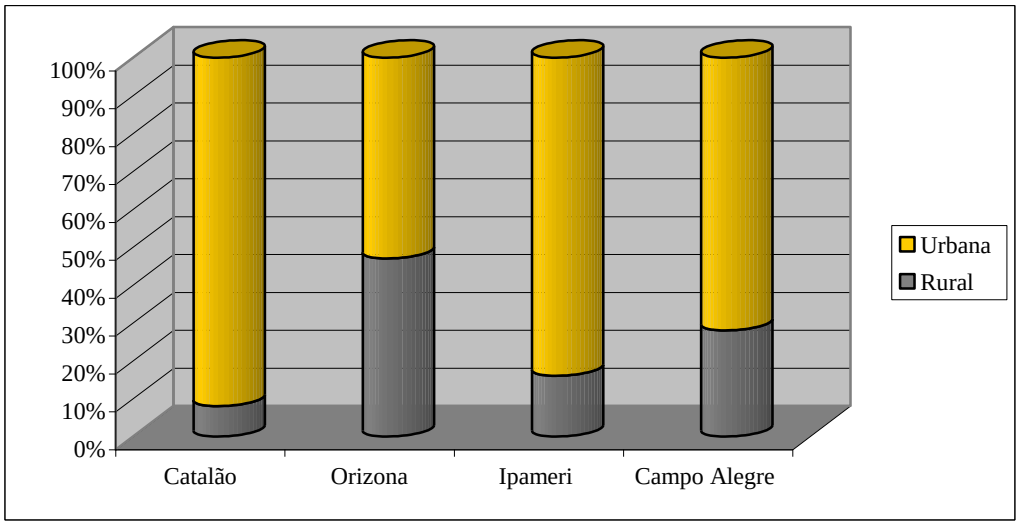


Gráfico 23-Catalão, Orizona, Ipameri e Campo Alegre de Goiás: população rural e urbana em 2007 (%)
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Quanto ao crescimento da população em geral, os dados do gráfico 24 mostram que em Ipameri, Orizona e Campo Alegre de Goiás, o aumento da população foi pouco expressivo nos anos analisados, situação oposta à de Catalão. Neste município, de 1980 a 2007, a população quase dobrou, passando de 39.172 para 75. 623 habitantes.

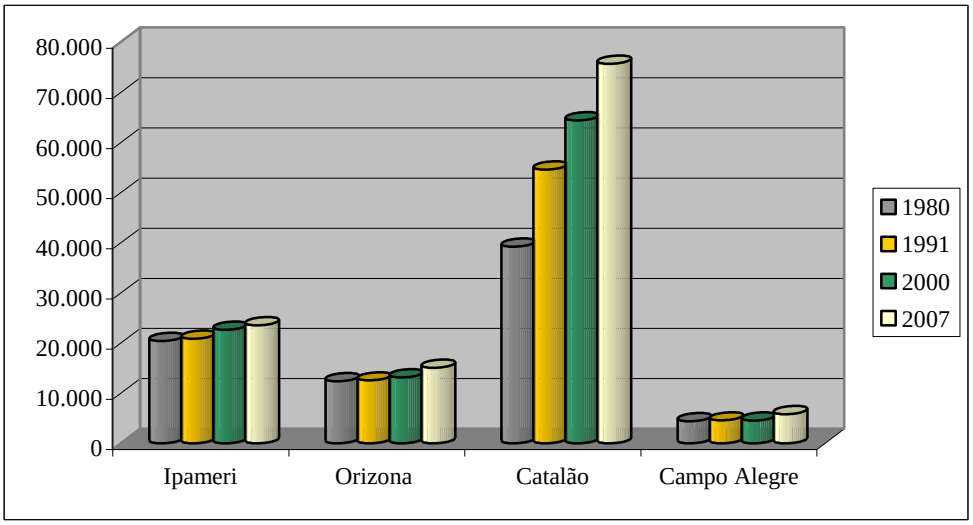


Gráfico 24 - Catalão, Orizona, Ipameri e Campo Alegre de Goiás: evolução da população, 1980 - 2007.
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980 e 1991 e estimativa populacional de 2000 e de 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Campo Alegre de Goiás é um município relativamente novo. Foi emancipado em 1953. Até então era distrito de Ipameri. É o município mais jovem dos municípios pesquisados e também o menos populoso. Em 2007, a população era constituída, conforme dados do IBGE, por um total de 5.767 habitantes. O crescimento populacional foi lento em relação a outros municípios do Sudeste Goiano em virtude, principalmente, das condições econômicas. Na década de 1950, o município contava com 4.497 pessoas, sendo que apenas 312 residiam no núcleo urbano. Nos anos 1960, o município obteve crescimento de, aproximadamente, 10% de sua população. Todavia, nos anos de 1970 o município perdeu 10% do total de habitantes, permanecendo com 4.457. Esse total sofreu ainda um decréscimo nos anos 1980. Somente a partir de 1991 que se observa um pequeno crescimento. Mas, verifica-se uma redução da população rural em detrimento da urbana, principalmente a partir de 1996.

Todavia, não foi um fenômeno que impulsionou o crescimento populacional do município. Um dos motivos para explicar esse fato é que os produtores migrantes, isto é, os empresários rurais optam por residir na cidade de Catalão (distante a 70 km) ou na cidade de

Cristalina (distante a 110 km) por serem cidades maiores e com mais infraestrutura urbana. Há casos em que os empresários rurais paulistas ainda residem em suas cidades de origem, vindo, quinzenalmente, em suas empresas. Muitos desses empresários também possuem propriedades em outros estados e, além da atividade agropecuária, atuam em outros setores da economia. Os trabalhadores especializados das empresas rurais como administradores, agrônomos, técnicos agrícolas, mesmo de outros estados, também optam por morar em Catalão, conforme relata um administrador de uma empresa rural de Campo Alegre de Goiás:

> *Eu fico durante toda a semana na fazenda e aos finais de semana retorno para Catalão, porque mesmo sendo uma cidade pequena, tem mais opções de lazer, bons restaurantes, colégios para os filhos estudar, escola de inglês, enfim, tem mais oportunidades e tá ficando cada vez melhor*[116].

Sobre isso, relata a atual prefeita da cidade[117]:

> *Naturalmente os produtores escolheram as cidades vizinhas maiores para residir com suas famílias, devido as infraestruturas que essas cidades oferecem. Usam pouca a cidade, mas não deixa de ter sua importância. Também não vieram para a cidade grandes indústrias, lojas para atrair pessoas de outros lugares.*

Além de produtores e trabalhadores optarem por residir na cidade de Catalão, há casos de empresas rurais cujos escritórios administrativos estão instalados na cidade de Catalão como mostra a foto 28.

[116] Técnico agrícola, oriundo de São Paulo. Entrevista realizada em agosto de 2009.
[117] Maria Aparecida Siqueira, Prefeita de Campo Alegre de Goiás na gestão 2009-2012. Entrevista realizada em junho de 2009.



Foto 28- Catalão (GO): vista parcial do escritório de uma empresa rural do município de Campo Alegre de Goiás.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

Ipameri foi um dos municipios mais populosos do Sudeste Goiano nas primeiras três décadas do século XX. Após esse período, com a estagnação econômica, perdeu população, registrando, entre 1940 e 1960, decréscimo de cerca de 30%. Nas duas décadas seguidas, a população mantém-se estagnada ou com aumento pouco significativo. Em 2000, o índice de população desse município registrou crescimento expressivo, porém, ainda sem alcançar o apogeu dos anos 1940, cuja população atingira, aproximadamente, 25.000 pessoas (Gráfico 25) pessoas. Esses dados demonstram que a expansão do agronegócio não proporcionou o crescimento da população. Todavia, seguramente contribuiu para o êxodo rural no município, que apresentou diminuição de sua população rural de forma veemente após a territorialização da agricultura moderna.

No município de Ipameri, o anseio pelo retorno do desenvolvimento, tendo como pilar o agronegócio, gerou efeitos sociais, espaciais e ambientais, mas não surtiu o crescimento almejado na cidade, na economia e na sua população.

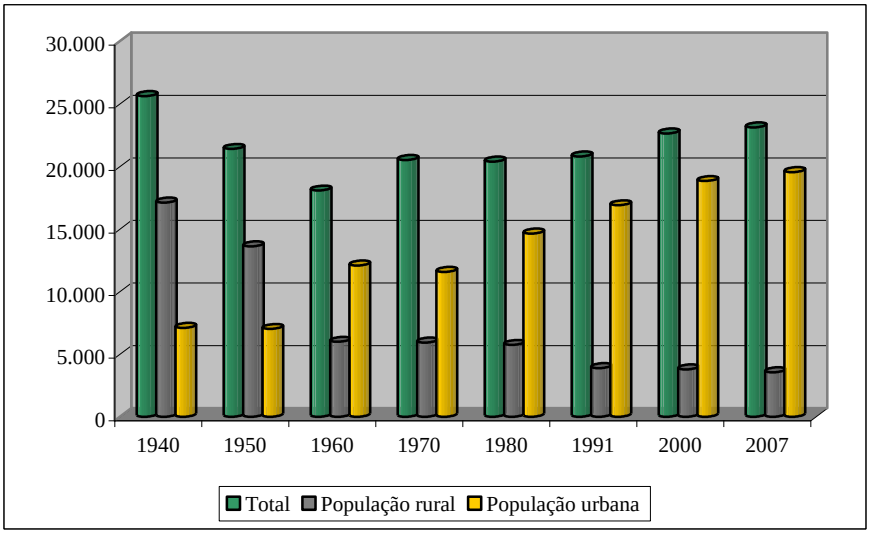


Gráfico 25 – Ipameri (GO): população entre 1940-2007 (anos selecionados)
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000 e estimativa populacional de 2007.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

A liderança regional de Ipameri nos primórdios do século XX foi "transferida" para a cidade de Catalão que no Sudeste Goiano apresenta maior população, mais indústrias, serviços e produção de grãos e no contexto estadual é um dos municípios de economia mais monetarizada. Na agropecuária, não liderou apenas na produção de grãos, mas também concentra outras importantes empresas do agronegócio, fortalecendo os fluxos de capital da atividade agrícola. Geralmente, as empresas instalam-se em locais estratégicos para receber matéria-prima e distribuir seus produtos para outros lugares. No caso de Catalão, a presença da rodovia federal BR-050, que liga São Paulo a Brasília em seu território é um ponto benéfico.

As indústrias também instalam-se em lugares que lhes oferecem condições vantajosas de infraestrutura e benefícios fiscais, característica da industrialização das últimas décadas, o que gera disputas e concorrências entre os lugares. Na atividade agropecuária, além dos fatores mencionados, as agroindústrias ainda requerem lugares com "vocação" econômica para essas atividades, o que torna ainda mais viável a monopolização do território.

A "vocação" econômica de Ipameri para o agronegócio tem sido propagada por autoridades locais e estaduais, com o intuito de expandir ainda mais essa atividade no

município. Ações dos governos municipal e estadual se solidificam na construção e ampliação da infraestrutura para atender às demandas do agronegócio, na disputa com outros municípios goianos pela territorialização de agroindústrias; na instalação de um pólo[118] universitário com curso superior de agronomia, entre outras ações, enfim, aparatos para a dinamização do agronegócio. Além disso, os empresários rurais também criam eventos para divulgar o agronegócio no município e na região, como é o caso da festa da cana-de-açúcar. Essa festa é realizada na empresa rural Lasa Lago Azul a cada final de safra, com o intuito de divulgar o cultivo. Os "dias de campo," promovidos por empresas rurais ou empresas distribuidoras de insumos agrícolas são caracterizados pela oferta de comidas típicas do Sul do Brasil, como o churrasco, têm o objetivo de divulgar o agronegócio (Foto 29).

Os eventos e festas relacionados ao agronegócio acontecem em todos os municípios pesquisados para divulgá-lo, comemorar as boas safra.Alguns se destacam pela espetacularização, como é o caso do *Rally* da Soja (Foto 30). Apesar de ter o nome *Rally,* o evento não é uma competição automobilística cronometrada, tampouco tem o objetivo de testar pilotos. Comumente, é um evento organizado por empresas de representação de defensivos agrícola com a finalidade de fazer monitoramento das lavouras, tendo a participação de agrônomos, empresários rurais e técnicos agrícolas, entre outros.

Destarte, é característica do agronegócio a realização de feiras, exposições para fazer divulgação e comercialização de inovações técnico-produtivas. Seja de alcance local, regional ou nacional, esses eventos, enquanto parte da cadeia agronegócio, expõem produtos para atender às demandas da agricultura modernizada, apresentando o que há de mais moderno no mercado para o processo produtivo, desde maquinários até a oferta de serviços e conhecimento[119].

---

[118] Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Ipameri. Nessa unidade, além do curso de agronomia há o curso de engenharia florestal.

[119] Nas exposições agropecuária dos municipios pesquisados, observou-se maior influência dos empresários rurais na cidade de Campo Alegre de Goiás.



Foto 29-Catalão (GO): Dia de Campo, realizado para divulgar os resultados da produção e produtividade de uma empresa rural no ano de 2010.
Autora: MATOS, P. F., 2010.



Foto 30- Fazenda São Cipriano na chapada de Catalão (GO): uma das paradas do *Rally* da soja realizado em fevereiro.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

No período técnico-científico-informacional, relações de produção no espaço agrário integram-se à dinâmica industrial com novas formas de produção e, conseqüentemente, geram novas formas de consumo movidas pela lógica do metabolismo social do capital.

> Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdadas das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e de sua distribuição. (SANTOS, 2006, p 304.)

Assim, a modernização agrícola, enquanto parte da reestruturação produtiva do capital no espaço agrário nacional e no processo de organização do território, carrega em seu bojo as formas de reprodução das relações sociais do modo de produção capitalista. Nas territorialidades da agricultura moderna se pode constatar com veemência a lógica (re)produtiva do capital nos lugares e nos territórios.

No meio urbano, as territorialidades para a reprodução do agronegócio, seja de forma material ou imaterial, têm cooperado para provocar alterações na divisão do trabalho, na ampliação do setor de serviços, na lógica espacial, na urbanização, nas relações sociais e culturais e na economia.

Em relação ao papel que o agronegócio exerce na economia dos municípios do Sudeste Goiano, observa-se que muitos municípios têm o agronegócio como a principal atividade econômica. No caso de Catalão, mesmo este município constituindo-se um importante produtor de grãos para Goiás em função da quantidade, de sua produção, a cidade não tem o agronegócio como principal atividade, sua economia está assentada, principalmente, nos segmentos mínero-metal-mecânico, com a instalação de empresas mineradoras no final dos anos de 1970, com a territorialização de indústrias automobilísticas na década de 1990 (a John Deere, na fabricação de colheitadeiras e a Mitsubishi, na produção de veículos Pajero TR4 Flex, Pajero Sport e a pick-up L 200 nas versões Triton, Sport e GL). A territorialização das indústrias automobilísticas e das mineradoras implicou o aumento de arrecadação advinda desse setor. No ano de 2004 o setor industrial participou com 43%, da arrecadação de ICMS do município de Catalão, seguido do comércio atacadista com 23% e da produção agropecuária com 22% (Gráfico 26). Indubitavelmente, a diversidade de atividades

econômicas constitui uma das características que diferenciam Catalão dos demais municípios do Sudeste Goiano.

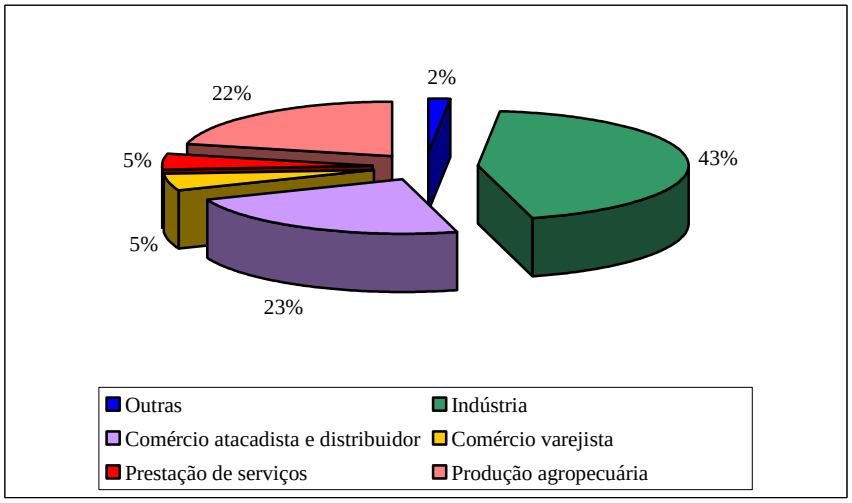


Gráfico 26- Catalão (GO): ICMS por setor de atividade - 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário Estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

Diferentemente de Catalão, em Campo Alegre de Goiás, as atividades agropecuárias lideram a economia do município, conforme os dados de arrecadação de ICMS. De acordo com os dados de 2004 (Gráfico 27), a produção agropecuária contribui com 60% do total arrecadado. Secundariamente, a indústria com 19%. As indústrias existentes no território de Campo Alegre são ligadas ao setor da agropecuária, como a Algodoeira Califórnia, no beneficiamento de algodão e a Agromen, na produção de sementes de soja, feijão e milho.

No município de Ipameri, as atividades agrícolas também representam uma atividade importante de sua economia, refletindo-se, diretamente no arranjo do seu PIB. No que tange à arrecadação de ICMS, o gráfico 28 apresenta a importância da produção agropecuária que representou em 2004, 28% da arrecadação. Além dessa atividade, destacam-se o comércio atacadista e a produção industrial. As maiores indústrias instaladas no município de Ipameri são ancoradas na atividade agrícola, como: Algodoeira Califórnia, no beneficiamento de algodão; Brasil Verde, empresa de reflorestamento e produção de madeira;

Usina Lasa Lago Azul, atua no segmento de produção de álcool e beneficiamento de soja; Caramuru Alimentos, que opera no recebimento de grãos, destinando-os ao mercado interno e externo.

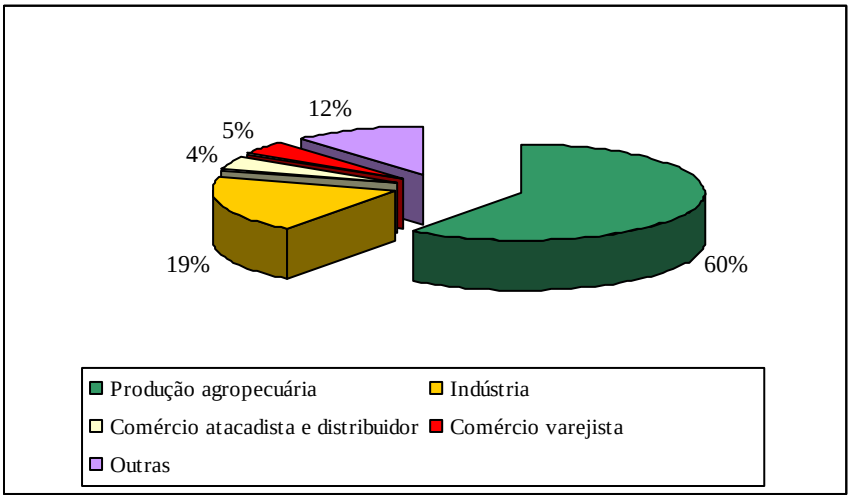


Gráfico 27 - Campo Alegre de Goiás: ICMS por setor de atividade - 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário Estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MATOS, P, F., 2009.

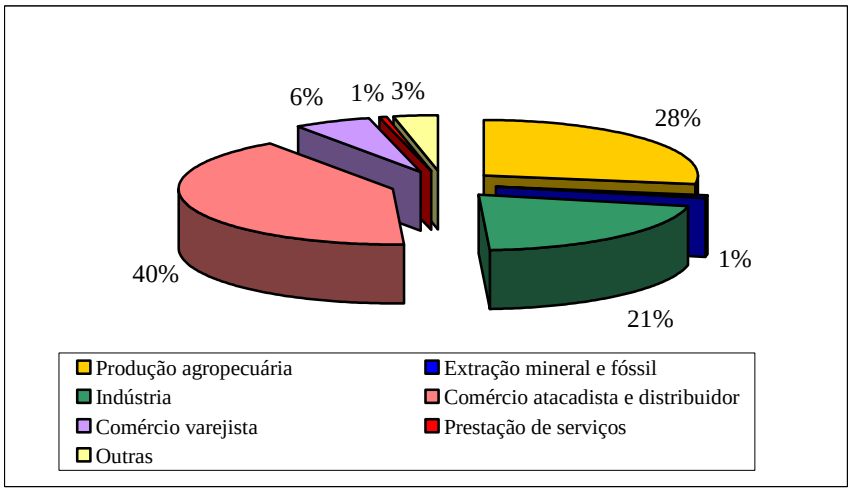


Gráfico 28- Ipameri (GO): ICMS por setor de atividade- 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário Estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MATOS, P, F. 2009.

Em Orizona, as atividades agropecuárias, juntamente com a atividade industrial, são significativas na economia do município, conforme dados expostos no gráfico 29. A atividade industrial participou na geração de ICMS foi de 49%, em 2004. Praticamente, a metade da

arrecadação é oriunda desse setor. No entanto, é importante considerar que as indústrias existentes no município estão ligadas à produção agropecuária: dois laticínios, no beneficiamento do leite; uma indústria de beneficiamento de hortifrutigranjeiros e uma de sementes.

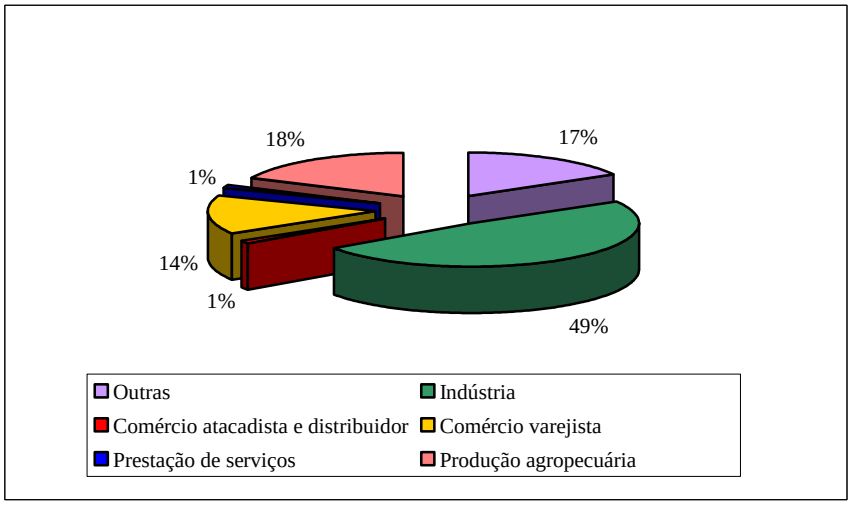


Gráfico 29- Orizona (GO): ICMS por setor de atividade - 2004
Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN. Anuário estatístico de Goiás, 2005.
Org.: MATOS, P. F., 2009.

O agronegócio constitui um dos elementos responsáveis pelo (re)dimensionamento da estrutura produtiva do Sudeste Goiano, após os anos 1980, e, conseqüentemente, pela nova dinâmica da relação campo-cidade. Porém, nenhum dos municípios pesquisados pode ser caracterizado como cidades do agronegócio: Catalão possui outros setores que movimentam os fluxos da economia com maior intensidade; Orizona não tem sua vida econômica e social no ritmo e de acordo com as exigências da produção da agricultura moderna; Campo Alegre e Ipameri, apesar de terem a economia voltada para a produção de grãos, não constituem cidades movimentadas conforme a racionalidade produtiva do agronegócio.

Alguns elementos como: número de empregos diretos e indiretos; geração ICMS; serviços especializados e hegemonia política dos empresários rurais são essenciais para se considerar uma cidade como sendo do agronegócio. Além disso, é preciso considerar a produção do agronegócio em rede.

O avanço das redes tanto materiais quanto imateriais, gera novos usos do território para a produção, permitindo não apenas a circulação de mercadorias, mas também a fluidez de informações e dados. Para Raffestin (1993), um dos trunfos do poder econômico atual é a utilização das tecnologias de informação. Um exemplo disso é o sojicultor que do Cerrado, por meio da *internet,* pode averiguar a cotação da soja nas principais bolsas de valores. Santos (2006) assevera que a informação constitui um instrumento das relações de produção e das relações sociais do período técnico-científico-informacional. Nessa perspectiva, a rede técnica é evocada como uma necessidade desse período, gerando uma materialidade técnica no território nunca vista em outros tempos. Sobre o movimento e a fluidez no território, Haesbaert (2006, p. 281) considera que

> se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui.

As redes são implantadas com o intuito de articular setores diversos da economia para os agentes do capital. Elas se formam a partir dos fluxos. É um par dialético: a rede não existe sem os fluxos e os fluxos não se firmam sem as redes. Desde que exista a circulação de bens materiais e imateriais, as redes se formam. Esses aparatos promovem a não homogeneidade de fluidez do território. Há, portanto, lugares que possuem maior dinamicidade de fluxos e movimento que outros, assim como ocorre uma modernização do território desigual. A territorialização das redes é um dos fatores de modernização do território. Assim, é importante destacar que o Estado não é o único que constrói as redes. O setor privado atua, de acordo com seus interesses, na construção de redes de transporte, de energia e de telecomunicações, ou opera como controlador de redes. A privatização de redes técnicas, ou como refere se Santos e Silveira (2008) a privatização do território, constituiu

uma das características das mudanças econômicas ocorridas na estrutura do Estado brasileiro nos últimos trinta anos.

Sejam privadas ou públicas para constituição das redes, criam-se fixos destinados a favorecer os fluxos e a fluidez no território. Para melhorar a fluidez, os fixos construídos são cada vez mais dotados de sofisticação técnica, possibilitando a circulação em tempo mais rápido, permitindo a ligação entre os territórios, assim como a troca de bens materiais e imateriais.

> Animados por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não passivas, as redes não têm em si mesmas seu principio dinâmico, que é o movimento social. (SANTOS, 2006, p. 277).

O movimento de fluidez inclui tanto localidades próximas quanto distantes, reduz o tempo, encurta distâncias e amplia espaços de domínio econômicos e políticos. No agronegócio, por exemplo, a ampliação de espaços de domínio é constante, tendo como um dos elementos, para tanto, os investimentos públicos e privados em sistemas de engenharias em todos os modais de transporte que permitem a fluidez da produção. Em muitos casos, não apenas no agronegócio, mas também em outras atividades, a exigência das empresas de construção de infraestrutura de circulação antecede a sua fixação ao lugar, pois de acordo com as afirmações de Santos (2006), não basta apenas produzir, é necessário colocar a produção em movimento.

Dias (2007) defende a idéia de que a rede como qualquer invenção humana, é uma construção social, em que grupos, instituições, indivíduos ou empresas desenvolvem estratégias de ordem política, social e econômica e se organizam em rede. A organização em redes é configurada tanto por formas quanto por normas. Nesse sentido, Santos (2006) afirma que a fluidez não é uma categoria técnica, mas, uma entidade sócio-técnica.

> Ela não alcançaria as conseqüências atuais, se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar paradoxalmente, pela chamada desregulação. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso. (SANTOS, 2006, p. 275).

Reconhecendo a importância das redes para o uso do território, Silveira (2007) argumenta que as redes devem ser entendidas como uma forma de organização espacial que expressa, simultaneamente, a condição e o resultado de uma racionalidade técnica, econômica, informacional e normativa, assim como resultado da dinâmica social e política. Assim, as redes, por si só, não explicam a reestruturação da dinâmica econômica e da organização do território. É necessário considerar as ações sociais estabelecidas *nas* e *pelas* redes. É por meio dessas ações que se percebe o domínio e a influência nas redes do Estado ou de agentes privados. Por isso, a concepção de rede não pode ser dissociada da concepção de poder, pois conforme argumenta Santos (2006), a existência das redes é inseparável da existência do poder. Para Raffestin (1993) as redes não são apenas a exibição do poder, mas, são feitas à imagem do poder, conforme o autor,

> Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

O interesse de grandes atores econômicos do agronegócio, como o do Grupo Maggi, por exemplo, pela construção de infra-estruturas viáveis para o fluxo do processo produtivo de grãos na região Centro-Oeste e Norte do país promove relações de poder sobre esses fluxos e a própria fluidez de grãos *dessas* e *nessas* regiões. Haesbaert (2006) diz que a própria rede pode tornar-se um território.

A organização da produção em rede faz parte das características da agricultura moderna e, portanto, do agronegócio. As redes como parte da estrutura produtiva do

agronegócio podem ser visualizadas nos espaços de territorialização da agricultura moderna. Observando-se o agronegócio no Sudeste Goiano, percebe-se a conexão da produção tanto nos níveis regional e nacional como no internacional. A Cargill, por exemplo, possui um escritório para aquisição de grãos na cidade de Catalão; compra grãos deste e de outros municípios do Sudeste Goiano. Os grãos adquiridos são enviados para a cidade de Uberlândia-MG para serem processados ou exportados. A organização da produção em rede também é observada nas empresas rurais, nas agroindústrias, enfim, nos segmentos do agronegócio.

Assim, o conceito de cidade do agronegócio não se aplica a todos os municípios que têm o agronegócio como a principal atividade econômica ou como uma das principais. E necessário, portanto, ter cuidado na aplicação de conceitos, pois, nem sempre conceitos formulados podem abranger múltiplas realidades.

5.2 O uso do território do Sudeste Goiano pelas empresas do agronegócio: Cargill, Carol e Caramuru

Uma questão importante a ser considerada é o uso do território do Sudeste Goiano por grandes empresas de comercialização e processamento de grãos (principalmente de soja) como a Caramuru, a Carol e a Cargill. A territorialização dessas empresas nos municípios do Sudeste Goiano demonstra a articulação do agronegócio dessa região com as principais empresas nacionais e internacionais do setor agrícola. As *tradings,* visando ter o domínio da produção e da circulação, implantam unidades em áreas que viabilizam sua reprodução. No caso do Sudeste Goiano, isso é confirmado.

No Brasil, a comercialização e o processamento de grãos são feitos por poucos grupos econômicos principalmente por multinacionais, constituindo, portanto, uma atividade concentradora. Na verdade, empresas de capital internacional têm grande domínio no

agronegócio brasileiro. A tabela 32 mostra as 20 maiores empresas no setor do agronegócio no ano de 2007 que atuam no Brasil; desse total, 11 são de origem estrangeira. Os altos faturamentos financeiros obtidos por essas empresas demonstram o domínio que elas têm no processo produtivo, no beneficiamento e na distribuição dos produtos agrícolas.

Tabela 32 - Brasil: as vinte maiores empresas do agronegócio no ano de 2007

Ordem em faturamento	***Segmento***	***Faturamento em 2007 (US$)***	***Origem do capital***
1-Bunge Alimentos	Óleos, farinhas e conservas	14.384,80	Holanda
2- Cargil	Óleos, farinhas e conservas	11.656,00	Estados Unidos
3- Souza Cruz	Fumo	10.385,70	Grã-Bretanha
4- Unilever	Óleos, farinhas e conservas	10.199,50	Grã-Bretanha
5- Sadia	Aves e suínos	9.592,70	Brasil
6- Perdigão	Aves e suínos	6.799,80	Brasil
7- Nestlé	Leite e derivados	6.613,90	Suíça
8- Bunge fertilizantes	Adubos e defensivos	6.167,40	Holanda
9- Basf	Adubos e defensivos	4.949,20	Alemanha
10-Copersucar	Açúcar e álcool	4.713,90	Brasil
11- JBS	Carne bovina	4.668,70	Brasil
12- ADM	Óleos, farinhas e conservas	4.605,80	Estados Unidos
13- LDC Brasil	Óleos, farinhas e conservas	4.423,90	França
14- Bracol Holding	Couro	4.123,70	Brasil
15-Suzano	Madeira e celulose		Brasil
16- Kraft foods	Óleos, farinhas e conservas	3.826,30	Estados Unidos
17- Klabin	Madeira e celulose	3.528,80	Brasil
18- Coamo	Óleos, farinhas e conservas	3.494,80	Brasil
19- Bayer	Adubos e defensivos	3.236,80	Alemanha
20- Dupont	Adubos e defensivos	3.014,60	Estados Unidos

Fonte: Anuário, Exame, 2006.
Org.: MATOS, P. F., 2009

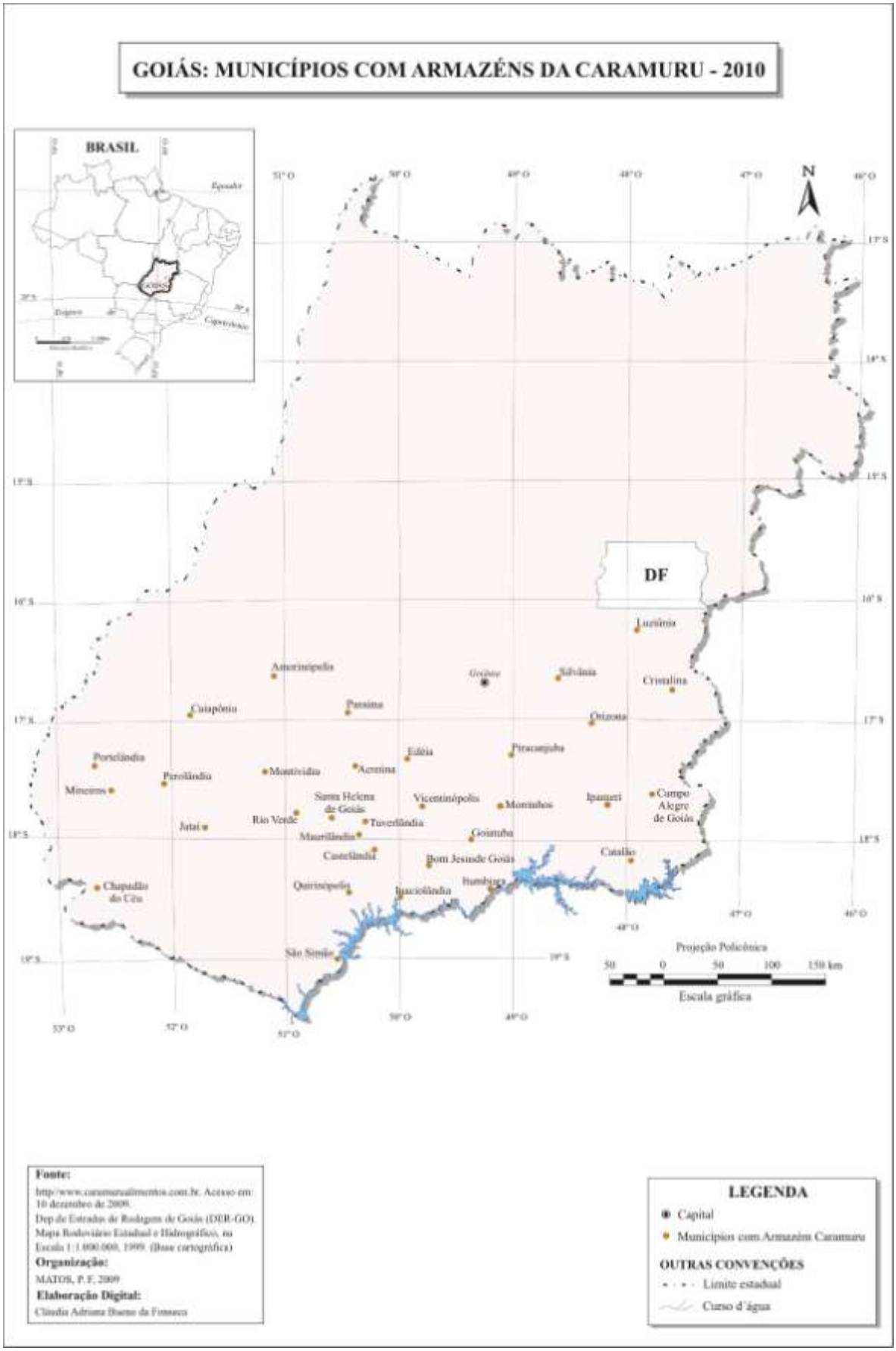
A Cargill, empresa de capital estrangeiro, é uma das *tradings* territorializadas no Sudeste Goiano. É uma das maiores empresas de processamento e exportação de grãos do Brasil e, também, a maior processadora de cacau da América Latina. Sediada em São Paulo, possui no Brasil unidades industriais, armazéns, escritórios e terminais portuários em cerca de 180 municípios de doze estados. No Sudeste Goiano, opera em Catalão por meio de um escritório para compra e venda de grãos e armazéns e em Campo Alegre de Goiás com silos para armazenamento de grãos.

A Caramuru é uma empresa de origem goiana com atuação em Goiás, no Mato Grosso e no Paraná. Atua na industrialização e comercialização de grãos. È uma das principais empresas no ramo de comercialização do Centro-Oeste brasileiro. A sede administrativa e uma das principais unidades de processamento estão na cidade de Itumbiara (GO). No Sudeste Goiano, opera por meio de unidades armazenadoras, situadas em Campo Alegre de Goiás, em Catalão, em Ipameri, em Orizona e em Silvânia. A rede armazenadora da empresa concentra-se mais no estado de Goiás, totalizando 47 armazéns em 37 municípios (Mapa 23). Em Goiás os armazéns estão concentrados em grande parte nas regiões Sudoeste, Sul e Sudeste Goiano, por causa de nelas, a grãos ser mais significativa. Além de Goiás, atua em 12 municípios do Mato Grosso e em um do Paraná. Nos três estados, soma um total de 61 armazéns com capacidade de 2.105.000 toneladas.

As unidades com maior capacidade de armazenamento estão sediadas nos principais municípios produtores de grãos de Goiás, como Ipameri (120.000), Chapadão do Céu (110.000), Montividiu (108.500) e em Rio Verde (95.500) toneladas (CARAMURU, 2009). No Sudeste Goiano, armazéns da Caramuru estão presentes nos cinco maiores municípios produtores de grãos. De acordo com o gerente regional[120] da Caramuru, estes armazéns recebem grãos dos municípios do Sudeste Goiano. Ipameri, com a maior capacidade armazenadora da empresa, recebe grãos de Piracanjuba, Cristalina, Luziânia, Ipameri, Pires do Rio, Bela Vista de Goiás, Cristianópolis, Santa Cruz de Goiás, Vianópolis, São Miguel do Passa Quatro, Gameleira de Goiás e Orizona. Em Orizona, funcionam com o sistema de armazenamento e transbordo.[121]

[120] Clayton Júlio Gonçalves, gerente da regional de Ipameri. Informações concedidas por *e-mail* no dia 6/08 e 12/11 de 2009.

[121] É utilizado pelas *tradings* e abrange todas as unidades que não possuem sistema de secagem e nem estrutura para armazenamento de grãos. Os grãos recebidos nessas unidades são enviados para os armazéns ou indústrias mais próximas para secagem, armazenagem, expedição e ou processamento.



Mapa 23- Goiás: municípios com armazéns da Caramuru - 2010

A unidade armazenadora de Catalão recebe grãos do próprio município, além de grãos dos municipios de Goiandira, Três Ranchos, Davinópolis, Nova Aurora, Corumbaíba e Campo Alegre Goiás, de onde, apesar de ter uma unidade armazenadora, quando a capacidade é ultrapassada, os grãos são enviados para a unidade de Catalão. O mesmo ocorre na unidade de Campo Alegre, que recebe grãos do próprio município e de Ipameri. Em virtude do volume recebido pela unidade de Ipameri, às vezes necessário destinar parte dos grãos recebidos para Campo Alegre. No Sudeste Goiano, a logística inclui o sistema rodoviário e o ferroviário[122]. O escoamento ferroviário da Caramuru no Sudeste Goiano tem como destino Araguari (MG) e Vitória (ES), por meio da Ferrovia Centro Atlântica ou o Porto de Santos, via Uberlândia (MG), através da Ferroban.

A Carol é outra empresa de capital nacional que se territorializou no Sudeste Goiano. Está sediada em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás,[123] São Paulo, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Atuam nas áreas de comercialização de grãos, sementes, agrotóxicos, fertilizantes, industrialização e lojas de vestuário. Nos municípios do Sudeste Goiano atua em Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Silvânia, conforme quadro 6.

As empresas Carol, Caramuru e Cargill territorializaram-se em municipios do Sudeste Goiano que apresentam características estratégicas para a reprodução do capital. Como pode ser visualizado no mapa 23, os municipios onde essas empresas estão territorializadas são os maiores produtores de grãos do Sudeste Goiano. Além, dessas empresas, nesses municipios há a presença de representantes e revendedoras de produtos agrícolas de grandes empresas multinacionais como a Monsanto e a Bunge. Estas se

[122] Atualmente, o estado de Goiás possui 685 quilômetros de trilhos, pertencentes à Ferrovia Centro-Atlântica, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce e sucessora da antiga Estrada de Ferro Goiás e da Rede Ferroviária Federal. Essa empresa ferroviária percorre, com seus trilhos, a região do Sudeste Goiano, passando por Catalão, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, e também, Anápolis, Senador Canedo, chegando até a capital federal. (SEPLAN, 2009).

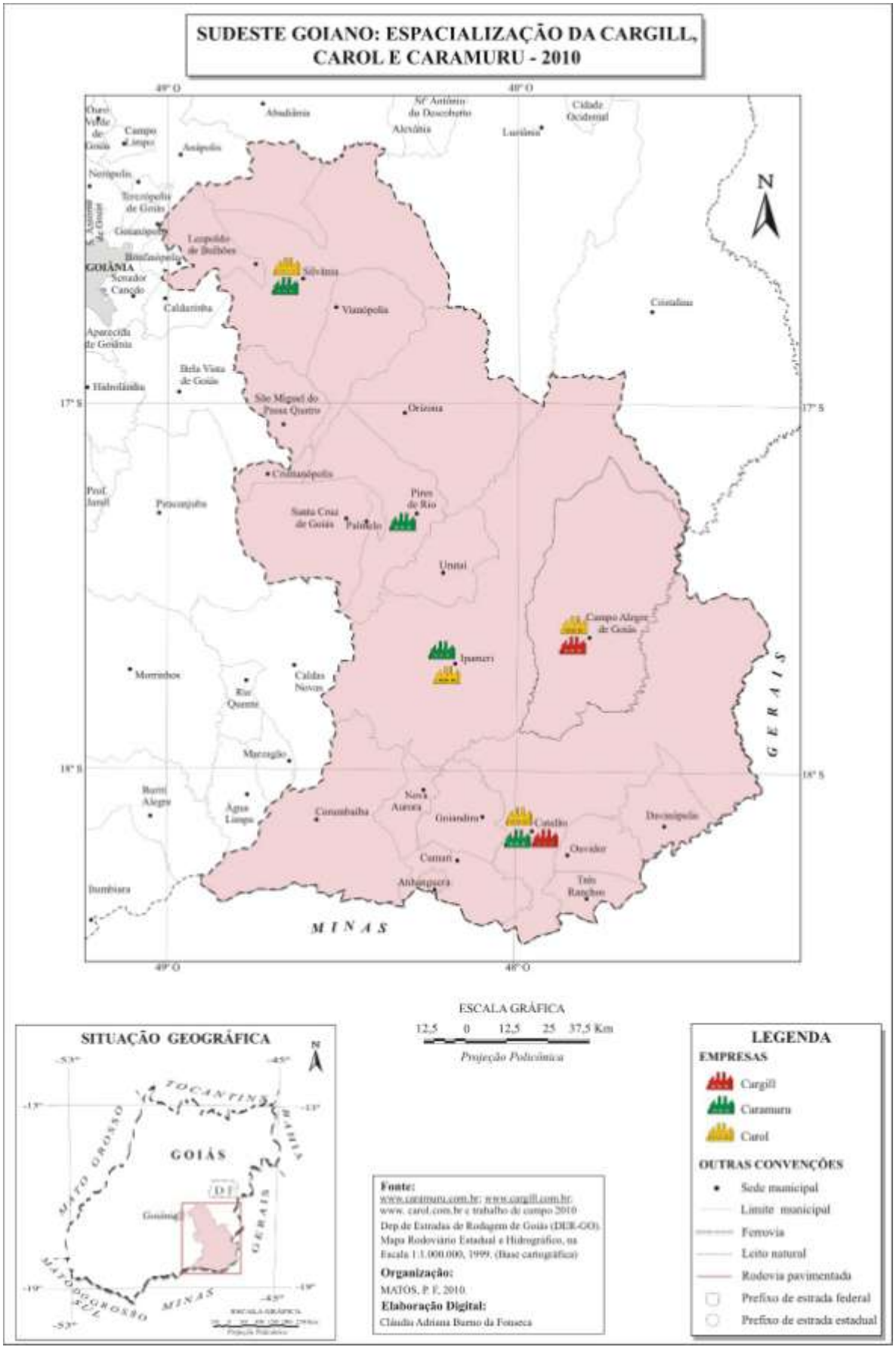
[123] Catalão, Cristalina, Goiatuba, Ipameri, Jussara, Morrinhos, Mozarlândia, Nova Crixás, Panamá, Piracanjuba, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, São Miguel do Araguaia, Silvânia, Uruaçu, Vicentinópolis. (Dados disponíveis no *site* htt//WWW.carol.com.br). Acesso em: 15 de set. de 2009.

distribuem de forma seletiva, concentrando-se nas cidades cujos campos possuem uma exigência mais ampla, demandando uma quantidade maior de insumos e produtos de alta tecnologia (FREDERICO, 2008).

Municípios do Sudeste Goiano	**Segmentos da Carol**
Catalão	Loja de vestuário e loja de insumos
Ipameri	Insumos, indústria * e silo
Pires do Rio	Loja de vestuário, loja de insumos e silo
Silvânia	Loja de insumos e silo

Quadro 6- Atuação da Carol nos municípios do Sudeste Goiano- 2009
Fonte: Carol, 2009.
Org.: MATOS, P. F., 2009.
* A indústria de beneficiamento de soja da Carol fica localizada na empresa rural Lasa Lago Azul.

Assim, a modernização da agricultura culmina com um novo uso do território não apenas pelos empresários rurais, mas, também por todos os agentes envolvidos na produção e em sua circulação, podendo ser de forma direta (lojas de defensivos e equipamentos agrícolas, escritórios de representação) ou indireta (lojas de veículos, alimentação, etc.). Esse novo uso do território deixa marcas em diferentes dimensões (econômica, política, cultural e ambiental). Essas marcas, às vezes expressas na paisagem são constituintes de conflitos, alianças e dominação. Por isso, devem ser interpretadas sob a ótica do poder e, portanto, do uso do território.



Mapa 23- Sudeste Goiano: espacialização da Cargill, Carol e Caramuru-2010

5.3 O agronegócio no Sudeste Goiano: a disputa pelo uso dos territórios

Pensar as disputas pelo uso do território no Sudeste Goiano, especificamente a territorialização do capital no espaço agrário, requer compreender que esse processo faz parte da dinâmica de reprodução do capitalismo nas áreas de Cerrado, que é palco de disputas de poder, de espaço e de uso. Mas, como compreender a gênese dessas disputas? Na verdade, as disputas pelo uso do território ocorrem desde as primeiras ocupações, porém intensificaram a partir da década de 1970 em função da modernização do território. Essa modernização projetada pelo Estado deu um novo valor para o Cerrado que remodelou a sua estrutura produtiva, dando-lhe destaque a nível nacional e internacional.

A produção agrícola e pecuária do Cerrado por meio da inserção de tecnologias modernas retirou essas áreas da desvalorização econômica. No entanto, a desvalorização da sua biodiversidade, permaneceu. Prova disso é a sua destruição de forma drástica (que será discutido no próximo item), ou seja, a valorização econômica custou a destruição ambiental. Essa perspectiva economicista valoriza o "cerrado apenas pela patente econômica fundada no critério de rentabilidade para a qual destrói enquanto vida. [...] impõe a vida para economia. Não uma economia para vida." (CHAVEIRO, 2008, p. 89).

Na realidade, a visão que se tem construída sobre o Cerrado, nas últimas décadas, é a de uma região com grandes potencialidades econômicas para a reprodução do capital, desconsiderando-se, portanto, sua biodiversidade, sua cultura e seus povos, os *Povos Cerradeiros,*[124] como os nomeia Mendonça (2004). O Cerrado não pode ser visto apenas

[124] Ser *cerradeiro* não é um atributo de quem nasce nas áreas de Cerrado, ou seja, não é um "atributo do território". A condição de ser *cerradeiro* implica na compreensão da relação simbiótica do ser social com a natureza, que resulta num ser uno, sem estabelecer as dicotomias e os dualismos impostos pela racionalidade iluminista e mais tarde científica.[...] Quando se indaga quem é o *cerradeiro*, não se está buscando apenas aqueles que ainda cultivam seus valores, tradições, saberes e sabores, mas também aqueles que partilham da compreensão e da importância dessas vivências para estabelecer nexos de solidariedade e do reconhecimento da diferença, e os que incorporam as suas visões de mundo o sentido de pertencimento, construindo uma identidade *sócio-territorial*. Ser cerradeiro é ser diferente. È ser diferente entre as muitas diferenças construídas pelos

pelas suntuosas monoculturas de grãos, como a soja. Ele deve ser visto também pelas danças, culinária, festas, *Paisagens Cerradeiras,*[125] enfim, por vários aspectos que vão além do agronegócio e do material. Assim, os diferentes interesses que se manifestam e se refletem nas formas de intervenção econômica, social e política designam o Cerrado como um território de disputas.

As disputas pelo uso do território do Cerrado vão desde a apropriação dos elementos naturais, como água, solo e vegetação, até elementos culturais, utilizados para aniquilar, destruir ou subordiná-los ao mercado. Além do uso, conforme afirmou Chaveiro (2008), o Cerrado está no centro de uma disputa de sentidos, filiações simbólicas, econômicas e políticas.

No Sudeste Goiano, as disputas por territórios são, logicamente, mais visíveis em alguns municípios. Ocorre que as disputas nem sempre são caracterizadas por conflitos, mas da luta pela permanência na terra e pela (re)existência, que requer a superação da carência de políticas públicas de produção, crédito e assistência técnica. Essa realidade pode ser verificada na fala de um camponês do município de Orizona:

> *Vivê no campo, hoje em dia, é muito difícil, porque num tem muito incentivo pra produzir. Pra produzir o arroiz pro gasto, é mior ir na pratileira do mercado e comprar, porque os custo num compensa. Compensa pro grande que produz muito e o governo ajuda. Ocê vê aqui, num tem um porco; tenho que comprar a banha, porque num planto o milho; milho compro só pra galinhas, porque também num dá para morar na roça e num ter um ovo para fazer biscoito, para servir de mistura. [...] a renda nossa aqui é do leitinho e da minha aposentadoria. Esses grande aqui que tira muito leite, tem dinheiro para investir, mais nois, pequeno, tem que ir lutando com o que tem. (2009).*

A realidade vivida pelo camponês do município de Orizona não é uma especificidade local, faz parte da conjuntura das políticas agrícolas de beneficiar o empresário

---

Povos Cerradeiros. E valorar ações e atitudes que escapam aos olhos dos racionalistas cientistas, que interpretam os territórios, os lugares, as regiões a partir das megas estruturas políticas e econômicas, sem, contudo, enxergarem que elementos da cultura e das formas de expressão dos *Povos Cerradeiros* podem ser apropriados por uma ação política emancipadora (MENDONÇA, 2004, p. 327).

[125] Paisagens naturais do Cerrado formadas por sua cultura, suas formas de trabalho e suas relações de poder e com a natureza.

rural, a grande produção, com o discurso de que esses sujeitos são responsáveis pela produção agrícola no Brasil. Nas pesquisas de campo, observou-se que muitas famílias de comunidades rurais vivem basicamente de aposentadorias, porque não têm incentivos para produzir. Mas, também há camponeses que driblam a falta de incentivos e fazem pequenos "pedaços de chão" produzir não apenas para *sobreviver*, mas para *viver* com mais qualidade de vida.

No Sudeste Goiano, a luta *pela* terra dos trabalhadores rurais sem-terra por meio dos movimentos sociais, notadamente o MST também caracteriza as disputas territoriais. Esse movimento se territorializou no Sudeste Goiano a partir de 2002[126] nos município de Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Pires do Rio e Orizona. Desses acampamentos, no município de Ipameri consolidou-se o assentamento Olga Benário. A consolidação do Olga Benário estimulou a mobilização de trabalhadores rurais de Ipameri e municípios vizinhos na luta pela terra. (Foto 31).



Foto 31- Ipameri (GO): acampamento as margens da rodovia GO-213.
O acampamento fica em frente uma empresa rural de produção de soja.
Autora: MATOS, P.F., 2010.

[126] De acordo com Mendonça (2004), o primeiro acampamento organizado pelo MST no Sudeste Goiano surgiu em 2002, às margens do Rio Corumbá, na divisa entre os municípios de Ipameri e de Caldas Novas, ocupando uma área pertencente a uma hidrelétrica. Em 2003, no município de Campo Alegre, a Fazenda Canadá foi ocupada pelo MST. Na ocasião a área da fazenda era para ser leiloada em função das dívidas do empresário rural com o Banco Brasil.

A luta de trabalhadores camponeses para permanência na terra contra o hidronegócio também é um exemplo de disputa pelo uso do território no Sudeste Goiano. Essa luta começou no município de Catalão com a construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão que desterritorializou cerca de trezentas famílias camponesas. Diversas lutas foram travadas pelo MAB[127] (Movimento dos Atingidos pelas Barragens), com o auxilio da Igreja Católica por meio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), da Universidade Federal de Goiás /*Campus* de Catalão, especialmente o curso de Geografia,[128] contra a construção da barragem Serra do Facão em função não apenas dos impactos ambientais, mas também dos custos socioculturais. Apesar da lutas travadas, os camponeses foram desterritorializados; perderam suas terras para a construção do empreendimento capitalista para geração de energia elétrica.

No caso dos camponeses a(s) disputa (s) pelo uso do território é para continuar nele vivendo e pela permanência dos hábitos culturais, tradições, saberes, muitas vezes acumulados secularmente, passados de geração para geração, que não devem ser desprezados ou extintos pelo progresso e pela modernidade. A permanência das tradições culturais constitui uma forma de resistência dos camponeses, principalmente no que se refere à produção, que é centrada em um conjunto de conhecimentos, na relação de reciprocidade com a natureza e na qual a terra não é vista como uma mercadoria, objeto para reprodução de capital. "[...] o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola

[127] Em Goiás, a luta dos atingidos por barragens começou em 1989 quando um movimento de população atingida pelo aproveitamento hidrelétrico Foz do Bezerra no rio Paraná, apresentou relativa mobilização, sendo, portanto, pioneiro na ação contra o capital barrageiro. A partir dessa experiência surgiu a luta contra a barragem Serra da Mesa, no Rio Tocantins, concluída em 1997. Outra atuação do MAB foi com a construção da barragem Cana Brava na bacia do rio Tocantins. No Sudeste Goiano, o movimento começou a atuação por meio da CPT e de alguns professores do Curso de Geografia da UFG/ *Campus* Catalão, que começaram a orientar os atingidos. Para uma melhor orientação, os atingidos recorreram ao MAB nacional. A partir da constituição do MAB no município de Catalão, este passou a conscientizar a politizar as comunidades atingidas e não atingidas sobre as conseqüências ambientais e sociais da construção de hidrelétricas e também, fez atos públicos, inclusive com uma marcha até Brasília, entre outras manifestações (MENDONÇA, 2004).

[128] Além do apoio ao MAB, professores do Curso de Geografia da UFG - *Campus* Catalão; Marcelo Mendonça, Helena Angélica de Mesquita e Laurindo Elias Pedrosa, desenvolveram projetos ligados aos efeitos ambientais, sociais e culturais decorrentes da construção da UHE Serra do Facão. Os resultados desses projetos foram divulgados por meio de artigos em revistas e em eventos a nível local, regional, nacional e internacional. Também foi produzido um vídeo intitulado "A luta dos camponeses do Vale do rio São Marcos: a barragem Serra do Facão" e pesquisas de mestrado.

comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente a natureza.”(FABRINI, 2010, p.83).

A modernização e as inovações tecnológicas não conseguiram destruir essas tradições, pelo contrário, há uma revalorização delas, porque são também elementos das lutas e disputas territoriais e constituem a identidade dos povos e da *paisagem cerradeira*. Chaveiro (2005, p. 54) ressalta que “a modernização, apesar de ser avassaladora e hegemônica não erradicou a tradição; esta embora resistindo, não se impõe. Mesmo que não se imponha, ora converge, ora conflita, ora se adapta aos novos signos modernizantes.”

A modernização, então, chega e impõe novos usos do território, mas não consegue aniquilar totalmente as formas existentes anteriormente ditas, muitas vezes, arcaicas ou atrasadas. Estas podem resistir ao tempo, ao capital e principalmente à modernidade. Muitos são os exemplos encontrados nos municipios do Sudeste Goiano, como o uso do carro-de-boi como meio de transporte; a matraca para fazer o plantio, o engenho para produzir o melado e a rapadura, a farinha de mandioca “feita no ralo”, a plantação de milho com sementes crioulas, entre outros (Fotos 32 e 33).



Foto 32 - Orizona (GO): uso do carro-de-boi no transporte de madeira.
Autora: PERREIRA, F. 2008.



Foto 33- Orizona (GO): equipamento de moer cana para produção de melado e rapadura.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

Mas, ao se pensar na organização da produção não se pode ser simplista, considerar que os trabalhadores camponeses articulam suas formas de produzir apenas do jeito tradicional, pois utilizam elementos tradicionais e modernos. Nas áreas de modernização da agricultura os usos do território vão se metamorfoseando, em muitas vezes, carregados de conflitos entre os sujeitos do local e os sujeitos de "fora". Estes, utilizam o discurso de serem trabalhadores e, portanto, responsáveis pela nova valorização do Cerrado, por meio da modernização, do aumento da produção, colocando o novo sempre como "superior" e "melhor" que o velho, que o tradicional (GIDDENS, 1991).

Os desdobramentos desse embate são vários. Nas relações de poder encetadas pelos empresários rurais, eles se consolidam como detentores do poder econômico e político, em escala local e regional. No Sudeste Goiano, é possível perceber que os sulistas dividem espaço econômico e político com os antigos fazendeiros, tradicionais, do município, com os comerciantes, com empresários urbanos e outras partes das elites locais. Os sojicultores, ou empresários rurais, são parte da elite das cidades, por seu poder econômico, possuindo as caminhonetes do ano (lançamentos do mercado) e residem em casas com mais de 400m^2; patrocinam festas ligadas ao agronegócio, como as exposições agropecuárias. Seus nomes são conhecidos e respeitados nos municípios. Além do poder econômico que os empresários rurais têm nas cidades, eles também exercem, direta ou indiretamente, o poder político do município e/ou do estado, fazendo alianças partidárias, candidatando-se a cargos públicos ou apoiando e financiando a candidatura daqueles que desejam ver no poder.

No município de Campo Alegre de Goiás, por exemplo, o poder político dos empresários rurais é exercido, principalmente por meio do patrocínio de candidaturas. A atual prefeita[129] ressalta que, normalmente, vence as eleições o candidato que os empresários rurais apóiam. O prestígio dos empresários rurais na vida política do município está materializado

[129] Maria Aparecida Fleuri Siqueira - Prefeita de Campo Alegre, gestão 2009-2012. Entrevista realizada em junho de 2009.

tanto nas relações sociais quanto na própria paisagem da cidade, como é o caso da escola, cujo nome homenageia um empresário rural (Foto 34). No município de Pires do Rio, os empresários do complexo agroindustrial assumiram diretamente o poder público local, governando a cidade por dois mandatos consecutivos (de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008).



Foto 34 - Campo Alegre de Goiás: vista parcial da Escola Municipal Luiz Fava.
O nome da escola é uma homenagem a um empresário rural do município.
Autora: MATOS, P. F., 2009.

Não é pretensão da pesquisa aprofundar nos aspectos políticos, porém é relevante, para o entendimento das metamorfoses sócio-espaciais, compreender como esses sujeitos atuam politicamente no território. O domínio político por parte dos empresários rurais não se dá apenas pelo financiamento ou candidaturas políticas. Vai, além disso. A edificação de cidades também constituiu projetos políticos de empresários rurais. No município de Ipameri foi erguido um vilarejo, em uma empresa rural, para alojar seus trabalhadores. O objetivo é que o povoado se tornasse uma agrovila e, posteriormente se emancipasse politicamente. Todavia, esse vilarejo, nomeado de Tomazinopólis,[130] ainda não passou de um vilarejo (Imagem 2), com uma população de cerca de 100 moradores a maioria, trabalhadores

[130] O Grupo Tomazine foi quem edificou o vilarejo. Para homenagear a família, o vilarejo recebeu o nome de Tomazinopólis. Esse grupo possui empresa rural no município de Ipameri e indústria processadora de frango (Nutriza) e de grãos (Olvego) em Pires do Rio, conforme ressaltou no capítulo 4.

permanentes e ou temporários da empresa rural que o edificou. Um dos donos[131] da empresa rural atribui o não crescimento do vilarejo à falta de apoio da Prefeitura de Ipameri.



Imagem 2- Chapada de Ipameri (GO): vista parcial de Tomazinopólis.
Fonte: Google, 2009.

Ainda no município de Ipameri, um empresário rural projetou a edificação de uma cidade, às margens da BR-050 e a denominou de *PG Ville* (Foto 35).



Foto 35- *PG Ville*.
Fonte: www. Ipg.org. br

[131] Francisco Tomazine. Entrevista cedida a Helianne da Costa Gondim, em novembro de 2007, na sua monografia de conclusão do curso de Geografia da UEG- Unidade de Pires do Rio.

No início de 2002, foi inaugurada a primeira edificação da *PG Ville*, o *Templo da Ciência*[132]. Mas, o projeto não foi levado adiante, devido à morte do seu idealizador. Sobre a edificação da cidade, o empresário rural[133], herdeiro da empresa relata:

> *O meu pai queria no inicio criar uma agrovila e futuramente ser emancipada, porque Ipameri é um erro geógrafico. É um município muito extenso, ficamos distante de lá 130 km, não temos apoio nenhum do município, nem escola eles quiseram montar aqui. Daí meu pai via quatro alternativas: anexar essas áreas da chapada ao município de Campo Alegre ou de Cristalina, emancipar Domiciano Ribeiro*[134] *ou criar a cidade.*

Nas áreas de Cerrado, e de forma particular no Centro-Oeste brasileiro, a construção de núcleos urbanos ou a emancipação de distritos por agentes do agronegócio constitui característica da expansão da fronteira agrícola. Para Arruda (2007), a urbanização e a construção de núcleos urbanos significaram a materialização das condições gerais necessárias à reprodução do capital industrial no campo, constituindo uma associação de interesses econômicos e políticos no espaço, assim como condições para a apropriação monopolista da terra, para a mobilidade do trabalho e a integração do território.

Assim, cumpre dizer, que os usos do território no Sudeste Goiano pelo agronegócio têm proporcionado interferências nos aspectos: econômico, social, político e ambiental. Especificamente no que se refere à questão ambiental, essa atividade tem deixado marcas de destruição no Cerrado, mostrando a perversidade do capital nos usos dos recursos naturais.

---

[132] Criado para ser um monumento da ciência, com estrutura de concreto armado revestidos de chapas de aço inoxidável. Essa estutura, em forma octógona, foi projetada para durar mais de 2.000 anos, segundo os cálculos de seu criador, Paulo Gontijo. No interior do templo, há paineis destacando biografias dos maiores pensadores na área de biologia, matemática, física, química e teologia. E, também existe um painel com a biografia de Paulo Gontijo e um sumário de suas principais obras: Teoria Energética e Teoria da Vida. Para mais leitura sobre o Templo da Ciência ver: GONTIJO, P. **Templo da Ciência.** Brasilia: Thesaurus, 2002.

[133] Paulo Gontijo Júnior.

[134] O município de Ipameri tem cinco povoados: Tomazinópolis, Vila Pacheco, Vendinha, São Sebastião e Lago Azul e dois Distritos: Cavalheiro e Domiciano Ribeiro. O Distrito Domiciano Ribeiro fica a 150 Km da sede do município e conta com uma população de 3.126 pessoas conforme dados preliminares do Censo Demográfico de 2010.

5.4 Cerrado? Cadê? o agronegócio e seus efeitos ambientais

A modernização da agricultura via expansão do agronegócio causou e ainda continua causando inúmeros efeitos negativos para a sociedade e para o meio ambiente. No que se refere ao meio ambiente, esse processo gera: desmatamentos, poluição e assoreamento dos recursos hídricos, poluição do ar, dos solos, desertificação, erosão, diminuição da biodiversidade e mudanças climáticas. Esses efeitos negativos para o meio ambiente são perceptíveis e identificáveis, principalmente nas áreas de produção do agronegócio, cuja prioridade são a produtividade e o lucro em detrimento da sustentabilidade ambiental. A necessidade de sustentabilidade ambiental só ocorre quando afeta a sustentabilidade econômica.

> A ideia de risco tem, no mundo empresarial, um sentido muito próprio, na medida em que um investimento contém, sempre, o risco de não dar certo. No mundo empresarial o investimento é remunerado de acordo com o risco que tem ou não de dar certo. Nessa ideia, está contida uma compreensão de que cada investimento privado, individual, se inscreve num ambiente em que os diversos agentes não têm o controle pleno dos seus efeitos e, por isso, há riscos. O contexto (o ambiente) não é uma simples soma das partes. Entretanto, se o mercado se mostrou hábil para encontrar mecanismos de remunerar os investimentos de acordo com seus riscos potenciais, o mesmo não se dá com relação aos riscos ambientais. (PORTO GONÇALVES, 2006, p.113)

Nesse escopo, vários biomas, ecossistemas e não só o Cerrado, estão sendo degradados em nome da produtividade do agronegócio, sustentado pelo discurso do desenvolvimento e da modernização. No caso do Cerrado, o discurso do “atraso” econômico, e de integração dessas áreas aos circuitos produtivos nacional e internacional viabilizou a expansão do agronegócio, degradando substancialmente a biodiversidade desse bioma. Essas degradações, conforme ressalta Chaves (2003, p. 71):

> São agravadas pela falta de conhecimento a apreço dos potenciais e limitações ecológicas regionais por parte de uma população oriunda de outras regiões, pela pouca expressividade de áreas conservadas sob o controle do governo, pela falta de um sistema eficiente de fiscalização/extensão florestal, pela falta de um ordenação territorial baseada nas potencialidades e limitações ecológicas, e finalmente, a

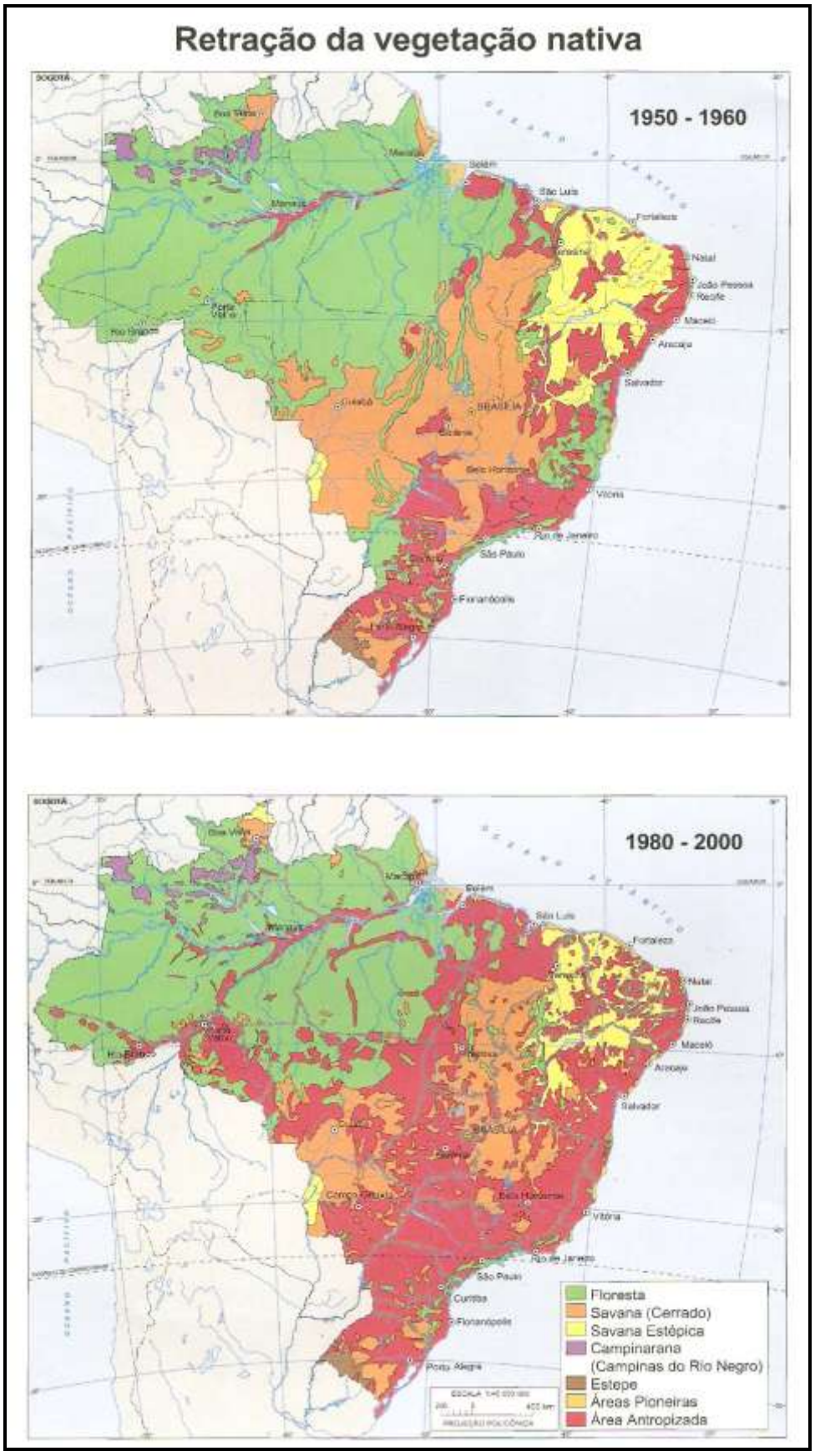
> existência de políticas e incentivos conflitantes com a preservação da sustentabilidade do aproveitamento econômico dos recursos da região.

Quando ocorreu a expansão da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado, não havia normas nem uma fiscalização intensa dos órgãos competentes para controlar o desmatamento do Cerrado. Para iniciar o processo produtivo, abriam-se "novas" áreas por meio dos desmatamentos, utilizando-se, sobretudo, o sistema de correntão.[135] A vegetação derrubada era, normalmente queimada, diversas espécies do Cerrado tornaram cinzas para ceder lugar às monoculturas de grãos. Não demorou muito para, ao invés de em cinzas, a vegetação do Cerrado ser transformada em carvão vegetal para atender às demandas energéticas das siderúrgicas. A implantação de carvoarias para retirada da vegetação para expansão da agricultura moderna e da pecuária foi se consolidando como prática de devastação do Cerrado, principalmente pós 1980.

Em meados da década de 1990 entrou em vigor a Lei Florestal, que proibiu o uso de lenha nativa do Cerrado para a produção de carvão vegetal. Porém, ainda há muitas carvoarias utilizando, de forma ilegal, a vegetação nativa do Cerrado para a produção do carvão. Além das conseqüências ambientais, é comum encontrar nas carvoarias trabalho escravo ou em condições precárias. De acordo com a Fundação Fundo para a Natureza – Brasil WWF (2006), o desmatamento do Cerrado é decorrente principalmente de duas atividades econômicas: a agricultura empresarial moderna com as monoculturas intensivas de grãos e a pecuária. Cerca de 80% do Cerrado já foram modificados pelo homem por causa da expansão da agropecuária, da urbanização e da construção de estradas (Mapa 24). Aproximadamente 40% do Cerrado ainda conservam, parcialmente, suas características iniciais e os outros 40% já as perderam totalmente, 19,15%, ainda possuem a vegetação original em bom estado de conservação e, apenas 0,85% do Cerrado encontra-se oficialmente em unidades de conservação (WWF, 2006).

---

[135] O correntão é uma das formas de desmatamento de áreas que não têm árvores de grande porte. Uma forte corrente é acoplada a dois tratores de esteira, arrastando-a e fazendo com que arranque a vegetação.



Mapa 24 - Retração da vegetação nativa no Brasil entre 1950-1960 e 1980 - 2000

A degradação do Cerrado, causada principalmente pelo desmatamento, transformou esse bioma em um grande emissor de CO_2 na atmosfera. De 2002 a 2008, o índice de desmatamento foi de 6,3%, tendo aumentando de 41,9% para 48,2% as áreas desmatadas. Nos últimos seis anos o Cerrado perdeu por ano 21 mil km², de sua cobertura vegetal, o dobro do que foi registrado na Amazônia (WWF, 2009).

È importante mencionar que também a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no Cerrado e não só de grãos, tem causado ultimamente o desmatamento para a abertura de novas áreas, conforme foi discutido no segundo capitulo. Além disso, os diversos projetos de construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) e Usinas Hidroelétricas (UHE's) nas áreas de Cerrado têm retirado a vegetação de milhares de hectares desse bioma e afogando suas terras. Para a formação do reservatório é retirada a vegetação nativa (Foto 36) e a fauna.



Foto 36- Catalão (GO): retirada da vegetação para formação do lago da barragem Serra do Facão. Autora: MATOS, P.F., 2009.

A construção de barragens cria ambientes artificiais, alterando a qualidade hídrica, físico-química e biológica, comprometendo as águas do Cerrado; causa a morte dos solos que, submersos, tornam-se inúteis para qualquer atividade, até mesmo, para reduzir o aquecimento global, pois os solos vivos são altamente absorvedores de calor, enquanto, os grandes

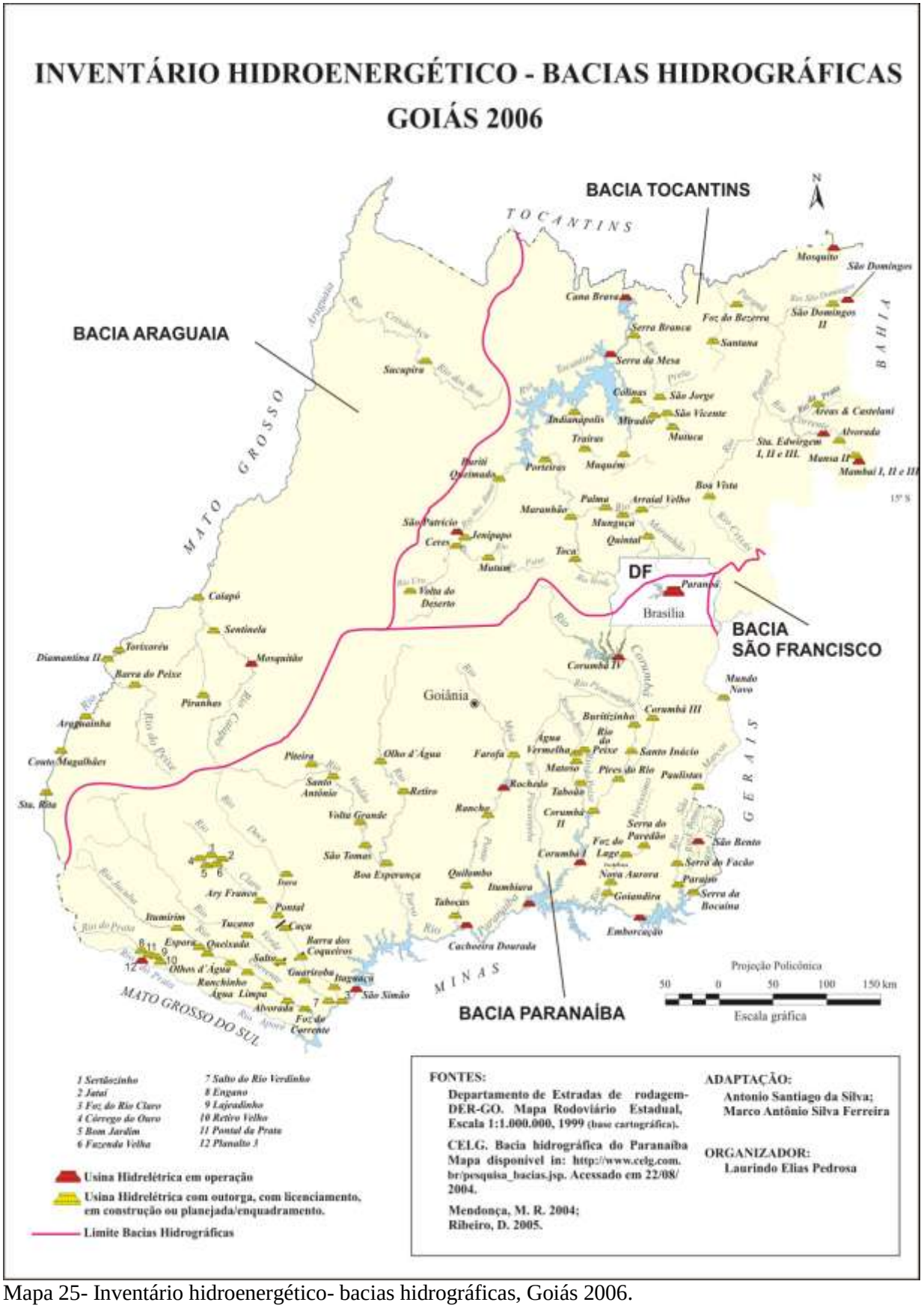
espelhos d'água funcionam exatamente ao contrário: refletem o calor e os raios solares contribuindo para agravar o problema (MESQUITA, 2009).

Em Goiás, a riqueza de recursos hídricos, permite um amplo aproveitamento hidrelétrico, por isso a proliferação crescente de projetos de usinas de geração de energia. No mapa 25, observa-se que o total de empreendimentos em operação ou em construção é superior a 100. Pedrosa (2007) afirma que os empreendimentos em estudo, enquadramento e licenciamento, somados às usinas em funcionamento, chegarão ao montante de um milhão de hectares de terras inundadas, que, na maior parte dos casos, estão ocupadas por pequenos e médios produtores que trabalham em regime familiar.

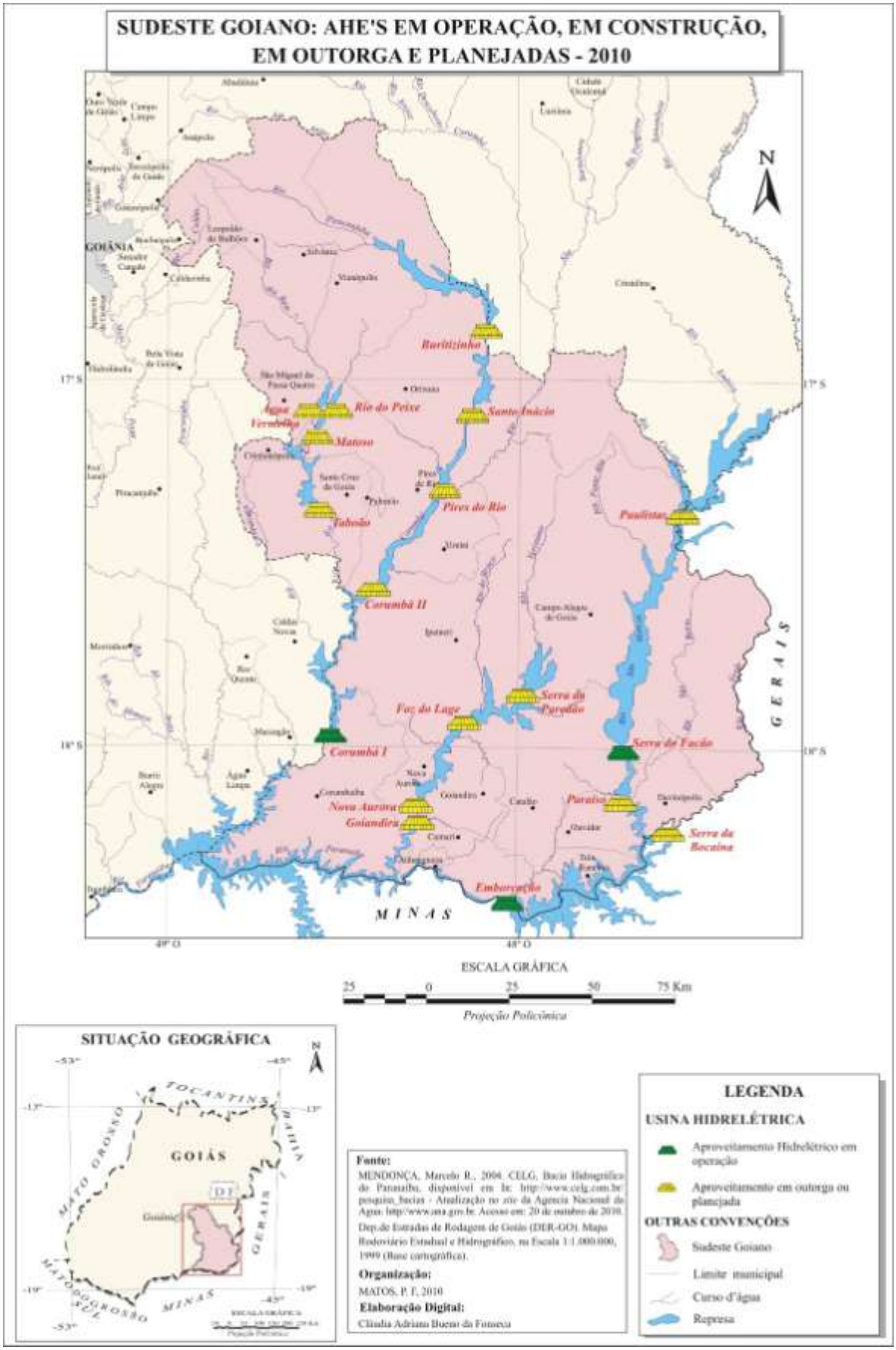
No Sudeste Goiano, há diversos projetos para produção de hidreletricidade, somando um total de 15, com outorga, com licenciamento, ou em construção, além das 4 usinas em funcionamento (Mapa 26). Das usinas em funcionamento, a UHE Serra do Facão construída no Rio São Marcos iniciou sua operação em outubro de 2010. O projeto da UHE Serra do Facão estava previsto para implantação em 2002, porém, teve a construção delongada por mais de cinco anos em função das irregularidades ambientais e no cadastro das propriedades das famílias atingidas. A construção desse empreendimento inundou 218,84 km², causando prejuízos ambientais e sociais.

Nesse contexto, é importante ressaltar que 90% dos empresários rurais entrevistados, disseram que apoiaram a construção da hidrelétrica Serra do Facão e de outros projetos de hidrelétricas no Sudeste Goiano, pois a falta de energia, principalmente para o processo de irrigação constitui um dos problemas para a expansão da produção, conforme expõe um empresário rural[136] da chapada de Catalão: "*sabemos que nem sempre a energia produzida fica na região, mas, pelo menos há o aumento de energia, porque hoje pode se dizer que a energia é um problema para nos produtores."*

[136] Entrevista realizada em novembro de 2009.



Mapa 25- Inventário hidroenergético- bacias hidrográficas, Goiás 2006.



Mapa 26- Sudeste Goiano: AHE'S em operação, em construção, em outorga e planejadas-2010

A abundância hídrica do Sudeste Goiano possibilita que algumas empresas rurais[137] implanta PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas) para produzir energia para consumo próprio (Foto 37). Há empresas que, além de gerar energia para o abastecimento da propriedade, vendem parte da energia produzida.

> *A nossa hidrelétrica é para abastecimento e venda de energia. Temos uma hidrelétrica que gera energia através de água vinda do rio Casteliano, que faz divisa entre os municípios de Ipameri e Cristalina e temos uma termoelétrica, cuja energia é gerada de bagaço de cana-de-açúcar. Essa energia é para o consumo da propriedade e a gente vende, estamos conectados no sistema nacional, temos medidores no ponto de conexão com a CELG. Eu não vendo para a CELG, eu pago um contrato de aluguel da rede dela, ela leva minha energia para quem eu vendo. (PAULO GONTIJO JÚNIOR.).*

Nessa empresa, a energia produzida,[138] tanto pela usina hidrelétrica quanto pela termoelétrica abastece a usina de cana-de-açúcar e de esmagamento de soja e uma vila com aproximadamente 400 moradores. A empresa conta com energia durante os dozes meses do ano. Já a venda de energia ocorre apenas no período chuvoso, já que a seca ocorre a diminuição da vasão de água do rio que abastece a hidrelétrica e é produzida menos energia.



Foto 37– Ipameri (GO): hidrelétrica construída em 1986 no rio Castelhano- empresa rural Lago Azul .
Fonte: Laza Lago Azul, 2009.

[137] Conforme pesquisa de campo no ano de 2009 foram encontradas PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas na Brasil Verde, na Lasa Lago Azul e na Ipuã, todas no município de Ipameri e uma PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas no município de Catalão, instalada no Rio São Bento.
[138] Pelos dados do SEPLAN, em 2004, a PCH teve 2,00 MW de potência.

Apesar das PCH's serem aparentemente uma forma mais eficiente de produzir energia, não causando grandes impactos como as grandes usinas hidroelétricas, o acúmulo de várias PCH's, principalmente em um mesmo rio, ou na mesma bacia hidrográfica, causa impactos ambientais significativos. Em Goiás, empresas do agronegócio, principalmente as usinas de produção de álcool e de açúcar, têm construído suas PCH's visando economizar custos com a energia elétrica. De acordo com dados da SEPLAN (2010), 6 usinas de álcool em Goiás[139] produzem sua própria energia.

A agricultura moderna causou e ainda causa vários tipos de impactos ambientais dos quais os mais facilmente percebidos são o intenso desmatamento e o uso demasiado dos recursos hídricos. O desmatamento, certamente é e ainda será um dos grandes vilões de destruição da biodiversidade desse bioma, haja vista que grandes empreendimentos capitalistas ligados ao agronegócio, principalmente da cana-de-açúcar e ao hidronegócio, com a construção de usinas hidrelétricas estão sendo cada vez mais requeridos pelo capital mundializado.

A expectativa de ambientalistas de que o Novo Código Florestal favorecesse com mais rigor a preservação dos biomas foi frustrada; deixou se ser esperança, para muitos ambientalistas, de preservação do Cerrado, em função de medidas como; encolhimento das APPs (áreas de proteção permanente), redução de 30 m para 15 m das APPs nas margens dos riachos (com até 5 m de largura), da não consideração das várzeas como áreas de proteção permanente, podendo ser desmatadas em decorrência de algum empreendimento, quando não houver alternativa técnica. Outro ponto controverso no Novo Código Florestal é a decisão de liberar algumas propriedades de manter uma área preservada, o que antes era exigido por lei. Com o Novo Código, em alguns estados, toda a terra da propriedade com até 400 hectares vai poder ser usada para a atividade agropecuária.

[139] U.S.J açúcar e álcool em Quirinópolis ; Lago Azul em Ipameri; Jales Machado S.A em Goianésia; Goiasa em Goiatuba. Dados disponíveis em: SEPLAN-Goiás em dados, 2010.

No Sudeste Goiano, principalmente nos municípios onde a agricultura moderna está consolidada, a vegetação nativa do Cerrado está desaparecendo. Isso se torna mais visível nas chapadas, onde a paisagem das monoculturas prevalece. As áreas de chapada parecem um tapete verde quando as lavouras estão na fase de crescimento, ou um tapete marrom claro, dependendo da cultura (soja, milho) no período da colheita, ou marrom mais escuro quando o solo está sem nenhum cultivo. É difícil avistar uma árvore nativa do Cerrado nas chapadas. Normalmente a vegetação do Cerrado nas chapadas é encontrada em pequenas "moitinhas", nas encostas onde não foi possível desmatar. Nas propriedades camponesas eram deixadas árvores no meio das lavouras que, geralmente, eram utilizadas para descanso, para fazer as refeições durante a labuta com a lavoura, ou então pelo significado cultural ou ambiental da árvore.

Ao visitar uma empresa rural na chapada de Catalão com um grupo[140] de professores perguntou-se ao empresário rural sobre as áreas de preservação, ele respondeu com ironia: "*olha o tanto de área verde*," referindo às lavouras de soja que estavam no período de crescimento, com a folhagem verde escura. Assim, observa-se que a preservação ambiental para os empresários rurais, significa normalmente, apenas o plantio direto (mas, apenas em função dessa prática aumentar produtividade). Falam com tranqüilidade, como se fosse normal, sobre a destruição das veredas, o desmatamento do Cerrado e sempre utilizando o discurso de que os danos ambientais são recompensados pela alta produção. Normalmente a sociedade apoia esse discurso, por acreditar que o agronegócio gera riquezas para a economia local, regional e nacional.

Mas, os problemas ambientais que se avolumam no Sudeste Goiano por conta da expansão da agricultura moderna não se resumem apenas aos desmatamentos; à exploração dos recursos hídricos, sobretudo, pela atividade de irrigação, constitui grave ameaça. O

[140] Visita realizada em novembro de 2009 com professores e alunos do Curso de Extensão: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais - vivências e convivências de cidadania, do Curso de Geografia da UFG/*Campus* Catalão.

Cerrado é uma importante área para a prática de irrigação por apresentar uma abundante rede hídrica; o Cerrado ostenta o título de "berço das águas" por abrigar nascentes das mais importantes bacias hidrográficas da América do Sul, como a Amazônica, a Platina e a do São Francisco.

Os indicadores da área irrigada da região Centro-Oeste demonstram o aumento do uso desse método de produção nas áreas de Cerrado a partir dos anos 1980. De um modo geral, a área irrigada no território brasileiro teve um aumento significativo após esse período, conforme dados da tabela 33. Esse aumento, principalmente no Nordeste, pode ser explicado, conforme Ramos (2001), pelos investimentos do governo em programas de irrigação, por meio da atuação da Companhia de Desenvolvimento da Vale do São Francisco (CODEVASf); do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e também do PRONI (Programa Nacional de Irrigação).

Tabela 33- Brasil: área irrigada (ha) por regiões, 1960- 2006

	ARÉA IRRIGADA (HA)						
Região	**1960**	**1970**	**1975**	**1980**	**1985**	**1995/5**	**2006**
Norte	457	5.640	5.216	19.189	43.244	83.023	149.761
Nordeste	51.744	115.971	163.358	256.738	366.826	751.887	1.207.388
Sudeste	116.174	184.718	347.390	428.821	599.564	929.189	1.367.143
Sul	285.291	474.663	535.076	724.568	886.964	196.592	1.377.422
Centro-Oeste	1.637	14.358	35.490	47.216	63.221	260.952	490.664
Brasil	455.433	795.291	1.085.831	1.476.532	1.959.819	3.121.644	4.601.288

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1960 a 1995/6 e estimativas do Censo Agropecuário de 2006. In: Agência Nacional da Águas (2008).
Org: MATOS, P.F., 2009.

Tal como a região Norte, no Centro-Oeste a irrigação é pouca expressiva se comparada às demais regiões brasileiras. A região Sul apresenta a maior área irrigada do país com 1.377.143 hectares, seguida da região Sudeste com 1.367.143 hectares e do Nordeste com 1.207. 388 hectares. A região Centro-Oeste, no entanto, apresenta a segunda maior área irrigada por pivô central (Tabela 34). Esse método constitui uma das formas mais caras de

irrigação e, geralmente, é implantado em estabelecimentos maiores para a produção em alta escala.

Tabela 34- Métodos de irrigação nas regiões brasileiras e nos estados da região Centro-Oeste (2003/4)

Regiões	***Superfície***	***Aspersão Convencional***	***Pivô Central***	***Localizada***	***Total***
Norte	84.005	9.125	2.000	4.550	99.680
Nordeste	207.359	238.223	110.503	176.755	732.840
Sudeste	219.330	285.910	366.630	116.210	988.080
Sul	1.155.440	94.010	37.540	14.670	1.301.660
Centro-Oeste	**63.700**	**35.060**	**193.880**	**25.570**	**318.210**
Mato Grosso do Sul	41.560	3.980	37.900	6.530	89.970
Mato Grosso	4.200	2.910	4.120	7.300	18.530
Goiás	17.750	24.350	145.200	10.400	197.700
Distrito Federal	190	3.820	6.660	1.340	12.010

Fonte: Estimativas de Christofidis (2005) In: Ministério do Meio Ambiente (2008).
Org: MATOS, P. F., 2009.

O uso da irrigação, principalmente por pivô central nas áreas de Cerrado, tem efeito negativo para o bioma, principalmente de diminuição dos recursos hídricos uma vez que são construídos reservatórios próximos ou sobre as veredas, nascentes e também são desviados as águas de córregos e rios para abastecer os pivôs. Além disso, a irrigação tem ocasionado contaminação química das águas e da biota, principalmente nas proximidades de pivôs.

Nos municípios de Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Catalão a maioria das empresas rural possuem sistema de irrigação. Algumas empresas se destacam ainda mais no uso desse sistema de produção por ter maior disponibilidade de água na propriedade e/ou por possuir mais capital para investir nessa atividade, uma vez que o gasto com a irrigação do tipo pivô central é muito oneroso. Segundo o engenheiro agrônomo Wilson Tartucci[141], geralmente, irriga-se no período da seca de 10 a 20% do total da área da propriedade. Algumas propriedades, ultrapassam essa porcentagem, chegando até a 30% do total da área. Por exemplo, a empresa Lasa Lago Azul, no município de Ipameri, cuja propriedade tem 20.000 hectares de terra. Desse total, irriga-se 5.300 hectares, isto é, aproximadamente, 26%

[141] Engenheiro agrônomo, proprietário da empresa Catalana Planejamento Assistência Técnica Agropecuária Ltda. Entrevista realizada em agosto de 2009.

do total da área. O que mais impressiona nessa empresa rural não é a quantidade de terras irrigadas, e tampouco, o número de pivôs dez pivôs centrais, responsáveis pela irrigação de cerca de 1.800 hectares, no restante da área irrigada utiliza-se a aspersão, mas a quantidade de represas, 114 no total. Esse número demonstra que a propriedade está inserida numa área rica em água, recurso este, muito explorado pela empresa.

A exploração da água nas áreas de chapada é tão intensa que ela constitui uma matéria-prima fundamental para a atividade agrícola no período da seca. A irrigação tem permitido, conforme a cultura, três safras anuais. Sem o sistema de irrigação, dependendo do cultivo, é possível apenas uma safra por ano. Assim, a irrigação é uma técnica que permite agregar valor a terra durante o ano todo, mas sem água disponível ou suficiente, a exploração dessa técnica não é possível. No Sudeste Goiano, a captação de água para abastecimento dos pivôs é feita em represas, que são construídos, em muitos casos, próximos ou sobre as veredas, gerando outra finalidade para esse subsistema do Cerrado: de fonte de água para irrigação (Fotos 38 e 39).

Sobre os efeitos de represamento das veredas, Ferreira (2003, p. 187) argumenta:

> A formação de reservatórios tem sido um dos principais fatores que vem degradando as Veredas. Para a formação dos mesmos, é necessário o alagamento de extensões que, na maioria das vezes, extrapolam até mesmo a área ripária da Vereda. Como conseqüência imediata, praticamente toda a vegetação é morta, até mesmo algumas espécies que são mais resistentes às condições hidrófilas, porem não suportam o afogamento de suas raízes, como é o caso do Buriti (*Mauritia vinifera*) e das gramíneas. O represamento, de imediato, modifica o ambiente lótico que passa a ser bêntico, com mudanças drásticas da fauna e da flora aquáticas; inunda extensas áreas, destruindo ambientes e terras, às vezes de alto valor agrícola, ecológico ou arqueológico; cria barreira ecológica para a migração de espécies da fauna, principalmente da ictiofauna e a mais cruel das conseqüências – a morte da Vereda.



Foto 38- Chapada de Catalão (GO): represa construída próxima de veredas para abastecer dois pivôs.
Autora: MATOS, P. F., 2005.



Foto 39- Chapada de Ipameri (GO): afogamento de vereda por conta do represamento.
Autora: MATOS, P. F., 2008.

Além da destruição das veredas, há poluição dos rios por defensivos agrícolas. A pesquisa realizada por Ferreira (2003) sobre a degradação das veredas nas áreas de chapada do município de Catalão, constatou altos índices de contaminação[142] da água por agentes químicos. Ainda conforme esse autor a contaminação é mais intensa no período da seca, decorrente da diminuição do fluxo de água nas nascentes e, por ser o período de maior atividade de irrigação.

A contaminação por agrotóxicos não é apenas nos recursos hídricos. A população, principalmente das comunidades próximas às áreas de chapada, também é atingida, e isso representa um grave problema de saúde.

[142] Segundo o autor foram realizadas análises duas baterias de amostras coletadas nos cinco pontos distintos localizados na área do Chapadão e em sua borda.

Outra questão preocupante é o assoreamento dos rios por conta principalmente dos desmatamentos. Esse problema é visível em muitos rios que cortam as áreas de chapadas do Sudeste Goiano (Foto 40), constituindo um grave problema para vazão da água e para a própria sobrevivência dos rios.



Foto 40- Rio São Bento - Catalão (GO): processo inicial de assoreamento.
Autora: MATOS, P.F., 2009.

Em depoimento, moradores das proximidades das áreas de chapada do município de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri se mostram assustados com a destruição avassaladora dos ambientes naturais pelo agronegócio. A destruição foi causada/ principalmente, pelos novos agentes de produção que, ao chegarem, vêm o Cerrado apenas como possibilidade de geração de capital e não como um bioma que aglutina biodiversidade, culturas e valores. A apropriação do espaço com propósitos econômicos suscita sentidos diferentes para a natureza e seus elementos. As veredas, por exemplo, têm um papel cultural e ecológico muito importante para os povos do Cerrado. Além de serem responsáveis pela alimentação de muitos rios, são utilizadas como aguada (fonte de água para beber) e pastejo para o gado; os frutos das árvores servem para alimentar animais; as folhas dos buritis são aproveitadas para cobrir casas e fazer artesanatos. Essas formas de uso das veredas são diferentes das do sojicultor que, interessado na rentabilidade econômica, destrói para plantar

ou utilizá-las no processo de irrigação. Os usos diferentes da natureza demonstram que o Cerrado é um território disputado por diferentes grupos, conforme os interesses sócio-econômicos.

A exploração dos recursos hídricos, no Sudeste Goiano, pelas atividades agrícolas tem sido possível em virtude da riqueza de água da região. Todos os municípios pesquisados são cortados por importantes rios (Mapa 26). Além disso, nas chapadas estão nascentes importantes para a formação destes rios, e além de um grande número de veredas.

É preocupante a destruição do Cerrado no Sudeste Goiano, e em todas as áreas onde ele ocorre, pois a sua eliminação, além de afetar a dinâmica ambiental local e mundial, também contribui para desterritorializar costumes e tradições, visto que várias espécies vegetais são utilizadas como remédio, alimentação, madeira e forragem, constituindo também alternativas econômicas para muitas populações. Diversas plantas medicinais, como a "rabo de tatu," a sucupira, o barbatimão; e frutos como, gabiroba, cajuzinho, pequi, estão sendo substituídos pela soja, pela cana-de-açúcar e pelo gado.

Sem se deixar levar pelo determinismo ambiental, há de considerar-se que os fatores físicos condicionam hábitos e valores sócio-culturais. No Cerrado, especificamente, muitos hábitos culturais estão estritamente relacionados com sua vegetação nativa, como por exemplo, o consumo de frutos do Cerrado para alimentação e o uso de raízes para remédios, entre outros. Porém, é importante ressaltar que em nome do progresso muitas saberes populares estão sendo "esquecidos" pela sua população, mas não extintos, porque as manifestações culturais também são elementos da lutas contra a extinção do Cerrado. Nesse sentido, Porto Gonçalves comenta:

> Há múltiplos conhecimentos práticos, saberes e fazeres, tecidos em íntimo contato com o mundo, no detalhe, conhecimentos locais, não necessariamente universalizáveis, que manejam o potencial produtivo da natureza por meio da criatividade das culturas (diversidade cultural). O desperdício desses saberes de povos indígenas, de camponeses, de quilombolas, de operários e de donas-de-casa pelo preconceito constituinte

> da colonialidade do saber e do poder é parte do desafio ambiental contemporâneo. (PORTO GONÇALVES, 2006, p.119)

Desse modo, a leitura do Cerrado não pode ser fragmentada, não se pode considerar apenas os aspectos econômico ou o ambiental. Sua leitura deve ser realizada, conforme Mendonça (2004) e Chaveiro (2008), de forma integrada, contemplando seus aspectos físicos (vegetação, relevo, bacias hidrográficas, solo e clima), sua cultura, sua arte, sua gente e os diferentes modos de vida que se constituem, ou seja, não se pode olhar o Cerrado apenas com uma visão economicista ou ambientalista, pois este agrega diferentes riquezas materiais e imateriais. Por isso, esse bioma deve ser visto como patrimônio da nação, rico em sócio-diversidade[143] e não meramente como palco de "espetáculos" do capital.

Diante tudo isso, questiona-se que projeto de modernização e desenvolvimento é esse que destrói o Cerrado, tenta aniquilar as tradições dos *povos cerradeiros*, gera desigualdades sociais, explora os trabalhadores, e, enfim, concentra riquezas e gera novos usos do território.

Por fim, no Sudeste Goiano, principalmente nos municipios elencados para pesquisa, pode-se dizer seguramente que o agronegócio foi uma atividade de grandes metamorfoses sociais, econômicas, políticas, enfim de uso do território tanto no campo quanto na cidade. O fluxograma 5 apresenta de forma resumida algumas da tramas urdidas pelo agronegócio no Sudeste Goiano.

[143] Termo usado por Santos (2000).


AGRONEGÓCIO NO SUDESTE GOIANO
Migração
Algodão
Milho
Eucalipto
Soja
Café
Trabalhadores
Cana
Trigo
Empresários rurais
Reestruturação produtiva
Algodoeira Califórnia
Carol
Algodoeira Agrofava
Usina Lago Azul
Nutriza
Campo Alegre de Goiás
Ipameri
Pires do Rio
Olvego
Territorialização de Agroindústrias
Orizona
Oderich
Concentração de Terras
Chapadas
Desmatamentos
Poluição e uso inadequado dos recursos hídricos
Impactos ambientais
Destruição de veredas
Empresários rurais
Disputas pelo uso do território
Trabalhadores
Camponeses
Agroindústrias
Traddings (Armazéns)
Campo Alegre de Goiás
Catalão
Caramuru
Cargill
ADM
Ipameri
Caramuru
Traddings (processadora)
Ipameri
Caramuru
Carol
Demandas do agronegócio no espaço urbano
Orizona
Escritórios de representação comercial
Oficinas de equipamentos agrícolas
Consultorias
Revenda de sementes
Ipameri
Lojas de defensivos e/ou fertilizantes
Catalão
Consultorias
Lojas de defensivos e/ou fertilizantes
Revenda de equipamentos agrícolas
Fábricas de adubos
Revenda de sementes
Campo Alegre de Goiás
Lojas de defensivos e/ou fertilizantes
Oficinas de equipamentos agrícolas
Cursos
Técnicos
Catalão e Ipameri
Superiores
Agronomia
Urutaí
Ipameri

CONSIDERAÇÕES FINAIS: arrematando a prosa - reflexões sobre as tramas do agronegócio no Sudeste Goiano

Iniciamos a prosa desse trabalho com o caminho metodológico da pesquisa, isto é, os passos percorridos na trajetória da pesquisa e, portanto, o caminho que se trilhou para chegar aos resultados deste trabalho. Foram feitas muitas leituras, vários trabalhos de campo, enfrentando sol, chuva, poeira, para fazer observação, registro fotográfico e entrevistas, ora sozinha, ora acompanhada, proseando. Quantas e quantas vezes, agendava entrevista, percorria, 100, 150 Km e quando chegava, recebia a resposta *"volta amanhã*" ou *"vamos marcar outro dia," "porque aconteceu imprevistos*" e lá ia eu, voltar outro dia. Ou então, "*vamos fazer a entrevista por e-mail, porque estou sem tempo para lhe receber*," "*posso conceder entrevista, mas tem que ser em 30 minutos*." Marcando, desmarcando, aceitando sugestões/imposições de horários, dias, mês, assim foram se levantando as informações, os dados da pesquisa. Concomitantemente às leituras, os trabalhos de campo, os levantamento de dados em fontes secundárias, as reflexões foram sendo colocadas no papel, até se chegar a este resultado da pesquisa. E agora é hora de concluir, finalizar a prosa, mesmo que provisoriamente. Para isso, é necessário, voltar ao problema da pesquisa. Considera-se que ao longo do trabalho, tentou-se respondê-lo.

As tramas sócio-espaciais, econômicas e ambientais do agronegócio não são temática nova na Geografia. Vários pesquisadores já fizeram estudos em diferentes regiões brasileiras sobre essa temática, principalmente no Centro-Oeste no Sudeste e no Sul do Brasil. Por isso, considera-se que não foi difícil encontrar referencial teórico para compreender esse processo no Sudeste Goiano. Em Goiás, também já foram realizadas inúmeras pesquisas na Geografia que abordam a territorialização do agronegócio, com diferentes enfoques, principalmente sobre o Sudoeste Goiano. Além da Geografia, esta abordagem tem sido

estudada sob diferentes visões teóricas da Economia, Sociologia e História e que contribuiu, sobremaneira, para nossas reflexões.

As áreas de Cerrado, desde a década de 1970, tornaram-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas, ambientais, urbanas e culturais decorrentes da reestruturação produtiva devido à modernização da agricultura, via expansão do agronegócio. Desde esse período, o agronegócio vem conquistando "fatias" do território do Cerrado, com a consolidação de empresas rurais, agroindústrias, principalmente ligadas ao setor grão-carne e *traddings*, entre outras empresas ligadas ao ramo do agronegócio, modificando os usos do território, criando novas paisagens e novas formas de produção, pautadas, na inserção do meio técnico-científico-informacional.

A constituição do meio técnico-científico-informacional nas áreas de Cerrado promoveu a densificação de fixos e fluxos, gerando maior fluidez (quantitativa e qualitativa) na circulação de capital, pessoas, mercadorias e informação. Com isso, uma série de novas possibilidades materiais e sociais de uso do território foi estabelecida. As inúmeras agroindústrias instaladas nos estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e Goiás são exemplos dos novos usos do território. O movimento da produção agrícola moderna necessita e impõe determinados usos do território diferentes dos impostos pela agricultura tradicional. São agroindústrias processadoras de alimentos, crescimento de cidades do agronegócio, inserção de multinacionais (ADM, Cargill, Bunge etc.), formação de novos corredores logísticos, entre outros fatores que, em conjunto, estabelecem as redes e as tipologias do uso do território.

No início do processo de consolidação da agricultura moderna no Cerrado foram fundamentais as ações governamentais de investir em pesquisas para obtenção de tecnologia, principalmente as inovações físico-químicas para fazer o melhoramento dos solos, para adequá-los às novas demandas do capital, que eram representadas pelas *commodities.* Nesse

sentido, a EMBRAPA e empresas privadas tiveram uma atuação preponderante no processo de colocar as terras do Cerrado para produzir culturas alheias à seu histórico produtivo como a soja e o trigo, e para aumentar e modificar a produção de culturas tradicionais, como o milho.

A reestruturação produtiva nas áreas de Cerrado faz parte de um processo que ocorreu a nível nacional, visando produzir cultivos articulados com os mercados nacional e internacional. Esse processo iniciou-se com a produção de soja e, posteriormente, vieram outros cultivos como algodão, café, trigo, milho. Esses cultivos, de forma veloz, foram ocupando o espaço das lavouras de arroz e feijão. Esse último tornou-se uma opção para as empresas rurais no processo de irrigação, não sofrendo, por causa disso, declínio da produção, como foi desastroso o declínio da produção de arroz. Porém, a área ocupada pelo feijão é muita pequena se comparada à ocupada pela soja e pelo milho. Outra cultura que se incorporou à cadeia produtiva das áreas do Cerrado foi a cana-de-açúcar. Apesar de ser uma cultura que já se cultivava no Cerrado, com a implantação do PROÁCOOL, no final de 1980 ela recrudesceu e aumentaram-se exponencialmente os índices de produção. Porém, foi no inicio do século XXI que o Cerrado tornou-se efetivamente território prioritário para a expansão dos canaviais em função do projeto dos biocombustíveis, que colocou a cana como a principal opção na produção de álcool.

Em Goiás, os dados mostram a evolução dos canaviais na última década, principalmente no Sudoeste Goiano. Além do aumento da área plantada da cana, está havendo o aumento da implantação das usinas. A expansão da cadeia produtiva da cana em Goiás reforça o papel do agronegócio na economia e nas relações de poder, sob o "velho" discurso que é uma atividade que está trazendo modernização e desenvolvimento. Mas, que, o qual desenvolvimento é esse?

Evidentemente que a modernização do campo e todas as atividades a ela ligadas são responsáveis também pelo avanço econômico do estado. Todavia, o que se têm mostrado

muitas pesquisas é a insustentabilidade social e ambiental desse modelo. Embora os efeitos sócio-ambientais sejam mais evidentes nas áreas onde está materializada a agricultura moderna, toda a sociedade sofre, de forma direta ou indireta, esses efeitos. Em relação aos efeitos ambientais, por exemplo, a destruição do Cerrado contribui para as mudanças climáticas no Brasil e no mundo. A pouca produção do arroz e feijão nas áreas de Cerrado em detrimento da soja, milho, cana tem contribuído para que esses grãos tenham elevado o seu preço, atingindo a população de todas as classes sociais.

Isto posto, cabe ressaltar que nas áreas do Cerrado incorporadas pela agronegócio há uma lógica modernizadora que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço conforme imposições do mercado, essencialmente de corporações multinacionais. Na lógica modernizadora, as densidades técnicas difundidas em função do agronegócio contribuem para a modernização do território, portanto, para o aumento dos fixos e fluxos.

Sob o enfoque da modernização do território, que compreende a modernização da agricultura, entende-se que não ocorre apenas a modernização das técnicas de produção e sim de todo o processo de produção e circulação. Na década de 1970, quando iniciou-se a territorialização da agricultura moderna empresarial no espaço agrário do Cerrado, não havia densidade técnica suficiente para o processo produtivo, mas o Estado foi equipando o território, para viabilizar o processo produtivo, com energia elétrica, rodovias pavimentadas e aeroportos, entre outros fixos para viabilizar os fluxos.

A modernização do território em Goiás deu seus primeiros passos nos primórdios do século XX com a construção da estrada de ferro, estagnou-se e depois acelerou nos anos de 1960, com a construção de Brasília. Posteriormente, em 1970, a modernização foi intensificada com a expansão da fronteira agrícola para terras goianas. Nas décadas de 1980 e 1990 consolidou-se a industrialização.

O conceito de território foi priorizado neste trabalho a fim de se compreender a territorialização da agricultura moderna na região Sudeste de Goiás, considerando-se que esta região foi se transformando em múltiplos territórios, entre eles, os territórios do agronegócio que, para reprodução do capital, estabelecem novos usos do território, por meio de inovações tecnológicas e à custa de danos ambientais e sociais graves. Esses novos usos do território ocorreram principalmente nas áreas de chapadas, denominadas no decorrer do trabalho como *arena* do capital. Principalmente lá ocorreu a territorialização das empresas rurais, com o uso das mais modernas tecnologias no sistema produtivo. São territórios de produção que se diferenciam das demais áreas do municipios, em relação à exploração dos recursos naturais, à concentração de terras e à precarização do trabalho. As empresas rurais têm como característica a produção em alta, escala e para isso, precisa de muita terra, o que leva, então, a concentração de terras. Nos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri impressiona o tamanho das empresas rurais nas áreas de chapadas, que têm desde 1.000 até 30.000 hectares. Situação diferente encontrou-se no município de Orizona, cujas empresas rurais não ultrapassam 1.500 hectares. Outro fato que impressiona é a exploração dos recursos naturais, principalmente os recursos hídricos para irrigação; rios, ribeirões, córregos e veredas. Um exemplo constatado foi em uma empresa rural localizada na chapada de Catalão que construiu um canal no rio São Bento (um importante rio da região) para irrigar lavouras. Para dificultar o acesso a essa área irrigada, foram colocadas armadilhas na estrada que leva à lavoura de forma que, se passar algum veículo no local ele tem os pneus estourados.

No decorrer da pesquisa também foram observadas as relações de trabalho estabelecidas nos territórios do agronegócio, especificamente nas empresas rurais. As características mais comuns da ofensiva do capital sobre o trabalho nesse sistema de produção são a diminuição da quantidade de trabalhadores em função da mecanização, a exigência de mão de obra qualificada, a terceirização, e a precarização em geral das condições de trabalho.

Com isso, ocorre o aumento da sazonalidade do emprego rural, a desregulamentação do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas, pois, na maioria dos casos, os trabalhadores não têm carteira assinada, faltam equipamentos de segurança, faltam condições dignas e humanas de trabalho e medidas punitivas contra aqueles que não cumprem o mínimo exigido em quantidade de produção. O trabalhador que recebe por tarefa realizada trabalha exaustivamente, pois é a única perspectiva que tem para melhorar sua remuneração. Além disso, é pressionado o tempo todo para aumentar o rendimento. Com isso, os trabalhadores fazem jornadas de trabalho de até 12 horas por dia, como ocorre nas lavouras de cana-de-açúcar.

A mobilidade espacial do trabalho também expressa esse mundo do agronegócio. No Sudeste Goiano, os empresários buscam trabalhadores do Norte e Nordeste do país. Parte desses trabalhadores são pequenos proprietários em suas regiões de origem, dedicam-se em geral à agricultura de autoconsumo e, em épocas de colheitas principalmente, migram para as áreas de Cerrado, com o sonho de "ganhar dinheiro" para melhorar a estrutura de sua pequena propriedade, ou no palavreado deles, o seu "pequeno sítio". Também há trabalhadores que residem nas periferias da cidade e se dirigem ao rural para trabalhar; a maioria deles, de algum modo, foi excluído da terra. A mobilidade facilita que a maior exploração do trabalho e do trabalhador, principalmente porque os empresários têm certeza que os migrantes não reclamam melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. Isso pode ser constatado pela fala de vários trabalhadores de empresas rurais do Sudeste Goiano.

A exceção da grande mobilidade do trabalho temporário, foi verificada no município de Orizona, em função das empresas rurais se dedicarem apenas às culturas mecanizadas de soja e milho. Em Ipameri o trabalho temporário é mais encontrado na colheita de cebola, batata, café e tomate e no corte da cana. As empresas rurais que cultivam tomate têm colheitadeira, mas precisam de trabalhadores para colher os tomates onde a máquina não

consegue pegar. A cana, cultivada em grande escala em apenas uma empresa rural, no primeiro trabalho de campo realizado em 2007 tinha apenas 30% da produção mecanizada, já em 2009 apenas 20% da colheita era manual.

Nas empresas rurais dos municípios de Campo Alegre de Goiás e de Catalão, os trabalhadores temporários são contratados em maior número na colheita de café e feijão irrigado. Em várias empresas rurais dos municipios pesquisados as condições do trabalho temporário são precárias. Normalmente os ônibus que fazem transporte (quando os trabalhadores residem ou ficam alojados nas cidades) estão em péssimas condições de trafegabilidade, não possuem cintos de segurança, os bancos são estragados e sujos. Nas lavouras, não há banheiros (químicos) e quando há é apenas um, para ser utilizado por homens e mulheres. Comida, água e equipamentos de segurança os trabalhadores recebem das empresas rurais. Nota-se que apenas esses três itens são fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Porém, em duas empresas rurais, os trabalhadores disseram que os equipamentos de segurança utilizados são pagos por eles. Os alojamentos para trabalhadores temporários, em várias empresas rurais visitadas, estão em péssimas condições, com colchões velhos, poucos banheiros e sem higiene e ventilação necessárias. Já os alojamentos para os trabalhadores permanentes têm melhores condições e são estes que os empresários rurais fazem questão de mostrar para as pessoas que visitam o local. Ainda em relação à mobilidade do trabalho, percebeu-se, especialmente nos municípios de Campo Alegre de Goiás e de Ipameri que muitos trabalhadores do Norte e Nordeste do país que vêm para trabalhar temporariamente optam por ficar residindo nas cidades. Em Campo Alegre de Goiás, conforme informações da atual Prefeita, existem muitos desses trabalhadores residindo na cidade e isso aumenta os problemas sociais, pois faltam hospitais, moradias e até escolas para atender esses migrantes. Em Ipameri, os migrantes optam por ficar no Distrito de Domiciano Ribeiro, porque esse distrito está mais próximo das áreas de chapadas do que a cidade de Ipameri. Conforme

informações obtidas na prefeitura, naquele distrito, cerca da metade da população é constituída por pessoas oriundas da região Nordeste.

Dos municípios elencados, Orizona, apesar de ter também sofrido a territorialização do agronegócio, ainda não interferiu de forma efetiva no espaço agrário do município. Um dos motivos é a pouca concentração de terras, comparando-se aos outros municipios, e por ele ser um município que contou e conta com organizações sociais, o que contribui sobremaneira para a permanência dos camponeses no campo. Com certeza, lutando, separados, sozinhos, muitos camponeses já teriam desistido de permanecer morando no campo, ou seja, teriam vendido suas terras e ido morar nas cidades.

As mudanças decorrentes do agronegócio não ocorrem apenas no campo. A cidade também sofre as interferências para atender esse modelo de produção, como lojas de maquinários, agrotóxicos, fertilizantes, agroindústrias e o comércio, que é afetado de forma indireta como com revenda de automóveis, pneus, etc,. E na cidade se instalam profissionais como agrônomos e técnicos agrícolas. Também a educação formal modifica-se, aparecem cursos técnicos e superiores voltados para o sistema produtivo do agronegócio, como os cursos de Agronomia na UEG de Ipameri, Agronomia, Engenharia Agrícola, Gestão Ambiental - Tecnólogo e Técnico Agropecuário no Instituto Federal Goiano (CEFET) localizado na cidade de Urutaí.

Destaca-se também a territorialização no Sudeste Goiano de empresas de capital nacional e internacional no processamento e compra de grãos: Carol; Caramuru e Cargill, territorializadas nos municipios de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri que estabeleceram novos usos do território e novas dinâmicas de produção em rede.

Outro aspecto a ser considerado são as relações de poder, o controle que os empresários rurais passam a ter nos território das chapadas, principalmente, com a produção, e as técnicas agrícolas, em relação às outras áreas dos municípios. Somam-se a isso as

relações de poder estabelecidas na política e, em alguns casos, na identidade cultural da cidade, por exemplo, com realização de festas típicas de suas regiões, como o “Baile do Gaúcho”.

As mudanças no espaço urbano foram maiores na cidade de Catalão. Nesta foram territorializados comércios para atender, além do agronegócio de Catalão, e de municipios vizinhos como Campo Alegre de Goiás e Ipameri, comprovando que Catalão é o polo na microrregião de Catalão. Em virtude dos serviços presentes em Catalão, em saúde, educação comércio, bancos, lazer, reforça-se a sua posição como pólo regional. Muitas grandes empresas, comércios ligados ao agronegócio estão sediados em Catalão, por meio de filiais. Também, destacam-se nessa cidade fábricas de adubos que produzem para atender o local, a região e o país. Recentemente ocorreu a instalação de uma empresa de capital estrangeiro, a Pioneer DuPont Sementes (produção de sementes - em fase de obras). A arrecadação e os empregos do comércio do setor do agronegócio, tanto em Catalão, quanto nos demais municípios pesquisados, não foram abordados nesta tese, podendo ser, aprofundados em estudos futuros.

Diferentemente de Catalão, em Campo Alegre de Goiás, em Ipameri e em Orizona, o espaço urbano não sofreu grandes transformações com a territorialização do agronegócio. No entanto, é preciso considerar que, mesmo em grau menor, essas cidades sofreram as modificações, visíveis na paisagem urbana. Em Pires do Rio, o espaço rural, principalmente às margens da rodovia GO 330, denuncia a agroindústria de aves, pois de longe se avistam os telhados das granjas em meio à pouca vegetação que sobrou do Cerrado. A cidade também mostra essa atividade, pois existe nela empresas e comércios de produtos específicos. Porém, como foi firmado no quinto capítulo, o sistema produtivo do agronegócio funciona em rede, por isso nem todas as demandas estão territorializadas próximos ao campo moderno. Da mesma forma, o destino da produção não é local, e regional, nacional e internacional.

Assim, embora haja pesquisas pontuais, arrisca-se a propor algumas outras sugestões de pesquisas para se pensar teórico-metodologicamente o agronegócio no Sudeste Goiano:

1. Os efeitos ambientais do agronegócio no Sudeste Goiano:

- Apontar os índices de desmatamentos nos municipios com agricultura empresarial moderna.

- Mostrar a poluição dos recursos hídricos, por meio de monitoramento das águas no período chuvoso e no seco.

- Mostrar a diminuição da vazão da água dos principais rios que cortam as áreas de chapadas.

- Mensurar o consumo de água pelas culturas irrigadas.

2- Os circuitos espaciais da produção das empresas rurais e das agroindústrias:

- Mostrar os fluxos materiais e imateriais.

- Expor a importância dos fixos.

- Mapear as redes de abrangência regional e nacional.

- Discorrer sobre a dinâmica que o circuito espacial da produção proporciona a nível local e regional.

3- A importância social e econômica das empresas do agronegócio para as cidades:

- Analisar as modificações na cidade com a consolidação da agricultura moderna.

- Verificar o número de empregos e arrecadação de ICMS oriundos das empresas do agronegócio.

- Destacar a importância das principais empresas do agronegócio para a geração de empregos e renda para cidade.

- Verificar a migração de pessoas para as cidades devido ao agronegócio.

4-A mobilidade dos trabalhadores temporários:

- Verificar a origem dos trabalhadores temporários.

- Mostrar a gênese social dos trabalhadores nos seus locais de origem.

- Identificar a dinâmica social, cultural e econômica dos municipios de origem dos trabalhadores.

- Mapear a mobilidade espacial dos trabalhadores temporários.

5- As relações de trabalho nas agroindústrias

- Analisar as relações de trabalho nas agroindústrias.

- Verificar a questão do gênero nas agroindústrias.

- Identificar as condições de trabalho.

- Explicar a mobilidade espacial do trabalhador.

Nesse contexto, as tramas sócio-espaciais e ambientais do agronegócio no Sudeste Goiano não são especificidades locais/regionais, mas alcançam amplitude maior. Por isso, procurou-se compreender suas inter-relações, tendo em vista as mudanças ocorridas no espaço agrário nacional e o modo como o próprio lugar materializa essas mudanças e ao mesmo tempo interage com o todo.

É salutar relembrar que no Sudeste Goiano existem diferentes ritmos de modernização nas áreas de chapadas, em função das distintas forças de poder que atuam sobre esses territórios, como também das forças de resistências, que podem interferir na organização produtiva desses territórios. É o caso do município de Orizona, em que há disputas visíveis pelo uso do território entre os empresários rurais e os camponeses. Por isso, considera-se que a modernização da agricultura metamorfoseou muitos espaços do Sudeste Goiano em territórios do agronegócio, porém, não é apenas essa atividade que domina e faz uso do território.

Assim, compreende-se que as questões levantadas e discutidas no decorrer deste trabalho não se encerram com as reflexões realizadas. Pelo contrário, permitem a abertura de novos debates, assim como novas pesquisas, pois toda pesquisa além dos resultados, traz e provoca interpretações, incertezas e possibilidades.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY R.; MAGALHÃES, R. **Acesso dos produtores familiares aos mercados do biodisel:** parceria entre as grandes empresas e movimentos sociais. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2007. (Texto para Discussão n.6). Disponível em: http//www.fipe.org.br. Acesso em: 10 out. 2010.

AB'SÁBER, A.N. **Os domínios da natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.115-137.

AGUIAR, R.C. Estado e modernização desigual na agricultura. In: ____. **Abrindo o pacote tecnológico:** Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986. seg. parte. p. 56-110.

ALENTEJANO; P. R.R.; ROCHA LEÃO, O.M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, 2006, n. 84, p. 51-69, jul./ 2006.

ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. S. (Ed.) **De grão em grão o cerrado perde espaço:** cerrado-impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF Brasil, 1995.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-45.

ALMEIDA, M.G. (Org.) **Tantos cerrados:** múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural**.** Goiânia: Vieira, 2005.

ALVES - MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Revisão da bibliografia. In:____. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p.179-188.

_____. O planejamento de pesquisas qualitativas. In:____. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p.179-188.

ALVES, A. F.; FLAVIO, L. C; SANTOS, R.S. (Org.) **Espaço e território:** interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2005.

ALVES, V.E.L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses:** formação territorial no império do agronegócio. 2006. 305f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS. Programa PRODUZIR. Disponível em: http:///www.fomento.goias.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Disponível em: http://www.ana.gov.br. Acesso em: 18 jun. 2009.

ANDRADE, L. de A. **Reforma agrária –** Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). 3. ed. Goiânia: R& F, 2007.

ANDRADE, M.C de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.

_____. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1995.

ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (Org.) **Transgênicos:** as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANUÁRIO DO AGRONEGÓCIO, 2007. Disponível em: http:// www.portalexame.abril.com.br. Acesso em: 15 dez. 2009.

ARRAIS, T. A. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás:** o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: UFG, 2002. p.87-104.

_____.**Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

_____. A região como arena política. Goiânia: Vieira, 2007.

ARRUDA, Z.A.de. **Onde está o agro deste negócio:** transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 253f. Tese (Doutorado em Geografia) -Instituto de Geociências- UNICAMP, Campinas, 2007.

BANCO DO BRASIL. Crédito rural. Disponível em: http///www.bb.com.br. Acesso em: 15 dez. 2009.

BARBOSA, A. S.;TEIXEIRA NETO, A; GOMES, H. **Geografia:** Goiás-Tocantins. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paraná**: a estruturação de uma região. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

BELIK, W.; PAULINO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 95-121.

BERNARDES, J. S. As estratégias do capital no complexo da soja. In:___ CASTRO, I. E. de. (Org.). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.325-347.

_____ Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org). **Redescobrindo o Brasil:** 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ FAPERJ, 1999. p. 125-150.

_____. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. **Revista Nera**, Presidente Prudente,, n. 10, p. 1-10, jan./jun., 2007.

BERTRAN, P. **Uma introdução a historia econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, 1988.

BEZERRA, L. M .C. **A agricultura familiar em Orizona (GO):** a associação dos pequenos agricultores da Mata Velha, Agua Grande e Coqueiros – APAMAC. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BEZZI, M. L. **Região**: uma revisão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004.

BORGES, B.G. **O despertar dos dormentes:** estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais, 1909-1922. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

_____ **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930 -1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BRAGA, M. J. Soja transgênica ocupa a maior parte das lavouras em Goiás. **O Popular.** Goiânia, 22 abr. 2009. Economia, p. 9.

BRANDÃO, H. A. **Memórias de um tempo perdido:** a estrada de ferro e a cidade de Ipameri (GO), 2005. 117f. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 18. ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Unijui, 1998.

CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás.** 2 ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS, F. I. **Ciência política:** introdução à teoria do Estado. Goiânia: Vieira, 2005.

CAMPO, PRODECER. Disponível em http:// www.ada.com.br/campo/prodecer.htm. Acesso em: 20 abr. 2009.

CARAMURU ALIMENTOS. Disponível em: http// www. caramuru.com. Acesso em: 14 dez. 2009.

CASTILO, R. Redes de transporte e movimentos corporativos no território brasileiro: o caso do circuito da soja. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**,** X., 2005. São Paulo. CD ROM. São Paulo, 2005. p. 3156 – 3170.

CASTRO. S. S. et al.**Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás:** subsídios. Disponível em: http// www. arruda.rits.org.br. Acesso em: 12 maio 2009.

CHAUL, N. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia: UFG, 2001.

____. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. 1 reimpr. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAVEIRO, E. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M.G et al. (Org.) **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

CHAVES, M, R, **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e gestão dos recursos naturais no cerrado goiano.** 2003.186 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2003.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se:** (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** Tradução de Silvana Finzi, Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais.** São Paulo; Cortez, 1991.

CLEPS JÚNIOR, J. Questão agrária, Estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M.A; SANTOS, R.A. (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.35-54.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola,** Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo, In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A de.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 251–256.

_____.Análise crítica dos textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ,** Rio de Janeiro, n.14, p. 7-18, 2º semestre de 2003.

CORREA, S. P. S. **A construção de Goiás:** ensaios de desenvolvimento político e regional. Goiânia: UCG, 2007.

CERRADO pede socorro. **Jornal O Popular,** Goiânia, 2 de jul, de 2009. Economia. p. 8.

COBIÇADOS por gigantes. **Jornal O Popular,** Goiânia, 5 jun., 2009. Economia. p. 2.

CORRÊA, V. P. ; ORTEGA. A. C. Pronaf : programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - qual o seu real objetivo e público alvo? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – XL., 2006, Passo Fundo – RS, **Anais..Equidade e eficiencia na agricultura brasileira**, Passo Fundo – RS, 2006. 1 CD ROM.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela, S. A. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

D'INCAO, M. C. A. A pesquisa. In:_____. **O bóia-fria:** acumulação e miséria. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 32-36.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil:** 1965-1985. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v.15, n.43, p.157-172,set./dez.2001.

DESLANDES. S. F. Trabalho de campo: construção de dados qualitativos e quantitativos. MINAYO, M. C. S (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 157-184.

DEUS, J. B. **O Sudeste Goiano e a desconcentração Industrial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2003. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 12).

DIAS, L.C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, R. L. L. da. **Redes, sociedades e territórios.** 2 ed. Santos Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 13 -25.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura.** São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. O agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D; PEQUENO, R. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-82.

EMBRAPA. Disponível http://www. embrapa. br. Acesso em: 10 dez. 2008.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FABRINI, J.E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M.A; SANTOS, R.A. (Org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FAISSOL, S. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

FERNANDES, B. M **MST:** formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O novo nome é agribusines**. Publicações Nera, 2004. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/onomeeagribusiness.pdf. Acesso em: 15 jun. 2009.

_____. **Políticas de assentamentos rurais e luta pela terra do MST.** Publicações Nera, 2006. Disponível em: http//www.fct.unesp.br/publicações/políticas.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2009.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-303.

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA. Disponível em http//www.fcasa.com.br. Acesso em: 11 dez. 2010.

FERROVIA NORTE-SUL. Disponível em http//.ferrovianortesul.com.br. Acesso em: 12 nov. 2010.

FERREIRA, I. M. **O afogar das veredas:** uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do chapadão de Catalão (GO).2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FICI, R. P. **As ferrovias brasileiras e a expansão recente para o Centro-Oeste**. 2007. 339f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto**,** M. 22 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2004.

FORTUNA, D. **Circulação e territorialidade econômica:** o (re)ordenamento territorial no eixo médio mato-grossense da BR- 163 (Cuiabá-Santarém), 2006. 291f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FREDERICO. S. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

FREITAS, M.E. Viver a tese é preciso! Reflexões sobre as aventuras e desventuras da vida acadêmica. **RAE - Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v.42, n. 1, p.88-93, jan.mar.2002.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A, C. Entrevista. In:_____. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de entrevista social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 117-126.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas, São** Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1º semestre, 2005. Disponível em: www.ead.fea.usp.br. Acesso em: 10 maio 2009.

GOES, T. et. al. Setor sucroalcoleiro no Brasil:situação atual e perspectivas. **Revista Política Agrícola**, Brasília, n. 2, p. 39-52, abr./ maio/jun. 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. São Paulo: Record, 1999.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOMES, J. P.; CHAUL, N.F.; BARBOSA. J. **História política de Catalão.** Goiânia: Ed. da UFG, 1994. (Coleção documentos goianos, n.26).

GÓMEZ M. J. R. **Políticas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no noroeste do Paraná:** uma contribuição do entendimento do conflito capital x

trabalho da gestão territorial e do controle social do capital. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2002.

_____. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia,UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____.Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: ____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

_____.O progresso técnico na agricultura. In: ____ **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p.13-50.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____.A crise agrária. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GRACINDO, L. MENDONÇA, M. R. **O cultivo de sementes crioulas como *(re)existência* camponesa em catalão/GO.** Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/ceget/ixjornada/pdf. Acesso em: 16 set. 2010.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. **Redistribuição da população e meio ambiente:** São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: UNICAMP/Núcleo de Estudos de População, 1998. p. 25-73.

HAESBAERT, R **Des-territorialização e identidade:** a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____.**Territórios alternativos.** Niterói: EDUFF, São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, E.S.(Org.) **Produção do espaço e redefinições regionais:** a construção de uma temática. Presidente Prudente: Unesp/GasPERR, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Des-caminho e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A.(Org). **Territórios e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p 87-120.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Trad. A. V. Sobral e M, S, Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HISSA C.E.V; OLIVEIRA, J. R. de. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.24, p. 31-41, jan/dez.2004.

HISSA, C.E.V. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INOCÊNCIO, M.E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** 2010. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Estudo Sócio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário do Centro-Oeste, 1980.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 30 mar. 2009.

IBGE. **Censos Agropecuários.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2004. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____.**Censo Agropecuário do Centro-Oeste, 1980.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 30 mar. 2009.

_____.**Censo Agropecuário do Centro-Oeste, 1985.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 30 maio. 2009.

_____. **Censo Agropecuário de Goiás, 1980**. Disponível em: http://_www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 30 maio. 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário de Goiás, 1985**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 30 maio. 2009.

_____. **Censos Demográficos do Centro-Oeste de 1970 a 2000**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 10 maio. 2009.

_____. Produção Municipal do Centro-Oeste 1990/2005. Disponível em: http:// www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 15 maio. 2009.

_____. **Produção Municipal de Goiás, 1990/2005**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 15 de maio. 2009.

_____. http://www.ibge.gov.br, 2009. Acesso em: 15 maio. 2009.

_____. http://www.ibge.gov.br/sidra@, 2009. Acesso em: 22 maio. 2009.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul., 2006.

KARP, P. Rural development: a people – oriented strategy.**Antipode,** a radical journal of geography**,** Mass.,v. 8, n.2, p.50-64, may 1976. (Foi feita uma tradução resumida, para fins didáticos, por Antonio Olívio Ceron.).

KATINSKY, J. R. Ferrovias nacionais. In: MOTOYAMA, S. **Tecnologia e industrialização no Brasil:** uma perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 1994. p. 36-48.

JUSTINIANO, E.F. Registro fotográfico. In: VENTURI, L. A.B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, p. 187-195.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOUREIRO, W. N. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

MANN S.A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1. p. 6- 25, 1987.

MARCO, V. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul.2006.

MARCOS, V. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.191-213.

MARAFON, G. J **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul.** 1998 225 f. Tese.(Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio a reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____.**A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2010.

MASSEY, D. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, P, F,. **O meio técnico-científico-informacional e (re)organização do espaço agrário de Catalão (GO):** 1980 a 2004. 2005.177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial.** São Paulo: UNESP, 2000.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008, 526f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano.** 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

_____.A urdidura do capital e do trabalho nas áreas de Cerrado. In: THOMAZ JUNIOR, A.; OLIVEIRA, A. M. S. de; GONÇALVES, M, A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI.** Presidente Prudente: Centelha/ CEGeT, 2007. p. 84-106. 2006, v.3.

MESQUITA, de H. A. **A modernização da agricultura:** um caso em Catalão/Goiás. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em Historia das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

_____. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? o agro/hidronegócio comeu! Revista Terra Livre,São Paulo, v. 2, n. 33, p.17-30. jul/dez, 2009.

MINAYO, M.C.de SOUZA. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, BRASIL. Disponível em http://www.agricultura.gov.br. Acesso em: 25 set. 2008 e 15 dez. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL. Disponível em: http://www.mma.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2009.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1984. p. 26-34.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. 6, p. 1-11, abr.1990.

_____.A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Org.). B**rasil século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo. Ed. Max Limonad, 2004. p. 123-152.

_____.Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

____. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) **Brasil século XXI:** por uma regionalização-agentes, processos e escalas. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2008. p.123-152.

MOTA, M. (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. In: **Agricultura brasileira:** tendência, perspectivas e correlação de forças sociais. Brasília: Via Campesina, 2004. p. 20-32. (Caderno de formação).

_____. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.

_____.**Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). **Debaixo da lona:** tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

OLIVEIRA, F. de **Elegia para uma re(li)gião.** Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, M. M. Informática na agricultura: a tecnologia a serviço do capital. **Revista Brasileira de Tecnologia,** Brasília, v.16, n. 5, p.37-40, set/out 1985.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. **Pesquisa e Planejamento,** Rio de Janeiro, v.1, n2, p.171-234, dez. 1971.

PALACIN, L. G; MORAES, M. A. S. **História de Goiás.** 6. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PASCHOAL, J. A.R. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999).** 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PAULILO, L. F. **Redes de poder e territórios produtivos.** São Carlos: Rima: Ed. da UFSCar, 2000.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PEDROSA. L. **O fazer político: do conhecimento técnico e científico à construção de instrumentos de intervenção social em defesa da água, da natureza e da vida no cerrado brasileiro - o caso das hidrelétricas.** Disponivel em: http://www.ecsb2007.ufba.br. Acesso em: 16 set. 2010.

PESSÔA, V. L. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e alto Paranaíba-MG**. 1988. 239f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1989.

PORTO GONÇALVES, W.P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUIVY R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências.** Tradução de Marques, J. M ; Mendes, M. A; Carvalho, M. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, S. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001. p. 375-387.

REBORATTI, C. El espacio rural em América Latina: processos, actores, territórios. In: CASO, M.V. F.; GUREVICH, R. (Org.). **Geografia:** nuevos temas, nuevas preguntas – um temário para su enseñanza. Buenos Aires: Biblos, 2007. p. 97-124.

RIBEIRO, R. F. **Sertão, lugar desertado:** o Cerrado na cultura de Minas Gerais: Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO. D.D. **A agricultura caificada no Sudoeste de Goiás**: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2005.

RODRIGUES, E. S. **A economia goiana no contexto nacional- 1970 -2000.** Goiânia: Editora da UCG, 2007.

ROMEIRO, A.R. O modelo euro-americano de modernização agrícola. In:_____.**Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Anablume/FAPESP, 1998. p.69-93. cap. III.

ROSA, J. G. Grande sertão: Veredas. 8. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, M,; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Espaço e método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por uma nova geografia**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2.ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____.**A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SASSINE, V. J. Cerrado vira refúgio da cana. **O Popular**, Goiânia, 8 de set. 2008. Economia. p. 6.

SEPLAN-GO/SEPIN. SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIAS. 2008. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2008.

_____. **PIB goiano, 2004.** Disponível em: http:// www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2009.

____. **Anuário estatístico de Goiás de 2008**. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2008.

____. **Goiás em dados, 2009** Disponível em: http:// www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2009.

_____. **Perfil dos municípios goianos, 2009**. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2009.

____. **Regiões de planejamento**. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2009.

____. **Goiás em dados, 2010.** Disponível em: http:// www.seplan.go.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2010.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. DE F.; FRANÇA, M.N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5.ed. rev. atual. 2.reimp. Uberlândia, 2008.

SILVA, A. L. **A Revolução de 30 em Goiás.** Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

SILVA. M.V. **A indústria automobilística em Catalão:** da rede do circuito espacial da MMC automotores do Brasil SA. 2010. 449f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SILVA, R. R. A expansão da fronteira produtiva no cerrado. **Revista da Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v. 15, n. 5/6, p. 53-61, maio/jun./jul./ago. 1985.

SILVEIRA, R. L L. da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C; SILVEIRA. R, L L. da. **Redes, sociedades e territórios.** 2 ed. Santos Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p.217-251.

SILVEIRA, M, R. **A importância geoeconômica das estradas de Ferro no Brasil.** 2003, 454f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

SÓ, L. **Desenvolvimento em municípios rurais.** o caso da margem da estrada de ferro em Goiás. 2004, 213 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SOUZA, A. J. (Org.) **Paisagem, território e região:** em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SOUZA, D. B. (Org.) **Goiás:** sociedade e estado. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo:Gaia, 2003.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A. **Territórios e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.15-36.

SUERTAGARY, D. M. Pesquisa de campo em geografia. **Geographia**, Rio de Janeiro, n.7, p. 92-99, jul. 2002.

TAVARES, J. M. **Em grupo é mais fácil:** associativismo rural e educação em Orizona (GO).2002. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de educação, Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 2002.

TEIXEIRA, NETO, A. **Reflexões acerca de região.** Mimeo, 2002. Disponível em http://www.observatoriodegoias. com. br. Acesso em: 15 jul. 2008.

TEUBAL, M. O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.139-161.

THOMAZ JUNIOR, A. A. **Por trás dos canaviais os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2001.

_____.O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (Org.). **Desafios do trabalho:** capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 83-114.

_____. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: _____. **Geografia passo a passo (ensaios críticos dos anos 90).** Presidente Prudente: Centelha, 2005. p. 31-39.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia, Ferreira Edel. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1991.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In:_____ **Tratado da metodologia da pesquisa clínico – qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2003, p. 351-368.

VENTURI, L. A. B. O papel da técnica no processo de produção cientifica. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul., 2006.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.139-161.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução de P. H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

WWF Brasil. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do cerrado:** origens históricas e o papel do comercio internacional. Brasília: WWF Brasil, nov. de 2000. (Série Técnica, VII).

WWF Brasil **- Banco de dados**, 2006. Disponível em: htpp//www.wwf.org.br. Acesso em: 5 nov. 2010.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós–Graduação em Geografia

Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

TESE: AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA: representantes políticos (secretários da agricultura, prefeitos)

Elaboração: Patrícia Francisca de Matos

1-Identificação do entrevistado

1.Nome:_____Data: ____/____/____

II- Informações gerais

1- Como o Sr. (a) atribui a consolidação da agricultura moderna empresarial no município?

2- Quais são os incentivos oferecidos pelo município para os empresários rurais?

3- Quais os incentivos para os pequenos produtores?

4- Qual importância econômica da agricultura moderna empresarial para o município?

5- Quais os efeitos negativos da agricultura moderna para o município?

6- Os empresários rurais interferem na vida política do município?

7- A cidade possui infra-estruturas necessárias (lojas de equipamentos, insumos, etc.) para atender as grandes propriedades produtoras de grãos?

8- Quais os projetos da prefeitura para incentivar as atividades agrícolas do município?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós–Graduação em Geografia

Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

TESE: AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA: gerente ou proprietários de agroindústrias

Elaboração: Patrícia Francisca de Matos

1-Identificação do entrevistado

1.Nome:_____Data: ____/____/____

II- Informações gerais

1-Ano de implantação da empresa no município?

2- Porque a escolha do município x para implantação da empresa?

3- A empresa recebeu algum tipo de incentivo (fiscal, infra-estrutura) do governo estadual e/ou municipal?

4- Quais os produtos são processados e capacidade de produção?

5- Quais os municípios são fornecedores de matéria-prima para a indústria?

6- Quais as exigências e como são firmados os contratos com os produtores rurais no processo de integração?

7- Qual o destino da produção?

8- No escoamento da produção, a empresa encontra alguma dificuldade no que se refere à rede rodoviária do estado de Goiás, particularmente do Sudeste Goiano?

9- Quantidade de trabalhadores permanentes e temporários que a empresa emprega?

10- Origem dos trabalhadores empregados na empresa?

11- Qual impacto econômico da indústria para o município?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós–Graduação em Geografia

Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

TESE: AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

APÊNDICE 3- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA: empresários rurais e /ou gerentes, agrônomos das empresas rurais.

Elaboração: Patrícia Francisca de Matos

I-Identificação do entrevistado

1.Nome:_____Data: ____/____/____

II- Informações gerais

1 – Como é a formação (Grupo familiar, acionistas) da propriedade?

3.- Qual (is) os principais fatores influenciaram para a escolha do município?

4 - Qual a área da propriedade do município?

5- Os empreendimentos são apenas na agricultura ou há empreendimentos em outros setores?

6- A propriedade insere-se nos parâmetros de uma empresa rural? Por quê?

III Produção

1- Qual a cadeia produtiva da propriedade? Qual o produto carro-chefe da produção?

3 - Possui culturas irrigadas? Qual (is)?

4- Quantidade produzida anualmente?

IV logística

1- Qual o destino da produção da propriedade?

2 - No escoamento da produção a propriedade encontra alguma dificuldade?

3 - A venda é feita antecipada ou utiliza-se o sistema de armazenamento?

V Tecnologia

1- Tecnologias e infra-estruturas empregadas no processo do plantio e da colheita?

2- Utiliza sementes transgênicas, qual (is) a (s) vantagem (s) e desvantagens do cultivo de transgênico?

3- De qual (is) cidade (s) compram os insumos, fertilizantes, defensivos e maquinários?

VI Força de trabalho

1- Número de trabalhadores permanentes e temporários?

2- Origem dos trabalhadores permanentes e temporários?

3- Quais as exigências para a contratação dos trabalhadores permanentes e temporários?

VII Política

1- Possuem alguma influência na política do município do município?

VIII Meio Ambiente

1- Que estratégias são utilizados para sustentabilidade da produção e do meio ambiente?

2- Na sua visão o que significa o Cerrado, se comparado a década de 1980 e a atualidades?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós–Graduação em Geografia

Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

TESE: AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

APÊNDICE 4- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA: proprietários e/ou gerentes de comércios voltados para as atividades agrícolas.

Elaboração: Patrícia Francisca de Matos

1-Identificação do entrevistado

1.Nome:_____Data: ____/____/____

I – Informações gerais

1- A cidade x possui infra-estruturas necessárias (lojas de equipamentos, insumos, assistência técnica etc.) para atender a agricultura empresarial do município?

2- Qual o raio de abrangência de vendas do seu comércio. Quais os municípios são atendidos?

3- Como é a forma de venda (prazos, contratos de soja verde) para os empresários rurais?

4- Na sua opinião qual a importância das empresas rurais para o município?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós–Graduação em Geografia

Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

TESE: AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

APÊNDICE 5- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA: trabalhadores temporários e permanentes

Elaboração: Patrícia Francisca de Matos

1-Nome: _____ Sexo_____

2- Idade: _____; Local de origem: _____

3- Local de residência: _____

4. Grau de escolaridade:

( ) 1ª fase do ensino fundamental (1ª a 4ª) completo

( ) 1ª fase do ensino fundamental (1ª a 4ª) incompleto

( ) 2ª fase do ensino fundamental (5ª a 8ª) completo

( ) 2ª fase do ensino fundamental (5ª a 8ª) incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino médio incompleto

5. Estado Civil: _____

6. Tem filhos:

( ) sim quantos:_____

( ) Não

II- Situação do trabalhador

1- Tipo de serviço que realiza?_____

2- Tempo de trabalho na propriedade? _____

3- Como foi contratado para trabalhar? _____

4- Forma de pagamento? _____

5- Possui carteira assinada:

( ) Sim

( ) Não Por que ?_____

6- Possui folgas semanais:

( ) Sim ( ) Não Por que ? _____

7- Qual a jornada de trabalho: _____

8- Qual avaliação o Senhor (a) faz das condições de trabalho:

( ) Muito bom ( ) Bom ( ) Regular ( ) Fraca

Porque?_____

_____

9-Tem vontade de mudar de emprego:

( ) Sim Por que? _____

( ) Não Por que ? _____

10- Tem vontade de trabalhar e morar na cidade:

( ) Sim
( )Não

11- Tem vontade de possuir a própria terra:
( ) Sim
( ) Não
Por que ? _____

12- Na (s) propriedade (s) como é (são):

12.1. As moradias e/ alojamentos:

_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós–Graduação em Geografia

Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

TESE: AS TRAMAS DO AGRONEGÓCIO NAS "TERRAS" DO SUDESTE GOIANO

APÊNDICE 6- ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO EM TRABALHO DE CAMPO

Elaboração: Patrícia Francisca de Matos

- Cultivos:

- Tipo de culturas;
- Área irrigada;
- Armazenamento;

2- Tecnologia:

-Tecnologias e infra-estruturas empregadas no processo do plantio e da colheita;

- Irrigação

3- Logística:

- Estradas;
- Veículos;
- Fluxos e fixos

4- Mão-de-obra:

- Especialização;
- Condições de trabalho;
- Número de trabalhadores

5- Recursos hídricos:

- Nascentes, rios, córregos e veredas;
- água utilizada para irrigação

6- Solos:

- Cobertura vegetal;
- práticas de conservação;
- Preparação do solo.

7- Meio ambiente:

- Área de preservação permanente;
- Reflorestamento;